



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Karen Sibila Strobel Moreira Weimer

**Memória e Esquecimento Social: a Comissão Nacional da Verdade do  
Brasil**

Rio de Janeiro

2019

Karen Sibila Strobel Moreira Weimer

**Memória e Esquecimento Social: a Comissão Nacional da Verdade do Brasil**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Denize Cristina de Oliveira

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

W422	Weimer, Karen Sibila Strobel Moreira. O Memória e Esquecimento Social: a Comissão Nacional da Verdade do Brasil / Karen Sibila Strobel Moreira Weimer. – 2019. 219 f.
	Orientadora: Denize Cristina de Oliveira. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.
	1. Psicologia Social – Teses. 2. Comissão nacional da verdade – Teses. 3. Memória social – Teses. I. Oliveira, Denize Cristina de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia III. Título.
es	CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Karen Sibila Strobel Moreira Weimer

**Memória e esquecimento social: a Comissão Nacional da Verdade do Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de doutorado. Linha de Pesquisa: Processos Sociocognitivos e Psicossociais.

**Aprovada em 25 de fevereiro de 2019.**

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Denize Cristina de Oliveira (Orientadora)  
Faculdade de Enfermagem - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Jacó Vilela  
Instituto de Psicologia - UERJ

---

Prof. Dr. Sérgio Correa Marques  
Faculdade de Enfermagem - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Flavia Sollero de Campos  
Departamento de Psicologia – PUC

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciene Alves Miguez Naiff  
Departamento de Psicologia - UFRRJ

Rio de Janeiro

2019

## **DEDICATÓRIA**

À minha família que tanto amo, que foi meu alicerce e meu porto seguro durante toda a trajetória do Doutorado.

Ao meu pai, Eldor Weimer, por seu exemplo de luta e dedicação, pelo esforço incansável para sempre nos proporcionar condições para irmos em busca de nossos sonhos.

À minha mãe, Mabel Strobel, por ser sempre tão guerreira e meu exemplo de perseverança. Também por levar a vida sempre com um contagiante otimismo, que sempre nos faz crer que “no final, tudo dará certo”.

À minha irmã caçula, Ellen Weimer, tão sábia em suas palavras que, por vezes, me acalmaram e me aconselharam nesta caminhada.

Sem vocês, nada disso seria possível! Muito obrigada!

## AGRADECIMENTOS

### **Agradecimentos especiais:**

Ao Professor Celso Pereira de Sá. Orientador, mestre, que partilhou comigo a grandeza de seus conhecimentos adquiridos ao longo da brilhante trajetória acadêmica e profissional. Por ser meu orientador no Mestrado e iniciado minha orientação no Doutorado e por ter me inserido no estudo das Representações Sociais e da Memória Social.

A professora Denize Cristina de Oliveira que gentilmente aceitou continuar minha orientação. Por ter conduzido teórica e metodologicamente uma pesquisa que já estava em andamento e concordar que continuássemos no mesmo tema. Por tudo isso e pelo afeto nos momentos difíceis. Muito obrigada!

Inicio meus agradecimentos ao Deus todo poderoso que esteve comigo em todos os momentos nessa desafiadora jornada, permitindo meu crescimento em todas as áreas de minha vida.

Aos participantes dessa pesquisa, alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que voluntariamente contribuíram para que fosse possível a realização desta tese de doutorado.

Aos professores membros da banca de qualificação e professores membros da banca de defesa da Tese.

Aos servidores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em especial àqueles que atendem na secretaria da Pós Graduação em Psicologia Social.

Às amigas Chris e Lidi e Hellen por dividirem comigo as felicidades e as dificuldades pelas quais passamos nesse período em que fomos “estudantes longe de casa”.

Aos amigos de Cuiabá, por entenderem minha ausência e pelo apoio nos momentos difíceis, em especial: Ana Carolina, Anamaria, Bruna, Elcy, Marielle, Patrícia e Paulo.

À querida tia Enir e tio Dimas, grandes incentivadores da continuação dos estudos na família. Também à Débora, além de prima, grande amiga.

Enfim quero, de coração, agradecer a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente na efetivação desta dissertação; se por acaso me esqueci de citar alguém, me perdoem.

## RESUMO

WEIMER, Karen Sibila Strobel Moreira. **Memória e esquecimento nas comissões da verdade no Brasil**. 2018. 219 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A Comissão Nacional da Verdade se configurou como um instrumento para a promoção do esclarecimento público das violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado, na repressão aos opositores ao Regime Militar brasileiro no período de 1964 a 1985. O objetivo deste estudo é analisar o conhecimento, atitude e as representações sociais da Comissão Nacional da Verdade, entre estudantes de uma instituição universitária do Rio de Janeiro – Brasil. A presente investigação baseia-se na teoria da memória social, bem como na teoria das representações sociais. A amostra intencional compõe-se de 159 alunos de graduação de cursos das diversas áreas do conhecimento. O instrumento adotado foi um questionário, baseado em pesquisas realizadas no Chile (Arnosó, Cardenas e Páez, 2014) e na Argentina (Zubieta et al, 2013) e na coleta de evocações livres ao estímulo “Comissão Nacional da Verdade”. O material proveniente da técnica de evocação de palavras foi analisado com auxílio do *Software* EVOC 2005, buscando identificar a estrutura e os conteúdos da representação analisada. As respostas às perguntas do questionário foram analisadas em termos das distribuições estatísticas de frequências; análise bivariada (Teste t); análises de correlações entre determinados temas de questões; e, análise de regressão linear múltipla. A análise descritiva e inferencial foi realizada com auxílio do *software* SPSS. Os resultados das análises bivariadas demonstraram que estudantes que conhecem a CNV e que se identificam com orientação política de esquerda: possuem maior grau de aprovação aos objetivos da CNV; são os que mais discutiram o tema na roda de amigos; são os que possuem maior concordância com relação às recomendações institucionais e são os mais tocados emocionalmente pelo tema da comissão. Quando verificadas as nuances do apoio ao perdão, lembrança e esquecimento, observou-se que os estudantes com orientação política de direita são os que mais concordam com temas referentes ao perdão e, também, ao esquecimento. Observou-se uma representação social positiva acerca da Comissão Nacional da Verdade, definida pelos termos centrais: necessário verdade, história Brasil, dever lembrar e buscar passado. Conclui-se que os estudantes universitários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro tendem a ser favoráveis ao resgate de memória realizado pela Comissão Nacional da Verdade.

Palavras-chaves: Comissão nacional da verdade. Memória social. Representações sociais.

## **ABSTRACT**

WEIMER, Karen Sibila Strobel Moreira. **Memory and social forgetting: Brazil's National Truth Commission**. 2018. 219 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The National Truth Commission was set up as an instrument to promote public clarification of human rights violations committed by agents of the State in the repression of opponents of the Brazilian Military Regime from 1964 to 1985. The purpose of this study is to analyze the knowledge, attitude and social representations of the National Commission of Truth, among students of a university institution of Rio de Janeiro - Brazil. The present research is based on the theory of social memory, as well as on the theory of social representations. The intentional sample is composed of 159 undergraduate students from different knowledge areas. The instrument adopted was a questionnaire, based on research carried out in Chile (Arnosó, Cardenas and Páez, 2014) and in Argentina (Zubieta et al, 2013) and in the collection of free evocations to the stimulus "National Truth Commission". The material collected by the word evocation technique was analyzed with the EVOC 2005 Software, aiming to identify the structure and contents of the representation analyzed. The answers to the questions of the questionnaire were analyzed in terms of statistical frequency distributions; bivariate analysis (Test t); analyzes of correlations between certain issues; and, multiple linear regression analysis. The descriptive and inferential analysis was performed using the SPSS software. The results of the bivariate analysis showed that those students who know the CNV and those who identify with left-wing political orientation: have a higher degree of approval of the objectives of the CNV; are the ones who most discussed the theme in the circle of friends; are the ones that have the highest agreement with the institutional recommendations and are the ones most emotionally touched by the commission's theme. When the nuances of support for forgiveness are verified, as well as the support for remembrance and forgetfulness, it was observed that students with a right-wing political orientation are the ones who most agree with issues of forgiveness and also forgetfulness. A positive social representation was observed about the National Truth Commission, defined by the central terms: "truth is necessary", "Brazil's history", "it must be remembered" and "search for the past". It is concluded that the students of UERJ tend to agree with the rescue of memory realized by the National Commission of the Truth.

Keywords: Truth Commission. military regime. memory duty. social representations.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Características do sistema central e do sistema periférico de uma representação.....	103
Quadro 02 - Representação esquemática do quadro de quatro casas.....	118
Quadro 03 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (n=159; OME 2,9; Frequência mínima 10). ....	159
Quadro 04 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes do sexo feminino. (n=82; OME 2,9; Frequência mínima 11).....	164
Quadro 05 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes do sexo masculino. (n=77; OME 3,0; Frequência mínima 4).....	164
Quadro 06 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que afirmam conhecer a Comissão Nacional da Verdade. (n=95; OME 3,0; Frequência mínima 6).....	166
Quadro 07 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que afirmam não conhecer a Comissão Nacional da Verdade. (n=64; OME 2,9; Frequência mínima 9).....	167
Quadro 08 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que tem orientação política de direita. (n=50; OME 2,9; Frequência mínima 5).....	169
Quadro 09 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que possuem orientação política de esquerda. (n=109; OME 3,0; Frequência mínima 18).....	170
Quadro 10 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que ingressaram na UERJ por meio de políticas de cotas. (n=56; OME 3,0; Frequência mínima 4). ....	172
Quadro 11 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que não ingressaram na UERJ por meio de política de cotas. (n=103; OME 3,0; Frequência mínima 10). ....	173

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distribuição de variáveis sócio demográficas de jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). .....	123
Tabela 2 -	Atitudes frente a Comissão Nacional da Verdade em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). .....	125
Tabela 3 -	Compartilhamento social sobre a Comissão Nacional da Verdade em função do conhecimento da CNV e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).....	126
Tabela 4 -	Respostas emocionais frente à Comissão Nacional da Verdade em função do conhecimento da CNV e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). .....	127
Tabela 5 -	Crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento e recordação em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). .....	128
Tabela 6 -	Atitudes frente às recomendações institucionais feitas pela Comissão Nacional da Verdade em função do conhecimento da CNV e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). .....	130
Tabela 7 -	Valoração da situação atual do país em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).....	131
Tabela 8 -	Confiança institucional em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). .....	133
Tabela 9 -	Ações para melhorar a situação atual do país em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).....	134
Tabela 10 -	Liderança na condução do país em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). .....	135
Tabela 11 -	Atitudes frente ao uso da violência em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).....	136

Tabela 12 -	Igualdade social em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).....	137
Tabela 13 -	Correlação entre as atitudes frente à Comissão Nacional da Verdade e o Compartilhamento Social entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).....	138
Tabela 14 -	Correlação entre as atitudes frente à Comissão Nacional da Verdade (Bloco 1) e as atitudes de perdão (Bloco 4) entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). ....	139
Tabela 15 -	Correlações entre as emoções despertadas pela Comissão Nacional da Verdade e a atitude frente à CNV entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). ....	143
Tabela 16 -	Correlação entre as atitudes frente a Comissão Nacional da Verdade e atitudes acerca do uso da violência entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). ....	148
Tabela 17 -	Correlação entre sentimentos despertados pela Comissão Nacional da Verdade e o Compartilhamento social entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). ....	150
Tabela 18 -	Correlação entre as atitudes de perdão e o Compartilhamento social entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). ....	151
Tabela 19 -	A correlação entre Emoções e Atitudes de perdão entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). ....	152
Tabela 20 -	Correlação entre compartilhamento social e atitudes frente às recomendações institucionais feitas pela Comissão Nacional da Verdade entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159). ....	156

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNV	Comissão Nacional da Verdade
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
CRV	Comissão da Verdade e Reconciliação
TRS	Teoria das Representações Sociais
CNA	Congresso Nacional Africano
CONADEP	Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas
CNPPT	Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura
PCP-SL	Partido Comunista da Path Peru-Luminoso
AI5	Ato Institucional número 5
PNDH 3	Plano Nacional de Direitos Humanos
RS	Representação Social
LAI	Lei de Acesso a Informação
CV's	Comissões da Verdade
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
O.M.E	Ordem Média de Evocações
SPSS	<i>Statistical Package of Social Sciences</i>
EVOC	<i>Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations</i>

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1	<b>COMISSÃO DA VERDADE</b> .....	21
1.1	<b>Justiça de transição e comissões da verdade</b> .....	21
1.2	<b>Algumas comissões da verdade</b> .....	26
1.2.1	<u>A Comissão da Verdade da África do Sul</u> .....	26
1.2.2	<u>Comissões da Verdade na América do Sul – Argentina, Chile e Peru</u> .....	31
1.3	<b>A Comissão da Verdade brasileira: motivações, abrangências e fragilidades ...</b>	<b>38</b>
1.3.1	<u>O regime militar brasileiro</u> .....	39
1.3.2	<u>A Lei da anistia</u> .....	42
1.3.3	<u>A Comissão Nacional da Verdade</u> .....	46
2	<b>O ESTUDO DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO</b> .....	52
2.1	<b>Teorias psicológicas e sociais sobre a memória e o esquecimento</b> .....	52
2.1.1	<u>A memória e o esquecimento em nível individual e social</u> .....	52
2.1.2	<u>Memória social e coletiva</u> .....	54
2.2	<b>Memória e esquecimento, a história e suas manipulações</b> .....	58
2.2.1	<u>Memória e esquecimento, história e verdade</u> .....	58
2.2.2	<u>Manipulações da memória e do esquecimento</u> .....	61
2.2.3	<u>Manipulações e sua relação com a narrativa e com a identidade</u> .....	63
2.2.4	<u>Exemplos na história mundial</u> .....	68
2.3	<b>O dever de lembrar e a necessidade de esquecer – o traumático e as formas de perdão</b> .....	71
2.3.1	<u>O trauma e o perdão – entre o dever de lembrar e a necessidade de esquecer</u> .....	71
2.3.2	<u>A anistia – a instituição do perdão do esquecimento</u> .....	76
3.2	<b>O estudo da Comissão Nacional da Verdade à luz da teoria da memória social e da teoria de representações sociais</b> .....	86
4	<b>TEORIA DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA ARTICULAÇÃO COM AS TEORIAS DA MEMÓRIA</b> .....	92
4.1	<b>Conceitos e estrutura das representações sociais</b> .....	92
4.1.1	<u>Abordagem Estrutural e a comparação das representações</u> .....	98
4.2	<b>Aproximações entre as teorias da memória social e das representações sociais</b> .....	103
5	<b>MÉTODO</b> .....	110

5.1	<b>Tipo do estudo</b> .....	110
5.2	<b>Lócus do estudo e participantes</b> .....	110
5.3	<b>Instrumentos</b> .....	111
5.3.1	<u>Tarefa de evocação livre de palavras</u> .....	112
5.3.2	<u>Formulário de caracterização sócio demográfica</u> .....	112
5.3.3	Formulário para análise do envolvimento e posicionamento sobre a Comissão Nacional da Verdade .....	113
5.4	<b>Aspectos éticos</b> .....	115
5.5	<b>Procedimento de coleta de dados</b> .....	116
5.6	<b>Procedimento de análise dos dados</b> .....	116
5.6.1	<u>Análise estrutural das evocações</u> .....	117
5.6.2	<u>Análise estatística dos questionários</u> .....	119
5.6.2.1	Teste t para comparação de médias .....	120
5.6.2.2	Testes de correlação de Spearman.....	121
6	<b>A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E QUESTÕES RELATIVAS AO MOMENTO ATUAL DO BRASIL</b> .....	123
6.1	<b>Caracterização do grupo estudado</b> .....	123
6.2	<b>Conteúdos articulados de memória e representações sociais da comissão nacional da verdade</b> .....	124
6.2.1	<u>Percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade, situação atual do país, violência, direitos humanos e igualdade social: suas relações com orientação política e conhecimento sobre a Comissão Nacional da Verdade</u> .....	124
6.2.1.1	Percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade.....	125
6.2.1.2	Situação atual do país .....	131
6.2.1.3	Violência, direitos humanos e igualdade social .....	136
6.2.2	<u>Percepções sobre a Comissão Nacional da Verdade e suas correlações</u> .....	138
6.2.2.1	Síntese dos resultados dos modelos de correlação .....	157
6.3	<b>Representação social da Comissão Nacional da Verdade e suas variações entre grupos</b> .....	159
6.3.1	<u>Estrutura da Representação social da Comissão Nacional da Verdade para o grupo geral de estudantes</u> .....	159
6.3.2	<u>Comparação de estruturas representacionais da Comissão Nacional da Verdade entre subgrupos em função de características sócio demográficas, políticas e de conhecimento</u> .....	163

6.3.2.1	Comparação entre sexos.....	163
6.3.2.2	Comparação em função do “conhecimento sobre a CNV” .....	166
6.3.2.3	Comparação em função da “orientação política” .....	169
7	<b>A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E SUAS REPRESENTAÇÕES: LEMBRAR OU ESQUECER?</b> .....	176
7.1	<b>Percepções sobre a Comissão Nacional da Verdade</b> .....	177
7.2	<b>Situação atual do país</b> .....	184
7.3	<b>Violência, direitos humanos e igualdade social</b> .....	187
7.4	<b>Síntese</b> .....	188
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	191
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	195
	<b>APÊNDICE A</b> – Instrumento de coleta de Evocações Livres de Palavras .....	204
	<b>APÊNDICE B</b> – Instrumento de Caracterização Sócio demográfica .....	205
	<b>APÊNDICE C</b> - Formulário para análise do envolvimento e posicionamento sobre a CNV .....	206
	<b>APÊNDICE D</b> – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	212
	<b>APÊNDICE E</b> - Dicionário de padronização das evocações referentes a comissão nacional da verdade .....	213
	<b>APÊNDICE F</b> - Dicionário de variáveis do EVOC .....	216
	<b>ANEXO A</b> – Parecer do Comitê de Ética.....	217

## INTRODUÇÃO

A Comissão Nacional da Verdade brasileira se configura como um instrumento para a promoção do esclarecimento público das violações de direitos humanos cometidos por agentes do Estado na repressão aos opositores no período de 1964 até 1985. Esta comissão foi estipulada pela Lei número 12.528 de novembro de 2011 e instalada em maio de 2012. Sua atuação levou aproximadamente dois anos e, ao seu término, foi divulgado um extenso relatório contendo as informações levantadas ao longo de seu período de trabalho.

A CNV defende que a memória e a verdade sobre o período de repressão devem vir a conhecimento da população para que não voltem a acontecer e para que possa haver reconciliação. Na “busca pela memória e verdade” foram utilizados documentos da época do regime militar disponibilizados pela Lei de Acesso a Informação; pesquisas anteriormente realizadas sobre os mortos e desaparecidos; cooperação e diálogo com comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias, sindicais e de seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (BRASIL, 2014).

A finalização do trabalho da comissão gerou extenso relatório final, contendo as informações sobre a CNV e seus resultados. O relatório foi levado a conhecimento público em 2014. Desde então vem sendo alvo de pesquisas acadêmicas em diversas áreas do conhecimento, como a comunicação social e as ciências políticas.

Na área da comunicação social pode-se citar o trabalho realizado por Martins e Moura (2016) que teve por objetivo identificar de que maneira os jornais Folha de S. Paulo e O Globo se posicionaram discursivamente no período da instalação da Comissão Nacional da Verdade no país. Sanglard e Neves (2016) analisaram o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e a cobertura jornalística conferida a ele para refletir sobre a revisão e ressignificações do período histórico da ditadura militar na contemporaneidade.

Enquanto na área das ciências políticas, Neves (2012) buscou avaliar a criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil e o esforço desta para integrar direitos humanos e meios democráticos de apurar violações passadas. Vasconcelos (2013) objetivou examinar as diferentes estratégias adotadas pelos governos civis pós-autoritários, nos âmbitos da verdade, da memória e da justiça, para o enfrentamento do legado de violações de direitos humanos das ditaduras militares no Brasil (1964-85) e na Argentina (1976-83).

A presente investigação se insere no campo da Psicologia Social, sendo esta uma disciplina autônoma, que tem por objeto específico a análise da interação social (SÁ, 2005). Tem como enfoque a teoria da memória social proposta inicialmente por Halbwachs (2006).



Para o autor,

O que subsiste em nosso pensamento não são imagens totalmente prontas, mas está na sociedade todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, pois a memória sempre está relacionada a grupos e/ ou fatos sociais. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que muda segundo o lugar que se ocupa e, esse mesmo lugar, muda segundo as relações que se mantem com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006, p. 81).

Vista dessa forma, como afirma Le Goff (1996), a memória se refere a uma atividade que contém tanto uma dimensão biológica, quanto uma dimensão social. Biológica porque a atividade mnemônica do cérebro intervém em centros nervosos muito complexos. A dimensão social se relaciona à aproximação da memória com fenômenos ligados a esfera das ciências humanas e sociais.

Sá (2005) articula uma sistematização entre vertentes de foco individual e social acerca da memória. O autor propõe quatro eixos orientadores, sendo que os dois primeiros consideram a memória como uma construção feita em função de recursos proporcionados pela sociedade, porém, quem de fato se lembra e se esquece de algo são os indivíduos que participam dessa sociedade. Os demais eixos consideram que emoção, afeto e motivação são sempre partes integrantes das versões do passado, construídas pela memória e que a sua construção, manutenção e transmissão dependem sempre da interação e da comunicação social. (SÁ, 2005, 2007, 2008, 2011, 2012, 2013, 2015).

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o conhecimento, atitude e as representações sociais da Comissão Nacional da Verdade.

A atitude é um dos conceitos mais estudados em psicologia social e recebeu diversas definições em distintas épocas. Para Lima (2006), trata-se de “um construto hipotético” referente à tendência psicológica expressa em avaliação favorável ou desfavorável de uma entidade em especial. Esta definição permite a compreensões de atitude como um modo de reação a objetos e pessoas, bem como uma tendência a agir ou pensar em certas circunstâncias (ATKINSON et al., 2002; DEUTSCH, 1999). Para Fagundes et. al (2012), os estudos envolvendo representações sociais e atitudes são importantes porque estão intimamente vinculados à prática apresentada pelas pessoas, sendo um meio interessante de compreender como os sujeitos se comportam e como justificam ou se posicionam em relação às suas ações.

Para Huyssen (2014) a cultura contemporânea é obcecada pela memória, enquanto o esquecimento é malvisto e, na melhor das hipóteses, aparece como uma parte inevitável da memória.

Segundo Ricoeur (2007) as versões do passado que se perpetuam na construção de memórias, o que é lembrado ou o que é esquecido, precisa ser compreendido num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão – fenômenos estes que revelam um espectro de estratégias tão complexos quanto o da própria memória.

Para Sá (2015),

Uma memória persiste porque foi objeto de uma construção social, ou seja, de um investimento por parte de pessoas e grupos sociais. Caso isso não ocorresse, o fato ou circunstância a que ela se refere teria simplesmente “caído no esquecimento”. A tendência dos acontecimentos e mesmo das situações prolongadas é passar, serem esquecidos. Os que permanecem, ou seja, que são lembrados, é porque tiveram sua memória socialmente construída e mantida ou, como também comumente se diz, “cultivada”. (SÁ, 2015, p. 3).

A memória e o esquecimento social nesta pesquisa são analisados considerando os processos pelos quais um fato social tende a ser mantido por um grupo de indivíduos como alvo de construção de uma memória ou tende a cair no esquecimento.

Levi (1988) foi um dos pioneiros a mencionar as tensões relacionadas à oposição entre o dever de memória e a necessidade de esquecimento. O autor, como um dos poucos sobreviventes dos campos de concentração nazista, pensava que havia uma espécie de dever de memória que poderia resultar num legado para as gerações futuras, evitando que barbáries como essa voltassem a ocorrer. Mas sentia também a necessidade do esquecimento, tamanho foi o trauma vivido e a vergonha daquilo que os seres humanos chegaram a fazer com outros seres humanos (SOARES, 2012). Este pensamento abriu espaço para se pensar onde o dever de memória se enquadra dentro do âmbito jurídico e como pode contribuir para o fortalecimento da democracia.

A Comissão Nacional da Verdade é analisada de forma a identificar o respaldo de jovens estudantes ao resgate realizado pela CNV de questões relativas às violações dos direitos humanos ocorridos durante o regime militar no Brasil, que ocorreu entre os anos de 1964 - 1985. Para tanto, busca-se identificar nesse grupo social, tendências de suporte ao dever de memória com relação aos fatos ocorridos no passado, afirmado e defendido pela Comissão, como também tendências à negação do que a Comissão objetivou, demonstrando a necessidade de esquecimento de questões relativas ao passado.

Esta pesquisa foi apoiada pela teoria geral das representações sociais (TRS) e pela teoria da memória social, conforme citado anteriormente. A TRS foi desenvolvida por Moscovici (1961) e por sua teoria complementar, a abordagem estrutural, proposta por Abric (1976).

Moscovici, ao inaugurar a teoria geral, propunha questões relativas a uma problemática específica: como é apropriada, transformada e utilizada pelo homem comum uma teoria científica; e uma problemática mais geral: como se constrói um mundo significativo? (MOSCOVICI, 2012).

Para o autor este é o funcionamento de uma sociedade pensante, onde os indivíduos não são apenas processadores de informações, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, “produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos” (MOSCOVICI, 1981, p. 98).

Para Moscovici,

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI, 1981, p. 181).

Assim, a formação das representações sociais ocorre quando aquilo que não é familiar, proveniente dos universos reificados, se torna familiar nos universos consensuais. Consideradas pelo autor como “teorias do senso comum”, “uma realidade social, como entende a teoria das representações sociais, é criada apenas quando o novo ou não-familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais” (SÁ, 1993).

A abordagem estrutural sugere uma hipótese a respeito da organização interna das representações sociais. Abric (2003) caracteriza a representação social como um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes que constitui um sistema sócio cognitivo particular, composto por um sistema central (ou núcleo central) e um sistema periférico. (ABRIC, 2003). Para o autor, o sistema central é constituído pelo núcleo central da representação e possui características como estabilidade, coerência e consensualidade, além de ser historicamente determinado. Sua função principal é gerar o significado da representação. O sistema periférico é constituído pelos elementos periféricos da representação. Abric (1994) considera este sistema como um complemento indispensável ao sistema central, pois é ele que promove a interface entre a realidade concreta e o sistema central. Caracterizam-se pela flexibilidade, adaptatividade e heterogeneidade quanto aos conteúdos, “é ele que atualiza e contextualiza constantemente as determinações normativas do sistema central” (SÁ, 1996).

Contudo, é o levantamento do núcleo central que permite o estudo comparativo entre as representações sociais, pois é ele que possibilita a identificação das diferenças e semelhanças básicas entre as representações.

Pesquisas empíricas que buscam ter seus dados analisados à luz das teorias de memória, em grande parte dos casos se limitam a analisar de que maneira estas memórias são construídas por determinados grupos. O esquecimento e os processos envolvidos em sua formação frequentemente não são alvo de pesquisas de campo, sua construção é realizada no campo meta-teórico, de revisão da literatura já existente.

Acredita-se ser relevante a realização de pesquisa exploratória que busque verificar os mecanismos que atuam na elaboração do que virá a se constituir como memória e/ou como esquecimento. Neste processo, é dada ênfase para a observação entre a afirmação do dever de memória ou de uma necessidade de esquecimento com relação às violações de direitos humanos ocorridos no período do regime militar no país (1964 à 1985).

Foram desenvolvidos estudos sobre Comissões da Verdade de outros países. No Chile (ARNOSO, CARDENAS E PÁEZ, 2014), na Argentina (ZUBIETA et al, 2013) e Peru (ESPINOSA, SCHMITZ & CUETO, 2015).

Esses estudos foram importantes para a construção do delineamento da presente pesquisa. Eles partiram de premissas psicossociais e estão entre os poucos já realizados em países da América Latina sobre o tema. A construção metodológica da presente pesquisa teve os estudos mencionados como base.

Na pesquisa realizada no Chile, Arnoso, Cárdenas e Páez (2014) buscaram analisar o impacto psicossocial da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação (1990) e da Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura (2003) na opinião pública, assim como emoções e atitudes relacionadas ao processo de verdade, justiça e transição resgatados pelas comissões. Para isto, foi realizado um estudo quantitativo em quatro regiões do país. A amostra foi de mil e duzentos participantes de ambos os sexos, entre 18 e 90 anos. As variáveis de caracterização sócio demográfica abrangiam também nível socioeconômico e orientação política. Os resultados mostraram que a maior parte dos participantes aprovava o trabalho das comissões instauradas no país, corroborando a ideia de aprender com os erros passados a fim de evitar repeti-los. Os participantes que se mostravam favoráveis à busca pela verdade e memória justificavam seu posicionamento afirmando que este resgate evitaria que a violência se repetisse na sociedade, e também pelo direito de familiares das vítimas de conhecerem a verdade sobre o que aconteceu nos anos de repressão. Uma parcela menor dos participantes expressou desacordo com a ideia de abrir velhas feridas. Os posicionamentos

que davam preferência ao esquecimento estavam relacionados às consequências que os grupos atribuíam a esta lembrança, pois remexer o passado causaria mais dor e poderia gerar reações, abrindo novos ciclos de vingança.

Na Argentina o estudo foi desenvolvido por Zubieta et al (2013) e teve por objetivo analisar o grau de conhecimento e aprovação das pessoas sobre o trabalho realizado pela “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas” (1983), bem como a eficácia percebida e a incidência do posicionamento ideológico nestas avaliações. Para tanto, foi utilizado o método descritivo correlacional, com sujeitos de ambos os sexos. No total foram quatrocentos e setenta participantes, com idade entre 18 e 83 anos, de quatro regiões do país. Os dados revelaram importantes diferenças em função do posicionamento ideológico dos participantes. Aqueles que se consideraram de direita julgaram menos efetivos os trabalhos da comissão no auxílio em criar uma história integradora, também como menos efetivos os trabalhos da comissão de julgar os responsáveis pelos crimes ocorridos no período de repressão e de colaboração para que episódios desse tipo não voltem a acontecer no país. Destaca-se que quanto mais de direita se posicionavam os indivíduos, menor era a informação que possuíam a respeito do tema (ZUBIETA ET AL, 2013).

No Peru a pesquisa foi desenvolvida por Espinosa, Schmitz & Cueto (2015) e buscou analisar o impacto da Comissão da Verdade e Reconciliação em um conjunto de atitudes sociais e políticas de estudantes de uma universidade de Lima-Metropolitana. Para tanto foi desenvolvido um estudo correlacional com uso de questionários com 99 estudantes. Quase metade dos participantes do estudo afirmaram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre a CRV e as situações que levaram à sua instauração como uma instância de justiça transicional. O desconhecimento sobre a CRV se vinculou a um maior acordo com as atitudes frente ao esquecimento e uma atitude mais favorável frente à violência como mecanismo de controle social, aspectos que aparecem como fatores de risco na prevenção de ciclos de vingança ou no surgimento de novas formas de violência. Os resultados obtidos mostram que um maior conhecimento da CRV está associado a atitudes mais positivas sobre a mesma. De maneira específica, os que reportaram maiores níveis de informação sobre a CRV apresentaram uma maior valoração e aprovação do trabalho da mesma. Consistentemente, os resultados mostram que um maior conhecimento da CRV vai associar-se com maiores níveis de compartilhamento social, tanto sobre a comissão quanto sobre a época de violência.

Considerando o exposto, o objetivo geral deste estudo é analisar o conhecimento, as atitudes e as representações sociais da Comissão Nacional da Verdade e a incidência do posicionamento ideológico nessas construções psicossociais entre estudantes universitários.

Desta forma, esta pesquisa busca verificar de que forma o posicionamento ideológico dos participantes influencia na percepção da CNV e temas que permeiam esta percepção como a análise da situação atual do país e questões relacionadas à violência, direitos humanos e igualdade social. Esta análise permitirá observar a influência da ideologia política na manutenção da memória do regime militar brasileiro.

Busca-se, assim, contribuir metodologicamente para preencher a lacuna existente no país de pesquisas exploratórias analisadas a luz do campo em construção da teoria psicossocial da memória, em que considere também o esquecimento, com o foco no contraponto entre dever de memória e a necessidade de esquecimento.

Esta tese é composta por sete capítulos. Os quatro capítulos iniciais contém a fundamentação teórica que embasa a pesquisa e abordam os temas da comissão da verdade como justiça de transição; o estudo da memória e do esquecimento; comissões da verdade e sua relação com a memória e com o esquecimento; a TRS e sua articulação com estudos da memória.

O quinto capítulo contém o método utilizado na realização da pesquisa empírica, a descrição detalhada da amostra de participantes, as técnicas de coleta e análise de dados. O sexto capítulo trata dos resultados e discussão de cada um dos diferentes instrumentos utilizados na pesquisa. O sétimo capítulo trata da análise inferencial dos resultados de maneira global, apontando os principais aspectos encontrados na pesquisa. Por fim, encontram-se as considerações finais e referências bibliográficas utilizadas na construção da presente tese de doutorado, bem como seus anexos.

## 1 COMISSÃO DA VERDADE

O objeto da presente pesquisa se refere à Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada no Brasil no ano de 2012. Esta se refere ao resgate da memória de violações de direitos humanos ocorridas no período de vigência do Regime Militar no país (1964-1985). A CNV seguiu exemplos internacionais e se configura no âmbito internacional como uma das formas de tentativa de se fazer justiça às vítimas e seus familiares, o que pode variar de formato de acordo com as exigências e propostas de cada país. A fim de traçar um panorama do objeto deste estudo, inicialmente serão analisadas as comissões dentro do contexto de sua formação, objetivos e funções nas sociedades em que foram implementadas. Na sequência serão elucidadas algumas experiências de comissões anteriores à CNV.

### 1.1 Justiça de transição e comissões da verdade

Para Bevernage (2011), a instalação de comissões da verdade se configura como uma das formas de Justiça de Transição que “abrange a área de atividade e pesquisa relacionada à maneira como as sociedades lidam com o legado de violações de direitos humanos, atrocidades em massa ou outras formas de trauma social severo” (MEZAROBBA, 2009, p. 375).

Para a autora, o primeiro conceito, de justiça, se refere aos princípios legais internacionais, que exigem o julgamento de criminosos e outras formas mais amplas de justiça, tais como programas de reparação e mecanismos de busca da verdade. O segundo conceito, de transição, diz respeito à principal transformação política pela qual passa um regime, que muda de um governo autoritário ou repressivo para outro democrático e eleito, ou de um período de conflito para a paz ou estabilidade.

De acordo com Lima et al. (2013), os tribunais de Nuremberg podem ser considerados marcos na forma de se olhar para atrocidades contra os direitos humanos cometidas no passado. Com eles a indiferença com relação a essas violações foi abandonada e, neste sentido, Mezarobba (2009) considera que esses tribunais iniciaram o que passou a ser chamado de justiça de transição. Para a autora,

A história moderna da Justiça de Transição tem origem na primeira guerra mundial, mas só com a derrota da Alemanha, Itália e Japão em 1945, e a consequente instalação do tribunal de Nuremberg, o desenvolvimento de programas de desnazificação, na Alemanha, e a elaboração de legislação para compensar as vítimas do nazismo, inicialmente sob a orientação dos aliados e, mais tarde, do

parlamento da própria Alemanha ocidental, ela passaria a ser entendida como “extraordinária e internacional”. (MEZAROBBA, 2009, p. 374).

Para Lima et al. (2013), passou-se a considerar a exposição do passado, juntamente com a da verdade histórica, como uma forma de possibilitar o afloramento e fortalecimento da democracia. Isto fez com que a decisão entre julgar os responsáveis por tais violações e esquecer o ocorrido somente fosse tomada após a revelação da verdade.

De acordo com Lima et al. (2013), a justiça de transição se encontra no âmbito do direito internacional e recebe este nome por tratar do período em que um estado de exceção se transforma em um estado de direito. Para Mezarobba (2009) a justiça de transição se vale de duas fontes primárias para fazer um argumento normativo em favor do confronto do passado, são elas:

Primeiro, o movimento de direitos humanos que influenciou sobremaneira o desenvolvimento desse campo, tornando-o autoconscientemente centrado nas vítimas. Os praticantes da justiça de transição tendem a perseguir estratégias que acreditam ser consistentes com os direitos e interesses das vítimas, dos sobreviventes e dos familiares das vítimas. Segundo, a legislação internacional de direitos humanos e da legislação humanitária da qual baseia-se a justiça de transição para argumentar que países em transição possuem certas obrigações legais, que incluem a interrupção dos abusos de direitos humanos, a investigação de crimes do passado, a identificação dos responsáveis por tais violações, a imposição de sanção àqueles responsáveis, o pagamento de reparação às vítimas, a prevenção de abusos futuros, a promoção e preservação da paz e a busca pela reconciliação individual e nacional. (MEZAROBBA, 2009, p. 381).

Portanto, a noção de direitos humanos possui forte relação com a justiça de transição e permeia as fontes de argumento para a revisão do passado em situações de transição democrática. Esta norteia-se para direitos e interesses das vítimas, dos sobreviventes e dos familiares das vítimas; e, enquanto legislação internacional, argumenta que países em transição possuem deveres legais que se impõem como obrigações que os Estados são obrigados a seguir.

Para Mezarobba (2009) esses deveres podem ser cumpridos separadamente, mas não são alternativos uns aos outros. Devem ser cumpridos de boa fé pelos governos, que precisam encontrar seu caminho para implementar esses mecanismos e fazer o máximo possível dentro das limitações que se tem. Para Lima et al. (2013) os sucessos e fracassos destes instrumentos de justiça de transição dependem de vários aspectos, tais como: a situação do país; o quanto as vítimas estão abertas a visitar o passado; a necessidade de reconhecimento do Estado ou de grupos opositores de que as violações realmente ocorreram; e a garantia de financiamento das atividades.



Portanto, como afirma Bevernage (2011), os instrumentos da justiça de transição oferecem base legal para investigações de violações passadas, ocorridas sob a égide de um estado de exceção, pautadas no direito à verdade, à memória e à não-repetição. “Trata-se de ações no presente que visam estabelecer um corte temporal que possa eliminar ou, ao menos, reduzir uma perturbadora presença do passado no presente” (BEVERNAGE, 2011, p. 20). Mezarobba (2009) especifica essas ações da seguinte forma:

Geralmente envolve uma combinação de estratégias judiciais e não judiciais, complementares, tais como processar criminosos; estabelecer comissões da verdade e outras formas de investigação a respeito do passado; esforços de reconciliação em sociedades fraturadas; desenvolvimento de programas de reparação para aqueles que foram mais afetados pela violência ou abusos; iniciativas de memória e lembranças em torno das vítimas; e a reforma de um amplo espectro de instituições públicas abusivas (como os serviços de segurança, policial ou militar) em uma tentativa de se evitar novas violações no futuro. (MEZAROBBA, 2009, p. 384).

Sendo assim, a responsabilidade é garantir a compreensão dos eventos do passado estabelecendo um amplo cenário dos acontecimentos ocorridos durante o período de repressão política ou guerra civil; contar a amnésia, o silêncio e a negação destes períodos; a sua ênfase na vítima; e proporcionar um efeito catártico (BEVERNAGE, 2011). Seu objetivo é possibilitar a reconciliação frente às violações dos direitos humanos, por meio de um conjunto de instrumentos que, segundo Lima et al. (2013), podem variar entre as comissões da verdade, tais como pagamento de indenizações, reformas institucionais, incentivo a leis que permitam o acesso a informações de instituições públicas.

Para Mezarobba (2009) a ênfase das transições recai sobre momentos históricos determinados, como, por exemplo, o ocorrido na África do Sul em 1994: quando uma sociedade vira uma nova página ou gesta um novo começo. Um país em transição é um país que está emergindo de uma ordem particular e que não tem certeza sobre como responder aos desafios da nova ordem; uma transição implica não apenas em mudança de autoridades, como também de vontade política e desejo de restaurar (ou instalar) a democracia e o Estado de Direito a fim de que sejam implementadas obrigações de direitos humanos.

Sendo assim, a instalação de comissões da verdade se configura como uma das formas de justiça de transição, ou seja, uma das possíveis maneiras de recuperar as obrigações legais impostas pela legislação internacional dos direitos humanos, na qual se sustenta a noção de justiça de transição. Possuem, portanto, o mesmo histórico e características semelhantes, enfatizam os objetivos da justiça de transição, especialmente no que diz respeito ao conhecimento da verdade e da memória, pois, para Mezarobba (2009),

A memória dos anos de violência é, no presente, uma questão política e de justiça. O maior paradoxo das novas democracias encontra-se na convivência da recordação, um movimento em direção ao passado, com o compromisso de criação de uma nova história no presente, um olhar para o futuro. A busca pela verdade do passado é antes uma ação de rejeição à impunidade e ao desrespeito aos direitos, um valor ético e uma ação política. As Comissões de Verdade e a luta por justiça criaram condições para se pensar em uma convivência democrática, na qual a publicidade da exceção promova a política como a livre partilha de memórias. (MEZAROBBA 2009, p. 382).

Para Haynner (2001) elas enfocam o passado para trazer questões de abuso em certos períodos, funcionam por tempos definidos, depois dos quais entregam relatórios, são sancionadas e autorizadas pelo Estado e é isto que as distingue de comissões de indagação não oficiais. Para Bevernage (2011), não são órgãos jurisdicionais, mas podem recomendar julgamentos ou anistia; são temporárias, tipicamente durando de seis meses a dois anos; têm como marco final de seu trabalho a entrega de um relatório; são sancionadas, autorizadas e têm seu mandato definido pelo Estado. Para Cornejo et al. (2013), são organismos temporários nomeados por uma autoridade oficial, com o objetivo de investigar graves violações de direitos humanos ocorridas no passado. O relatório final lembra e transmite o que aconteceu às gerações posteriores. Elas compartilham um interesse historiográfico por estabelecer uma verdade oficial sobre o que ocorreu no passado e promover pactos sociais para a convivência futura, orientando-se ao reconhecimento da história “reprimida” ou “negada” da violência exercida a certos grupos sociais (HAMBER et al., 2000).

Para Espinosa et al. (2015), os objetivos comuns das comissões da verdade são: a identificação dos abusos anteriores, o reconhecimento público da existência e as características dos abusos e, finalmente, a prestação de contas sem castigo penal para os autores. Por tal motivo se tem estabelecido que as comissões da verdade podem servir, a longo prazo, para alcançar objetivos como prevenir os ciclos de vingança, evitar novos crimes de guerra e o ressurgimento da violência coletiva.

Oropeza (2009) lembra que, quando se tenta discutir ou avaliar a experiência das comissões, é difícil deixar de lado as enormes expectativas que as criações destas instâncias geram em contextos tão sofridos. Para Haynner (2001), as Comissões da Verdade são entes difíceis e controversos; eles dão uma tarefa imensa quase impossível, com tempo e recursos insuficientes; devem lidar com mentiras descaradas, negações enganosas e dolorosas, quase inenarráveis memórias das vítimas.

De acordo com Lima et al. (2013), a primeira comissão foi criada em 1974 e, desde então, já foram instituídas mais de 40 comissões em países de todo o mundo. Em cada país em que foi implementada a comissão se apresentam características particulares, de acordo

com o tipo de violações dos direitos humanos ocorridos durante o Estado de exceção, bem como as medidas desejadas e cabíveis pelos governantes que as implementaram. “A reconciliação como objetivo, pode ou não constar no mandato, o que significa que não haverá reconciliação se não estiver explícita no documento” (LIMA et al., 2013, p. 55). Haynner (2001) afirma que são corpos com poderes mais reduzidos que as cortes, sendo suas investigações passíveis de uso para processos penais posteriores.

Para o autor, no período de 1974 a 2009 haviam sido implementadas quarenta comissões da verdade, recebendo diferentes nomes: cada uma possuía elementos característicos de uma comissão e se reconhecem publicamente a prática de graves violações de direitos humanos em diferentes contextos históricos, políticos, sociais e culturais. Apesar de o maior número de comissões colocadas em prática ter sido em países africanos, governos de todo o mundo têm tratado esse assunto com grande seriedade, fazendo com que o número de comissões crescesse rapidamente nos últimos anos (LIMA et al., 2013).

De acordo com o relatório final da comissão do Brasil (2015), há referências à experiência embrionária de Uganda com a instituição de uma Comissão de Inquérito sobre o Desaparecimento de Pessoas, em 1974. Depois disso, até o ano 2000, formaram-se Comissões da Verdade nos seguintes países: Bolívia (1982), Argentina (1983), Uruguai (a primeira Comissão em 1985), Zimbábue (1985), Uganda (a segunda Comissão no ano de 1986, para esclarecer violações durante os últimos anos do regime de Idi Amin), Chile (a primeira em 1986), Nepal (em 1990), Chade (1991), Alemanha (1992), El Salvador (1992), Sri Lanka (1994), Haiti (1995), África do Sul (1995), Equador (a primeira em 1996), Guatemala (1999) e Nigéria (1999). A partir do ano 2000, formaram-se as seguintes Comissões da Verdade: Uruguai (a segunda comissão no ano 2000), Coreia do Sul (2000), Panamá (2001), Peru (2001), República Federal da Iugoslávia (2001), Gana (2002), Timor Leste (2002), Serra Leoa (2002), Chile (a segunda comissão em 2003), Paraguai (2004), Marrocos (2004), Carolina do Norte, EUA (2004), República Democrática do Congo (2004), Indonésia e Timor Leste (2005), Coreia do Sul (a segunda comissão em 2005), Libéria (2006), Equador (a segunda comissão em 2008), Ilhas Maurício (2009), Ilhas Salomão (2009), Togo (2009), Quênia (2009) e Canadá (2009).

Considerando o seu efeito exemplar, algumas comissões serão descritas a seguir: aquelas implantadas na África do Sul (mais conhecidas) e em países da América Latina região que, como um todo, sofreu de 1960 a 1980 com regimes militares), em especial Argentina, Chile e Peru (também por essas terem sido a fonte inicial para a elaboração do

instrumento desta pesquisa. Por fim será apresentada a Comissão da Verdade instituída no Brasil, sendo esta a última dos países da América Latina até o momento.

## 1.2 Algumas comissões da verdade

Diante das explicações conceituais e teóricas acerca das Comissões da Verdade, serão elucidadas algumas experiências anteriores à CNV com relevância reconhecida internacionalmente. A primeira comissão a ser abordada tem um caráter diferenciado da maioria, pois se trata de uma realidade de violações em consequência de um regime de intensa segregação racial na África do Sul instituído pelo próprio governo, o qual conferia direitos sociais apenas à parcela branca da população. Essa comissão foi amplamente divulgada e possui inquestionável importância na reconstrução dos laços sociais daquele país.

As demais comissões, que antecederam à criação da CNV e serão explanadas a seguir, se referem a contextos próximos à realidade brasileira. São comissões criadas com objetivo de tentativa de reparação de violações de direitos humanos ocorrida sob contextos de ditadura militar, que acometeram grande parte da América do Sul, nas décadas de 1960 a 1980, mediante golpes de Estado com auxílio norte-americano, com pretextos de prevenção à dominação comunista. Aqui serão apresentadas as comissões da Argentina, Chile e Peru e, logo após, com maior detalhamento, a Comissão da Verdade do Brasil, a CNV.

### 1.2.1 A Comissão da Verdade da África do Sul

Segundo Lima et al. (2013), de 1948 a 1994 a África do Sul foi governada pelo Partido Nacional, o qual tinha como característica o *Apartheid*, com a intensificação de medidas segregacionistas. Nesse regime, o país era dividido em grupos étnicos, dos quais os brancos eram os únicos considerados civilizados, deveriam ter autoridade sobre o território e seus interesses deveriam prevalecer.

Para Pinto (2007), a política de *apartheid*, como ficou conhecida a política de segregação na África do Sul, foi institucionalizada no final da década de 1940 e legitimou um sistema totalitário de discriminação racial, espacial, jurídico, político, econômico, social e cultural. No entanto, este país tem experimentado racismo e opressão desde a chegada dos primeiros colonizadores, e sua história é marcada pela separação étnica e pela escravidão. O autor resume a história de segregação da África do Sul da seguinte maneira:

Como reação ao processo de proletarização e segregação dos negros, foi fundado o Congresso Nacional Africano (CNA), em 1912. Em resposta, em 1914, o ex-general bôer, Barry Hertzog, fundou o Partido Nacional (PN), que proclamava um racismo radical e, em 1918, foi fundada a Liga Africânder dos Irmãos, uma organização semi-religiosa que mais tarde se tornou secreta (JONGE, 1991, p. 42). A Liga penetrou rapidamente em todas as esferas da sociedade, em associações culturais, igrejas, sindicatos e partidos. Seu papel foi fundamental na construção de um pensamento conservador e na reafirmação da obsessão por uma pureza racial. (PINTO, 2007, p. 397).

A política de segregação racial do *apartheid* foi oficializada em 1948, com a chegada ao poder do Partido Nacional, que dominou a política por mais de quarenta anos. Entre as absurdas formas de discriminação racial perpetradas por este regime, encontram-se:

O *apartheid* impediu o acesso dos negros à propriedade da terra e à participação política e obrigou-os a viver em zonas residenciais segregadas. A Lei de Registro Populacional, de 1950, garantiu uma rígida hierarquização racial, outorgando direitos políticos, econômicos e sociais desiguais para cada uma das categorias raciais. A lei institucionalizou quatro categorias raciais – branco, mestiço, asiático e negro. A forma de classificação era arbitrária e baseada em critérios de aparência. Ser classificado como negro trazia consequências graves. A Lei das Áreas de Grupo, também de 1950, estabeleceu a separação espacial das categorias raciais, obrigando as pessoas a fixarem suas residências em áreas determinadas. A Lei da Conservação de Diversões Separadas instituiu o uso separado de praias, transportes, piscinas, bibliotecas, banheiros públicos, teatros, cinemas e praças. (PINTO, 2007, p. 397).

O autor menciona um triste episódio considerado um marco do terror das políticas do *Apartheid*. Este fato ocorreu na década de 1960, quando, em reação a este conjunto de leis separatistas, a oposição ao *apartheid* (o Congresso Nacional Africano) lançou uma campanha de desobediência civil, que foi respondida com mais violência. O negro que era pego sem o seu passe, um livrinho de quase cem páginas, era preso e punido, o CNA organizou uma campanha anti-passes e, em 21 de março, uma multidão de voluntários foi arregimentada para se apresentar sem seus passes em frente à delegacia de polícia de Shaperville, em uma demonstração pacífica de resistência. A manifestação foi reprimida com extrema violência, gerando 67 mortos.

Segundo Lima et al. (2013), como forma de repressão o CNA foi declarado ilegal e seu líder, Nelson Mandela, foi preso e condenado à prisão perpétua em 1962. O Massacre de Shaperville provocou protestos no país e no exterior. Em 1969 surgiu o Movimento da Consciência Negra, que lutava pela libertação psicológica do povo e contra a educação inferior e destrutiva dos valores dos povos negros. Durante uma demonstração pacífica, em 1976, muitas crianças foram mortas, gerando assim mais um episódio de terror desse regime. As manifestações eclodiram em outras cidades e em dezesseis meses já havia seiscentos mortos. Esses massacres chamaram a atenção internacional e fortaleceram o CNA, que operava no exílio.

Mesmo em meio a muitos protestos e pressão interna, o regime de segregação restringia ainda mais os direitos da população:

Iniciou em 1984, uma revolta popular contra o *apartheid*, levou o governo a decretar lei marcial, restringindo ainda mais os poucos direitos dos negros. A Organização das Nações Unidas (ONU) reagiu impondo sanções à África do Sul como forma de pressão. Acuado, Pieter Botha promoveu reformas, mas manteve os aspectos essenciais do regime racista. Paralelamente, no mundo todo crescia o movimento pela libertação de Mandela. Em 1989, Botha sofreu um ataque cardíaco e abdicou da função de líder do Partido Nacional. Frederik W. De Klerk chegou à Presidência por meio de eleições em setembro de 1989. No dia 2 de fevereiro de 1990, De Klerk anunciou a legalização do CNA, do Partido Comunista, do Congresso Pan-Africano e de outros grupos de oposição, além da libertação de alguns presos políticos, dentre eles Mandela. A decisão também incluía uma moratória nas execuções de pena de morte e a revogação da censura da imprensa. (PINTO, 2007, p. 400).

O autor lembra ainda que, externamente, o clima de pós-Guerra Fria predominava, e com a nova configuração do sistema internacional, a África do Sul se tornou um problema periférico, que não despertava o interesse de nenhum dos lados e, sem o apoio dos EUA, o regime conservador sul-africano não duraria muito. Como dito, em 1990, Mandela foi libertado e o CNA recuperou a legalidade. As leis raciais foram revogadas e em 1994 foram convocadas as primeiras eleições multirraciais para um governo de transição, nas quais venceu Nelson Mandela.

Para Pinto (2007), em busca de uma nova identidade sul-africana e a fim de evitar as divisões maléficas existentes no país, foi adotada uma nova Constituição em maio de 1997. Alguns partidos continuaram suas tentativas de proteger as minorias, mas, em geral o país embarcou na ideia da unidade.

Para Lima et al. (2013), a fim de esclarecer as violações aos direitos humanos durante o regime segregacionista, foi criada, através da lei de Promoção da Unidade e Reconciliação Nacional, a “Comissão da Verdade e Reconciliação” no governo de Nelson Mandela, em 1995, presidente eleito após o fim do *Apartheid*. A regulamentação da comissão possibilitou medidas, como conceder anistia individual, intimar os envolvidos nos crimes a testemunhar e coordenar um programa de proteção à testemunha.

Para Pinto (2007) a transição na África do Sul, de um longo regime de opressão segregacionista para uma democracia multirracial, se deu de forma surpreendentemente pacífica e negociada. Graças ao exemplo de Nelson Mandela, que foi solto depois de 27 anos de prisão, e à condução moral do arcebispo Desmond Tutu, como baluarte de uma nova forma de justiça, o país não se desintegrou em novas disputas de poder. Apesar de negociada, a transição não resultou em uma anistia geral que levasse ao esquecimento do passado. Para o autor, a principal novidade no processo sul-africano foi a ênfase na verdade e na

responsabilização, uma vez que, em busca da restauração social da sociedade, a punição ficou em segundo plano, dando lugar a uma outra forma de resposta coletiva aos abusos perpetrados por meio de uma justiça restaurativa.

Para Veras (2011), instituída na África do Sul em julho de 1995, e estendendo-se (as sessões públicas) até agosto de 1997, a *Comissão de Verdade e Reconciliação* propõe a criação de uma memória coletiva, de uma história que terá sido escrita nas línguas e pelas línguas de todos aqueles que viveram, sofreram e também sustentaram o *apartheid*. A busca da verdade sobre os excessos do passado foi considerada uma etapa necessária para um processo de reconciliação nacional, que evite o banho de sangue, a vingança, e instaure a paz civil. Dizer a verdade, toda a verdade, a *full disclosure*, é o que se exige de cada um que pede a anistia, que só será dada em casos de graves violações dos direitos humanos durante determinado período do *apartheid*.

Boraine (2000) frisa que a estipulação da abrangência temporal da jurisdição da Comissão de Verdade teve posições divergentes, mas, depois de cuidadosa análise, o Comitê de Justiça do Parlamento decidiu por março de 1960, coincidindo com o banimento das organizações políticas, o recrudescimento da opressão contra a resistência ao *apartheid* e o massacre de Shaperville, até 10 de maio de 1994, data da eleição de Mandela, o primeiro presidente democrático do país.

De acordo com Pinto (2007), esta comissão deu início às audiências em 1996 e foram ouvidos testemunhos de mais de 23 mil vítimas e testemunhas, sendo mais de duas mil em audiências públicas. O relatório de cinco volumes foi publicado em outubro de 1998.

As ideias de justiça restaurativa sofreram críticas, mas seu fundador possuía um firme propósito de reprovação moral e perdão, ao invés de vingança e justiça. Pinto (2007) frisa que:

Quando a África do Sul pós-*apartheid* estabeleceu a Comissão de Verdade e Reconciliação, recebeu duras críticas dos ativistas ocidentais por oferecer anistia aos agentes da opressão. Todavia, os procedimentos foram baseados na ideia de justiça restaurativa e não retributiva. Apesar da anistia, o reconhecimento da verdade e a rejeição social dos atos cometidos funcionaram como um processo de reprovação moral. O arcebispo anglicano Desmond Tutu, um dos maiores defensores das comissões de verdade e da justiça restaurativa, ressaltou que esta visão é baseada não só em ideias cristãs de perdão para aqueles que reconhecem seus erros como também no conceito indígena africano de *ubuntu* que está ligado à busca por harmonia social. Em suas palavras, “um ser humano só é um ser humano por meio de outros e, se um deles é humilhado ou diminuído, o outro o será igualmente”. (PINTO, 2007, p. 405).

O conceito de justiça, neste caso, visa mais o aspecto restaurador do que o punitivo. O entendimento africano é mais restaurativo – não tanto para punir, como para compensar e

restaurar o equilíbrio que foi quebrado. A justiça que se espera é restauradora da dignidade das pessoas. A sociedade se torna parte fundamental no processo, que inclui a vítima como protagonista. O acusado é responsabilizado, mas sua punição tem caráter moral, fazendo com que reflita sobre sua participação no *apartheid* e sobre as consequências de seus atos. Dessa forma, os objetivos da Comissão estavam centrados na unidade nacional e na reconciliação, como oposição ao conflito e às divisões do passado. Pode-se extrair, com base no seu Relatório Final, a “verdade”, o “perdão e a anistia”, o “reconhecimento e restauração” como os três principais objetivos da Comissão a fim de promover a reconciliação:

Verdade – Estabelece um completo cenário das causas, natureza e extensão das violações aos direitos humanos que foram cometidas durante o período discriminado, incluindo antecedentes, circunstâncias, fatores e contexto das violações, além das perspectivas das vítimas e os motivos e percepções das pessoas consideradas responsáveis, conduzindo, para isto, investigações e oitivas. Ninguém de boa fé poderá negar o passado, distorcendo os fatos a favor dos interesses de alguns grupos. Perdão e anistia - O objetivo mais controverso do Ato de instituição da Comissão de Verdade é, sem dúvida, o de facilitar a anistia das pessoas que esclarecerem completamente os fatos relevantes relacionados aos atos associados com objetivos políticos. Mas sua ênfase é clara no reconhecimento e na verdade, mais do que na punição. É psicologicamente vital para as famílias das vítimas saberem o que ocorreu, e esse esclarecimento é também necessário para que haja reparação e compensação adequadas. Por isso, a anistia surge como instrumento de obtenção da verdade. Para obter a anistia, o violador não precisa mostrar remorso, basta convencer a Comissão em audiências públicas de que os atos cometidos tiveram objetivos políticos e que foram amplamente esclarecidos. C) Reconhecimento e restauração - Uma das principais metas expressas no Ato é restaurar a dignidade humana e civil das vítimas, dando-lhes a oportunidade de relatar seu sofrimento relativo aos abusos que sofreram e recomendando medidas de reparação. O pressuposto de que as vítimas e suas famílias precisam de atenção e respeito é a base para a justiça restaurativa. Muitos sobreviventes têm atestado o poder curativo de prestar depoimento perante um oficial da Comissão de Verdade depois de uma vida inteira sendo ignorados, desrespeitados e oprimidos por agentes do Estado. (RELATÓRIO FINAL apud PINTO, 2007, p. 408).

O autor enfatiza que o confronto com o passado foi largamente noticiado pela mídia e as audiências públicas foram acompanhadas em todo o país. A Comissão de Verdade encorajou todos os sul-africanos a refletirem sobre os abusos que cometeram, ainda que estivessem fora da jurisdição da Comissão, que trata somente das graves violações aos direitos humanos, como assassinatos, estupros e tortura. O testemunho das vítimas levou muitos brancos a reconhecerem sua responsabilidade, ainda que por omissão, e a modificarem seus valores e modos de pensar. Esses depoimentos forneceram muito mais do que fatos objetivos ou informações frias. Forneceram a base para uma nova sociedade, cujo lema principal é *nunca mais*.

Com relação aos feitos da Comissão,



Das 21.290 vítimas que apresentaram suas declarações à comissão, esta reconheceu 19.050, às quais se somaram outras 2.975 identificadas ao longo de seu trabalho. Pediram anistia 7.116 perpetradores; foram aceitos 1.312 pedidos e rejeitados 5.143. Outros 2.548 pedidos de anistia foram ouvidos em audiências públicas. Durante 1.888 dias, em 267 lugares diferentes, com uma cobertura midiática permanente, a população sul-africana pôde conhecer, na voz e nas diversas línguas de vítimas e vitimários, as histórias mais pavorosas que ocorreram diante de seus olhos durante os trinta anos anteriores. A sociedade branca sul-africana teve de ouvir de quem, em boa medida, havia considerado os guardiões de seu modo de vida, o relato das maiores atrocidades. Para não correr o risco de serem presos, os criminosos tiveram de relatar de forma exaustiva as histórias de seus crimes diante das vítimas ou de suas famílias. (HILB, 2014, p. 110).

Para Gibson (2004) o relatório final responsabilizou tanto o governo quanto a oposição pelos crimes cometidos, desagradando ambos os lados. O presidente da CNA afirmou que o relatório criminalizou grande parte da luta do povo, já o governo não se comprometeu a pôr em prática as recomendações da comissão.

### 1.2.2 Comissões da Verdade na América do Sul – Argentina, Chile e Peru

De acordo com Ludwig (2009), a ditadura militar argentina ocorreu de 1976 a 1983. O primeiro representante civil eleito nas eleições diretas foi Raul Alfonsín que assumiu a presidência da república em dezembro de 1983. Zubieta et al. (2013) frisam que a Argentina foi o primeiro país da América Latina que experimentou sua transição para a democracia após um conflito armado interno, e o que implementou medidas mais duradouras e abrangentes para alcançar a Verdade e a Justiça.

Logo após assumir o cargo de presidente, Alfonsín estabeleceu a “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas” (CONADEP) a fim de investigar essencialmente o desaparecimento de pessoas durante o regime militar, em cumprimento de seu projeto durante a campanha eleitoral; pelos Decretos 157 e 158 (Executiva Nacional, 1983a, 1983b), o ex-presidente Raul Alfonsin deu ordens para capturar e processar os responsáveis da violência que assolou o país durante vários anos (ZUBIETA et al., 2013, p. 104).

Para a tarefa foram nomeados pelo presidente doze pessoas para fazer parte da comissão. O decreto “estabelece a necessária detenção dos líderes de certos grupos que, organizados de maneira complexa, estabelecem uma forma de política caracterizada pela violência para obter acesso ao poder através do uso da força” (ZUBIETA et al., 2013, p. 104).

Pinto (2010) enfatiza que a comissão argentina inspecionou centros de detenção, cemitérios clandestinos e dependências policiais. “Exilados retornaram para depor e declarações foram tomadas em embaixadas e consulados fora da Argentina. A comissão

trabalhou também com a ajuda dos familiares das vítimas e procurou localizar aqueles que poderiam ainda estar vivos” (PINTO, 2010, p. 102).

O objetivo da comissão era o de esclarecer os fatos relacionados ao desaparecimento de pessoas no território nacional e entre suas atribuições estavam:

Receber reclamações e evidências; a indagar sobre o destino ou o paradeiro das pessoas desaparecidas; descobrir o destino de crianças raptadas com o propósito de combater o terrorismo; averiguar acusações de tentativa de destruição ou ocultação de informações que poderiam ser úteis para esclarecer os casos investigados; e finalmente a elaboração de um relatório final - em um período não superior a 180 dias – o qual explicaria tudo o que foi estudado. (ZUBIETA et al., 2013, p. 106).<sup>1</sup>

Além destes objetivos, de acordo com Zubieta et al. (2013) a Comissão possuía diretrizes que buscavam os princípios de Verdade e Justiça, visavam divulgar o destino dos desaparecidos, bem como bloquear tentativas de impunidade. Entre essas diretrizes gerais estava a de revogar a lei da auto-anistia, a qual propunha deixar sem punição os crimes cometidos com um propósito subversivo, bem como aqueles que foram cometidos com o propósito de prevenir ou por fim a tais ações terroristas ou subversivas.

Para Pinto (2010), a CONADEP contou com o apoio da sociedade civil e também de militares, uma vez que as organizações de direitos humanos permitiram pacto de anistia para militares que participassem do processo de busca e esclarecimento da verdade. Para Zubieta et al. (2013), esta comissão forneceu grande quantidade de material útil para determinar responsabilidades e conscientizar a sociedade sobre o que realmente aconteceu.

O relatório final foi intitulado de “Nunca Más”, possuía aproximadamente 5.000 páginas e documentou casos de aproximadamente nove mil desaparecidos, além de 340 centros de detenção clandestinos, a grande maioria dos quais correspondia a unidades das Forças Armadas ou Segurança, e os nomes de 1351 pessoas de várias profissões, até mesmo religiosas. A comissão de verdade na Argentina despertou a atenção e o interesse internacional, é amplamente mencionada na literatura sobre comissões da verdade e é considerada a primeira das comissões do Cone Sul (PINTO, 2010, p. 136). Dessa forma, Hilb (2014) considera que o trabalho da CONADEP deu à sociedade argentina um relato sóbrio e aterrador “daquilo que aconteceu”, uma descrição, impossível de rebater, do nível de horror e barbárie alcançado pela ditadura militar.

O resultado desse trabalho serviu de base para várias denúncias e para o julgamento de diversos acusados de violações de direitos humanos. Em dezembro de 1985, um tribunal

---

<sup>1</sup> Tradução da autora

condenou a quase todos dos acusados das três juntas militares, por terem cometido por volta de 709 crimes naquele período (ZUBIETA et al., 2013, p.105).

Entretanto, determinado ponto da sentença estabelecia o início de ações legais contra todos aqueles que participaram operacionalmente das atividades de repressão, o que, em seguida, levou à elaboração da Lei conhecida como “Ponto Final”, promulgada em dezembro de 1986. Esta Lei, em seu Artigo 1 “propõe a extinção de qualquer ação penal a pessoas que supostamente participaram da repressão que não foi citada para declarar antes, com exceção dos crimes de substituição do estado civil, e subtração e ocultação de menores” (ZUBIETA et al., 2013, p. 106). O que significava que, se a infração não tivesse sido mencionada até aquele momento, o infrator seria beneficiado com a prescrição do crime.

As autoras afirmam que essa e outras Leis que davam benefício a violadores de direitos humanos, contribuíram para que grande parte dos autores de crimes cometidos sob o manto de um infame poder estatal fossem deixados fora do âmbito judicial. Sendo assim, embora a intenção dessas leis fosse a de dar por encerrado o trágico período de repressão na Argentina, tiveram um efeito contrário para a sociedade, pois permaneceu o sentimento de impunidade. Sob o slogan “Nunca Mais” tornou-se necessário saber não só o que aconteceu, mas também julgar e condenar todos os responsáveis para que a sociedade resgatasse a ideia de que a lei poderia prevalecer novamente e ser a mesma para todos (ZUBIETA et al., 2013, p. 107).

Para Ludwig (2009), houve grande relutância em aceitar os dados do relatório enquanto verdade por parte das forças armadas; a sociedade como um todo relutou em reconhecer a descrição desses acontecimentos como parte de sua história comum. Entretanto, sob a visão das vítimas na Argentina, verificou-se que, apesar das devidas reparações (indenizações) que lhes foram pagas, não houve reconciliação. Constata-se que muito do sentimento de impunidade foi construído através de pré-acordos de anistia, o que dificultou qualquer processo de coesão social naquele país (LUDWIG, 2009).

O Chile vivenciou por 17 anos (1973-1990) um regime militar que Pinto (2010) considera um dos mais sangrentos do continente. Para Cornejo et al. (2013) o golpe de Estado e o período de ditadura são acontecimentos que impactaram a história do país e as histórias pessoais e familiares de muitos homens e mulheres. Para eles, trata-se de uma ruptura de caráter traumático, tanto para a história coletiva como para a subjetividade de todos os chilenos, especialmente para aqueles que foram vítimas diretas das violações de direitos humanos ocorridas nesse período.

Para Morales e Cornejo (2013), durante a ditadura e posteriormente a ela, a prisão política e tortura não foram reconhecidas oficialmente como parte da história do país. Neste período, os testemunhos das vítimas foram silenciados, o que não permitiu construir uma memória histórica do país com respeito às ações de violência de seu passado recente. Naquele período, a prisão política e a tortura foram práticas de repressão massiva e sistemáticas, implementadas como políticas de Estado no Chile. Para eles, o

Objetivo foi anular aos dissidentes ao regime mediante o dano infringidos a eles e suas famílias, bem como a ameaça para o restante da sociedade (Lira e Castilho, 1991), instaurando a desconfiança, a rigidez e a violência como formas de resolução de conflitos (Barreto e Borja, 2007). A dor, o pânico e angústia gerados pela tortura dão conta de uma dimensão sinistra desta experiência que não encontra representação mental homologável, determinando desestruturação não só a nível psíquico, mas também identitário e corporal nas relações sociais e nos sistemas de valores. (CORNEJO, et al. 2013, p. 198).<sup>2</sup>

Após a ditadura de Pinochet, algumas foram as iniciativas do governo para criar uma Comissão da Verdade. O presidente Patricio Aylwin estabeleceu, em abril de 1990, a “Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação” (CNVR) para investigar abusos ocorridos naquele período da história. A comissão tinha poderes para investigar apenas aquelas violações que terminaram em morte ou desaparecimento; outras, como por exemplo tortura, não poderiam ser investigadas pela comissão. Devia reunir antecedentes que permitissem individualizar as vítimas e estabelecer seu paradeiro, recomendar medidas de reparação para seus familiares e medidas legais e administrativas que permitissem prevenir violações dos direitos humanos (CHILE, 1991). Isto fez com que a comissão fosse muito criticada por organismos internacionais.

Pinto (2010) afirma que a comissão trabalhou por nove meses e identificou 3.400 casos de pessoas que foram submetidas à política de repressão com resultado de morte, e onde o governo chileno, através de agentes trabalhando sob suas ordens, foi o responsável. Seu relatório final foi publicado em fevereiro de 1990. A maior contribuição desta comissão da verdade foi a de dar a possibilidade ao governo de reconhecer oficialmente a violência e demonstrar a reprovação moral do passado.

Segundo o autor,

O presidente Aylwin pediu formalmente desculpas em nome do Estado a todas às famílias das vítimas e pediu às forças armadas para reconhecer seu papel na violência. Muitas das recomendações escritas no relatório foram postas em prática como, por exemplo, a criação de uma Corporação Nacional para Reparação e Reconciliação para definir reparações financeiras e outras compensações como benefícios médicos e educacionais às vítimas. (PINTO, 2010, p. 137)

---

<sup>2</sup> Tradução da autora

Em agosto de 2003 foi instituída uma nova comissão da verdade no Chile, a “Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura” (CNPPT), a qual estabeleceu lista de pessoas que sofreram privação de liberdade e tortura por razões políticas perpetradas por agentes do Estado (sem que estas resultassem em morte de vítima) (CHILE, 2004). Cornejo et al. (2013) assinalam que

Em 2003, no âmbito da proposta sobre direitos humanos "Não existe amanhã sem ontem", formou-se a Comissão Nacional de Prisão Política e Tortura, com o objetivo de determinar, segundo certos antecedentes, quem eram as pessoas que sofreram privação de liberdade e tortura por motivos políticos, por atos de agentes do Estado ou de pessoas a seu serviço, no período compreendido entre 11 de setembro de 1973 e 10 de março de 1990. (CORNEJO et al., 2013, p. 198).<sup>3</sup>

De acordo com Arnoso et al. (2012), esta comissão deveria propor medidas de reparação para aquelas pessoas reconhecidas como prisioneiras políticas ou torturadas. Em uma primeira etapa - de novembro de 2003 a maio de 2004, esta Comissão recebeu os depoimentos de 35.865 pessoas, entrevistadas em sua sede em Santiago, em 42 províncias e em 40 países, por consulados e embaixadas chilenas no exterior.

Segundo Cornejo et al. (2013), seu relatório foi apresentado oficialmente para a população em novembro de 2004, e continha explicação de como se desenvolveu a CNPPT, bem como critérios e propostas de reparação para as vítimas reconhecidas, bem como “uma lista das 27.255 pessoas que a Comissão reconhece como vítimas de privação política de liberdade e tortura por motivos políticos, produto de ações repressivas de agentes e instituições do Estado” (CORNEJO et al, 2013, p. 200).

Estas comissões não celebraram audiências públicas, somente entrevistas privadas. Seus relatórios foram conhecidos pela população por meio de quem exercia o cargo de presidente na época. De acordo com dados dos relatórios finais, no conjunto, a CNVR e a CNPPT estabeleceram que o Chile havia produzido mais de três mil mortes por causas políticas e mais de 28 mil casos de prisão política ou tortura (CHILE, 2004).

Para Arnoso et al. (2012), após a entrega dos relatórios foram estabelecidas leis que geraram um amplo plano de reparações e incluíram: indenizações econômicas, benefícios de saúde e educação, atenção psicossocial e de saúde mental, entre outros. No que se refere à memória coletiva e seus símbolos, foram criados monumentos e memoriais nos lugares que oficiaram como centros de detenção e tortura, convertidos atualmente em parques ou museus.

---

<sup>3</sup> Tradução da autora

No que se refere à justiça, foram realizados mais de 600 julgamentos contra agentes da ditadura.

Para Lorena (2011), entre os anos 1980 e 2000 o Peru passou por um dos processos mais violentos de sua história republicana; nenhuma outra guerra interna ou externa que o país sofreu se compara a este período de violência, nem com relação ao número de mortes, nem com relação à sua duração ou extensão geográfica no território nacional. Para o autor, embora o conflito armado tenha cumprido todas as características para ser considerado uma guerra civil, essa denominação nunca foi usada para se referir a esse período de violência. Os títulos mais usados são “Era do Terrorismo” ou a denominação oficial de “Conflito Armado Interno”.

Para elucidar os motivos que geraram essa crise, o autor enfatiza que, no ano de 1980, o país passou por importantes processos políticos em favor de uma modernização institucional e estava em um cenário de retorno à democracia. Porém, não conseguiu se consolidar como uma nação em que a maioria da população estava adequadamente inserida nos sistemas econômico, político, social ou legal. Assim, importantes setores da população estavam praticamente sem assistência de um Estado que não era capaz de oferecer os serviços e condições mínimas indispensáveis para o exercício da cidadania. As extremas diferenças socioeconômicas e a profunda exclusão social serviram de gatilho para o início da violência que se instalou com a decisão do Partido Comunista da Path Peru-Luminoso (PCP-SL) de iniciar sua ação armada.

Assim, de acordo com a CRV (2004), a origem do processo de violência foi a decisão da liderança do PCP-SL de iniciar a chamada "guerra popular" contra o Estado peruano. Diante disso, para o autor,

A responsabilidade direta atribuída a esse grupo particular não elimina, por outro lado, a influência fundamental de fatores históricos e contextuais que permitiram desencadear os 20 anos de conflito que afetaram o país. Embora seja verdade que o PCP-SL decidiu livremente iniciar uma luta armada, não o fez no vácuo, mas em um contexto favorável para que sua iniciativa tenha sucesso e se expanda e se intensifique a níveis de violência nunca antes registrados na história do país. Peru. (LORENA, 2011, p. 270).<sup>4</sup>

Ou seja, a responsabilidade do conflito é atribuída ao Partido Comunista, por ter se revoltado contra as condições precárias oferecidas pelo governo à população. Essa revolta, em um contexto que se justifica pelas precárias inserções da maioria da população ao acesso a bens e serviços, foi respondida com mais violência e truculência por parte do governo, o que

---

<sup>4</sup> Tradução da autora

acarretou em 20 anos de guerra para a população peruana. Com relação ao tipo de violência sofrida pela população naquele período, o autor assinala que:

O período descrito faz parte da descrição conceitual da violência política, entendido como o uso intencional da força contra um grupo ou uma comunidade por coletivos organizados, a fim de apoiar certos fins políticos; e que resulta em morte, dano físico e / ou psicológico às pessoas expostas a ele (Ubillos, Beristain, Garaigordobil & Halperin, 2011). De maneira consistente com o que foi analisado no caso peruano, esse tipo de violência implica a expressão de um conflito referente a necessidades, valores ou interesses básicos das partes envolvidas e responde aos interesses coletivos. Além disso, consiste em uma sucessão de ameaças e atos de agressão que raramente são circunscritos a um único evento (de la Corte, Sabucedo e de Miguel, 2006). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2011) a violência política inclui em sua taxonomia todas as formas de guerra, conflitos violentos, terrorismo e a violência de um Estado contra grupos antagônicos a ele. (LORENA, 2011, p. 272)<sup>5</sup>

Para Velázquez et al. (2011), consistente com outros processos de violência política estudados, o Conflito Armado Interno peruano causou vários traumas nos níveis individual, interpessoal e coletivo, bem como crise política, econômica e social. “O período de violência desses anos levou ao colapso do tecido social e da comunidade, que afetou todos os processos de mobilização social política e fortalecimento institucional projetado para início dos anos 80” (VELÁZQUEZ et al., 2011, p. 200).

Assim, após o período de violência e o fim do regime de Fujimori, a necessidade de reforçar os processos de participação social e ação coletiva ressurgiu como uma forma de denunciar publicamente a violência, a corrupção e a degradação do sistema político no Peru (ESPINOSA; CUETO; SCHMITZ, 2012; VELÁZQUEZ et al., 2011). Várias medidas foram tomadas durante o governo de transição do presidente Valentín Paniagua (2001) para alcançar esses objetivos. Um deles foi a criação da Comissão da Verdade, em 4 de junho de 2001. Espinosa et al. (2015) lembram que,

Três meses depois, esta decisão foi ratificada e complementada durante o governo do Presidente Alejandro Toledo (2001-2006), onde finalmente o nome da comissão é mudado para a Comissão de Verdade e Reconciliação. Em 13 de novembro de 2001, a comissão iniciou suas atividades com a recepção dos depoimentos das vítimas, seus familiares ou testemunhas de crimes, violações de direitos humanos e atos de violência no país durante os anos 1980-2000. (ESPINOSA et al., 2015, p. 162).<sup>6</sup>

De acordo com os autores, o objetivo geral da CRV do Peru foi investigar graves violações dos direitos humanos cometidas durante o conflito armado interno, e analisar as condições e comportamentos políticos, sociais e culturais que as instituições da sociedade e estaduais contribuíram para acomodar a situação de violência que o país passou.

---

<sup>5</sup> Tradução da autora

<sup>6</sup> Tradução da autora

De acordo com o Relatório Final da CVR, a violência armada resultou em quase setenta mil mortes ou desaparecimentos, sendo que 35% dos mortos ou desaparecidos vieram das regiões mais pobres do país, 55% trabalhavam em atividades agrícolas em contextos rurais e mais de 75% tinham outra língua nativa como língua materna (CVR, 2003). Estabeleceu-se então, como mencionado, que a exclusão social e a discriminação foram as causas históricas que favoreceram o surgimento de conflitos, e ressaltou-se que as pessoas mais afetadas corresponderiam a um perfil racial, étnico e social sem acesso ao poder.

Espinosa et al. (2015) frisam que o Relatório Final da CVR também informa que o PCP-SL foi responsável pelo assassinato ou desaparecimento de 54% do total de fatalidades do Conflito Armado Interno; enquanto os Agentes do Estado - Forças Armadas e Polícia foram responsáveis por aproximadamente 37% dos mortos e desaparecidos, sendo a porcentagem de vítimas fatais remanescentes atribuíveis a outros atores envolvidos no processo de violência ou fatalidades onde a responsabilidade do grupo vitimizador não foi possível determinar (CVR, 2004).

Para Lorena (2011), no Peru, a Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) desempenhou um papel transcendental, não apenas para estabelecer a magnitude da violência política dos anos 1980-2000, mas também para recomendar as medidas que permitiriam a reparação da violência política e o dano produzido nas pessoas. Esta comissão notou a necessidade dos seguintes reparos: simbólicos; de saúde; na educação; restituição de direitos; econômicos; e reparos coletivos.

Para Espinosa et al. (2015), diante desse panorama, é importante mencionar que a CVR do Peru ajudou no processo de superação do conflito armado interno e da reconciliação social no país por meio um acordo, com a necessidade de reconhecer o que aconteceu e construir uma história comum na tentativa de desenvolver uma confiança institucional e quebrar ciclos de vingança para impedir o retorno de violação dos direitos humanos.

### **1.3 A Comissão da Verdade brasileira: motivações, abrangências e fragilidades**

Presente em muitos países do mundo, a comissão da verdade é um assunto relativamente novo no Brasil. Enquanto outros lugares se utilizaram deste instrumento de justiça de transição para reparar violações aos direitos humanos logo após a troca de um regime totalitário para a democracia, no Brasil isto ocorreu quase trinta anos depois das primeiras eleições diretas ocorridas no país, após o regime militar (1964-1985).



### 1.3.1 O regime militar brasileiro

Para Tavares e Agra (2009) não se pode tentar vislumbrar uma única causa para a eclosão, no Brasil, do golpe militar de 1964, pois vários foram os autores envolvidos e várias as causas que deflagraram o movimento. Entre os anos de 1950 a 1964 houve várias tentativas, no Brasil, de interferências no poder político estabelecido por meio de golpes de Estado, entretanto a única bem sucedida foi a que deu o poder aos militares em abril de 1964. No período de 1950 a 1954 um gesto trágico impediu o golpe,

No período de 1950 a 1954, época do governo constitucional de Getúlio Vargas, o golpe fora desarticulado somente depois do gesto trágico do suicídio de Getúlio, que trouxe uma imensa comoção às ruas e impediu o golpe. Até a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek houve algumas tentativas de quebra institucional, mas todas abortadas pelo apoio de militares nacionalistas, destacando-se a figura do Marechal Henrique Teixeira Lott, incansável trabalhador da legalidade democrática. (TAVARES; AGRA, 2009, p. 70).

Quando o presidente eleito Jânio Quadros de forma inesperada renuncia ao seu mandato, em 1961, a situação política se complica. Este presidente era um político populista de direita que, com sua renúncia, esperava retornar ao poder com poderes ditatoriais, acreditando que o vice seria impedido de assumir e suplicariam para seu retorno ao poder. João Goulart era o vice-presidente, de tradição getulista, interessado em seguir propostas nacionalistas. Na ocasião da renúncia Goulart estava na China, em missão oficial. Inicialmente os chefes militares não concordaram em dar posse ao vice-presidente, porém, devido à ampla mobilização popular, e ao apoio de militares ligados ao projeto nacionalista, houve um acordo pelo qual foi permitida a posse de Goulart, mas em um sistema de governo parlamentarista, o qual teve duração efêmera (TAVARES; AGRA, 2009).

O projeto nacionalista de Goulart era diretamente oposto ao processo internacionalista defendido pelos mais conservadores. A luta por reformas estruturais levou a uma grande mobilização popular e reivindicações da população mais pobre apavoraram as elites dominantes. Isto fez com que setores golpistas iniciassem a propagação do medo para atrair a classe média. Para as autoras,

Reunidos na Escola Superior de Guerra (ESG), no IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e no IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), juntamente com a colaboração estreita do governo dos Estados Unidos, através do coronel Vernon Walters e da CIA, os setores golpistas começaram a realizar intensa campanha publicitária, de forma a iniciar o medo ao perigo comunista e atrair a classe média para os desígnios de quebrar a ordem constitucional estabelecida. (TAVARES; AGRA, 2009, p. 72).

A realização do comício em 13 de março de 1964, em frente à Estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em defesa das Reformas de Base defendidas pelo movimento nacionalista, contou com a participação de aproximadamente duzentas mil pessoas. Segundo Tavares e Agra (2009), ele pode ser considerado o estopim da crise, pois, em resposta, setores conservadores endureceram contra o governo e contaram com a colaboração da grande imprensa e do movimento “marchas da família, com Deus, pela liberdade”.

Os autores assinalam ainda que o golpe de Estado ocorreu de fato em 1 de abril de 1964. Em um primeiro momento não houve uma adesão maciça das Forças Armadas, mas, diante da hesitação do Presidente da República, a ruptura institucional foi realizada sem maiores resistências. Por falta de reação por parte do governo João Goulart, os setores nacionalistas e populares não puderam esboçar obstáculo.

Para Mezarobba (2009), da mesma forma que aconteceu em países do Cone Sul, o regime militar brasileiro (1964-1985) foi estruturado de forma a disseminar o medo e desmobilizar a sociedade. Com essa finalidade, além de classificar como inimigos do Estado todos aqueles que se opunham às suas ideias, fez uso dos mais diversos expedientes para perseguir e punir seus opositores. Para Daltoé (2016), as ditaduras que marcaram a história da América Latina a partir da década de 60 não aconteceram sem que houvesse forte enfrentamento contra aqueles que, em nome de uma determinada Segurança Nacional, prometiam “nos defender” da ameaça do comunismo.

Com a implementação das medidas ditatoriais a arbitrariedade do regime foi se tornando cada vez maior,

Quando a maioria da população começou a tomar conhecimento de que o lapso democrático não seria temporário, houve a organização de resistência ao arbítrio implementado. Setores da classe média, o movimento sindical e o clero progressista iniciaram mobilizações para se opor à ordem estabelecida, o que provocou um endurecimento no regime, com a promulgação do AI-5, a mais monstruosa de todas as leis arbitrárias existentes no Brasil à época. (TAVARES; AGRA, 2009, p. 73).

Segundo Canabarro (2014), pode-se dizer que, no período da ditadura militar, foram violados com mais frequência os direitos humanos. Com o panorama da época, a participação social foi expressamente limitada, a liberdade de expressão não era permitida, ao contrário, duramente reprimida. Nesses períodos, cabia aos cidadãos respeitar ordens autoritárias, calar-se e conter-se com as regras e normas editadas pelo Estado e, portanto, quanto mais dócil era a postura do cidadão, melhor seria sua vida por não ameaçar a nação. Se na Europa se vivenciava o processo democrático, com o Maio de 1968, com clamor à liberdade de expressão, no Brasil, por sua vez, se experienciava o auge do autoritarismo, com o Ato

Institucional número 5 (AI5). Vivia-se num mundo à parte, longe de qualquer forma de manifestação da liberdade ou de “imaginação ao poder”. Em outras palavras, o poder significava a repressão do cidadão, a imaginação era para os militares e não para a sociedade civil.

Para Mezarobba (2009), entre as infrações e crimes cometidos pelos militares estão as demissões sumárias de servidores públicos, as aposentadorias compulsórias, a suspensão de direitos políticos, a cassação de mandatos, a perseguição a sindicalistas e líderes estudantis, a perda de vaga em escola pública ou a expulsão de escola particular, a expulsão do país, o exílio forçado, as práticas de detenções arbitrárias, o uso da tortura, os sequestros, estupros e assassinatos.

Segundo Tavares e Agra (2009), a tortura era usada como instrumento para obter confissões e depoimentos dos prisioneiros políticos. Dentre as técnicas implementadas podem ser citadas: extração de dentes, afogamentos, isolamento em cubículo exíguo, soro-da-verdade, torturas químicas, torniquetes, espancamentos, choques elétricos, entre outros. É bastante farta a evidência das torturas praticadas no mencionado período, o que atesta que os militares não tiveram nenhum tipo de respeito pelos direitos humanos, nem pela preservação física e psíquica dos cidadãos. Contudo, os militares nunca reconheceram essas práticas.

Tavares e Agra (2009) afirmam que os atingidos pela repressão eram, em sua imensa maioria, jovens, 38,9% (trinta e oito ponto nove por cento), com idade inferior a vinte e cinco anos. Também se pode dizer que a maioria daqueles que se levantaram contra o arbítrio eram membros da população residente em cidades, o que se caracterizava como um “fenômeno eminentemente urbano”, concentrando-se principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Ainda de acordo com Tavares e Agra (2009), comparado com a ditadura chilena ou mesmo argentina, o exemplo brasileiro fica muito aquém, proporcionalmente, em termos quantitativos. Presume-se que cerca de trezentas pessoas morreram vítimas de arbitrariedades praticadas pelas forças de segurança. Contudo, o número de pessoas que foram torturadas é muito maior, algo em torno de vinte mil cidadãos. Ou seja, a repressão foi disseminada contra toda a população brasileira que discordasse do governo, muitas vezes atingindo pessoas inocentes. Mas, não resta dúvida de que os principais atingidos foram as pessoas ligadas a organizações de esquerda.

A repressão provocou sérias consequências em relação aos direitos dos cidadãos. A suspensão das garantias democráticas por si só já se mostra como um crime inenarrável. Não se deve esquecer dos cidadãos que sofreram coerção por órgãos governamentais ou sofreram

abalos psicológicos pelo temor das condutas acintosas aos direitos fundamentais. Nesse número, por exemplo, não estão computados todos aqueles que acabaram sendo levados aos porões da ditadura militar, expostos a toda sorte de pressões psicológicas. A ausência de liberdades constitucionais provocou uma mitigação na cultura de cidadania da população, privando-a de desenvolver suas capacidades e de desenvolver seu senso republicano, o que, de forma tautológica, se mostra como um crime dos mais aberrantes.

### 1.3.2 A Lei da anistia

Para Tavares e Agra (2009), com a falência do modelo econômico, em 1979, não mais se encontravam presentes as condições para manter a ditadura. Tem início, então, um lento processo de abertura. Inicia-se um período de transição, em que a Lei da Anistia garante impunidade para violadores de direitos humanos, pois:

Pensada para encerrar a questão das punições inserida em um processo de libertação do regime arbitrário, com a sanção, em 1979, da Lei nº 6.683, os militares atenderam principalmente aos anseios de impunidade dos próprios integrantes do aperto de repressão, negando por completo os anseios de perseguidos políticos e da sociedade. A situação permanecia basicamente a mesma durante todo o período de transição e a primeira década do novo regime. O processo só iria adquirir novos contornos com a gradual perda de poder dos militares, o fortalecimento da democracia no país e a crescente incorporação dos direitos humanos na agenda nacional. (MEZAROBBA, 2009, p. 82).

De acordo com Tavares e Agra (2009), setores da sociedade civil começaram a se engajar contra a ditadura: a igreja católica, sindicatos, estudantes, os intelectuais, todos começaram a contestar de forma dura o Regime. Essas condições propiciaram a formação do movimento das (eleições) “diretas já”, única manifestação, até essa data, que foi suportada pela maioria da população. A situação do governo se tornou incontrolável; manifestações com a participação de mais de um milhão de pessoas fizeram com que o governo começasse a dialogar com a oposição. Apesar do grande apoio da população, a abertura política e a queda do regime militar demoraram a acontecer no país, e não houve uma ruptura, pois apoiadores da ditadura continuaram ocupando cargos políticos.

Houve uma eleição indireta, sem participação popular e com a maioria dos representantes indicados pelo governo. Foi eleito Tancredo Neves, um político conservador que colaborou com a queda militar. Isso não era uma mudança significativa dos itinerários políticos. A maioria dos homens políticos do regime anterior continuaram no poder. Tancredo Neves morre e é empossado seu vice José Sarney, um político que sempre colaborou com a ditadura e somente ao final rompeu com os militares. Durante seu governo, a maioria das forças políticas que colaboraram com a ditadura mantiveram suas posições, sem poder se falar de uma transição política como na Espanha e em Portugal. O governo Sarney pós ditadura,

fora um governo ligado a forças reacionárias com a participação efetiva de grande parte de políticos que colaboraram com o regime anterior. Ele fora marcado pela luta contra a inflação, com o sucesso apenas na vigência do “Plano Cruzado”, pela manutenção de práticas de corrupção e pela ausência de políticas de redistribuição de renda. No final de seu governo, o presidente Sarney ostentava baixíssimos índices de aprovação popular. (TAVARES; AGRA, 2009, p. 90).

Logo, não se pode falar de uma ruptura com o governo anterior. O novo governo tratou de convocar uma Assembleia Constituinte, que começou seus trabalhos em 1987, e nessas condições nasce a Constituição de 1988, chamada de “constituição cidadã”. Com limitações impostas pelos setores dominantes e a existência, ainda, de um terço dos senadores nomeados pelos ditadores, sem voto popular, o povo fez pressão de forma inédita sobre o trabalho dos parlamentares. O resultado foi um texto bastante avançado para o momento, onde as exigências reprimidas por muitos anos da sociedade foram atingidas (TAVARES; AGRA, 2009, p. 82).

A Constituição Cidadã oferecia bases legais para a revisão e reparação de violações de direitos humanos perpetrados por agentes do Estado durante o regime militar. Para Tavares e Agra (2009), depois da entrada em vigor da Constituição Cidadã diversas vezes se levantaram pleiteando indenizações às vítimas da ditadura e punição aos crimes cometidos. Contudo, foi muito demorada a contemplação da legislação internacional dos direitos humanos, na qual se ampara a Constituição de 1988, com relação às vítimas da violência no Brasil. Entretanto, algumas iniciativas merecem destaque, especialmente com relação ao direito à verdade e ao dever de reparar. O direito à verdade teve uma iniciativa da sociedade civil e uma outra iniciativa vinda do governo, ambas de suma importância para a compreensão das atrocidades do período. Entretanto, o dever de reparação foi, em especial, financeiro, destinado às vítimas e seus familiares.

Em certa medida o direito a verdade foi contemplado, no início do processo de acerto de contas, mas não por iniciativa do Estado brasileiro. Elaborado a revelia do governo, resultado do esforço de um pequeno grupo de defensores dos direitos humanos, sob o auspício da Arquidiocese de São Paulo e do Conselho Municipal de Igrejas, e baseado apenas em episódios registrados em processos do STM, em 1985 foi lançado o livro *Brasil: nunca mais*. Resultado da obsessão militar, de registrar tudo o que acontecia, inclusive as denúncias de tortura apresentadas pelos presos durante os tribunais, o livro possibilitou a compreensão em detalhes, de como operava o aparato de repressão e durante muitos anos foi considerada a única “versão oficial” dos fatos. O Estado brasileiro só começou efetivamente a cumprir seu dever de revelar a verdade para as vítimas, seus familiares e toda a sociedade, com a publicação, em agosto de 2007, de uma obra de aproximadamente 500 páginas, com a história de todos os casos que passaram pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e entrevistas com seus integrantes. (MEZAROBBA, 2009, p. 386).

Em Direito à Memória e à Verdade, pela primeira vez um documento oficial do Estado brasileiro atribuiu a integrantes das forças de segurança crimes, como tortura, estupro, esquartejamento, decapitação, ocultação de cadáveres e assassinato de opositores do regime militar que já estavam presos e, portanto, impossibilitados de reagir. Consta da obra que ao término dos trabalhos da comissão, foram derrubadas as versões oficiais, que diziam que as vítimas haviam sido mortas durante tentativa de fuga, titoteios, ou que teriam cometido suicídio. O livro relatório fala em “terror de estado”, sustenta que as vítimas “morreram lutando como opositores políticos de um regime que havia nascido violando a constitucionalidade democrática erguida em 1946”. (MEZAROBBA, 2009, p. 386).

Com relação ao dever de reparar, para Mezarobba (2009, p. 387) o Brasil:

Há muitos anos vem cumprindo, de distintas maneiras, sobretudo financeiras, seu dever de reparar – embora parem muitas dúvidas a respeito da adequação das compensações ofertadas. As primeiras indenizações às vítimas do regime militar começaram a ser pagas ainda durante os anos de arbítrio, em decisões isoladas ditadas por alguns tribunais. A partir de 1995, com a aprovação da Lei dos Desaparecidos e a instalação da comissão encarregada de analisar os casos encaminhados, além de reconhecer sua responsabilidade pelas mais graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1964 e 1985, o Estado brasileiro também passou a indenizar os familiares de mortos e desaparecidos políticos. Em onze anos de atividade, 475 casos foram apreciados pela comissão que, ao término de seus trabalhos, havia desembolsado cerca de 40 milhões de reais em reparações aos familiares de 353 vítimas – em média, para cada caso foram destinados 120 mil reais. Criada em 2001 por uma medida provisória que posteriormente seria convertida na Lei nº 10.559, com a entrada em funcionamento da Comissão de Anistia também se instituiu a possibilidade do Estado reparar, administrativamente, os prejuízos econômicos infligidos a ex-perseguidos do regime militar. Até dezembro de 2007, mais de 60 mil pedidos de anistia política haviam sido encaminhados à comissão que, no mesmo período, concedeu cerca de 2,9 bilhões de reais em indenizações a 9.620 vítimas dos anos de arbítrio.

Para Tavares e Agra (2009), com relação às reparações promovidas pelos agentes governamentais brasileiros, a União, nos anos 2000, gastou cerca de noventa e três milhões de reais e presumia-se que teria de gastar outros dois bilhões e oitocentos milhões de reais. O grupo dos maiores Estados do país, em média, gastou, no mesmo período, cinquenta milhões de reais. Todavia, cumpre salientar que esse número jamais será conclusivo pela falta de informações confiáveis e completas.

Mezarobba (2009) argumenta que algumas mudanças, ocorridas logo após a transição, no posicionamento do governo brasileiro em relação à questão dos direitos humanos, não foram suficientes para fazer justiça às vítimas do regime militar. Mesmo assim, merecem registro importantes iniciativas de caráter preventivo,

Como a assinatura, pelo então presidente José Sarney, em setembro de 1985, da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos cruéis e degradantes, e a decisão

do presidente Fernando Collor de Mello de destacar o papel da comunidade internacional no monitoramento dos direitos humanos e de receber, pela primeira vez oficialmente no país, um delegado da Anistia Internacional, além de recusar o uso da soberania do Estado brasileiro para encobrir violações de direitos humanos. De qualquer maneira, e a despeito de em 1996 ter sido sancionada a Lei nº 9.299, que transferiu, da justiça militar para a justiça comum, a competência para julgar policiais militares acusados da prática de crimes dolosos contra a vida e, três anos mais tarde, ter sido criado o Ministério da Defesa, o que propiciou algum tipo de controle civil sobre as forças armadas, há dispositivos, como a Lei de Segurança Nacional, que ainda persistem. Incompatível com a Constituição de 1988 e de caráter extremamente autoritário, tal legislação permanece em vigor, em total conflito com a prática democrática. Da mesma forma, continua em uso, contra presos comuns, em delegacias e presídios de todo país, o suplício da tortura. Anterior ao regime militar e constituinte da história brasileira, sua prática aprimorou-se nos porões do arbítrio e se mantém até hoje, mesmo após a sanção da Lei nº 9.455, que desde 1997 tipifica o crime de tortura, o que apenas confirma a noção de que nenhuma democracia pode (ou consegue) colocar rapidamente um fim definitivo a um passado repressivo. (MEZAROBBA, 2009, p. 390).

Com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o assunto adquire sua importância devida. Pela primeira vez na história republicana brasileira, a oposição assume o poder; estabelecia-se, ao menos no plano teórico, um governo de esquerda que discordava das medidas e procedimentos implementados durante a ditadura militar. Recorde-se que, no Brasil, poucas foram as transições pacíficas de poder, mesmo sendo esse um dos critérios de apreciação da consolidação da forma democrática de governo. Logo após a posse, vários perseguidos políticos, que passaram a ocupar importantes postos no governo Lula, começaram a defender a confecção de uma lei de indenização aos que sofreram perseguição política.

Em 2002, o governo promulga a Lei nº 10.559, Lei da Reparação, instituindo indenizações aos cidadãos que foram perseguidos pela ditadura.

Para Pinheiro (2009), diante da história de instituição do regime militar brasileiro e como o aparato militar lidou com aqueles que discordavam do governo, percebe-se que a transição para a democracia e a reparação daqueles que sofreram com as graves violações de direitos humanos ocorreu de forma extremamente lenta no Brasil, principalmente quando comparada a outros países da América Latina.

De acordo com Pinto (2010), em 2009 o governo brasileiro publicou o “Plano Nacional de Direitos Humanos” (PNDH 3), o qual continha, entre outros, o Eixo Orientador VI, o qual diz respeito ao direito à memória e à verdade, e faz remissão ao período da ditadura (1964-1985). Este plano recomendava a criação da “Comissão Nacional da Verdade” (CNV), com a tarefa de promover o esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão dos opositores.

Valendo-se de tudo o que já havia sido feito em termos de tentativa de memória, justiça e reparação, em 2011 é criada a Comissão Nacional da Verdade pela Presidente Dilma

Rousseff, com a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, como uma das providências que o país precisou tomar diante da condenação que sofreu por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), em virtude do episódio conhecido como *Caso Gomes Lund e outros* (“Guerrilha do Araguaia”, 1972-1975), durante a ditadura civil-militar no país (1964-1985) (PINTO, 2007).

### 1.3.3 A Comissão Nacional da Verdade

Para Daltoé (2016), com o intuito de fortalecer uma justiça de transição quase trinta anos depois do fim da ditadura e cinquenta de seu começo, em maio de 2012, com cerimônia realizada no Palácio do Planalto, instalou-se a CNV, afirmando que a verdade era merecida pelo Brasil, pelas novas gerações e, sobretudo, por aqueles que perderam parentes e amigos. Na ocasião a Presidente Dilma Rousseff empossou os membros desta Comissão, para que, no prazo de dois anos, pudessem apurar as violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, que inclui a ditadura (1964-1985). A comissão foi composta por sete brasileiros designados pela presidente da república, “todos de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos” (BRASIL, 2014).

Mesmo que tardiamente, a CNV situou o Brasil entre as dezenas de países que, diante de múltiplos mecanismos da Justiça de Transição, criaram uma comissão da verdade para lidar com o legado de graves violações de direitos humanos. Como afirma Daltoé (2016), com o fim dos regimes ditatoriais por volta dos anos 1980 na América Latina, esses países, esfacelados em seus direitos, precisavam construir a almejada democracia e, ao mesmo tempo, tentar reparar o passado. Nessa busca, muitos deles, atendendo ao cumprimento do eixo previsto pelos próprios Direitos Humanos – direito à memória, à justiça e à verdade –, instalaram suas comissões da verdade, a exemplo de: Bolívia, em 1982; Argentina, em 1983; Uruguai, em 1985; Chile, em 1990; entre outros.

O Brasil foi o último país da América Latina a estabelecer uma Comissão da Verdade, de acordo com o relatório final,

O tempo adquire relevância por permitir que a CNV se beneficiasse dos esforços permanentes tanto de vítimas e de seus familiares e amigos na busca de memória, verdade e justiça, como das instituições que a precederam e conduziram o Estado a assumir a responsabilidade por graves violações de direitos humanos – como a CEMDP, a Comissão de Anistia e as comissões estaduais de reparação. (BRASIL, 2014, p. 40).



Para Daltoé (2016), os cinquenta anos de história não passaram em branco; muito já foi dito sobre esse período da nossa história em importantes filmes, documentários, livros, pesquisas acadêmicas, relatórios organizados por movimentos que militam em prol dos direitos humanos, etc., tanto que a CNV, conforme seu Relatório Final (BRASIL, 2014), considera que seus trabalhos vêm se somar “a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988” (BRASIL, 2014, p. 20).

Portanto, como afirma Daltoé (2016), a CNV não foi a única nem a primeira no sentido de imprimir gestos de leitura e interpretação que buscassem, conforme Indursky (2013), exorcizar a memória desse ciclo sombrio da nossa história; todavia faltava ainda à nação um espaço legitimado pelo Estado para apurar os graves delitos cometidos durante o regime. A CNV vem, portanto, representar um importante instrumento para ajudar a reconstruir essa fase da nossa história sob um outro ponto de vista, a partir do relato das próprias vítimas e/ou de seus familiares nas audiências que promoveu por todo o País. Trata-se de um novo espaço de dizer, de uma narrativa outra.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem como função principal a reconciliação do Estado com a sociedade; trata-se de uma tentativa de recuperar a memória daqueles atingidos pelos processos de violação dos direitos humanos. Para Canabarro (2014) o período de trabalho da CNV foi relativamente curto para todo o contexto histórico a ser investigado.

A perspectiva de reconciliação do Estado com a sociedade brasileira requer sistematização para recuperar a verdade sobre os acontecimentos que marcaram a história recente do Brasil. Entretanto, isso não consiste em apenas trazer à tona os acontecimentos, mas direcionar ações, como:

a) publicizar os processos em que o Estado violou os direitos fundamentais de cidadãos comprometidos com as lutas sociais e não garantiu liberdade de expressão nos períodos autoritários; b) dar conhecimento à população do autoritarismo e violações por parte do Estado; c) revelar atos considerados abusivos para que eles não venham a se repetir na sociedade brasileira. Entende-se que não consiste numa *meaculpa*, visto que os abusos e a violação dos direitos, repetidos tantas vezes, deixaram marcas profundas na memória coletiva. Nesse sentido, acredita-se que gerações que não vivenciaram o momento precisam saber da verdade para compreender qual era o papel autoritário do Estado durante a ditadura militar. (CANABARRO, 2014, p. 216).

Para Schmidt (2014), não cabe à CNV punir ou julgar culpados, mas lançar luz sobre uma série de crimes perpetrados por agentes governamentais, em especial no período da ditadura civil-militar iniciada com o golpe de 1964, esclarecendo suas circunstâncias, motivações e agentes, entre outros aspectos. Alguns, sobretudo aqueles setores identificados

direta ou indiretamente com os governos autoritários, a acusam de “revanchista”, por querer reacender conflitos que deveriam, em sua visão, ter sido esquecidos com a Lei da Anistia de 1979 (nesse caso, a associação entre anistia e amnésia é flagrante). Outros, em especial os militantes de direitos humanos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, denunciam seu caráter limitado e seus precários recursos (incluindo um número reduzido de membros e um tempo curto para as investigações). De qualquer forma, trata-se de uma iniciativa fundamental para que se possa encarar de frente uma série de situações traumáticas próprias desse passado recente que insiste em não passar, e que macula até hoje a nossa democracia. Além disso, a instalação da Comissão Nacional motivou a criação de fóruns congêneres em diversos estados e instituições, como universidades e órgãos governamentais.

Para Pinto (2010), para que a Comissão Nacional da Verdade pudesse realizar seu trabalho foi fundamental a aprovação da Lei de Acesso a Informação (LAI), que garante o acesso a informação de interesse público, pois garantiu maior transparência à administração pública, restringindo a possibilidade de classificação das informações. A CNV também se utilizou do dispositivo da LAI, que veda a restrição de acesso a informações ou documentos versando sobre violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos. A edição da LAI conferiu, ainda, base normativa para o tratamento do vasto repertório documental sobre a ditadura militar disponível no Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça.

A partir de 2005, por determinação presidencial, foram recolhidas ao Arquivo Nacional mais de 20 milhões de páginas sobre a ditadura, inclusive os arquivos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). No mesmo sentido, arquivos estaduais têm recolhido e tratado os acervos dos órgãos de polícia política, bem como de outros setores que estiveram a eles vinculados, como os institutos médicos legais e os órgãos de criminalística. (BRASIL, 2014, p. 32).

Pinto (2010) afirma que a utilização de documentos sobre o aparato repressivo com o auxílio da Lei de Acesso a Informação, se configura como uma inovação da Comissão Nacional da Verdade brasileira, não tendo sido utilizada por nenhum outro país.

Para o autor, outra inovação na forma de trabalho da CNV diz respeito a uma articulação territorial e setorial, uma vez que a CNV foi acompanhada pela constituição de comissões da verdade em todo o país. Essas comissões setoriais ultrapassaram uma centena e podem ser estaduais, municipais, universitárias, sindicais e seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Estas “foram fundamentais especialmente em um país de dimensão continental como o Brasil e possibilitaram ampla mobilização em torno dos temas relacionados à memória, à verdade e à justiça” (BRASIL, 2014, p. 34).

As comissões locais não foram subordinadas à comissão nacional e tiveram seus trabalhos aprimorados pela Resolução nº 4, de 2012, a qual estabeleceu que, em princípio, a CNV não duplicaria procedimentos abertos e em curso no âmbito das comissões estaduais da verdade, ou de quaisquer outras comissões de natureza semelhante (BRASIL, 2014). Para Pinto (2010), isto evitou a superposição de investigações sobre fatos e circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos. A autonomia dessas comissões parceiras permitiu que seus mandatos sobrevivessem ao encerramento dos trabalhos da CNV.

Outras parcerias foram importantes para que a CNV realizasse seus trabalhos. Para Canabarro (2014), a parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é uma das principais, pois esta elabora processos, reúne documentação que auxilia na investigação de casos e de processos de crimes que há muitos anos estão arquivados sem um parecer final. Como a OAB tem representação praticamente em todo o Brasil, essa parceria é relevante, pois, dessa forma, se consegue recuperar documentos e processos em várias instâncias da justiça.

Canabarro (2014) afirma que a CNV buscou parceria com as universidades brasileiras para investigação dos processos em que professores e funcionários foram prejudicados durante o período da ditadura militar. A comissão enviou ofícios a universidades brasileiras, solicitando informações sobre os processos em que professores e funcionários foram afastados das instituições, perseguidos politicamente, aposentados compulsoriamente, ou desaparecidos durante a ditadura militar. Pessoas ligadas às universidades foram perseguidas por possuírem projetos de pesquisas contrários ao regime político da época. Essa parceria tornou possível um levantamento sobre a repressão que os professores sofreram. Com tais informações, delineou um quadro sobre a repressão no Ensino Superior, visto muitos terem sido afastados e obrigados a buscar exílio político fora do país.

A parceria CNV e Universidade visou delinear uma memória elucidativa sobre o período investigado, visto já ter produção intelectual sobre este período que foi a base para investigações da comissão. A reconstrução da história dos estudantes foi mais difícil, pois o trabalho precisa reunir documentação que se encontra em órgãos de repressão ou arquivos públicos. Os documentos sobre os estudantes são mais esparsos, visto estes terem sido fichados no Doi-Codi e demais órgãos de repressão. Por outro lado, os mesmos estudantes de ontem e os de hoje são os mais participativos nas ligas ou entidades para a garantia dos processos democráticos no Brasil.

Para Canabarro (2014), além das universidades, muitas instituições sofreram perseguições dos militares; as mais repressivas também tiveram punições, incluindo militares

que não compactuaram com o regime. A CNV, por sua vez, tomou depoimentos de ex-militares contrários ao regime e eles relatam ter sofrido repressões por não obedecerem a ordens implantadas pelo novo regime. Muitos militares se opuseram ao regime e foram presos, cassados, perderam os salários e patentes; isso demonstra que o rigor do novo regime não poupou nem mesmo seus pares. Na tentativa de recuperar a memória dos militares, a CNV criou um grupo especial destinado a investigar esses casos.

Canabarro (2014) destaca as complexidades da sistematização das informações da CNV, para o autor,

A CNV foi informada de que muitas fontes desapareceram ou foram queimadas pelos militares como uma forma de ocultamento de uma memória. Sabe-se que muitos documentos eram comprometedores e, por isso, foram descartados ou destruídos e, por essa razão, a coleta de depoimentos orais é fundamental para a construção da verdade histórica. A tarefa de conscientizar as pessoas a dar os seus depoimentos é delicada neste processo, visto, como se salientou, que parte da documentação escrita fora descartada, sobressaindo-se, nesse sentido, os depoimentos das pessoas que vivenciaram tais períodos históricos. Por essa razão, dar um depoimento é quase uma tarefa cívica para a construção de uma memória coletiva sobre a história. Muitas pessoas possuem documentos que podem revelar aspectos significativos sobre os acontecimentos históricos. A disponibilidade das pessoas colaborarem com a CNV é fundamental para compor um panorama que visa à elaboração de um relatório com os processos investigados. (CANABARRO, 2014, p. 220).

O conjunto dessas informações é fundamental para conhecermos as próprias experiências históricas. O papel de recuperação de uma verdade histórica necessita o constante confronto de informações de diferentes fontes históricas: documentos relativamente recentes da história do Brasil; documentação oficial do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia Federal e das Forças Armadas do Brasil. Muitos desses documentos, porém, são complexos e fragmentados em virtude do descarte feito por autoridades da época, temendo que a verdade fosse revelada. Por outro lado, embora fragmentados, tais documentos importam ao processo de confrontação de informações da época com as recentes fontes orais que foram produzidas em todo o Brasil.

Com todas as dificuldades, o aparato de auxílio ofertado pela CNV e se valendo de iniciativas anteriores, no final de 2014 as comissões da verdade criadas em colaboração técnica enviaram seus relatórios à CNV, que, em 10 de dezembro de 2014, entregou um documento final à Presidência da República, contendo 1.996 páginas que reúnem todo o processo de levantamento de informações e depoimentos colhidos de vítimas, familiares de vítimas, militares, etc. (DALTOÉ, 2016).

Para Daltoé (2016), embora após a entrega do Relatório a CNV tenha sido desfeita, os objetivos a que se propunha não foram esgotados, precisando o Brasil ainda percorrer um

longo caminho na tentativa de atender a um dos propósitos principais da própria Comissão: a reconciliação do país consigo mesmo.

Portanto, conforme o Relatório (BRASIL, 2014), em seu capítulo 1, o material deveria ser lido como repositório de um conjunto robusto de informações, documentalmente comprovadas, mas que não encerram a busca da verdade relacionada à prática de graves violações de direitos humanos no período investigado. Essa luta por verdade, memória e justiça no Brasil deveria prosseguir após o encerramento dos trabalhos da CNV (BRASIL, CNV, 2014, p. 44).

A continuidade já era inclusive prevista pela Lei nº 12.528, como um dos objetivos da CNV: “recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional” (artigo 3º, inciso VI). Atendendo à tarefa, a CNV, na cerimônia de entrega do Relatório Final, apresentou à Presidente Dilma Rousseff um total de 29 recomendações, que propõem a adoção de 17 medidas institucionais, 8 iniciativas de reformulação normativa e 4 medidas de seguimento das ações e recomendações da Comissão.

Dentre as recomendações, destaca-se a de número 28: Preservação da memória das graves violações de direitos humanos, que reforça a necessária continuidade dos trabalhos de apuração dos crimes cometidos pelo Estado, de modo que se possa apaziguar, de certo modo, a dor e o prejuízo das vítimas, como também trazer à tona uma história que, para muitos, ou foi esquecida ou ainda hoje é desconhecida. É preciso lembrá-la sempre, redizê-la, ressignificá-la, repará-la, uma vez que, durante e desde o fim da ditadura, muito se tem feito para que os saberes a respeito sofram, conforme Indursky (2015), gestos de silenciamento, como consequência do que a autora trata como políticas de esquecimento. Resistindo a políticas desta natureza, segundo Galeano (2011), é necessário reivindicar o direito de lembrar: “não para repetir o passado, mas para evitar que se repita; não para que os vivos sejamos ventríloquos dos mortos, mas para que sejamos capazes de falar com vozes não condenadas ao eco perpétuo da estupidez e da desgraça” (GALEANO, 2011, p. 216).

Para Galeano (2011), a CNV pode ser considerada como um acontecimento histórico, pois, pela primeira vez, ainda que muito tarde, o país legitima um espaço de apuração dos fatos que até então permaneciam reclamando sentidos.

## 2 O ESTUDO DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO

### 2.1 Teorias psicológicas e sociais sobre a memória e o esquecimento

#### 2.1.1 A memória e o esquecimento em nível individual e social

Para Le Goff (1996), o campo da memória tem sido explorado por diversas áreas do conhecimento, como filosofia, neurociência, história, informática, cultura e artes. A memória é vista como a propriedade de conservar certas informações, remetendo a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas, abarcando assim áreas como a psicologia, a psicofísica, a neurofisiologia, a psiquiatria.

Para Vázquez (2001, p. 58),

A memória está presente nas diferentes áreas que compõem as ciências humanas e sociais, porém existem muitas dificuldades e muitos desacordos. A dimensão de maior controvérsia é a oposição entre a consideração da memória e do esquecimento como propriedade individual e mental frente a sua consideração como dimensão constitutiva e formativa de práticas e discursos sociais, ou dito com outras palavras a suposição da memória e do esquecimento como atividades inerentemente sociais.<sup>7</sup>

Nesta perspectiva, o autor argumenta que tem sido ampla a gama de tratamentos e enfoques que a memória e o esquecimento têm recebido na psicologia. Desde as formulações e abordagens psicanalíticas, centradas na explicação dos mecanismos de repressão, orientações cujo foco de interesse são os processos cognitivos que se veem involuntários, ou formulações de caráter fundamentalmente social.

Ricoeur (2007) critica o enfoque puramente individual dado ao tratamento da memória, porém admite a relevância das neurociências, uma vez que, para ele, entre as coisas da natureza, o cérebro é provavelmente a mais maravilhosa produção. Para ele, ainda, a mesma curiosidade que motiva a epistemologia da história traz uma dependência causal em relação ao funcionamento cerebral, pois este também articula a relação com o mundo e uma disfunção deste pode causar sofrimento e cessação de habilidades cognitivas necessárias a outros aspectos da vida.

O autor aponta, dessa forma, para a fragilidade própria do ser humano e diz, também, que apenas o discurso sobre o mental explica a função da memória e a específica, entre todas as outras, pela relação da representação com o tempo na dialética da presença, ausência e

---

<sup>7</sup> Tradução da autora

distância, que é a marca do fenômeno de memória. Então, a tarefa das neurociências é também dizer o que me faz pensar, ou seja, essa dialética que dá tanto que pensar, mas o que faz com que eu pense, ou seja a estrutura neural, sem a qual eu não pensaria.

Contudo, como aponta Le Goff (1996), o estudo da memória se tornou demasiado complexo para ser explicado apenas por meio de uma atualização mecânica do cérebro e do sistema nervoso. Constatou-se que a memória trata de uma atividade que contém tanto uma dimensão biológica quanto uma dimensão social. Biológica, porque a atividade mnemônica do cérebro intervém em centros nervosos muito complexos. A dimensão social se relaciona à aproximação da memória com fenômenos ligados à esfera das ciências humanas e sociais. Para o autor, um é o papel da inteligência na aquisição da memória e em como a memória está integrada ao conjunto de atividades “que visam organizar-se da mesma maneira, na mesma situação, ou adaptar-se a novas situações”.

Para Vázquez (2001), o social foi inicialmente inserido em estudos cognitivos de memória com a pretensão de conter as críticas que recebiam sobre a falta de relevância social de suas investigações e tratamentos. Assim, é comum que, quando o social passa a fazer parte das abordagens sobre a memória e o esquecimento, sua incorporação tenha se produzido mediante a consideração do social apenas como contexto facilitador ou inibidor da lembrança individual. Para o autor, contemplar o social como simples contexto ou reduzi-lo ao fator de facilitação de lembrança individual é esquecer muitas das dimensões constitutivas da memória, pois a explicação da cognição cotidiana tem lugar e está fortemente influenciada por fatores sócio interacionais e grupais. Portanto, “se pretendemos ter uma compreensão mais rica e mais profunda da relação entre cognição humana e conduta social temos que começar a tratar o cognitivo e social como fatores que se influenciam em uma interação dinâmica” (VÁZQUEZ, 2001, p. 43).

Para Le Goff (1996), como principal função social da memória, encontra-se o comportamento narrativo ou a linguagem, que é “a comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o motivo” (FLORES apud LE GOFF, 1996, p. 425). Para o autor, “a utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas” (LE GOFF, 1996, p. 425).

Dessa forma, a linguagem é um fator que abarca as duas dimensões presentes na memória. Para se adquirir a linguagem é necessário que o cérebro e o sistema nervoso estejam em condições de realizar atualizações neurofisiológicas mnemônicas. Por outro lado, a

linguagem também é adquirida por meio da comunicação e interação sociais, referindo-se a elementos que não estão presentes no momento exato do diálogo e eventos ocorridos em um passado remoto ou recente.

### 2.1.2 Memória social e coletiva

A discussão entre o caráter individual e o caráter social da memória tomou lugar na academia entre teóricos com uma perspectiva mais voltada para a psicologia e outros de perspectiva voltada para a sociologia. Autores, como Bergson (2006), com uma perspectiva mais voltada para a psicologia, acreditam que o passado permanece inteiro na memória dos indivíduos; porém obstáculos, como o comportamento do cérebro humano, impedem que todas as partes desse passado sejam evocadas. Halbwachs (2006) refuta esta ideia, argumentando que o que subsiste no pensamento das pessoas não são imagens totalmente prontas, mas estão na sociedade todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes desse passado. Para o autor, “ninguém pode se lembrar a não ser em sociedade, pela presença ou pela evocação de outras pessoas, lembrar sozinho é como enxergar o que os outros não veem” (HALBWACHS, 2006, p. 61).

Para o autor, a memória sempre está relacionada a grupos ou fatos sociais, enfatizando que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que muda segundo o lugar que se ocupa e esse mesmo lugar muda segundo as relações que se mantém com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Segundo Halbwachs,

(...) as leis naturais não estão nas coisas, mas no pensamento coletivo que elas evocam – a representação das coisas evocadas pela memória individual, não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas. Sendo assim, vemos os objetos segundo as leis que a sociedade nos ensina e nos impõe. (HALBWACHS, 2006, p. 61).

Portanto, Bergson (2006) e Halbwachs (2006) partem de pressupostos opostos na reflexão acerca de como o passado se atualiza na memória dos indivíduos. A ênfase de Bergson é no comportamento biológico do cérebro, enquanto para Halbwachs a atualização do passado se relaciona com o presente, pois os grupos dos quais os indivíduos fazem parte, com suas normas e valores, influenciam diretamente em como este passado será resgatado no momento presente.

Halbwachs (2006) afirma que,



Temos a tendência de crer simultaneamente que o passado revive no presente, e que abandonamos o presente para regressar ao passado, mas nem um e nem outro é verdadeiro, pois as recordações vêm ao nosso estado presente também de acordo com nossos sentimentos atuais e a eles se incorporam toda recordação, por pessoal que pareça, incluindo aquelas dos acontecimentos dos quais temos sido as únicas testemunhas. Lugares, datas, palavras e formas de linguagem, que pertencem à vida material e moral das sociedades das quais fazemos parte. (HALBWACHS, 2004, p. 55).

Assim, o autor estabelece o conceito de memória coletiva e estipula que existem pontos de referência que pertencem ao meio e aos indivíduos: “o espaço e no tempo, noções históricas, geográficas, biográficas, políticas, dados de experiência corrente e maneira de ver familiares. Os acontecimentos passados não estão no vazio, mas sim neste emaranhado de referências” (HALBWACHS, 1994, p. 39). Os membros de dada sociedade incorporam essas referências para si e enquadram os acontecimentos passados. Assim, por mais pessoal que a experiência pareça ser, ela será balizada por referências exteriores ao sujeito.

A psicossociologia do estudo da memória compreende o fenômeno de maneira não excludente, abarcando pressupostos da psicologia e da sociologia. Sá (2005, 2007, 2008, 2011, 2012, 2013, 2015), sendo o principal articulador desta corrente no Brasil, dedicou-se a desenvolver uma sistematização conceitual, teórica e metodológica para a pesquisa psicossocial da memória, dentro da psicologia social, sendo esta entendida como uma disciplina autônoma, que tem por objeto específico a interação social.

O autor se apoia em contribuições da sociologia, da psicologia e da história para realizar tal sistematização e propõe, inicialmente, quatro pressupostos gerais que se configuram como imprescindíveis à construção do objeto de pesquisa no âmbito da psicologia social da memória. O primeiro pressuposto é de ordem “não psicologista”, por tratar a memória como uma construção feita a partir de experiências passadas das pessoas, mas em função de recursos proporcionados pela sociedade atual. Enquanto o segundo é de ordem “não sociologista”, pois “embora a memória seja social, histórica e culturalmente condicionada, quem de fato se lembra e se esquece de algo são as pessoas que participam de uma dada sociedade, um dado período histórico ou uma dada configuração cultural” (SÁ, 2013, p. 2).

O terceiro pressuposto articula processos psicológicos organizados em duas proposições: “a) de que memória e pensamento são associados, pois o que é de fato lembrado do passado está sempre mesclado com o que se sabe sobre ele e b) de que emoção, afeto e motivação são sempre parte integrante das versões do passado construídas pela memória” (SÁ, 2013, p. 2). O quarto pressuposto reforça a inclusão do estudo da memória na psicologia social, constatado o fato de que a “construção, a manutenção e a transmissão da memória

dependem sempre da interação e da comunicação sociais”, ou seja no processo de interação social, objeto próprio da psicologia social (SÁ, 2013, p. 5).

Dessa forma, o autor articula proposições advindas tanto de Bergson, quanto de Halbwachs, ao situar o estudo da memória no campo da psicologia social. Sá propõe também a articulação da memória social com o campo da história e, para tanto, se baseia em autores como Halbwachs (1994, 2004, 2006) e Le Goff (1996).

Com relação ao conceito de memória social, Gondar e Dodebei (2005) afirmam ser extremamente difícil caracterizá-lo e definí-lo, por ser um conceito transdisciplinar, ético/político e processual. Para elas, é transdisciplinar porque:

É produzido no entrecruzamento ou nos atravessamentos entre diferentes campos de saber. Dito de outro modo, ainda que existam conceitos de memória no interior da filosofia, da psicologia, das neurociências e das ciências da informação, entre outras, a ideia de memória social implica que perguntas provenientes de cada uma dessas disciplinas possam atravessar suas fronteiras, fazendo emergir o novo campo de problemas que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas. Nesses momentos torna-se necessária a produção do conceito de memória social, pois um conceito não surge do nada, e tão pouco é o ápice de uma história linear cujo progresso e o aperfeiçoamento exige a sua definição, como se ele existisse em estado larvar desde o início dos tempos. Um conceito é uma tentativa de responder a um feixe de problemas que se construiu, de maneira contingente em um determinado momento. Se as condições fossem outras ele não emergiria. (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 37).

Ou seja, não existe um objeto denominado memória social em estado neutro e com diferentes possibilidades de apropriação conforme as disciplinas que pretendam utilizá-lo. Para as autoras, a memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito, pois esse conceito se encontra em construção a partir dos novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas. Como os problemas não param de surgir, no campo da memória social o conceito está sempre por ser criado: é um conceito em movimento.

Para Gondar e Dodebei (2005), o conceito de memória social é ético e político, pois ao adotar uma posição em relação à memória social, é importante refletir sobre a direção que essa concepção de memória direciona. As autoras apontam que sempre há uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar. Dessa forma, para elas, “o conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente” (GONDAR; DODEBEI, 2005, 40).

Por fim, seguindo as características anteriores e as considerando em uma relação dialética e não excludente, para Gondar e Dodebei (2005) a memória é uma construção processual, uma vez que através dela o passado é reconstruído com base nas questões que dizem mais de perspectivas presentes, que de acontecimentos passados. Para elas,

Assim pensado, o processo é a própria alteração, mais do que aquilo que dela resulta; um movimento de tornar-se mais do que a coisa tornada. O que nele encontramos são os jogos de força e o calor das lutas: diferenças potenciais lutando para se afirmar, desejos e interesses agindo e reagindo diante de outros desejos e interesses, em tensão permanente. Os autores que focalizam o processo de construção da memória não valorizam tanto os seus pontos de partida e de chegada, concedendo ênfase ao durante. É no durante que serão os confrontos e as lutas, mas também a criação. (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 48).

Diante das três características da memória social propostas por Gondar e Dodebei (2005), observa-se que se trata de um conceito fluído, que agrega diversas áreas do conhecimento e é ético, político e processual, à medida que a opção por essa vertente se relaciona diretamente com a escolha de uma determinada visão sobre o conceito de memória. Obrigatoriamente esta visão remete ao processo no qual o passado não é considerado em si mesmo, mas mediante concepções e reformulações do presente. Neste sentido, torna-se fundamental resgatar o esquecimento na esfera social e trazê-lo a compor o panorama da memória socialmente orientada por tais características.

Para Huyssen (2014) a cultura contemporânea é obcecada pela memória, enquanto o esquecimento é malvisto e, na melhor das hipóteses, aparece como um complemento inevitável da memória.

Segundo o autor,

Pode haver excesso de memória, mas trata-se de um excesso de coisa boa. Enquanto isso, o esquecimento continua suspenso sob uma nuvem de suspeita moral, como uma falha evitável, uma regressão indesejável e uma negligência crítica. A memória, por outro lado, é considerada crucial para a coesão social e cultural da sociedade. Todos os tipos de identidade dependem dela. Uma sociedade sem memória é um anátema. (HUYSSSEN, 2014, p. 157).

Como parte de uma longa e complexa história de descaso com o esquecimento no pensamento e na literatura europeus, Huyssen (2014) cita Adorno e Benjamin, “ambos, travando uma luta de vida ou morte contra a política fascista do esquecimento, não puderam, ou não quiseram, por razões históricas compreensíveis, focar aspectos potencialmente geradores de esquecimento” (HUYSSSEN, 2014, p. 159).

Para Huyssen, ao se discutir memória e esquecimento,

Precisamos ir além do binário do “senso comum” que joga a memória contra o esquecimento, como opostos irreconciliáveis. Também devemos ir além da simples

reafirmação do paradoxo de que o esquecimento é constitutivo de memória, pois reconhecer esse paradoxo reconcilia-se muito facilmente com continuar a privilegiar a memória em relação ao esquecimento. (HUYSSSEN, 2014, p. 157).

Portanto, considera-se aqui memória e esquecimento como conceitos que fazem parte de um contexto maior, em que sua característica sócio-histórica não pode ser negada e tampouco reprimida.

## 2.2 Memória e esquecimento, a história e suas manipulações

### 2.2.1 Memória e esquecimento, história e verdade

As diversas fontes de armazenamento da memória, em especial a escrita, suscitam uma extensa discussão entre memória e história. Para Vázquez (2001), a memória não é patrimônio dos psicólogos, assim como a história não é dos historiadores. Ambas são objetos de estudo e investigação de psicólogos, sociólogos, antropólogos e, também, historiadores. Para ele, para não desprover a identidade da história ou da memória, essa questão deve ser tratada como interesse transdisciplinar, que lhes confere maior relevância ao impedir um tratamento reducionista. Entretanto, é recorrente que, ao fazer referência à relação entre memória e história se recorra à sua confrontação, tanto para buscar similitudes como para estabelecer diferenças, tanto para decidir sobre a fundamentação dos acontecimentos que vinculam cada uma delas como para descartar um em detrimento dos outros.

Para Vázquez (2001) a memória se refere ao passado, mas não é o passado, da mesma forma que o passado tampouco é a história. Além disto, esta é uma afirmação que carece de sentido por ser manifestadamente evidente, ao menos nos âmbitos profissionais. Também produz diferentes efeitos quando se alude à memória ou à história em espaço social mais cotidiano.

Halbwachs (2006) frisa que uma não deve ser tomada como sinônimo da outra. Para o autor, a história começa quando se decompõe a memória social e termina a tradição. Para Halbwachs,

A necessidade de escrever a história de um período, uma sociedade ou até de uma pessoa, só desperta quando elas já estão bastante distantes do passado e não se encontra mais em volta tantas testemunhas que conservem alguma lembrança. Antes disso seria inútil tentar de alguma forma fixar uma memória. (HALBWACHS, 2006, p. 80).

Para Halbwachs (2006) a história é a reunião dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. “Os acontecimentos passados são selecionados, comparados e

classificados segundo necessidades ou regras que antes não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo” (HALBWACHS, 2006, p. 100). Sendo assim, há uma interrupção entre a sociedade que lê a história e os grupos de testemunhas ou atores de acontecimentos que nela são relatados, e que guardavam consigo a memória coletiva de tais acontecimentos.

Para Vázquez (2001) a historiografia não é uniforme como outras disciplinas das Ciências Sociais, esta também é um terreno convulsionado por múltiplas abordagens sobre seu âmbito de estudo, sobre como se deve abordar seu objeto e qual deve ser sua forma de fazer. Para ele a discussão entre memória e história está presente na historiografia sem que haja um consenso, entretanto,

A questão ritual das diferenças entre história e memória parece hoje algo superado, em primeiro lugar porque se considera, ao menos se espera que de um lado esteja a reconstrução historiográfica do passado com seus métodos, sua distância, sua pretensão de cientificidade e, de outro lado, estejam reconstruções múltiplas que operam os indivíduos (VÁZQUEZ, 2001, p. 45) 9.

A tarefa dos historiadores, nesse sentido, é o dever de responder à necessidade de estabelecer e restabelecer verdades históricas. Assim, também a memória se converte em objeto historiográfico, já que forma parte do funcionamento da história mesmo dizer “a memória é além de um objeto da história do tempo presente e, a medida em que incide no funcionamento dos historiadores sobre a forma em que orientam suas investigações sobre o enfoque que dão as suas análises históricas” (VÁZQUEZ, 2001, p. 60).

Para Halbwachs (2006), enquanto a memória coletiva é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, a história examina os grupos de fora e abrange um período bastante longo. “Os autores que escrevem a história observam principalmente as mudanças, pois compreendem que para passar de uma a outra, é preciso que se desenvolva uma série de transformações, das quais a história só percebe a soma ou o resultado final” (HALBWACHS, 2006, p. 76). Isto leva à afirmação de que a história é única e segue os preceitos da verdade histórica; enquanto as memórias são múltiplas, tanto quanto sejam os grupos sociais que as mantêm (SÁ, 2013, p. 15).

Para Bravo (2016) a distinção simplista entre história como ciência, como pretensão de objetividade, e memória como espaço de resgate de vozes individuais e coletivas sufocadas historicamente por aquela, reduz e empobrece o debate em torno dessas duas categorias a mais, que oferecem elementos de análise e juízo. Para o autor, a produção de memórias individuais e coletivas não pode ser só um exercício melancólico dirigido a tramitar um passado de derrotas e sofrimento, mas além dessa possibilidade de algum modo terapêutica,

deve aportar a uma construção histórica que admita uma diversidade de atores e discursos, mas mantenha uma pretensão transformadora de caráter global e estrutural.

De acordo com Halbwachs (2006) a memória coletiva é observada em duas instâncias, uma autobiográfica e outra histórica; uma não se dissocia da outra, pois não há separação entre uma memória pessoal alheia aos contextos sociais e um panorama exclusivamente histórico. Para o autor, memórias pessoais ou autobiográficas se formam também pela apropriação de memórias históricas e nacionais, pois:

Durante o curso de minha vida, o grupo nacional do qual faço parte foi teatro de inúmeros acontecimentos, a respeito dos quais, digo que me lembro. Mas os conheci através dos jornais ou pelo testemunho dos que estiveram envolvidos diretamente. Ocupam lugar na memória da nação, mas eu mesmo não assisti. Quando os evoco, sou obrigado a me remeter inteiramente à memória dos outros e esta entra aqui para completar ou reforçar a minha, mas é a única fonte que posso repetir sobre a questão. (HALBWACHS, 2004, p. 72).

Para Sá (2013) as “histórias memoriais” representam as memórias recolhidas junto a grupos minoritários (étnico, político ou cultural) como devendo fazer parte da história propriamente dita. Tratam-se, muitas vezes, de alternativas ou acréscimos à história dos historiadores. Algumas são contempladas por decisões jurídicas, na França são chamadas de “leis memoriais”.

As histórias memoriais propostas por Sá (2013) se assemelham às memórias subterrâneas propostas por Pollak (1989). Ambas se referem àquelas memórias que não foram selecionadas para compor o quadro da história oficial. Sá (2013) as considera como acréscimos ou alternativas, enquanto Pollak as classifica como oposição e disputa pela oficialidade da história.

Sá (2013) propõe uma distinção entre os termos “memória histórica” e “histórias memoriais”. Memória histórica se trata de uma instância da memória social e seu estudo pela psicologia social não tem implicação para a produção de história enquanto ciência. Possui recorte mais abrangente da população (nacional, regional e local) a que o passado em questão diga respeito; considera a heterogeneidade característica das populações urbanas contemporâneas. Já as Histórias Memoriais pretendem constituir um tipo alternativo de história, cujos dados são apresentados como memória. Concentram-se sobre tópicos bem definidos, ou específicos e costumam se ater a dados próprios para pessoas e grupos que participaram de tais fatos (SÁ, 2013).

Desta forma, pode-se inferir que a lei que estipulou uma Comissão da Verdade no Brasil, para apurar violações de direitos humanos no período do regime militar, pode ser considerada como uma lei memorial e também um exemplo de história memorial, pois possui

tópicos bem definidos ou específicos; os dados são provenientes de pessoas que participaram de tais fatos; estes devem passar a fazer parte da história propriamente dita (ou história dos historiadores); seu objetivo é, de alguma forma, reescrever a história. Entretanto, a presente pesquisa se coloca no campo da psicologia social de memórias históricas, pois não tem implicação para a produção de história enquanto ciência.

A reflexão acerca do estudo psicossocial da memória, sua relação com as várias versões do passado e a construção da história oficial remetem de maneira semelhante às formas através das quais ocorre o esquecimento na esfera social. A seleção entre o que irá ou não se constituir enquanto memória tem por objetivo fazer com que alguns fatos e acontecimentos sejam lembrados, enquanto outros sejam esquecidos.

Para Lorenzano e Buchenhorst (2007), com frequência fazemos referência à multiplicidade das memórias possíveis sobre um mesmo acontecimento, à sua construção a partir das urgências do presente, também a seus usos políticos polivalentes. Para os autores,

A história do mundo, é óbvio, se constrói sobre a memória, mas esta administração é dos poderosos, por isso, às vezes tardamos séculos em compreender acontecimentos evidentes, por exemplo, que a África é um continente povoado por seres humanos, que não existe lugar da América onde se se fala o idioma de Cervantes que não seja filho do odor e a carne queimada da Inquisição e que, na América como na Espanha, o estado portava a Cruz do Deus verdadeiro e todos tinham que ver com seus desígnios que só coincidem com os de quem governa. (LORENZANO; BUCHENHORST, 2007, p. 154).

Para Vázquez (2001), as diferentes memórias que se geram e os esquecimentos que incorporam são distintas segundo as pretensões dos grupos sociais que empreendem sua reconstrução, as expectativas depositadas e os interesses a que servem. Sua recuperação entra em diferentes processos que são específicos dos diversos âmbitos históricos, culturais e políticos. Assim mesmo não existe unanimidade, não só quanto ao que se refere a versões dos acontecimentos, mas também à sua seleção, à ênfase que se põe neles, à interpretação que dá a eles aspiração que os mobiliza e ao empenho que os guia. Entretanto, parece evidente que através da memória o esquecimento se difere em processo de profundo calado social. Por isso não é de estranhar os esforços que se faz por manter, recuperar e gestar a memória.

### 2.2.2 Manipulações da memória e do esquecimento

Memória e esquecimento são, portanto, considerados em nível individual e social. Para Oropeza (2009), as estratégias e táticas para abordar e assimilar o passado nunca são inocentes e individuais, pois necessitam de diversas subjetividades individuais para formar o

contexto do movimento de forças sociais, onde o passado passa a ser visto por diversas visadas, todas elas interessantes, implicando práticas e arranjos sociais diferenciados. Sendo assim, as memórias não se constroem em mentes isoladas, mas se articulam mediante dispositivos sociais compartilhados.

Considerando a interferência do ambiente e do contexto sócio-histórico na formação das memórias questiona-se a relação destas com a história, ciência que tem como objetivo analisar fatos passados e descrevê-los à luz da história. Entretanto, sabe-se que um mesmo fato pode possuir diversas versões, um mesmo episódio pode ser narrado de várias maneiras. Como argumenta Oropeza (2009), o passado está em aberto e sujeito a diversas versões.

Portanto, a ciência da história, a historiografia, ao narrar fatos passados, tende a selecionar uma dentre as diversas possíveis versões do fato e assim o faz também baseada em documentos não apenas verbais como também escritos. A seleção realizada pela história quase nunca é despreziosa, muitas vezes essa seleção é feita com vistas a legitimar ações no presente, a serviço de grupos que detêm o poder naquele determinado momento. Para Le Goff,

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1996, p. 429).

Para Halbwachs (2006) e Sá (2013), ao se escrever a história os acontecimentos passados são selecionados segundo regras da sociedade atual. Le Goff (1996) considera esta seleção das memórias que irão ou não se manter por meio da história um instrumento de poder. O que um grupo se lembra, o que é ou não mantido nos livros, museus e monumentos, de certa forma funciona como uma manipulação por parte de grupos que estão no poder e assim querem se manter, para que lembranças sirvam para apoiar suas intenções. Assim, geralmente existem várias versões sobre um fato, mas aquele que é mantido, o é por conveniência de um grupo, bem como o que dele é esquecido. Pollak (1992) frisa que, nesta disputa, aquelas memórias que não foram selecionadas em algum momento poderão vir a reivindicar seu lugar na história das sociedades.

Para Oropeza (2009), selecionar o que irá se manter como memória e se perpetuar enquanto história oficial é parte de práticas de políticas de memória, as quais realizam a manipulação do que será, em alguns casos, esquecido (ou apagado) e, em outros casos, o que será resgatado (ou lembrado e recordado). O autor define as políticas da memória como “o conjunto de estratégias com as quais se define a dinâmica de quais sujeitos, ações e projetos



participarão dos processos de elaboração da recordação em determinada sociedade”, que se articulam em um presente com consequências políticas e sociais. Como afirma Hayner (2001), assim como a linguagem, a memória é um instrumento que pode se pôr a serviço de uma luta nobre, como também dos mais obscuros propósitos.

Para Vázquez (2001), a memória possui uma profunda e substancial força simbólica que tem sido objeto, muito frequentemente, de apropriação e manipulação e tem sido utilizada como instrumento para tentar legitimar um presente. Para Oropeza (2009), sob as regras sociais de lembrança e seus filtros se condiciona o quanto se pode recordar. O autor exemplifica mencionando estudos de Halbwachs (2006) sobre a ordem das autoridades de Israel, de se proibir que os meios de comunicação se referissem a lugares atuais em Israel com seus velhos nomes árabes, ou quando os espanhóis construíram suas igrejas sobre as bases de ruínas incas.

Para Oropeza (2009, p. 226):

A memória é um fenômeno coletivo ou social não só porque se refere a um conteúdo que alcança grupos grandes de pessoas, mas porque, necessariamente, se articula nas relações sociais que se compõe mediante processos e práticas sociais e também as define. Evidentemente essas práticas de memória social podem ser seriamente impetradas em contextos sociais de repressão e intimidação com suas políticas da memória.<sup>8</sup>

Sendo assim, as categorias de memórias se definem como um corpo de crenças e ideias sobre o passado, moldadas em uma esfera pública, que visam ajudar uma sociedade ou um público a compreender tanto seu passado quanto seu presente e, por implicação, o seu futuro. Entretanto, o foco maior desse processo cognitivo e comunicativo não é o passado, mas as formas como o presente traz a natureza do poder e a lealdade com os grupos que o detém (OROPEZA, 2009, p. 226). O presente e suas forças estruturantes são então o que irá realizar a seleção do que será resgatado e o que será reprimido dos fatos ocorridos no passado, e essas escolhas têm também o intuito de mensurar o futuro, pois aquelas que passarem a seleção farão parte da compreensão de passado das futuras gerações.

### 2.2.3 Manipulações e sua relação com a narrativa e com a identidade

As políticas de memória, que ora recuperam, ora apagam certos fatos e acontecimentos passados, possuem algumas estratégias para se fazerem presentes. Estas podem ser sutis ou mais agressivas, mas nunca ocorrem sem deixar marcas profundas na população, que passa a

---

<sup>8</sup> Tradução da autora

conhecer seu passado de forma seletiva, sem que seu direito de conhecer a verdade dos fatos seja respeitado. Para Ricoeur (2007) a narrativa e a identidade são os objetos mais facilmente manipuláveis e, por isso, frequentemente utilizada para tal empreitada.

Com relação à narrativa, Ricoeur (2007) frisa os usos e abusos do esquecimento, pois os abusos da memória são sempre abusos de esquecimento. A seletividade da memória perpassa pela seletividade própria da narrativa. Para ele, “assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível. Portanto, a narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva” (RICOEUR, 2007, p. 302).

A narrativa então possui como fator estruturante a seletividade, uma vez que, ao narrar um fato, algumas nuances são exacerbadas, enquanto outras são sufocadas ou reprimidas, fator este que se relaciona diretamente ao esquecimento. A seletividade própria da narrativa é vista pelo autor como perigosa quando se articula com a seletividade da história oficial.

Para ele,

Como notamos então a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento estão diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diretamente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de reconfiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até as identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior no fim do percurso está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada, o da história oficial. (RICOEUR, 2007, p. 303).

O autor frisa também que, por diversas vezes na história, foi retirado o direito da população narrar os fatos de maneira livre e espontânea, sofrendo intimidação se assim o fizesse e fosse contrário ao que grupos dominantes desejassem.

Dessa forma, para ele,

O recurso da narrativa torna-se armadilha quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impedem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, o que demonstra uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem-se a si mesmo. (RICOEUR, 2007, p. 305).

Portanto, para Ricoeur (2007) e Huyssen (2014) é preciso ir além da oposição simplista entre rememoração e esquecimento, e diferenciar as formas de esquecimento na sua maneira de se dar nas esferas política e pública. “O esquecimento precisa ser situado num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste,

repressão – os quais revelam um espectro de estratégias tão complexas quanto o da própria memória” (RICOEUR, 2007, p. 255).

Ricoeur (2007) propõe alguns termos para dar conta da complexidade dos processos de esquecimento na esfera social, são eles: Memória impedida – relacionada ao inconsciente freudiano e com a compulsão a repetição; Memória manipulada – tem relação intrínseca com a narratividade, no sentido de que qualquer memória é seletiva e implica, passiva ou ativamente, certo esquecimento de que uma história poderia ser contada de outra maneira. Esquecimento obrigatório – ou esquecimento institucional que prevalece nos casos de anistia.

Hyussen (2014) enfatiza a segunda e terceira formas de esquecimento propostas por Ricoeur e as insere em um contexto histórico. O autor realiza uma análise do esquecimento público, não no sentido abstrato ou geral, mas em relação a situações concretas em que o esquecimento público se revelou constitutivo de um discurso politicamente desejável da memória.

Com relação à identidade e aos meios pelos quais contribui para a manipulação da memória, Ricoeur (2007) afirma que a memória cruza a identidade a ponto de com ela se confundir. Para Locke (1986, p. 102), “tudo que constitui a fragilidade da identidade se revela oportunidade de manipulação da memória”. Portanto, existem fragilidades intrínsecas da identidade, as quais se configuram como os alvos fáceis para que a manipulação da memória aconteça nas sociedades. Ricoeur (2007) propõe três fragilidades que são características da identidade, sendo elas relacionadas ao tempo, ao outro e à violência.

A primeira fragilidade é a sua difícil relação com o tempo. Para ele, essa dificuldade “justifica o recurso da memória enquanto componente temporal da identidade pela avaliação do presente e a projeção no futuro” (RICOEUR, 2007, p. 270). Pela memória nos identificamos no tempo e no espaço. Entretanto, a “relação com o tempo cria dificuldades em razão do caráter ambíguo da noção implícita no idêntico. De fato, o que significa permanecer o mesmo através do tempo?” (RICOEUR, 2007, p. 275). Ou seja, um indivíduo nunca será o mesmo com o passar do tempo, está em constante construção e transformação, tanto biologicamente quanto por meio das interações sociais que constrói ao longo do tempo. Da mesma forma, um fato ocorrido em determinado momento não ocorrerá novamente da mesma forma que no momento anterior e tampouco será recordado pelos espectadores exatamente da maneira como ocorreu.

A segunda fragilidade da identidade, apontada pelo autor, está na sua complexa relação com o outro (com as outras pessoas), pois a identificação de pessoas ou grupos como ameaça, a não tolerância com formas diferentes de vida, muitas vezes motivados por

insuflação midiática, podem afetar identidades frágeis e gerar a rejeição como diversas formas de preconceitos e rejeição contra determinada população.

Para o autor,

O confronto com o outrem percebido como uma ameaça é um fato que o outro por ser outro passa a ser percebido como um perigo para a própria identidade. Será mesmo que nossa identidade seja frágil a ponto de não conseguir suportar, não conseguir tolerar que outros têm o modo de levar a vida, compreender, descrever sua própria identidade diferentes dos nossos? Assim o é. São mesmo as humilhações, os ataques reais ou imaginários à auto-estima sobre os golpes da alteridade mal tolerada que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar da acolhida para a rejeição e a explosão. (RICOEUR, 2007, p. 257).

Na sequência, a fragilidade da identidade e formas de viver não compreendida e aceita podem levar à rejeição de grupos inteiros; o autor relaciona uma terceira causa da fragilidade da identidade à violência, que se relaciona com a fragilidade da identidade quando a rejeição mencionada chega a níveis extremos. Para ele, a violência é fundadora de todas as civilizações, pois não existe “continuidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação a qual se pode chamar de original com a guerra” (RICOEUR, 2007, p. 256).

Para ele,

O que celebramos em nome de acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. Assim os mesmos acontecimentos podem significar glória para alguns e humilhação para outros. A celebração de um lado corresponde à execração do outro. É assim que se armazenam nos arquivos da memória coletiva feridas reais e simbólicas. Aqui a terceira causa da fragilidade da identidade (a relação com o outro) se funde na segunda. (RICOEUR, 2007, p. 258).

Portanto, a relação da identidade com a implicação com o tempo, sua característica de distanciamento; o outro, a falta de alteridade e identidades frágeis; bem como a violência que muitas vezes resulta dessa não aceitação do outro e estrutura formas de constituição das sociedades atuais, são fatores que caracterizam as fragilidades da identidade e, como mencionado anteriormente, “tudo que constitui a fragilidade da identidade se revela oportunidade de manipulação da memória, pois a memória cruza a identidade a ponto de com ela se confundir” (RICOEUR, 2007, p. 300).

Entretanto, para o autor, as manipulações da memória se devem ainda à intervenção de um fator que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória, trata-se do fenômeno da ideologia. A ideologia possui como função a justificativa de um sistema de ordem ou de poder. Para ele, “apenas em sociedade sem estrutura política e hierárquica e, nesse sentido, sem poder, se poderia encontrar o fenômeno na ideologia

como estrutura integrativa de algum modo inocente. Definitivamente, a ideologia gira em torno do poder” (RICOEUR 2007, p. 302).

Sendo assim, para o autor, se essa análise é plausível ou mesmo correta, percebe-se facilmente quais molas movem os diversos empreendimentos de manipulação da memória. Para ele, é fácil vinculá-los respectivamente aos diversos níveis operatórios da ideologia. Neste sentido, relaciona o trabalho de memória e propagação da ideologia com as diferentes configurações narrativas. A forma como a história é narrada e a forma como os personagens são colocados nessa história fazem toda a diferença, pois modelam a identidade destes personagens e também de quem apreende esta história. Sendo assim, o autor relaciona a função seletiva da narrativa à manipulação da história e uma estratégia do esquecimento e da memória. Para ele, “tudo é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder da dominação que se veem mobilizados os recursos da manipulação que a narrativa oferece” (RICOEUR, 2007, p. 98).

Portanto, para o autor, a dominação não se limita à coerção física e, neste sentido, a narrativa possui papel fundamental. Para Ricoeur (2007, p. 304):

Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. Assim, a narrativa imposta se torna um instrumento privilegiado dessa dupla operação. A própria mais-valia que a ideologia oferecida pelos governados para corresponder à reivindicação de legitimação levantada pelos governantes apresenta uma textura narrativa: narrativas de fundação, narrativas de glória e de humilhação, alimentam o discurso da lisonja e do medo.

Como aponta Oropeza (2009), a memória coletiva implica invocar um evento na vida do grupo e o seu valor desde o ponto de vista grupal. Para ele, o pensamento individual se desenvolve em um tempo e espaço coletivos, a memória coletiva aparece como um mosaico onde o significado de cada uma que flui e ao longo do evento tem uma relação íntima com a identificação social. A forma de fazer memória também passa pelos interesses e necessidades dos grupos. Em seu vínculo com a identidade, se valoriza mais a memória quando se problematiza a identidade, por isso, os referentes identitários apelam a memórias compartilhadas, pois, se estas forem ao encontro de seus interesses, mais facilidade terão para disseminar determinada ideologia e assim direcionar grupos a se identificarem e apoiarem seus feitos.

Contudo, diante das formas de manipulação da memória e do esquecimento, Ricoeur (2007) e Oropeza (2009) consideram que não se pode negar que exista uma passividade da população em aceitar versões seletivas e não buscar saber se de fato são verdades, preferem não se informar, o que contribui ainda mais para que os abusos da memória ocorram nas

sociedades. Uma das justificativas de tal passividade, para Oropeza (2009), é a de que, frente às necessidades urgentes do presente, as tarefas de memória despertam pouco interesse para uma massa trabalhadora, afundada nas urgências do agora, incluindo a incerteza sobre o futuro. O que para o autor se configura também como uma forma de política de memória, pois as formas de trabalho e a ideologia vigente não fortalecem expectativas e necessidades de se buscar o passado.

Entretanto, para Ricoeur (2007), os abusos de memória:

Não existem sem uma cumplicidade secreta que faz do esquecimento um comportamento semi-passivo e semi-ativo como se vê no esquecimento a expressão da má-fé e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar. De não investigar o mal cometido pelo meio que serve o cidadão, em suma por um não querer saber. (RICOEUR, 2007, p. 258).

Para Oropeza (2009), Por conseguinte, além da manipulação da memória e do esquecimento, encontram-se também a passividade e o comodidade dos grupos dominados de aceitar as versões seletivas sobre o passado e não buscar saber se de fato são verdades; assim, não se informando, tendem a ficar à mercê de ideologias dominantes impostas por grupos que detêm o poder.

#### 2.2.4 Exemplos na história mundial

No nível macrossocial, políticas de governo pós Segunda Guerra Mundial se utilizaram de diversos meios para que as atrocidades ocorridas nos regimes ditatoriais fascistas, nazistas e comunistas ora fossem socialmente esquecidas ou distorcidas, ora fossem lembradas, de acordo com os interesses de uma sociedade que se refazia após uma guerra mundial. Cancelli (2010) discorre acerca do processo de rememoração dos horrores ocorridos durante regimes totalitários e refaz o caminho percorrido ao longo das décadas subsequentes pelas formas pelas quais a memória foi obliterada ou resgatada, e o quanto a rememoração estava envolta por certo esquecimento ou distorção dos fatos.

Para a autora, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um grande debate em torno dos regimes ditatoriais fascistas, nazistas, comunistas e da guerra civil espanhola, fundada na denúncia das atrocidades dos regimes totalitários e ditatoriais e dos pressupostos políticos que embasaram e justificaram a limpeza étnica e política do continente europeu a partir dos anos 1930. Entretanto, apenas a partir da década de 1950 a literatura e a arte passaram a explorar a base de sustentação do nazismo e do comunismo, os princípios

totalitários e a verdade que o totalitarismo insistia em esconder, a do horror (CANCELLI, 2010).

A autora realizou uma análise de como aconteceu a propagação dos fatos ocorridos durante o holocausto pela indústria cinematográfica, no período pós-guerra, e aponta que nos anos trinta os documentários embasavam e justificavam a limpeza étnica e política do continente europeu e enquanto na década de 1940 houve um pacto de silêncio, para que a memória do horror fosse recalcada. As décadas seguintes foram gradativamente aumentando as lembranças do passado por meio de filmes narrativos e documentários.

No século XX a violência totalitária se tornou um dilema político; sua lembrança era necessária não somente para trabalhar psicologicamente a intensidade dos acontecimentos, o trauma individual e social, mas também para apontar a direção do futuro. Mas apenas nos anos 2000, o filme *O Diário de Ane Frank* (1959) marcou definitivamente a maneira pela qual o trauma da Segunda Guerra deveria ser lembrado, pois apontava a existência do terror nos regimes totalitários e o antissemitismo “exortaria o heroísmo dos movimentos de resistência nacional, bem como a abnegação norte-americana em defender os valores humanitários supostamente inerentes à democracia ocidental, e a vitimização no Holocausto” (CANCELLI, 2010, p. 45).

Para Cancelli, a lembrança do século XX mostrava contradições de extrema relevância:

O extermínio e a mutilação psíquica e física impetrada pelos regimes totalitários, em especial pela Alemanha nazista, revelavam a barbárie de um mundo que até então se julgava o retrato da civilização, da boa cultura e do centro dinâmico da razão iluminista. A diáspora e a reconfiguração europeia do pós-guerra deu continuidade à brutalidade, à crueldade e à desumanidade que haviam sido denunciadas como próprias aos regimes totalitários e autoritários. O resultado foi o trauma do próprio ajuste territorial europeu do pós-guerra, que envolveu 14 milhões de pessoas, entre deslocados, repatriados e reassentados (JUDT, 2008), e as guerras civis étnicas e religiosas que se seguiram a este ajuste, sem contar os vingativos e pedagógicos julgamentos políticos que se seguiram. A violência totalitária contra mulheres, negros, homossexuais, comunistas e religiosos pentecostais foi silenciada e negada enquanto trauma e lembrança, quer aquela cometida durante o período de guerra, quer a registrada no processo de libertação. (CANCELLI, 2010, p. 09).

Esta gama de contradições demonstra que, ao mesmo tempo em que se dizia ser fundamental recuperar a memória, esta era obliterada. Para a autora, isto foi observado nas formas como a indústria cinematográfica da segunda metade do século XX tratou a lembrança do holocausto; compactuando com a reconstrução da sociedade europeia, houve um apelo sentimental, uma vitimização, uma heroificação e o recalçamento do colaboracionismo (CANCELLI, 2010).

Este processo teve como consequência o desvio do status político das atrocidades ocorridas sob o regime totalitário do nazismo para a culpabilização de indivíduos isolados. Para a autora, passou-se a tratar o terror como desvio, como loucura, por isso o lugar comum de se pensar o nazismo e o comunismo soviético como produto de dois loucos (Hitler e Stalin), e “não como projetos políticos assentados em premissas utópicas de justiça social, presta-se a selecionar superficialmente o que deve ser lembrado, porque se nega à elaboração psíquica e à elaboração política” (CANCELLI, 2010, p. 15).

Huysen (2014) toma como exemplo a Argentina e a lembrança do terrorismo de Estado; e a Alemanha e a lembrança do Luftkrieg (guerra aérea). O denominador comum entre os acontecimentos é o holocausto e o elo político é o fato de que, em ambos, o esquecimento e a memória foram cruciais na transição da ditadura para a democracia. “Os dois casos exibem uma forma de esquecimento necessária para se fazerem reivindicações culturais, jurídicas e simbólicas em prol de uma política nacional da memória” (HUYSEN, 2014, p. 162).

Huysen afirma que,

Na Argentina, foi uma dimensão política do passado – a saber, as mortes causadas pela guerrilha urbana armada do início da década de 1970 – que teve que ser “esquecida”, (silenciada, desarticulada) para permitir o surgimento de um consenso nacional da memória em torno da figura vitimada dos desaparecidos. Na Alemanha, em contraste, foi a dimensão vivencial dos bombardeios maciços das cidades alemãs, durante a segunda guerra mundial, que teve que ser esquecida, para fazer do pleno reconhecimento do Holocausto uma parte central da história e da autocompreensão nacionais. (HUYSEN, 2014, p. 160).

Desta forma o dever de memória foi, ao longo dos anos, tendencioso e impositivo por meio de veículos que possuem amplo alcance de divulgação. Logo após o fim do período totalitário, o silêncio se fez presente para que a sociedade não se envergonhasse ou se culpasse ainda mais pelo que havia acontecido. As décadas seguintes foram marcadas pelo gradativo aumento de filmes e documentários que narravam o período, entretanto a culpa era direcionada a indivíduos isolados e não a uma política de Estado pela qual toda uma nação era responsável. Apenas no início do século XXI o período nazista começou a ser retratado de maneira mais realista, embora as versões heroicizadas ainda permaneçam no imaginário de grande parte da população.

Formas tendenciosas de rememoração ou esquecimento não são exclusivas das sociedades europeias que viveram sob o terror do nazismo ou do fascismo no século XX. São encontradas em sociedades que vivenciaram regimes de governos não democráticos, nos quais o direito a livres manifestações de pensamento foi cerceado e repreendido. Isto ocorreu em



diversos países pelo mundo e, especialmente em Estados latino-americanos, a experiência destes regimes foi acompanhada por agressões físicas, tortura, morte e desaparecimento de indivíduos e grupos que ousavam contestar a imposição da ideologia que queria se fazer dominante.

## **2.3 O dever de lembrar e a necessidade de esquecer – o traumático e as formas de perdão**

### **2.3.1 O trauma e o perdão – entre o dever de lembrar e a necessidade de esquecer**

Para Oropeza (2009), constitui um sério desafio entender o dano psíquico individual em sua relação com o social, o político e o estrutural, não só em termos clínicos e operativos, mas também conceituais e teóricos. Para o autor,

O dano psíquico leva de imediato a noção de origem no âmbito analítico em que o trauma é entendido como ferida, oco na psique, que impede ou dificulta a simbolização e a lembrança. O traumático dificilmente pode ser representado e no caso da repressão política isto se tem relacionado com o sinistro, essa dimensão em que o familiar se torna estranho e na qual a fantasia mais terrível se vê superada por uma realidade insuspeitada. (OROPEZA, 2009, p. 201).<sup>9</sup>

Sendo assim, para o autor, para se compreender os danos na psique que situações traumáticas de ordem social são as causadoras, como, por exemplo, em situações de repressão política, é necessário considerar o dano em sua relação com o contexto político e estrutural, no qual as atrocidades mais inimagináveis foram utilizadas como forma de repressão social.

Como exemplo dessas situações de atrocidade o autor cita os campos de concentração nazista e analisa o funcionamento psicológico nessa situação. Para ele, desde uma ótica lacaniana o trauma implica a incapacidade de efetuar um fechamento, que é o que conforma a vigência do real, configurando o que não é outra coisa que uma memória impossível. Falando figurativamente o núcleo do traumático estaria no real inacessível. Assim, o trauma social, como as situações vividas nos campos de concentração, possui uma carga extremamente traumática que, muitas vezes, não permite que a estrutura psíquica das pessoas que vivenciaram essa situação seja capaz de elaborar simbolicamente as atrocidades que ali ocorreram, devido à total falta de relação com a realidade, pois nem mesmo nos piores pesadelos os indivíduos poderiam imaginar que passariam por tais situações que só poderiam estar relacionadas à maldade humana.

---

<sup>9</sup> Tradução da autora

Portanto, para o autor, a noção de síndrome de estresse pós-traumático como um problema puramente do indivíduo, despolitiza as causas do dano psíquico no indivíduo e também psicopatologiza transtornos que obedecem, não a patologias individuais, mas a situações de patologia social, como a repressão política ou a guerra. Para o autor, a noção de trauma localizado no indivíduo teve também a função de justificativa para atos de crueldade e destruição por violadores em todas as partes do mundo. Para o autor, “isso pode operar para tentar desclassificar e neutralizar aqueles que servem como portadores ou empreendedores de uma memória da dor, o que teria consequências para toda a sociedade” (OROPEZA, 2009, p. 202).

O trauma ou a situação traumática tende a gerar situações desestruturantes aos indivíduos. Diante dos feitos esmagadores, repressão e violência, é normal apresentar a desintegração parcial na estrutura psíquica dos indivíduos, já que enfrentar ansiedade pode levar a uma desintegração total das estruturas. A fragmentação pode ser uma defesa útil a situações traumáticas. (OROPEZA, 2009, p. 203).<sup>10</sup>

O autor frisa ainda que, estendido no tempo, o trauma psicossocial envolve a destruição de arquétipos e metáforas culturais, aniquilando ou limitando profundamente as possibilidades da próxima geração de afirmar aspectos de sua vida cultural. O que afeta seriamente a possibilidade de articular as memórias sociais. “O medo, o silêncio, a apatia e falta de interesse na esfera da participação política são algumas das sequelas mais importantes que resultaram desses momentos e tornam-se obstáculos para a intervenção ativa de toda a cidadania e a construção da democracia” (OROPEZA, 2009, p. 203).

Portanto, como afirma Martim-Baró (2003), o tratamento do estresse pós-traumático deve analisar e se estender à raiz dos traumas e, portanto, da mesma guerra como situação social patológica. O autor assinala que o conceito de trauma psicossocial possui as seguintes características: 1- tem um caráter dialético, sua natureza reside nas relações sociais; 2- é produzido socialmente, tem raízes estruturais ou sociais, ou seja, suas raízes não se encontram no indivíduo, mas sim na sua sociedade; 3- as relações sociais não são só a causa do trauma, mas também manter essas relações multiplica o número de indivíduos traumatizados e constitui a cristalização de indivíduos em relações sociais aberrantes e desumanizantes. Ou seja, o trauma causado socialmente é dialético, com raízes nas estruturas sociais, e, se essa não for modificada, só aumentará o número de indivíduos traumatizados.

Diante das relações de atrocidades entre seres humanos, encontradas principalmente em situações de guerra, onde o dano psíquico é constante e causador de profundos traumas

---

<sup>10</sup> Tradução da autora

psicossociais, a questão da possibilidade de esquecimento e perdão de vítimas aos responsáveis por tais atos se coloca presente.

Para Oropeza (2009) o perdão seria necessário para que a liberdade frente ao passado fosse alcançada, uma vez que a retribuição por meio de atos de vingança só traz mais dor e aprisionamento das vítimas aos seus algozes; o terror nunca teria término se sempre se retribuísse a culpa com força e a força com a culpa, mas também com injustiça. Para o autor “o verdadeiro perdão como ação moral, ao contrário de outras formas de brigar com as ofensas, requer a valentia precisamente de olhar a besta nos olhos” (OROPEZA, 2009, p. 205).

Para o autor, a justiça é essencial, mas com ela sempre existe o risco de que não se traduza em tranquilidade social, já que os responsáveis podem provar seus como ordens superiores, e isso nem sempre facilita a reconciliação, pois que os culpados ameaçam a sociedade e/ou justificam suas ações. Entretanto, a questão do perdão tem sido abordada de inúmeras formas em sociedades pós-guerra e também em transições democráticas na América Latina, em que os dirigentes desses processos normalmente promovem medidas de esquecimento para a população, muitas vezes culpando as vítimas. Oropeza (2009) cita o exemplo dos atos de Carlos Meném, na Argentina; para ele:

Exemplo notório é mais uma vez de Carlos Meném, que como presidente da República da Argentina, reivindicava a ação dizendo que havia estado preso durante a ditadura militar para justificar suas políticas de perdão aos altos chefes militares. Ele se arrogava o direito, como presidente, de estabelecer o perdão em nome próprio e também em nome da Nação e, para isto apelava a sua história pessoal. Entretanto, mais tarde foram revelados que as alegações de Meném de que havia sido torturado pelos militares eram falsas e suas tentativas foram frustradas. (OROPEZA, 2009, p. 210).<sup>11</sup>

Foram inúmeras as tentativas de direcionar as vítimas a perdoarem seus algozes e as sociedades que permitiram que tais atrocidades ocorresse. Para o escritor e diretor do Centro de Estudos Legais Sociais, e diretor executivo do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, perdoar nestes casos não deve ser assunto de estado, é um assunto individual. As vítimas de violações de direitos humanos têm o direito de perdoar, mas não têm uma obrigação de perdoar que lhe seja imposta pelo Estado, pois não se trata do Estado dizer quem perdoa quem.

Esta discussão suscita a difícil relação entre o dever de rememorar fatos traumáticos, com o objetivo de que a sociedade os conheça para que não sejam repetidos e a necessidade

---

<sup>11</sup> Tradução da autora

de esquecimento que permeia o imaginário daqueles que vivenciaram tais fatos, como se lembrá-los trouxesse à tona novamente o sofrimento e o desejo de vingança.

De acordo com Soares (2012), Primo Levi foi um dos primeiros a escrever sobre o sentimento de um dever de memória e o seu oposto, a necessidade de esquecimento. Levi fez parte do pequeno grupo de sobreviventes dos campos de concentração nazista que conseguiu retornar para sua terra natal ao final da Segunda Guerra Mundial. A motivação para escrever veio do período de um ano em que esteve sob o terror em Auschwitz, entre 1944 e 1945. Entretanto, questionava-se sobre a necessidade de resgatar e registrar o que viveu no campo de concentração.

O sentimento era conflituoso e seguia em duas direções aparentemente opostas,

Pensava que havia uma espécie de dever de memória que poderia resultar num legado para as gerações futuras, evitando que barbáries como essa voltassem a ocorrer. Mas sentia também a necessidade do esquecimento, tamanho foi o trauma vivido e a vergonha daquilo que os seres humanos chegaram a fazer com outros seres humanos. (SOARES, 2012, p. 1).

Para Soares (2012), ao se colocar entre memória e esquecimento algumas questões permeavam o imaginário de Levi, relacionadas principalmente à dúvida quanto à veracidade de seu próprio testemunho e também um sentimento de culpa por ser um sobrevivente. A verdade de seu testemunho era colocada em questão, pois diante da grandeza do trauma vivenciado, não se sabia se o que era lembrado correspondia inteiramente com o que de fato havia acontecido, acreditava que apenas os mortos sofreram por completo e por isso seriam os únicos autorizados a testemunhar.

Soares (2012) considera que o sentimento de culpa que permeava o imaginário de Levi e provavelmente dos demais sobreviventes, ao tentarem resgatar suas experiências de Auschwitz, advém especialmente de três fontes: primeiro, a vergonha da lembrança de ter realizado uma série de atos visando à sobrevivência, os quais julga indignos de um ser humano. Em segundo lugar, há a vergonha por sobreviver ou de ter ocupado o lugar de outro, que talvez não tivesse usado dos mesmos artifícios condenáveis para sobreviver. Em terceiro lugar, a vergonha mais abstrata, a de fazer parte da espécie humana, cujos representantes foram capazes de realizar atos cruéis e “não podemos nos proteger contra as implicações deste fato declarando que estas pessoas são loucas e monstruosas, pois somos feitos do mesmo barro” (SOARES, 2012, p. 2).

Desta forma, os sobreviventes, ao retornarem para suas casas, precisavam conviver com o trauma do sofrimento que vivenciaram, porém, terem sofrido tanto nas mãos de seus

semelhantes os fazia ponderar até que ponto outras pessoas deveriam conhecer as misérias que os indivíduos são capazes de realizar em prol de uma suposta superioridade racial.

Para o autor,

No campo de concentração, a personalidade corria maior risco que a própria vida. O campo funcionava como um laboratório para a morte. Além do trabalho forçado, interessava aos que o montaram experiências destrutivas da vida. A ideia de eugenia, associada à de produção de uma raça superior ariana, se ligava também a um projeto de destruição daqueles considerados inferiores. Mas não se tratava da mera destruição física, caso em que os prisioneiros poderiam ter sido executados sem a montagem de toda a estrutura dos campos. Estudava-se ali como eliminar pessoas, como destruí-las de modo integral. Saber disso, ter vivido na própria pele a constatação de onde chegamos, era assustador a ponto de os sobreviventes questionarem se valia a pena levar para fora do campo o que acontecia com eles ou se era melhor deixar morrer com eles, ali mesmo, toda aquela miséria. (SOARES, 2012, p. 5).

Diante das questões pelas quais passaram aqueles que vivenciaram a realidade dos campos de concentração no século XX, talvez fosse melhor esquecer que lembrar de todo o horror daquele período. Para o autor, os sobreviventes têm tanto o direito à lembrança quanto ao esquecimento.

Mesmo que na democracia a recuperação do passado seja um direito legítimo, não se pode fazer disso um dever, pois há certa crueldade em lembrar a alguém os acontecimentos dolorosos de seu passado, portanto o direito ao esquecimento também existe. (SOARES, 2012, p. 6).

Por outro lado, o autor afirma que há certos benefícios na recordação. Com frequência, ao falarem sobre o que vivenciaram, os sobreviventes não são movidos pela preocupação com a função social da memória ou pela necessidade de relatar os acontecimentos para as novas gerações, a fim de que não se repitam. Existe certa dificuldade em esquecer e o testemunho contribui, pois através dele pode haver uma catarse. “Alguns sobreviventes sentiam necessidade de falar sobre o ocorrido para conseguirem esquecer e ir adiante. Assim, busca-se através do testemunho, a libertação da cena traumática” (SOARES, 2012, p. 10).

O autor afirma que o testemunho assume também função identitária, à medida que, no campo de concentração, a pessoa se perdia, não sabia mais quem ela era ou o que ela foi. O testemunho funciona como uma forma de autoconhecimento e possibilidade de deixar de ser um número, como era no campo de concentração, e de se reencontrar consigo mesmo. “O sobrevivente sente que ele é o seu testemunho, o testemunho é uma forma de assinatura para ele, pois escrevendo sobre sua vida e sobre si mesmo, o sobrevivente de alguma forma se reencontra” (SOARES, 2012). Dessa maneira, para o autor, possivelmente Primo Levi testemunha pela necessidade de se libertar de uma parte de seu passado para conseguir viver o presente e ter um futuro possível.

Portanto, entre a memória e o esquecimento de eventos traumáticos, existem contradições. O dever de recordar passa pela obrigação de que aqueles que não sobreviveram não sejam esquecidos, de que novas gerações possam saber o que aconteceu e evitar a repetição dos erros de seus antepassados. Mas, ao lado do dever de recordar também está o direito dos sobreviventes de esquecerem as humilhações às quais foram submetidos por seus algozes, e também às quais se submeteram para sobreviverem a todo o horror.

Para Ricoeur (2007), a fronteira entre esquecimento e perdão é insidiosamente ultrapassada na medida em que essas duas disposições lidam com processos judiciais e com a imposição da pena. À questão do perdão se colocam as de acusação, condenação e castigo; por outro lado, as leis que tratam da anistia a designam como um tipo de perdão e, por consequência, de esquecimento.

### 2.3.2 A anistia – a instituição do perdão do esquecimento

Ricoeur (2007) considera a anistia como sendo uma memória obrigada ou comandada, que tem seu paralelo e seu complemento nos abusos do esquecimento. O autor a caracteriza como uma forma institucional de esquecimento, cuja fronteira com a amnésia é tratada também pelo direito de graça anistiantes, que concede o perdão ou esquecimento forçado aos responsáveis de atrocidades em momentos de exceção.

Para o autor, muitas vezes o esquecimento institucionalizado se faz sob a justificativa de uma unidade social que só seria possível se os erros do passado fossem deixados para trás e condenados apenas a se tornarem memórias concorrentes com a memória oficial. Para ele,

É lembrar que todo mundo cometeu crimes, por um limite a revanche dos perdedores e evitar acrescentar os excessos da justiça ao do combate. Mais que tudo, é útil, como no tempo dos gregos e dos romanos, para reafirmar a unidade nacional por uma cerimônia de linguagem, prolongada pelo cerimonial. Mas o efeito dessa unidade imaginária é o de apagar da memória oficial os exemplos de crimes suscetíveis sob o pretexto de proteger o futuro das faltas do passado, porém ao privar a opinião pública dos benefícios do dissenso condena as memórias concorrentes a uma vida subterrânea. (RICOUER, 2007, p. 304).

Ao se aproximar assim da Amnésia, a Anistia põe a relação com o passado fora do campo em que a problemática do perdão encontraria seu lugar, pois não se trata de perdoar ou não perdoar, mas sim, imposição de se esquecer. Para o autor, a amnésia imposta nas sociedades dessa maneira não é saudável, por se tratar de uma ação emergencial, e não dá à memória individual e coletiva a oportunidade de se reapropriar de seu passado de forma lúcida e consciente. Para ele,

O que é feito então do pretense dever de esquecimento? Além do fato de uma projeção no futuro do modo imperativo ser tão imprópria para esquecimento quanto para memória. Infelizmente nada se constitui sem obstáculo alto a passagem da tênue linha de demarcação entre Anistia e amnésia, tanto a memória privada quanto a memória coletiva são assim privadas da salutar crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado e de sua carga traumática a quem dessa provação, a instituição da Anistia só pode responder a um designo de terapia social emergencial. (RICOEUR, 2007, p. 307).

O autor completa dizendo que formas institucionais de esquecimento, como a anistia, se pautam sob o signo da utilidade (de caráter emergencial) e não sob o signo da verdade. Porém, isto apenas sufoca as memórias que não deixarão de existir para aqueles que vivenciaram tais atrocidades e as mais diversas formas de violações de direitos humanos.

Para Oropeza (2009), apagar essas memórias é algo impossível, uma vez que as vítimas ou seus descendentes diretos e seus aliados se convertem em obstáculos, cedo ou tarde, para que qualquer atentado contra as memórias dolorosas tenha êxito. Podem ser suprimidas da história oficial, mas estarão vivas sob o formato de memórias subterrâneas. Como exemplo o autor cita um caso particularmente grave: o esquecimento forçado do genocídio da população da Armênia, levado a cabo por tropas turcas em princípio do século XX, cuja lembrança é afetada pelas considerações geopolíticas atuais, que impedem, em última instância, a crítica à Turquia. Mas os descendentes e familiares das vítimas estão aí e não esquecerão facilmente. As conjunturas, as possibilidades para suas ações da memória poderão variar, mas suas feridas estão abertas.

Bravo (2016) sublinha a dificuldade que se tem apresentado a governos de transição após as ditaduras dos regimes repressivos em países da América Latina, quando querem associar uma retórica do perdão com anistia como instituição que dita praticamente um esquecimento social para as ações de repressão. Para ele, o problema, nesses casos, é que desta maneira se trata mais de amnésia que de anistia. Cita ainda o exemplo da Argentina, onde se institucionalizou, como fórmula social de esquecimento, a obediência devida, sob o fortíssimo argumento da necessidade de superar o passado para que não se perpetuem conflitos.

O autor considera ainda que esses esquecimentos patrióticos visam convidar como mecanismos ideológicos a não analisar aquele que permanece aberto a deixar o passado ou pelo menos alguns de seus episódios mais dramáticos, pois, nessa visão, “a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, mas também que todos tenham esquecido bastante coisas” (BRAVO, 2016, p. 46).

Assim, sugere-se que sob eventos traumáticos as sociedades necessitam seguir vivendo e esquecer é uma maneira de se chegar a isso; ainda que os indivíduos possam não

esquecer, a troca política frequentemente induz amnésia social. Entretanto, para o autor, “a razão maior para tentar impor o esquecimento é que muitas das forças atuantes que levaram a cabo as ações de terror seguem ativas e articuladas nas respectivas sociedades” (OROPEZA, 2009, p. 178).

O autor exemplifica como o Relatório da Comissão da Verdade no qual, em resposta oficial, o exército chileno se utiliza de refinados argumentos psicológicos e sociais sob o tapete das discussões sobre o esquecimento social, afirmando que “o tempo cura as feridas”. Afirma que este critério tem inspirado durante séculos a instituição da Anistia, pois, ao reconstruir o passado doloroso, o provável é que renasça o sentimento de hostilidade recíproca, com eventual instabilidade da ordem interna e perigo para a segurança de muitas pessoas. E finaliza, argumentando que “a paz de uma nação se obtém, em definitivo, acentuando aquilo que une sua população e superando o que a divide” (OROPEZA, 2009, p.279).

Estas análises a partir do relatório, exemplificam muito bem o pensamento das sociedades acerca de anistias e esquecimentos forçados, forjados sob argumentos de paz e reconciliação que foram amplamente utilizados na transição de regimes autoritários. Para Oropeza (2009, p. 280),

Durante a transição de regimes autoritários para Democráticos, no final do século XX foi quase uma constante a negociação de uma Anistia geral acompanhada expressa ou implicitamente do esquecimento dos fatos passados. Se é certo que o esquecer conveniente abreviou a solução de compromissos, sua permanência nos quadros redemocratizados deixam dormente um conflito não resolvido, peso na consciência de todos ou de um número expressivo de cidadãos, um sentimento de injustiça generalizada, capaz de eclodir de forma repentina e violenta, pondo em risco os esforços de paz.<sup>12</sup>

Para o diretor do programa pelo Estado de Direito do Instituto para a Paz, ao analisar a prática comum do Perdão por Anistia geral nos países que passaram por um processo de transição política, observa que “uma Anistia não significa deixar os abusos do passado no passado, pelo contrário, pode impedir a distinção entre o passado e o futuro, trazendo a cultura da impunidade e a continuação da violência no presente” (OROPEZA, 2009, p. 281).

Para ele, um fato histórico de relevante interesse da sociedade, sobretudo quando o derivado de grave trauma social, não pode ser subtraído ao conhecimento público. Os cidadãos não podem ser tratados como portadores de menoridade cívica com direito de ter acesso apenas a informações incompletas ou distorcidas, aliás, pelo contrário, sistemas

---

<sup>12</sup> Tradução da autora



constitucionais de proteção dos direitos garantem a transparência dos poderes constituídos, o que abarca o direito de receber informações verdadeiras do Estado (OROPEZA, 2009).

Dessa forma, para Teles (2001), questões como a reparação, o perdão, o esquecimento e as reivindicações por uma construção de memória em torno dos feitos sucedidos fazem parte de processos políticos e se encontram, por isto, sujeitas às tensões e controvérsias próprias da complexa dinâmica política em que se escrevem.

### 3 COMISSÕES DE VERDADE, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

#### 3.1 COMISSÕES DA VERDADE COMO RESGATE DA MEMÓRIA

Diante do que foi discutido e apresentado sobre teorias de memória e esquecimento e também acerca das CVs, como o que abarcam, como funcionam e o que almejam, carece discutir como as CVs se inserem como objetos que exemplificam esse movimento permeado por seus contextos sociais. Como afirma Ricoeur (2007), estratégias de memória e esquecimento em contextos sociais fazem parte, em grande medida, de jogos de poder e meios de direcionar a memória coletiva, com o fim de manipular o que da história deve ser exaltado e o que dela deve ser reprimido.

Nesse sentido, Comissões da Verdade em todo o mundo visaram resgatar eventos que não faziam parte da história oficial, acontecimentos que, em nome de uma suposta paz nacional, foram tendenciosamente esquecidos. As comissões com esse fim são formas de resgate de memórias subterrâneas, as quais confrontam a história oficial (HUYSSSEN, 2014).

Para Dobles (2009, p. 45),

Diversos países latino-americanos, como El Salvador, Chile, Argentina, Brasil e Guatemala têm passado por processos de justiça transicional dando a suas sociedades a possibilidade de reconstruir suas memórias sociais, assim como de propiciar o debate e reconhecimento do dano produzido pelos anos de repressão e guerra. Estas comissões se constituem como exemplos privilegiados da articulação social e institucional de memórias geradas durante períodos de violência.<sup>13</sup>

Sendo assim, Bevernage (2011) considera a memória coletiva de fundamental importância para o entendimento dos períodos autoritários, pois fornece suporte de análise para o conjunto de dados que abordam os mais diferentes sentimentos ou sequelas do autoritarismo deixadas na sociedade contemporânea, tais como as cicatrizes marcadas no corpo e na alma dos que sofreram violações dos direitos humanos. Para o autor, “tais atos sofridos ficaram guardados na memória dos que foram torturados e presos, na dor das famílias que tiveram pais ou filhos desaparecidos sem nenhuma informação do seu paradeiro; famílias que ainda esperam notícias dos seus desaparecidos” (BEVERNAGE, 2011, p. 30). Considera ainda que esta é uma memória traumatizante, tanto para as famílias dos desaparecidos quanto para o Estado, que permitiu que esse tipo de violação ocorresse.

Desta forma o autor considera que a perspectiva de construção de uma memória sobre esses períodos autoritários é uma tarefa que requer investimento por parte da sociedade civil

---

<sup>13</sup> Tradução da autora

e, principalmente, do Estado, pois somente dessa forma pode-se trazer à tona a verdade histórica.

Na tentativa de recuperar as relações com a sociedade civil, o Estado brasileiro instalou a Comissão Nacional da Verdade como meio de trazer ao público e à história os atos praticados em defesa de suas políticas, muitas das quais em desacordo com a sociedade, mas postas em prática pela força do autoritarismo, da repressão e da “liberdade” vigiada, que aconteceram no Brasil na vigência da Declaração dos Direitos Humanos assinada pelo país em 2005.

O autor considera que esta é uma tentativa de finalmente trazer ao conhecimento da sociedade as memórias de atrocidades que, por muito tempo, ficaram guardadas apenas com as vítimas. Para ele a construção dessa memória é um processo que requer investimento e sensibilidade, que auxilia a composição de um panorama que marcou decisivamente a trajetória de pessoas envolvidas em diferentes situações e com experiências traumatizantes. A CNV, assim, é um caminho que permite que se conheçam os fios da história.

Para Mezarobba (2009), a Comissão da Verdade se assemelha a outras iniciativas ocorridas em países que passaram por traumas coletivos, em geral provocados por governos ditatoriais e autoritários, os quais pareciam impedir-los de seguir em frente com seus projetos de organização democrática. Para ele,

Isso aconteceu, sob modalidades e com resultados variados, na Alemanha após o nazismo, nos países do Leste europeu na sequência da *débâcle* do bloco comunista, na África do Sul depois do *apartheid* e em países do Cone Sul com o fim das ditaduras de Segurança Nacional. Em todos esses casos, muito se falou do dever de memória, ou seja, na chave do regime de historicidade da *historia magistra vitae*, do dever de lembrar o horror para não repetí-lo (como na frase de Primo Levi citada anteriormente), o que, em alguns casos, implicou também reparações materiais e simbólicas às vítimas, aos seus familiares ou mesmo a grupos sociais inteiros (como judeus e negros) que haviam sido submetidos a terríveis violências por parte do aparato estatal. (MEZAROBBA, 2009, p. 50).

A CNV tem assim demonstrado sua importância na ressignificação da história do país, que durante sua trajetória demonstrou ser uma nação fortemente pautada por políticas de negação e esquecimento. Tais políticas não foram, no Brasil, características apenas do período de transição do regime militar para o regime democrático em 1964. Para Pinheiro (2009), não faz parte da tradição política brasileira acertar contas com o passado, todas as transições do período republicano foram marcadas por anistias generalizadas e pelo esquecimento. Para ele, o precedente mais próximo que se pode invocar antes da ditadura militar de 1964 “foi a volta à democracia com a constituição de 1946 quando os crimes do Estado Novo se esvoaçaram

para não perturbar os festejos do retorno ao regime democrático, como os da ditadura de 1964, para não empanar o brilho da Nova República” (PINHEIRO, 2009, p. 15).

Políticas de esquecimento alimentadas por anistias amplas que objetivam o apagamento de crimes de períodos autoritários alimentam o que o autor considera “mito da anistia ampla” para criminosos do Estado e para opositores do Estado de Exceção, que alimenta outros mitos presentes na sociedade. Para ele, a preservação deste

Opera mecanismos similares que geram e sustentam outros mitos, que por sua vez interagem e sustentam o mito da anistia como o mito da história não sangrenta, que todas as transições brasileiras se fizeram sem sangue, ficção insistentemente desmontada pelo historiador José Honório Rodrigues. Que ao contrário de outros países, nesse abençoado país não há transições conflituosas e violentas, nossas transições aqui são pacíficas. De certo modo esses mitos formadores são indispensáveis quando se registra a alta continuidade do pessoal político brasileiro apesar da mudança de autoritarismo para a democracia. (PINHEIRO, 2009, p. 16).

Como vinha acontecendo no país em momentos de transição política, para Teles (2001), durante a transição do período militar para a retomada da democracia, estiveram em voga políticas do consenso, as quais limitaram a compreensão do passado.

O autor argumenta que

O consenso, elemento essencial da transição brasileira, negou caráter público à memória dos atos violentos do Estado – publicidade que se viu reduzida à memória privada, à memória de indivíduos ou de grupos identitários não incluídos entre os protagonistas do pacto. Sobretudo, o consenso oficial limitou o repertório social sobre a memória, necessário para a realização do processo de compensação do passado. O trato institucional da memória, de modo geral, tem sido capaz de evocá-la como tema ou, no máximo, processá-la com informação, mas não de praticá-la em seus aspectos transformadores e criadores. A análise da transição brasileira aponta a intenção de dividir a sociedade em parcelas previamente identificadas. O estabelecimento de grupos determinados como partícipes do novo regime ocorre mediante a exclusão de outros segmentos, silenciados em suas demandas. No Brasil, desde o fim da ditadura, a memória política tem se dividido em parcelas previsíveis e a riqueza da elaboração mnêmica perde em capacidade criativa. (TELES, 2001, p. 201).

Assim, para o autor, no Brasil houve a valorização institucional do passado por meio de uma memória do consenso, que buscou uma posição intermediária entre as duas memórias identitárias marcantes daquele período - a das vítimas e a dos militares -; o consenso elabora explicações negociadas do passado e que exaltam o esquecimento e o perdão por meio da exposição de uma versão restrita sobre as violações de direitos humanos no período militar.

Se a transição política no Brasil nasceu de um acordo entre as partes – os militares, os novos partidos, etc – e estas se protegem ao preservar o consenso obtido, quer dizer que uma memória do consenso tentará expor uma visão limitada sobre os crimes da ditadura e simpática ao novo governo civil da democracia. É uma memória que reconhece os crimes enquanto excessos cometidos, mas questiona a amplitude da repressão, considerando os atos de barbárie na ditadura como fruto da

ação de grupos minoritários e radicalizados do regime, resultado das ações da chamada “linha dura”. Na tentativa de “racionalizar” o ocorrido, fazem uso do discurso público do esquecimento e do perdão e colocam a sociedade na posição passiva do espectador que se encontra entre os dois lados radicalizados. (TELES, 2001, p. 204, grifos do autor).

Para Teles (2001) o movimento de silenciamento da memória dos crimes da ditadura se iniciou após o movimento pela anistia. Simbolicamente, a sociedade brasileira considerou que a anistia foi efetiva não só para as vítimas, mas também para os torturadores. A ideia de que uma anistia recíproca criou no imaginário nacional a ideia de consenso, segundo a qual todos foram anistiados. Com isso se pode dizer que o país havia se reconciliado e o silêncio e o esquecimento dos crimes seriam legítimos, visto que haviam passado pelo crivo do perdão político. Para o autor, a adoção do silêncio como ação política indica a imposição de um discurso hegemônico. Quando o ato de obscurecer traços do vivido se configura como segredo, algo sabido, mas não dito, então temos a opção pela política do silêncio. O segredo pode ser uma forma de exercício da política de dominação, de modo que as vítimas se encontram excluídas dessa potência – ainda que se saiba ou se imagine o que não se diz.

Costa e Silva (2017) analisam o período em que a sociedade brasileira viveu sob o regime civil-militar e ao seu término, as formas pelas quais se instituíram políticas de imposição ao esquecimento relacionado às violações de direitos humanos ocorridos à época da ditadura, bem como a maneira de estabelecimento do direito a memória para com as vítimas e a sociedade em geral. A autora observa esta mudança de paradigmas na transformação do conceito de anistia sofrida ao longo dos anos posteriores ao fim do regime ditatorial no Brasil e o gradativo retorno da democracia.

Os crimes cometidos por agentes do Estado em prol da censura ideológica, base do regime civil-militar no Brasil, receberam formas diversificadas de tratamento por parte de políticas de direito governamentais. No ano de 1979 foi reformulada a lei da anistia, operando um exercício de esquecimento em plena ditadura militar. A lei partia do pressuposto “de que a melhor maneira de pacificar a sociedade é jogar uma pedra sobre os conflitos anteriores, esquecendo não só os crimes políticos cometidos, como também as razões que os motivaram” (SILVA FILHO, 2009, p. 65).

No final da década de 1980 desenvolveu-se o Direito à Memória e o Direito à Verdade, provenientes do desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos com base em “normas do Direito Internacional e nas sentenças produzidas por jurisdições internacionais, bem como nos documentos gerados pela atuação de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos

(OEA)” (SILVA FILHO, 2009, p. 62) e o Brasil necessitou se enquadrar aos novos apelos de jurisdições internacionais relacionadas às formas pelas quais as violações de direitos humanos eram tratadas judicialmente. As antigas exigências de esquecimento não cabiam neste novo cenário. O conceito de anistia sofreu mudanças e se tornou muito diferente da anistia tradicional. Primeiramente, ela não implicava mais no perdão do Estado a um criminoso, mas no pedido de desculpas do Estado por ter agido como um criminoso, pois “parte-se do pressuposto da ilegitimidade do governo autoritário, da inexistência de qualquer justificativa que permita a violação dos direitos fundamentais dos cidadãos” (SILVA FILHO, 2009, p. 70).

Dessa forma o conceito de anistia passou a se afastar do exercício do esquecimento,

(...) pressupondo, antes, um *exercício de memória*, do qual o *reconhecimento* é o resultado. O reconhecimento das narrativas sufocadas pelos registros oficiais. O reconhecimento da dignidade e do papel fundamental dos que foram perseguidos políticos na construção das liberdades e das instituições democráticas que hoje existem no país. Assim, anistia atinge uma *reparação moral*. Esta reparação é vital não apenas para o necessário exercício de luto da sociedade e o consequente fortalecimento das instituições democráticas, mas, sobretudo, por uma questão de *justiça*. (SILVA FILHO, 2009, p. 70, grifos do autor).

Dessa maneira observa-se que, no Brasil, as formas pelas quais as violações dos direitos humanos cometidos por agentes do Estado foram julgadas, sofreram um processo de transformação. Desde uma imposição de que tais atos deveriam ser esquecidos até o reconhecimento de que as vítimas e a sociedade em geral tinham o direito à memória, pois apenas assim haveria a possibilidade de catarse e luto daqueles que foram torturados e mortos na época. Seria também a única possibilidade de haver reparação às vítimas e seus familiares.

O Direito à Verdade, também tributário do desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos (SILVA FILHO, 2009), foi retomado apenas anos depois no país, através da implementação da Comissão Nacional da Verdade (2012 a 2014). Esta acompanhou um processo que se desenvolvia em vários países do mundo que viveram regimes ditatoriais e realizou um resgate do dever de memória acerca das violações de direitos humanos que ocorreram durante o regime civil-militar no Brasil. A pesquisa realizada pela comissão brasileira retomou o conceito de Direito a Memória, anteriormente aplicado, através da transformação do conceito de anistia, a qual colaborou na reparação às vítimas e reafirmação da responsabilidade do Estado na interrupção do desenvolvimento da democracia de maneira excessivamente repressiva.

Para Daltoé (2016), a CNV representa um acontecimento discursivo; na medida em que provoca interrupção nas maneiras de compreender a ditadura, é a história sobre a ditadura contada diferentemente e, em muitos casos, pela primeira vez a partir das lembranças das

próprias vítimas e/ou de seus familiares, incluindo também o depoimento de alguns dos agressores. Ao lado disso, a CNV toca numa questão ainda bastante polêmica: a abertura dos arquivos das forças armadas. Também algo que já integra a pauta dos grupos que lutam pela memória dos desaparecidos, todavia, no caso da CNV, nos deparamos com um segmento do governo que reclama que tais informações devem permanecer no próprio governo.

Bevernage (2011) aponta para a importância dos depoimentos enquanto ferramentas essenciais para a CNV, juntamente com documentos em arquivos. Para ele, as formas de tomar depoimentos:

Requerem segurança por parte do depoente na medida em que sua contribuição possa ser adequadamente interpretada e respeitada, recebendo retorno de suas falas. Os depoentes se constituem atores participantes do processo de construção de conhecimento, pois são: colaboradores do processo, seus depoimentos são significativos para a construção das memórias de determinados períodos históricos e, no tempo presente de suas falas, reconstróem-se memórias de um passado. (BEVERNAGE, 2011, p. 48).

Para Bevernage (2011), construir uma verdade histórica é um processo que exige clareza das implicações da memória social no tempo presente. A memória é um elo vivo entre passado e presente que aflora a qualquer momento, e traz sensações e implicações de outras épocas para a história do tempo presente. No caso específico de investigações da CNV, é sobre um período que abrange a ditadura militar no Brasil, uma memória extremamente traumatizante. Trabalhar com este tipo de memória é desafiador, pois sentimentos e emoções estão envolvidos e nem todos querem lembrá-los. Não é uma tarefa fácil, esta de construção e reconstrução de trajetórias marcadas pelo sofrimento. Para tanto, a própria CNV criou uma meios de cooperação para garantir os processos democráticos na sociedade brasileira.

Para Bevernage (2011), o papel social que a CNV desempenhou no Brasil é essencialmente o de reconciliação do Estado com a sociedade, buscando construir uma memória social que traga a verdade e a justiça para todas as pessoas que tiveram os direitos humanos violados nos períodos autoritários. Para ele,

Elucidar a verdade histórica é um compromisso que o Estado assume com a sociedade, pois as torturas, prisões e mortes foram praticadas nas instituições do próprio Estado. Nesse sentido, a CNV empenha-se em reconstruir a verdade histórica na tentativa de reconhecimento das identidades e das pessoas que participaram ativamente dos movimentos de contestação e sofreram consequências como o fato de terem sido afastadas do trabalho (a exemplo de professores universitários, ativistas políticos) por ousarem fazer qualquer tipo de crítica ao regime. Sob esse aspecto, os mecanismos da repressão foram implacáveis contra qualquer pessoa que ousava criticar o governo, funcionando, à época, como fontes de informação ao regime sobre as ameaças que poderiam sofrer com a atuação de pessoas com certa influência social. (BEVERNAGE, 2011, p. 50).

Para o autor, a repressão foi cruel com todos; não tendo admitido viver em liberdade nem ter expressão própria, o regime queria a alienação das pessoas. Todo o trabalho investigativo, com os detalhes dos processos e depoimentos, compõe o relatório final; constitui-se em um instrumento para estudos sobre a tortura e repressão no Brasil. Torna-se, assim, uma tentativa de reconciliação do Estado com a sociedade brasileira.

Assim, as comissões de verdade são um novo instrumento capaz de fortalecer a sociedade civil e promover uma justiça restaurativa, porque elas têm um papel investigativo, judicial, político, educativo e terapêutico, simultaneamente. Elas podem alcançar ambições morais, de restauração de valores em uma sociedade em transição, influenciando a reconstrução sadia da identidade nacional. No centro desta inovação, está uma justiça centrada na vítima e não no réu. A meta é reorientar uma sociedade que perdeu seu parâmetro moral, que não é recuperado apenas com julgamentos criminais ou leis de purificação. O ponto principal é ajudar a comunidade a criar uma história compartilhada como base para a cooperação política futura.

### **3.2 O estudo da Comissão Nacional da Verdade à luz da teoria da memória social e da teoria de representações sociais**

A análise da Comissão da Verdade sob a ótica da teoria psicossocial da memória e da teoria das representações sociais apresenta certa escassez de trabalhos. Foram selecionados seis trabalhos devido a sua relação com a presente proposta, e também devido a sua relevância em termos de produção de conhecimento por meio de pesquisas empíricas. Sendo assim, inicialmente serão apresentados três trabalhos que se assemelham à presente proposta de pesquisa, tendo sido realizados no Chile, na Argentina e no Peru. Estas Pesquisas serviram de apoio na construção dos instrumentos da presente proposta e contribuíram na análise dos dados da mesma. Na sequência serão apresentados os resultados da dissertação de mestrado de Delfino (2014), a qual traz a representação social do regime militar e análises de conteúdo de entrevistas relacionadas especialmente com a Comissão Nacional da Verdade. Por fim, são mencionados trabalhos que enfatizam o testemunho das vítimas, recolhido pelas comissões. O primeiro, na África do Sul, trabalha as dificuldades daqueles responsáveis por ouvir e traduzir esses testemunhos para o inglês. E, o segundo, no Chile, aborda o impacto que os depoimentos das vítimas tiveram na vida daqueles que ficaram encarregados por ouvi-las e o quanto isso produziu mudanças profundas em suas vidas.



No Chile, Arnoso, Cárdenas e Páez (2012) buscaram analisar o impacto psicossocial da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação (1990) e da Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura (2003) na opinião pública, assim como emoções e atitudes relacionadas ao processo de verdade, justiça e transição resgatadas pelas comissões. Para isto, foi realizado um estudo quantitativo em quatro regiões do país. A amostra foi de mil e duzentos participantes, homens e mulheres, entre 18 e 90 anos. As variáveis de caracterização sócio-demográfica abrangiam, além de sexo e idade, nível socioeconômico e ideologia política.

Os resultados mostraram que a maior parte da população entrevistada aprovava o trabalho das comissões instauradas no país, concordando com a ideia de aprender com os erros passados, a fim de evitar repeti-los. Outra parcela das pessoas entrevistadas expressou desacordo com a ideia de abrir velhas feridas. Os posicionamentos que se mostravam favoráveis à busca pela verdade e memória se justificavam por: evitar que a violência pudesse se repetir; repercussões da verdade na busca por justiça; e o direito de familiares de conhecer a verdade sobre os anos de guerra. Os posicionamentos que davam preferência ao esquecimento estavam relacionados às consequências que os grupos atribuíam a esta lembrança, tais como: falta de sentido em remexer o passado, pois causaria mais dor e o temor em gerar reações e abrir novos ciclos de vingança.

Observou-se que os posicionamentos divergentes entre os entrevistados se relacionavam a vários fatores, tais como: nível de exposição à violência, proximidade percebida com as vítimas e identificação ideológica com os diferentes grupos. O item que mais pareceu influenciar no posicionamento dos participantes refere-se as diferenças entre orientação política, pois, ao segmentar os grupos mediante a variável ideologia, foram encontradas diferenças significativas em todos os itens analisados.

Observou-se que políticas de esquecimento ganham mais adeptos quanto mais de direita se considera ideologicamente a população entrevistada; quanto mais de direita, menos conhecimento se tem sobre as comissões; quanto mais a direita se situa ideologicamente, maior é a desaprovação com relação a ambas as comissões; são as pessoas de direita que mais acordam com a possibilidade de que as vítimas perdoem a quem lhe causou danos (ARNOSO; CÁRDENAS; PÁEZ, 2012).

Na Argentina o estudo foi desenvolvido por Zubietta et al. (2013) e teve por objetivo analisar o grau de conhecimento e aprovação das pessoas sobre o trabalho realizado pela “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas” (1983), a eficácia percebida em distintas áreas e a incidência do posicionamento ideológico nestas avaliações. Para tanto, foi

utilizado o método descritivo correlacional, com sujeitos de ambos os sexos. Houve um total de quatrocentos e setenta participantes, com idade entre 18 e 83 anos, de quatro regiões do país.

Os resultados mostraram pouco conhecimento da população pesquisada com relação aos trabalhos da comissão, o que os autores consideram produto de uma escassa ou ineficaz transmissão do que aconteceu sob o regime militar no país às novas gerações. Para os participantes acima dos cinquenta anos, as opiniões variaram entre “um tema resolvido” e uma atitude de rejeição para com a retrospectiva realizada pela comissão.

Assim como na pesquisa realizada no Chile, os dados revelaram importantes diferenças em função do posicionamento ideológico dos participantes. Aqueles que se consideram de direita são mais severos e julgam menos efetivos os trabalhos da comissão para ajudar a criar uma história integradora do período em questão, julgar os responsáveis e colaborar para que episódios desse tipo não voltem a acontecer no país. Destaca-se que quanto mais de direita se posicionavam os indivíduos, menor é a informação que possuem a respeito do tema.

A opinião frente ao trabalho da comissão se mostrou, em geral, significativamente mais positiva do que a do Chile. O que, para os autores, pode estar relacionado ao fato de que, diferentemente do Chile, as vítimas foram levadas a julgamento e condenadas. Neste sentido, a relevância dos resultados é notável na eficácia de sua contribuição a julgar os responsáveis, pois contribuem para anular os efeitos nocivos da impunidade e enfraquecem intenções de se impor novamente o caos e a violência (ZUBIETA et al., 2013).

No Peru a pesquisa foi desenvolvida por Espinosa, Schmitz e Cueto (2015), e buscou analisar o impacto da Comissão da Verdade e Reconciliação em um conjunto de atitudes sociais e políticas de estudantes de uma universidade de Lima-Metropolitana. Para tanto foi desenvolvido um estudo correlacional por questionários com 99 estudantes. O instrumento indagava os níveis de conhecimento e atitude frente à CVR, a percepção sobre o nível de cumprimento de seus objetivos e o compartilhamento social sobre a CVR, e o conflito armado interno no Peru, atitudes frente à violência, atitudes frente à lembrança e o esquecimento do passado, crenças sobre o perdão e respostas emocionais produzidas pela CVR.

Quase metade dos participantes do estudo disse ter pouco ou nenhum conhecimento sobre a CRV e as situações que levaram à sua instauração como uma instância de justiça transicional. O desconhecimento sobre a CRV se vinculou a um maior acordo com as atitudes frente ao esquecimento e uma atitude menos desfavorável frente à violência como mecanismo

de controle social, aspectos que aparecem como fatores de risco na prevenção de ciclos de vingança ou no surgimento de novas formas de violência.

Os resultados obtidos mostram que um maior conhecimento da CRV está associado a atitudes mais positivas sobre a mesma. De maneira específica, os que reportam maiores níveis de informação sobre a CRV refletem uma maior valoração e aprovação do trabalho da mesma. Consistentemente, os resultados mostram que um maior conhecimento da CRV vai se associar com maiores níveis de compartilhamento social, tanto sobre a comissão quanto sobre a época de violência.

Na amostra estudada, o conhecimento sobre a CRV parece não se relacionar com as crenças sobre a possibilidade de perdão. Porém, atitudes favoráveis frente à CRV e um maior compartilhamento social sobre a mesma, parecem aumentar a crença de que o perdão, como um elemento fundamental de reconciliação é possível.

Considerando os resultados de maneira global e à luz de Gibson (2004), para avaliar a efetividade dos impactos da CRV, é possível concluir que a mesma, na amostra estudada, teve um impacto positivo, mas limitado. Parte dessa limitação se explica pela pouca divulgação e reconhecimento que teve o trabalho da comissão na opinião pública (SULMONT, 2007).

A dissertação de mestrado de Delfino (2014), da Universidade Federal da Paraíba, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, tem como título Representações Sociais de Três Gerações Acerca da Ditadura Militar e da Comissão da Verdade. A mesma objetivou analisar as representações sociais de três gerações acerca da ditadura militar e a opinião destas pessoas sobre a comissão da verdade. Os participantes foram 209 pessoas escolhidas aleatoriamente, sendo estes alunos de ensino médio e de graduação, bem como participantes mais velhos, que foram abordados em lugares públicos, como, por exemplo, igrejas e praças. O instrumento foi aplicado sob a forma de entrevista individual, com roteiro de entrevista semiestruturado, composto pelas seguintes seções: Associação Livre com palavra indutora “Governo Militar”, questões abertas, sobre a ditadura militar, sobre justiça de transição e uma acerca da comissão da verdade; bem como questões fechadas, onde o participante poderia responder “sim” ou “não” para perguntas sobre se sofreu violação de direitos, se presenciou alguém vítima de algum ato agressor e se era militar. Foram analisados pelos Softwares Evoc e Alceste.

Os resultados apontaram que os participantes da pesquisa foram a favor da criação da comissão da verdade, assim como concordam, constatando violações de direitos no período ditatorial, que o agressor seja punido criminalmente e a vítima ou seus familiares sejam reparados civilmente. Observa-se também que a representação social da expressão “Governo

Militar” está ancorada, de maneira geral, por conteúdos negativos, o que indica que a opinião das pessoas sobre este período é marcada pela percepção de falta de democracia e de repressão.

No que se refere ao aspecto geracional, os resultados do Alceste apontam que a idade dos participantes foi um aspecto relativamente importante para a diferenciação das Classes discursivas. Assim, na Classe 2, “Apurações de Violações de Direitos Humanos pela Comissão da Verdade”, teve participantes de 31 a 59 anos; na Classe 1, “Explicação da História Oficial”, jovens de até 20 anos; na Classe 3, “Aspectos Legais e Ideológicos do Contexto que Levaram ao Golpe Militar”, estavam as pessoas com mais de 60 anos; e na Classe 4, “Processar Criminalmente”, foram jovens adultos com idades entre 21 a 30 anos. Finalmente, na Classe 5, “Processar Criminalmente e Indenizar”, não teve uma faixa etária específica.

Veras (2011) objetivou analisar a relação entre tradução e testemunho, pensar o intérprete tradutor como testemunha, sublinhando o fato de que a língua da Comissão, o inglês, é uma língua de tradução, não é a língua das vítimas nem dos torturadores. O autor ouviu dezenas de intérpretes, tanto de vítimas quanto de torturadores. A pesquisa tem sua relevância no fato de que, entre as críticas feitas à Comissão da África do Sul, está o fato de que existem pelo menos onze línguas oficiais e não se pode tomar por natural a tradução desses idiomas durante os julgamentos.

Foi, portanto, uma grande dificuldade encontrar intérpretes que falassem línguas africanas e tivessem o inglês como primeira língua – muitas vezes havia problemas com a gramática ou omissões mais ou menos importantes. E os intérpretes também enfrentaram grandes dificuldades durante os relatos, uma vez que precisavam traduzir os depoimentos em um tribunal.

Entre as dificuldades encontradas pelos tradutores, destaca-se a dificuldade em traduzir o testemunho das vítimas, porque precisavam falar em primeira pessoa, e alegavam que não havia como se distanciarem falando o tempo todo “eu” para aos membros da comissão, a uma plateia, de familiares, amigos, profissionais da imprensa, passando por todos os lugares de retransmissão do país. Para as tradutoras mulheres as dificuldades também foram críticas em relação às roupas coloridas, ao uso de palavras que uma mulher não diria. O autor cita o Comitê de Reparações e de sua ajuda às famílias na realização do trabalho de luto que, em seu balanço, revela que a maior parte dos brancos tentou se eximir do *apartheid* – rejeitavam o princípio da reparação e eram contra a política de ações afirmativas que davam prioridade às comunidades desfavorecidas sob esse regime.

O estudo de Cornejo et al. (2013) teve como objetivo compreender o impacto que teve escutar o testemunho de vítimas de tortura sobre os profissionais que trabalharam na Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, realizada no Chile entre 2003 e 2004. Para tanto, foi desenvolvida uma investigação qualitativa com relatos de vida de 22 profissionais que trabalharam nessa comissão, a partir de três encontros com cada um deles. Os relatos eram feitos de forma livre e sem nenhum tipo de pressão.

Os resultados mostraram que a experiência de escutar o testemunho de vítimas tem grande impacto na vida dessas pessoas, se articulando com processos elaborativos em diferentes dimensões, como a emocional/bibliográfica e a institucional. A primeira se refere ao fato de que, ao escutar a experiência de tortura dos declarantes na comissão, surgiram emoções diferentes nos profissionais, como a tendência a se colocar em espelho com as emoções de sujeito violentado, no sentido de que a declaração que este faz, de sua experiência e tortura, é transmitida e, de certo modo, transferida ao profissional da comissão.

A dimensão institucional se refere à escuta do Estado, no sentido de a figura dos profissionais é constituída como “escuta do Estado” na comissão. Uma posição complexa que requer simultaneamente um compromisso emocional e institucional, este último materializado no mandato da comissão. Este mandato implicava recuperar antecedentes e gerar a convicção de veracidade, coerência e consistência da declaração das pessoas que acudiram a comissão, mas, ao estar determinado pelo traumático – dados dos conteúdos das declarações – foi difícil sustentar a escuta unicamente do lugar institucional.

Estas dimensões são entendidas pelos autores como coordenadas por onde circulam estes processos. Estas têm impacto direto naqueles profissionais que se revelam profundamente influenciados pelas significações e sentidos que constroem acerca de suas histórias pessoais e familiares e de sua história social após terem passado por esta experiência; muitos relataram, inclusive, sentirem-se culpados por exercer um papel importante que é o da escuta, mas não possuir meios de fazer mais por aquelas pessoas.

Os estudos apresentados acima foram selecionados devido à grande escassez de estudos empíricos acerca das Comissões da Verdade em diversos países do mundo. Verificou-se, no momento da revisão bibliográfica, que muitos trabalhos abordam a questão, porém são, em sua maioria, trabalhos de natureza bibliográfica e são relativamente escassos aqueles que abordam a questão com metodologias de pesquisa empíricas.

## 4 TEORIA DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA ARTICULAÇÃO COM AS TEORIAS DA MEMÓRIA

### 4.1 Conceitos e estrutura das representações sociais

Esta pesquisa se respalda nas teorias psicossociais da memória, explanadas anteriormente, as quais possibilitam verificar o objeto de estudo, a CNV; de forma ampla e em termos metodológicos permitiram, por meio de técnicas de entrevista estruturada, a análise do resgate de memória realizado pela CNV. Porém, esta análise se valeu também da teoria das representações sociais, uma vez que esta ofereceu um panorama do que permeia o campo representativo do grupo estudado com relação ao objeto Comissão Nacional da Verdade. Sendo assim, a seguir será apresentada a teoria das representações sociais em sua origem, conceitos e abordagens complementares, bem como sua estreita relação com o campo da memória social.

A inauguração do campo de estudo da TRS se deve ao psicólogo social Francês Serge Moscovici, com a publicação de sua tese de doutorado, em 1961, intitulada *La psychanalyse, son image et son public*. Em seu estudo, Moscovici analisou e demonstrou as representações sociais da psicanálise que, ao sair do campo fechado das ciências, foi apropriada por diferentes grupos sociais da população parisiense. Vala (2000) fornece um panorama do ambiente em que surgiu esse novo interesse da psicologia social pelas representações sociais:

Na década de 50, um longo debate em torno da psicanálise mobilizou, em Paris, intelectuais e estudantes universitários. Esse debate, nascido em tertúlias relativamente fechadas, repercutiu-se na imprensa e penetrou o tecido social. Em três anos (1953-1956), 230 jornais e revistas não especializados publicaram cerca de 1600 artigos sobre a psicanálise. Em 1961, Moscovici publicava um trabalho sobre apropriação da teoria psicanalítica por parte de diferentes grupos sociais. (VALA, 2000, p. 156).

O autor afirma, ainda, que Moscovici, ao inaugurar a teoria, propunha questões, uma delas uma problemática específica: como é apropriada, transformada e utilizada pelo homem comum uma teoria científica; e uma problemática mais geral: como se constrói um mundo significativo. Para Farr (1995), Moscovici estava interessado em observar o que acontece quando um novo corpo de conhecimento, como a psicanálise, se espalha dentro de uma população humana.

Na época em que Moscovici desenvolvia a teoria das representações sociais, estavam em voga formas psicológicas de psicologia social, especialmente nos Estados Unidos da América. De acordo com Farr (1995), elas se ocupavam, basicamente, dos processos

psicológicos individuais, nos quais o social se limitava “a presença real ou imaginária de outros indivíduos” (SÁ, 1993). Entretanto, Moscovici se apoia em uma vertente psicossociológica de origem europeia, em que são considerados tanto os elementos individuais quanto os fatos sociais, um influenciando o outro de maneira recíproca.

Em uma psicologia social mais socialmente orientada, é importante considerar tanto os comportamentos individuais quanto os fatos sociais (instituições e práticas, por exemplo) em sua concretude e singularidade histórica e não abstraídos como uma genérica presença de outros. Importam ainda os conteúdos dos fenômenos psicossociais, pouco enfatizados pelos psicólogos sociais tradicionais em sua busca de processos tão básicos ou universais que pudessem abrigar quaisquer conteúdos específicos. Além disso, não importa apenas a influência, unidirecional, dos contextos sociais sobre os comportamentos, estados e processos individuais, mas também a participação destes na construção das próprias realidades sociais. (SÁ, 1993, p. 60).

Portanto, de acordo com Farr (1995), Moscovici se apoiou nos fundadores das ciências sociais da França, especialmente Durkheim, motivo pelo qual a teoria de Moscovici é frequentemente classificada como uma forma sociológica de psicologia social. Durkheim, com seu conceito de representação coletiva, “procurava dar conta de fenômenos como a religião, os mitos, a ciência, etc. em termos de conhecimentos inerentes a sociedade” (SÁ, 1993, p. 61).

Vala (2000) lembra que, para Durkheim (1897-1977), a vida social é formada por representações coletivas e representações individuais, sendo, as primeiras, produções sociais que se impõem aos indivíduos como forças exteriores e servem à coesão social. Porém, esta explicação poderia ser suficiente na época em que foi proposta, não mais nas sociedades contemporâneas, “caracterizadas por seu pluralismo e pela rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorrem” (FARR, 1995, p. 200).

Ao propor a teoria das representações sociais, Moscovici se volta a esses fenômenos inovadores, característicos das sociedades modernas:

As representações em que estou interessado não são as de sociedades primitivas, nem as reminiscências, no subsolo de nossa cultura, de épocas remotas. São aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornasse tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta a heterogeneidade e flutuação dos sistemas unificadores – ciências oficiais, religiões, ideologias – e as mudanças pelas quais eles devem passar a fim de penetrar na vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum. (MOSCOVICI, 1984, p. 18-19).

Para Moscovici (1984), este é o funcionamento de uma sociedade pensante, onde os indivíduos não são apenas processadores de informações, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, “produzem e comunicam

incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos” (MOSCOVICI, 1984, p. 98).

Sá (1996) considera difícil a tarefa de conceituar a teoria das representações sociais por meio de definições concisas, formais e sintéticas. Concordando com Moscovici (1976, p. 39), que afirma que, “se a realidade das representações é fácil de se captar, o conceito não é”. Porém, apesar da resistência em apresentar uma definição sistemática das representações sociais, tentou situá-la da seguinte forma:

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI, 1981, p. 181).

Jodelet (2001), na tarefa de sistematização do campo, caracteriza as representações sociais como

(...) uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais. (JODELET, 2001, p. 67).

As considerações de Doise e Palmonari (1986), por sua vez, são no sentido de repúdio de uma visão consensual das representações sociais e consideram que a diversidade permite explicar a variedade das expressões individuais de uma representação. Visão esta retomada por Abric (1994) no desenvolvimento da teoria do núcleo central, abordagem complementar à teoria das representações sociais.

Ao interessar-se pelos acontecimentos inerentes às sociedades contemporâneas, definidas por alta versatilidade e facilidade de acesso a informações, Moscovici (1976) propôs a existência de Universos Reificados e Universos Consensuais. Sá (1993) lembra que o primeiro corresponde ao universo da ciência, tecnologia e profissões especializadas, onde o novo geralmente é trazido à luz por meio de novas descobertas ou teorias, invenções e desenvolvimentos técnicos, produções de fatos políticos e econômicos, e assim por diante. É daí que são extraídas as matérias primas para o Universo Consensual, que corresponde às atividades intelectuais produzidas na interação cotidiana.

A formação das representações sociais ocorre quando aquilo que não é familiar, proveniente dos universos reificados, se torna familiar nos universos consensuais. Consideradas por Moscovici (SÁ, 1993, p. 56) como “teorias do senso comum”, “uma



realidade social, como entende a teoria das representações sociais, é criada apenas quando o novo ou não-familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais”.

Para Jodelet (2001, p. 78),

Sempre há necessidade de estarmos informados sobre o mundo a nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos as representações. Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo ou enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.

Desta forma, Jodelet (2001) reconhece que as representações orientam e organizam as condutas e comunicações sociais, bem como intervêm em processos, como: difusão de conhecimentos assimilados, definições de identidades pessoais e sociais, expressão de grupos e transferências sociais.

Como fenômenos cognitivos, envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas. Por isso, seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a abordagem da vida mental individual e coletiva. Desse ponto de vista, as representações sociais são abordadas concomitantemente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade. Isso quer dizer que nos interessamos por uma modalidade de pensamento, sob seu aspecto constituinte – os processos – e constituído – os produtos ou conteúdos. Modalidade de pensamento cuja especificidade vem de seu caráter social. (JODELET, 2001, p. 79).

Vala (2000), após comprovar o fenômeno, faz dois questionamentos: “como se formam as representações sociais? Que fatores as sustentam e estão na sua gênese?”. Como resposta relativa aos meios formadores de representações sociais, Moscovici (1961) explicita dois processos sociocognitivos socialmente regulados: a objetivação e a ancoragem.

Segundo Sá (1996, p. 48),

O esquema explicativo básico da teoria focaliza, portanto, a gênese das representações sociais através de um princípio único, bastante abrangente em sua simplicidade, e de dois processos específicos que procuram dar conta da estruturação das representações em seus componentes simbólico e figurativo. Não é difícil conceber que desse esquema parcimonioso se possa extrair a explicação para a produção dos efeitos funcionais de compreensão e explicação da realidade, de definição da identidade grupal, de orientação dos comportamentos e das práticas e de justificação das tomadas de posição. Eles repousam em última análise sobre a dinâmica da familiarização que rege os processos formadores das representações.

A objetivação, de acordo com Vala (2000), diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e se tornam expressões de uma realidade pensada como natural. “Operação pela qual se dá uma forma, ou figura, específica ao conhecimento acerca do objeto, tornando concreto o conceito abstrato” (JODELET, 1984).

A ancoragem, para Jodelet (2001), intervém ao longo do processo de formação das representações sociais, assegurando sua incorporação ao social. Assim, desempenha um papel decisivo na medida em que “enraíza” a representação numa rede de significações que permite situá-las em relação aos valores sociais e dar-lhe coerência. A autora afirma que isto ocorre por um processo de memória, em que “o pensamento em constituição apoia-se sobre o pensamento já constituído para enquadrar a novidade a esquemas antigos, ao já conhecido” (JODELET, 2001, p. 38).

A ancoragem, para Moscovici (1961) aponta para a função social das representações sociais a que o conceito de ancoragem se refere: “se a objetivação explica como os elementos representados de uma teoria se integram enquanto termos da realidade, a ancoragem permite compreender a forma como eles contribuem para exprimir e constituir as relações sociais” (MOSCOVICI, 1961, p. 318).

Através desses dois processos se cumpre, então, o objetivo da criação das representações sociais pelos grupos que, por meio da interação e comunicação, significam e acomodam as novidades que lhes chegam, tornando familiar o não-familiar. Vista dessa maneira, a teoria das representações sociais busca verificar como algo novo é incorporado por um determinado grupo social.

Moscovici (1988) distingue as representações sociais em três tipos: representações sociais hegemônicas, representações sociais emancipadas e representações sociais polêmicas. As primeiras são uniformes, indiscutíveis e coercivas, designam formas de entendimento e significados fortemente partilhados por um grupo estruturado. Elas são o equivalente ao conceito de representações coletivas de Durkheim (1989).

As representações sociais emancipadas, de acordo com Vala (2000), refletem a cooperação entre grupos, resultam da troca de significados diferentes sobre um mesmo objeto. São modalidades de conhecimento sobre um objeto com alguma autonomia relativamente aos grupos sociais que estão na sua origem. São estas que estão em jogo na construção teórica das representações sociais.

Vala (2000) resume as representações sociais polêmicas como aquelas geradas no decurso dos conflitos sociais, determinadas pelas relações antagonistas ou de diferenciação entre grupos sociais e refletem pontos de vista exclusivos sobre um mesmo objeto.

Estas distinções analíticas entre diferentes tipos de representações sociais realçam a transição das representações como uniformidades para a apreensão da sua diversidade, e mostram como o contraste entre diferentes tipos de relações sociais e a sua repercussão no pensamento social será mais pertinente do que o contraste entre o pensamento individual e o pensamento coletivo. (VALA, 2000, p. 462).

Entretanto, de acordo com Sá (1996), ao substituir o termo “coletivo” por “social”, Moscovici transforma a visão uniforme das representações, em uma visão diferenciada, em movimento, o que faz surgir uma questão: todos os objetos do ambiente social, material e ideal são objetos de Representação Social por parte de um ou outro grupo, conjunto ou segmento social? A resposta é negativa, como se pode observar na afirmação de Ibañez:

Certos autores insistem sobre o caráter estruturado das representações sociais (...) o fato que as RS estejam estruturadas nos indica também que não há porque existir uma RS para cada objeto em que possamos pensar. Pode ser que um determinado objeto tão só dê lugar a uma série de opiniões e de imagens relativamente desconexas. Isto nos indica também que nem todos os grupos ou categorias sociais tenham que participar de representações sociais que lhes sejam próprias. É possível, por exemplo, que um grupo tenha uma representação social de certo objeto e que outro grupo se caracterize tão-somente pelo fato de dispor de um conjunto de opiniões, de informações ou de imagens acerca desse mesmo objeto, sem que isso suponha a existência de uma representação social. (IBAÑEZ, 1988, p. 104).

Porém, a afirmação de não existência de representações para todos os tipos de objetos remete às condições determinantes para que representações emergjam ou não em determinado grupo. Moscovici (1988) delimita três condições de emergência das representações sociais: *dispersão da informação* (a informação não circula no mesmo nível e da mesma forma entre todos os conjuntos sociais); *focalização* (sobre um dado objeto, o que depende dos recursos, dos interesses e dos motivos de um grupo social); *pressão a inferência* (que é exercida pela urgência dos problemas associados ao objeto ou por instâncias sociais externas ao grupo).

Além do objetivo de criação das representações sociais, seus processos de formação e os diferentes tipos de representações sociais, propostos por Moscovici, se fazem necessários comentários acerca das funções por elas exercidas.

Sá (1996) afirma que, embora a funcionalidade das representações esteja muito bem sintetizada na definição de Moscovici (1976), de que “o termo representações sociais deveria ser reservado para aquela modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamento e a comunicação entre indivíduos”, é interessante verificar seu

desmembramento para evidenciar uma série de outros aspectos valorizados no decorrer da história do campo de estudos.

Para Abric (1994), responsável pela sistematização do desmembramento da afirmação de Moscovici, é por responder a quatro funções essenciais que as representações têm um papel fundamental na dinâmica das relações sociais e nas práticas.

1) Função de saber: Elas permitem compreender e explicar a realidade. Saber prático do senso comum, permitem que os atores sociais adquiram conhecimentos e os integrem em um quadro assimilável e compreensível para eles próprios. 2) Função identitária: elas definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. 3) Função de orientação: elas guiam os comportamentos e as práticas. A representação intervém diretamente na definição da finalidade da situação, determinando a priori, o tipo de relações pertinentes para o sujeito, e também, eventualmente, dentro das situações de resoluções de tarefas, intervém no tipo de estratégia cognitiva que será adotada. (...) A representação produz também um sistema de antecipações e expectativas, sendo, então, uma ação sobre a realidade: seleção e filtragem das informações, interpretações visando a adequar esta realidade à representação. 4) Função justificadora: elas permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. (ABRIC, 2000, p. 29-30).

Para Sá (1996), a caracterização de um determinado campo de estudos exige um conjunto minimamente organizado de proposições, que dê conta de por que e como tais fenômenos se constituem e funcionam. Trata-se, portanto, de explicar por que as origens detectadas dos fenômenos são efetivas na sua produção e como servem as funções identificadas.

#### 4.1.1 Abordagem Estrutural e a comparação das representações

De acordo com Sá (1998), a proposta inaugurada por Moscovici pode ser considerada uma teoria geral da qual derivam três correntes teóricas complementares, a saber: abordagem antropológica ou processual, mais fiel à teoria original, liderada por Denise Jodelet; abordagem estrutural, que enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações, liderada por Jean-Claude Abric; e abordagem societal, com tendência mais sociológica, liderada por Willem Doise.

A presente pesquisa utiliza conceitos e proposições teóricas pertencentes especialmente à abordagem estrutural, também conhecida por Teoria do Núcleo Central. A teoria foi proposta através da tese de doutorado de Jean-Claude Abric (1976), na *Université de Provence*, em que sugeria uma hipótese a respeito da organização interna das representações sociais. Sá (1996) afirma que a abordagem complementar não pretende, de maneira alguma,

substituir a teoria geral, mas sim, contribuir com um conjunto de proposições que ajudem a tornar mais heurística a prática social e a pesquisa em representações sociais.

A tradição metodológica em que surge a teoria do núcleo central é experimental, porém o espaço experimental não cumpre a função de controlar ou eliminar a influência de variáveis sócio-culturais nos processos psicológicos – como fazem os estudos estritamente experimentalistas. “Ao invés disso, a influência das representações nutridas pela participação na cultura sobre o comportamento no laboratório é ela própria explicitamente testada por meio de um *design* experimental” (SÁ, 1996, p. 53).

É este envolvimento com a prática experimental que faz com que a teoria do núcleo central tenha se consagrado como “uma importante contribuição a metodologia da pesquisa em ciências sociais” (FARR, 1995, p. 22). Neste sentido, Sá (1996) defende a ideia de que,

(...) a teoria do núcleo central, como abordagem complementar à grande teoria, deriva suas características mais marcantes do envolvimento sistemático com a prática experimental, e, por isso mesmo, lhe proporciona uma complementaridade mais proveitosa do que se tivesse trazido para o campo de estudos apenas o que já se configurava como habitual. A objetividade que os críticos negam a teoria geral de Moscovici pode ser encontrada na teoria que busca complementá-la e, plausivelmente, isso deve ter tido origem na disposição para perscrutar detalhes ou relações apenas sugeridas, como aquelas – de demonstração problemática, atestadas pelos estudos americanos no campo das atitudes sociais – entre o conhecimento e o comportamento sociais. (SÁ, 1996, p. 61).

Para Abric (1994), as representações apresentam elementos hierarquizados, organizados em torno de um núcleo central que, por sua vez, é constituído de um ou alguns elementos que dão à representação o seu significado. O autor caracteriza a representação social como “um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes que constitui um sistema sociocognitivo particular, composto por dois subsistemas: um central (ou núcleo central) e um periférico” (ABRIC, 2003, p. 52).

Entretanto, Abric (1994) admite que a ideia de centralidade não é nova e a atribui a autores, como: Heider (1927) e Asch (1946). O primeiro contribuíra com seu estudo sobre fenômenos de atribuição, enquanto o segundo teve sua contribuição devido a estudos sobre a percepção social. De acordo com Sá (1996), outra fonte importante da teoria complementar pode ser encontrada na teoria geral de Moscovici: a noção de núcleo figurativo, resultado da objetivação, um dos processos de formação das representações. Sobre as semelhanças e diferenças entre núcleo figurativo e núcleo central, Sá afirma,

(...) o último não tem um caráter imagético como necessariamente ocorre com o primeiro. Isso pode talvez fazer parte de algo como um movimento em direção à acentuação dos aspectos valorativos e cognitivos, em detrimento da estrutura de dupla natureza – figurativa e simbólica – proposta por Moscovici, a qual, de resto, se

mostra de difícil demonstração e problemático manejo na pesquisa empírica. A definição de representação (...) como “princípio organizador de tomada de posições” parece caminhar nesse mesmo sentido, de uma certa negligência para com os aspectos figurativos, pelo menos como uma dimensão essencial das representações sociais. O que parece mais importante (...) é que as noções de núcleo central ou de princípio organizador vêm a designar basicamente “uma estrutura que organiza os elementos da representação e lhes dá sentido”. (SÁ, 1996, p. 90).

Para Abric (2003), o núcleo central é constituído de um ou alguns elementos, porém, sempre em quantidade limitada, ele desempenha três funções essenciais na estruturação e no funcionamento das representações sociais: 1) Função geradora - o núcleo central é o elemento pelo qual se cria e se transforma a significação dos outros elementos constitutivos da representação, determinando o significado da representação; 2) Função organizadora - é ele que determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos da representação, determinando a organização interna da representação; 3) Função estabilizadora - é o elemento mais estável da representação e mais resistente a mudanças, determina a estabilidade da representação.

Contudo, é o levantamento do núcleo central que permite o estudo comparativo entre as representações sociais, pois é ele que possibilita a identificação das diferenças e semelhanças básicas entre elas. Para Abric,

O núcleo central, determinando o significado, a consistência e a permanência, vai então resistir à mudança, visto que toda modificação no núcleo central provoca uma transformação completa da representação. Além disso, para que duas representações sejam diferentes, elas devem ser organizadas em torno de dois núcleos diferentes. A identificação do conteúdo de uma representação não seria suficiente para se conhecê-la e defini-la; a organização interna é essencial: duas representações podem ter o mesmo conteúdo e, entretanto, serem radicalmente diferentes, se a organização desse conteúdo for diferente. Duas representações são consideradas idênticas se forem organizadas em torno de um mesmo núcleo central, mesmo se o conteúdo for extremamente diferente. (ABRIC, 2003, p. 56).

Para Abric (1994) existem diferenças significativas entre os elementos pertencentes ao núcleo central de uma representação social. De acordo com o autor, trabalhos experimentais, como os de Abric e Tafani (1995) e Guimelli (1998), evidenciam a existência de dois tipos de elementos, que podem ser classificados como *funcionais* ou *normativos*. Os primeiros são ligados à realização da tarefa, enquanto os segundos são voltados a normas, estereótipos ou atitudes.

Os elementos normativos são diretamente originados do sistema de valores dos indivíduos. Eles constituem a dimensão fundamentalmente social do núcleo – e da representação, pois – ligada à história e a ideologia do grupo. São eles que determinam os julgamentos e as tomadas de posição relativas ao objeto. Os elementos funcionais são associados às características descritivas e à inscrição do objeto nas práticas sociais ou operatórias. São eles que determinam as condutas relativas ao objeto. (ABRIC, 2003, p. 60).

Segundo Abric (1994), a identificação dos elementos é importante também para conhecer o próprio objeto da representação, o que está sendo representado, uma vez que permite identificar as dimensões que o núcleo central possui relativas ao objeto e à relação que o sujeito – ou grupo – mantém com esse objeto. “A coexistência desses dois tipos de elementos permite, ao núcleo central realizar seu duplo papel: avaliativo e pragmático; ou seja, de um lado, justificar os julgamentos de valor; e, de outro, atribuir as práticas específicas” (ABRIC, 2003).

Abric (2003) considera, também, que o funcionamento do núcleo central é regido pelo processo de ativação. Em um dado momento, há elementos do núcleo ativados e outros elementos desativados. Porém, um elemento desativado em uma situação pode ser ativado em outra situação e reciprocamente. A ativação de um elemento do núcleo central é determinada por três fatores: finalidade da situação, distância para com o objeto e contexto de enunciação.

Com relação à finalidade da situação, o autor considera que, nas situações com finalidade operatória ou pragmática, são notadamente os elementos funcionais do núcleo que serão ativados. Por outro lado, nas situações de intercâmbio social ou de posicionamento avaliativo, são os elementos normativos do núcleo que vão ser solicitados.

O fator distância para com o objeto, por sua vez, é determinado por outros fatores: o nível de prática relativa ao objeto e o envolvimento do grupo com o objeto. Quanto mais um grupo é próximo de um objeto mais valorizará elementos funcionais, enquanto a ausência de prática e a distância diante do objeto favorecem a ativação de uma representação fortemente avaliativa.

O contexto de enunciação está relacionado à percepção da reversibilidade da situação. Para Abric (2003), o grupo precisa pensar que o surgimento de uma nova situação ou informação seja irreversível, definitivo, para que a representação se transforme. Se perceberem que a situação é reversível e que pode retornar à situação anterior, as pessoas desenvolvem mecanismos de defesa e resistência à mudança.

A afirmação de Abric (1994), de que toda representação está organizada em torno de um núcleo central, foi posteriormente completada por Claude Flament, que demonstrou o papel decisivo dos elementos periféricos (não pertencentes ao núcleo central) no funcionamento da representação, “retirando assim, a simplicidade inicial conferida à teoria das representações sociais” (SÁ, 1996, p. 67).

Segundo Abric (1994), a teoria do núcleo central procura dar conta de duas características estruturais aparentemente contraditórias das representações sociais: 1) as representações são, ao mesmo tempo, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis; 2) as

representações sociais são consensuais, mas também marcadas por fortes diferenças interindividuais.

Para dar conta desta aparente contradição, a teoria do núcleo central propõe que a representação social é regida por um sistema interno duplo, composto por um sistema central e por um sistema periférico.

O sistema central é constituído pelo núcleo central da representação e possui características como estabilidade, coerência e consensualidade, além de ser historicamente determinado. Sua função principal é gerar o significado da representação.

Ele é diretamente ligado e determinado pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas. Ele é nesse sentido fortemente marcado pela memória coletiva do grupo e pelo sistema de normas ao qual ele se refere. Ele constitui, portanto, a Base comum, coletivamente partilhada das representações sociais. Sua função é consensual. É por ele que se realiza e se define a homogeneidade de um grupo social. Ele é estável, coerente, resistente a mudança, assegurando assim uma segunda função, a da continuidade e da permanência da representação. Enfim, ele é de uma certa maneira relativamente independente do contexto social e material imediato no qual a representação é posta em evidência. (ABRIC, 1994b, p. 78).

Entretanto, o sistema periférico é constituído pelos elementos não-centrais da representação. Abric (1994) considera este sistema como um complemento indispensável ao sistema central, pois é ele que promove a interface entre a realidade concreta e o sistema central. Caracteriza-se pela flexibilidade, adaptatividade e heterogeneidade quanto aos conteúdos, “é ele que atualiza e contextualiza constantemente as determinações normativas do sistema central” (SÁ, 1996, p. 40).

Ele é (...) mais flexível que os elementos centrais, assegurando assim uma segunda função: a de regulação e de adaptação do sistema central aos constrangimentos e às características da situação concreta à qual o grupo se encontra confrontado. Ele é um elemento essencial nos mecanismos de defesa que visam proteger a significação central da representação. É o sistema periférico que vai inicialmente absorver as novas informações ou eventos suscetíveis de colocar em questão o núcleo central. Por outro lado, e é sua terceira função, o sistema periférico permite uma certa modulação individual da representação. Sua flexibilidade e sua elasticidade permitem a integração na representação das variações individuais ligadas a história própria do sujeito e a suas experiências pessoais. Ele permite assim a elaboração de representações sociais individualizadas organizadas, não obstante em torno de um núcleo central comum. (ABRIC, 1994, p. 61).

Abric (1994) sistematiza as diferenças entre o sistema central e o sistema periférico em um quadro que permite maior visualização e comparação entre elas:



Quadro 01 - Características do sistema central e do sistema periférico de uma representação

<i>Sistema central</i>	<i>Sistema periférico</i>
Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e histórias individuais
Consensual; define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável Coerente Rígido	Flexível Suporta as contradições
Resistente à mudança	Evolutivo
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
<b><i>Funções:</i></b> Gera a significação da representação; Determina sua organização	<b><i>Funções:</i></b> Permite a adaptação à realidade concreta; Permite a diferenciação do conteúdo; Protege o sistema central

Fonte: Abric (2000, p. 34).

Para Sá (1996), é o sistema periférico que atualiza e contextualiza constantemente as determinações consensuais do núcleo central, daí resultando a mobilidade, a flexibilidade e a expressão individualizada, que igualmente caracterizam as representações sociais. É o sistema periférico que permite que a representação se ancore na realidade do momento. Retomando Abric,

O sistema periférico é bem menos limitante, ele é mais leve e flexível. É a parte mais acessível e mais viva da representação. Se o núcleo central constitui, de algum modo, a cabeça ou o cérebro da representação, o sistema periférico constitui o corpo e a carne. Seu papel é essencial e pode ser resumido em cinco funções: concretização, regulação, prescrição de comportamentos, proteção do núcleo central e personalização. (ABRIC, 1994b, p. 35).

Sá (1996) observa que a ideia de núcleo central desviou por bastante tempo a atenção dos pesquisadores em relação aos demais elementos das representações sociais. O sistema periférico foi tomado como circunstancial e acessório, e “Flament suspeita que sua designação como periféricos já implicasse em certo desdém, que se traduzia por sua consideração genérica como algo dispensável ou um mero pano de fundo, de bem menor importância, para o estudo das representações” (SÁ, 1996, p. 79).

#### 4.2 Aproximações entre as teorias da memória social e das representações sociais

Uma vez explanados os aspectos psicossociais da memória e do esquecimento, bem como os conceitos principais da teoria das representações sociais, enfatiza-se que ambas têm como premissa básica a consideração do social como sendo um participante ativo na formação

de processos individuais e grupais, não o considerando apenas como mero facilitador de funções cognitivas. As teorias mencionadas possuem elos que as aproximam e que muitas vezes as tornam complementares uma da outra. Sendo assim, essa relação será apresentada a seguir.

As aproximações entre os campos da memória social e das representações sociais vem sendo realizada ao longo das últimas décadas por autores, como: Jodelet (1984, 2001); Laurens e Roussiau (2002); Wagner (2003); Sá (2005); Haas e Jodelet (2007); Carretero (2007); Sá, Menandro e Naiff (2013). Ambas as teorias, tanto de Moscovici quanto de Halbwachs, se apoiam na teoria das representações coletivas de Durkheim. Isto permite relacioná-las em seus níveis de surgimento e explorar suas interfaces com a história.

Durkheim (1989) afirma a coexistência de representações individuais, que constituem a vida mental dos indivíduos, e representações coletivas, que regem a vida coletiva das sociedades. As primeiras têm como substrato as funções fisiológicas do cérebro. As segundas são fenômenos independentes dos indivíduos e exteriores a eles, encontradas nas manifestações da vida coletiva, como: as representações, as crenças, as práticas religiosas, as regras morais, as regulamentações legais. As representações coletivas são produções sociais que se impõem aos indivíduos como forças exteriores e servem à coesão social (DURKHEIM, 1989).

Para Moscovici as representações sociais são compreendidas como:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações originados na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI, 2012, p. 181).

Para Alba (2011), as representações sociais são mais flexíveis e a noção de coerção é menos forte, pois “embora os indivíduos estejam profundamente marcados pela sociedade a que pertencem, possuem o benefício do livre-arbítrio, de escolher certas leituras, certas emissoras de televisão, gostos intelectuais ou artísticos” (ALBA, 2011, p. 25). Dessa forma os indivíduos combinam diferentes conhecimentos e as representações refletem toda a sua experiência de vida.

Portanto, diferentemente das representações coletivas que se impõem aos indivíduos de forma quase automática, as representações sociais propostas por Moscovici são formadas nas trocas provenientes da comunicação e interações sociais cotidianas.

Segundo Alba (2011), assim como Moscovici, Halbwachs recupera o conceito de representações coletivas e as reformula em uma perspectiva mais fluida em sua teoria da

memória social. Para Halbwachs (2006), a memória não é rígida, mas constantemente atualizada, pois o sujeito é alguém que reflete a todo o momento sobre o que acontece. Este estado reflexivo lhe permitirá construir memórias que tenham coerência e façam sentido em função de sua situação no momento presente.

Para o autor, a comunicação e a interação social são fundamentais no processo de construção da memória social,

Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta lembrança funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros. Porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível apenas se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Viaud (2003) destaca três pontos de aproximação entre as teorias que, embora sejam estreitamente interligados e não excludentes, são apresentados separadamente. Inicialmente enfatiza o papel dos processos de comunicação para ambas as teorias. Para Moscovici as representações sociais são criadas e se atualizam no momento das interações sociais correntes; para Halbwachs, o papel da comunicação na formação da memória coletiva é considerado como condição mesmo de sua existência. Ou seja, a comunicação possui papel fundamental em ambas as teorias.

O segundo tema de aproximação entre a teoria das representações sociais e a memória social, destacado pelo autor, enfatiza que as pertencas grupais exercem grande influência sobre a orientação dos conteúdos da representação e da memória e se relacionam com a função identitária proporcionada por elas. Na construção das representações sociais, os grupos desenvolvem sistemas de interpretação da realidade e, através dos códigos comuns que adquirem neste processo, exprimem sua identidade (VIAUD, 2003). Por sua vez, a memória coletiva se apoia nas interações entre os indivíduos nos diferentes grupos sociais aos quais pertencem. A lembrança se apoia sobre normas e valores comuns e permite aos indivíduos construir sua identidade. Para o autor, os grupos apresentam contornos identitários pelo investimento na formação das representações sociais, bem como pelas lembranças comuns aos membros do grupo.

O terceiro ponto de aproximação entre as teorias, destacado por Viaud (2003), traz o papel da linguagem, dividida em dois aspectos. O primeiro aspecto considera que tanto a teoria das representações sociais, quanto a teoria da memória coletiva se utilizam da linguagem natural ou cotidiana, por oposição a uma linguagem formal ou técnica. As informações provenientes das ciências em linguagens formais são traduzidas para a linguagem

coloquial do senso comum. O segundo aspecto considera a linguagem “no quadro de uma problemática mais geral, da formação do vínculo social, da identidade e da construção social e simbólica da realidade” de indivíduos e grupos sociais (VIAUD, 2003, p. 42).

Desta maneira observa-se que os processos de comunicação e interação social, o fortalecimento da pertença grupal e sua função identitária, e a linguagem cotidiana e formadora de vínculos sociais são características em comum entre as teorias aqui apresentadas (VIAUD, 2003).

Alba (2011) analisa as aproximações entre a teoria das representações sociais e da memória social presentes na construção das representações, observadas por meio dos processos de ancoragem e objetivação.

Para Jodelet, o processo de ancoragem assegura a incorporação da representação ao social e

(...) enraíza a representação e seu objeto numa rede de significações que permite situá-la em relação aos valores sociais e dar-lhes coerência. (...) Por um trabalho da memória, o pensamento constituinte apoia-se sobre o pensamento constituído para enquadrar a novidade a esquemas antigos, ao já conhecido. (JODELET, 2001, p. 39).

Por outro lado, Alba (2011) afirma que, para a teoria da memória coletiva, as lembranças ajudam a construir as representações do presente, como se existisse um jogo constante entre o presente e o passado. O tempo e o espaço são noções essenciais da consciência coletiva, por meio das quais os indivíduos regulam suas percepções e suas memórias. “Embora na TRS, o tempo e o espaço não apareçam explicitamente como ancoragens do pensamento social, aparecem, implicitamente, como contexto geográfico e histórico em que estão situados tanto o sujeito como o objeto da representação” (ALBA, 2011, p. 59).

Portanto, o processo de ancoragem atua ao estabelecer um vínculo entre a novidade e uma rede de significações pré-constituída formando a representação. A teoria da memória social, da mesma forma, considera as lembranças fundamentais no processo de construção da realidade atual.

Para a autora, quando a lembrança não encontra mais lugar nos sistemas de representações ocorre o processo de esquecimento, isto é, quando os indivíduos e os grupos já não se importam em recordar determinados acontecimentos ou quando os aparelhamentos que permitiam evocar tais episódios desaparecem. Sendo assim, “se certas lembranças não reaparecem, não é porque elas são antigas demais e se desvaneceram lentamente, mas porque

estavam enquadradas por um sistema de noções que não existe mais agora” (HALBWACHS apud ALBA, 2011, p. 62).

O segundo processo, presente na construção das representações sociais e das quais a autora realiza a aproximação entre a teoria das representações sociais e da memória social, é a objetivação. Para Vala (2000) este processo diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e se tornam expressões de uma realidade pensada como natural. Jodelet (2001) enfatiza que se trata da operação pela qual se constitui uma forma ou figura específica ao conhecimento acerca do objeto, tornando concreto um conceito abstrato.

Para Alba (2011), a objetivação se relaciona com a teoria de Halbwachs, à medida que a memória não é reproduzida, mas reconstruída através de um sistema de representações no presente que fabrica ou desenha um esquema que corresponde a essa memória. A autora aproxima esse esquema de memória com o esquema figurativo da objetivação, proposto por Moscovici (1981), pois,

(...) assim como no caso das representações sociais, tal esquema será filtrado pelo atual sistema de representações, composto de valores sociais e morais que modelarão a reconstrução da memória, de acordo com o que o sujeito considera conveniente ou o que “pode” expressar. (...) o que não é lembrado fica fora do esquema que articula a reconstrução do passado. Para Halbwachs esta reconstrução é uma operação inteligente e racional, o que sugere que o esquecimento é intencional, o indivíduo ou o grupo reconstrói o passado de acordo com um filtro moral, recuperando aquilo que lhe dá uma identidade positiva e deixando de fora o que poderia gerar um conflito na concepção de si mesmo. (ALBA, 2011, p. 72).

Dessa forma, a autora considera que a materialidade das representações não ocorre de maneira espontânea, assim como a reconstrução das memórias realizada por indivíduos e grupos também não acontece automaticamente. Ambas passam por um processo de seleção pautada nos valores morais presentes em determinada sociedade e o que não se enquadra neste esquema considerado apropriado é deixado de lado e, inevitavelmente, será esquecido.

Às aproximações entre as teorias em níveis sócio-cognitivos observadas até o momento, seguem considerações acerca de sua interface com o campo de estudo da história.

Para Viaud (2003), no ponto de oposição entre a história e a memória encontra-se uma articulação com a teoria das representações sociais. Isso ocorre na medida em que os arquivos são escritos por historiadores e, nesta construção, são reproduzidas as suas visões sobre o testemunho. “Pelo trabalho do historiador a história se constitui em representações sábias do passado. Essas representações do passado são acessíveis como produtos do trabalho de historiador em artigos, livros, e quando o consenso se faz, nos manuais escolares” (VIAUD, 2003, p. 29).

O autor afirma que,

Para os historiadores, essa difusão pode ser de novo a ocasião de afirmar o corte epistemológico entre o senso comum e ciência, criando outra vez a posteriori seu lugar no testemunho. Se a memória coletiva pode ser realizada como representação da história, é de um lado levando em consideração o conjunto das condições que impõe a forma do discurso do historiador – que, da definição do arquivo à colocação escrituária de seu trabalho, se distancia das formas ordinárias da apreensão do passado -, de outro lado reconhecendo como parte que participa da análise a distorção do princípio que se faz submeter-se à memória coletiva, entendida como representação social da história, apreendida a partir de uma posição situada no campo científico. (VIAUD, 2003, p. 30).

De fato, observa-se a existência de um ciclo, uma vez que as representações do passado formam a história que, por sua vez, é formadora de representações e memórias sociais. Ou seja, a história realiza uma seleção de seus objetos de estudo e das categorias, que julga pertinentes para dar uma inteligibilidade ao passado por meio de uma representação, podendo, em seguida, ser apropriada por indivíduos e grupos sociais.

O autor considera ainda que, neste processo de seleção realizado pela história, os discursos e representações de alguns grupos são privilegiados em relação a outros, em função das necessidades estipuladas por sociedades atuais. Aquelas memórias “esquecidas” muitas vezes se encontram em contraponto ou concorrência com a história.

Para Viaud,

Ao lado das representações difundidas pelas produções dos historiadores, é necessário constatar que se desenvolvem outros discursos sobre o passado, cujo objeto pode visar, como caso paradigmático, a dar conta do passado daqueles que os têm. Esses discursos correspondem a um trabalho explícito e às vezes reivindicado, quer dizer, também designado como tal, por certos grupos sociais. Uma das características da época, sublinhadas mais frequentemente pelos historiadores, é ver estabelecerem-se reivindicações de memórias parcelares ou “partidárias”. (VIAUD, 2003, p. 32).

Sendo assim, os discursos de memória possuem utilidade no presente. As reivindicações de memórias partidárias visam romper com o lugar que foi designado a certos grupos na história, de abandono ou ignorância, numa tentativa de transformação da representação que o grupo construiu dele mesmo por meio de uma apropriação e legitimação de seu passado. Essa representação legitimada do passado permite não somente o reconhecimento do grupo, mas também a cada indivíduo se constituir enquanto tal através da história de seu grupo.

Portanto, observa-se que os campos da memória social e o campo das representações sociais se constituem como referenciais teóricos consistentes e estruturados, cada um com seu arcabouço teórico que permite a análise de diferentes fenômenos sociais à luz de suas

respectivas abordagens. Entretanto, observa-se também que são muitas as possibilidades de aproximações entre os dois campos, seja pelo tronco comum na teoria das representações coletivas, seja pelas relações encontradas nos processos de formação das representações sociais (ancoragem e objetivação), ou, ainda, pela relação de ambas com os processos de construção da história oficial.

Sendo assim, observa-se que a comunicação, a linguagem e os processos de pertença social permeiam todas essas relações e se constituem como a base para a formação tanto das representações sociais quanto da memória social. Ambas são teorias que consideram os processos cognitivos individuais, mas sua ênfase recai sobre as formas pelas quais o social é constituinte dos indivíduos e os indivíduos e grupos constituem o social, criando memórias e representações por meio da linguagem e diversas maneiras de interação social.

## **5 MÉTODO**

### **5.1 Tipo do estudo**

A pesquisa empírica foi realizada por meio de um estudo exploratório-descritivo. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), essa modalidade de pesquisa são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.

Foram utilizadas técnicas quantitativas e qualitativas. Para Bardin (2011), a abordagem quantitativa se funda na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem, enquanto a abordagem qualitativa recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências.

### **5.2 Lócus do estudo e participantes**

A pesquisa foi realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Inaugurada em 1950, ao longo de sua história a UERJ se firmou como uma das principais universidades do país. Sua importância no espaço acadêmico brasileiro pode ser atestada pela qualidade da formação superior que oferece, pelo valor da sua produção científica, pelas centenas de projetos de extensão em desenvolvimento, pela promoção da cultura e pelos inúmeros serviços prestados à população.

A Universidade possui aproximadamente trinta unidades acadêmicas situadas no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo, além da capital do estado, as cidades de Duque de Caxias, Nova Friburgo, Resende, Teresópolis e São Gonçalo. Em sua totalidade, são oferecidos trinta e dois cursos de graduação, que se desdobram em diferentes habilitações, licenciaturas e bacharelados.

A presente pesquisa foi realizada no campus Maracanã, que se localiza na Rua São Francisco Xavier, número 524, bairro Maracanã, Rio de Janeiro – RJ. Este é o maior campus da instituição, oferece diversos cursos nas diversas áreas do conhecimento. Os participantes foram alunos de graduação de vários cursos que foram posteriormente agrupados, para fins de análise de dados, nas áreas das ciências humanas e sociais; exatas e da terra, e da saúde e biológicas. Nas áreas das ciências humanas e sociais foram reunidos os cursos: letras, direito, economia, administração, ciências sociais, filosofia, pedagogia, história, psicologia, comunicação social. Nas áreas das ciências exatas e da terra foram agrupados os cursos de:



matemática, estatística, engenharia de produção, engenharia elétrica, ciências da computação, engenharia civil, engenharia eletrônica, engenharia ambiental, física. Nas áreas das ciências da saúde e biológicas foram reunidos os cursos: educação física, enfermagem, biologia, medicina, odontologia.

Inicialmente, foram selecionados de forma intencional duzentos alunos de graduação cursando qualquer dos períodos da graduação. Entretanto, quando da análise de dados, verificou-se que a variável sócio-demográfica que estratifica a orientação política dos participantes demonstrou forte influência nos resultados. Esta variável possuía cinco opções de resposta, dentre as quais o participante deveria escolher somente uma, sendo elas: direita, centro- direita, esquerda, centro-esquerda e outros. Para que os dados fossem melhor explorados, categorizou-se as opções direita e centro-direita como “direita” e as opções esquerda e centro- esquerda como “esquerda”. A opção outros foi escolhida por muitos participantes e suas descrições remetiam à não existência de orientação política, indicando certo distanciamento destas questões. Como exposto mais adiante, os participantes que não possuem orientação política, ou seja, aqueles que escolheram a opção outros, demonstraram uma tendência maior a não conhecerem e não se posicionarem, nem positiva nem negativamente, com relação ao objeto do que aqueles participantes que disseram possuir uma orientação política, de esquerda ou de direita.

Observou-se que a relação estabelecida entre os participantes que conhecem e não conhecem a CNV é significativa quando são retirados da análise os participantes que escolheram a opção outros na variável orientação política. Dessa forma, a opção “outros” se mostrou como uma variável propícia a confusão dos resultados e, por isso, optou-se por considerar, na análise de dados, apenas os participantes que se definiram por uma orientação – esquerda ou direita, excluindo-se aqueles com opção “outros”. Assim, a amostra final da pesquisa foi de 159 participantes.

### **5.3 Instrumentos**

Na coleta dos dados empíricos desta pesquisa foram utilizados instrumentos que se caracterizam por serem formulários aplicados por meio de entrevista. Para Marconi e Lakatos (2010), este é o nome geral usado para designar uma coleção de questões que são feitas pelo entrevistador e anotadas pelo entrevistador numa situação face a face com outra pessoa.

Foram utilizados três instrumentos: tarefa de evocação livre de palavras, caracterização de dados sócio-demográfica, e formulário para análise do envolvimento e posicionamento sobre a Comissão Nacional da Verdade.

### 5.3.1 Tarefa de evocação livre de palavras

O primeiro instrumento (APÊNDICE A), destinado à evocação livre de palavras, consistiu em solicitar ao participante que verbalizasse as cinco primeiras palavras que lhe viessem à mente, frente ao estímulo “Comissão Nacional da Verdade”. Em seguida, o entrevistador solicitava ao participante que dissesse se as palavras evocadas para cada estímulo possuíam carga positiva, negativa ou neutra. O pesquisador não interferiu nas respostas dos participantes.

A técnica de evocação livre de palavras é um método utilizado por estudiosos de diversas áreas. Duas razões motivaram a utilização da técnica:

(...) a primeira, por possibilitar a apreensão das projeções mentais de maneira descontraída e espontânea, revelando inclusive os conteúdos latentes que podem ser mascarados nas produções discursivas; a segunda, pelo fato de se obter o conteúdo semântico de forma rápida e objetiva, reduzindo as dificuldades e os limites das expressões discursivas convencionais. (OLIVEIRA et al., 2005, p. 575).

No campo de estudos das representações sociais, a aplicação deste recurso metodológico foi adaptada por Vergès (1992), que pretendia distinguir, nas associações produzidas pelas evocações, aquelas que têm caráter prototípico daquelas que são centrais e organizadoras da representação. Em vista disso, segundo Oliveira et al. (2005), esta tem se evidenciado como uma técnica perfeitamente apropriada à teoria do núcleo central, abordagem complementar à teoria das representações, uma vez que proporcionam acesso ao conteúdo da estrutura interna das representações.

### 5.3.2 Formulário de caracterização sócio demográfica

O segundo instrumento utilizado, o formulário de caracterização sócio-demográfica (APÊNDICE B), identificava as características dos participantes com informações, tais como: sexo; idade; cidade de residência e bairro; curso de graduação que o participante faz na UERJ e o período em que se encontrava; a forma de ingresso na mesma (se foi por meio de sistema de cotas ou não); orientação religiosa; orientação política; participação em organização social ou política; conhecimento sobre a Comissão Nacional da Verdade; veículos de informação

nos quais viu ou ouviu sobre a CNV e em qual delas acessou o maior número de notícias; grau de informação que possui sobre a Comissão Nacional da Verdade.

Para Kobarg et al. (2008) é importante conhecer o contexto, o ambiente por excelência dos participantes, pois é nele que passam importantes momentos de suas vidas e desenvolvem as suas habilidades sociais e intelectuais.

### **5.3.3 Formulário para análise do envolvimento e posicionamento sobre a Comissão Nacional da Verdade**

O terceiro instrumento, o “formulário para análise do envolvimento e posicionamento sobre a Comissão Nacional da Verdade e o regime militar brasileiro” (APÊNDICE C), continha perguntas abertas e fechadas, bem como avaliações em escalas Likert. Sua elaboração se baseou em instrumento utilizado em pesquisas anteriores, realizadas em países da América Latina, sendo eles: Chile (ARNOSO; CARDENAS; PÁEZ, 2012), Argentina (ZUBIETA et al., 2013) e Peru (ESPINOSA; SCHMITZ; CUETO, 2015).

Este instrumento era composto de vinte e nove questões, das quais os autores adaptaram quatro de estudos pré-existentes. A última escala do instrumento da presente pesquisa foi uma adaptação das recomendações da Comissão Nacional da Verdade.

Para explorar a predisposição para revisar o passado, a escala de Gibson (2004) foi adaptada. O primeiro item interrogava sobre a relevância de aprender sobre o passado para evitar voltar a repetir os erros. O segundo item referia-se à opinião sobre abrir velhas feridas falando do que aconteceu no passado. Os dois itens da escala caracterizavam-se como uma escala Likert de quatro pontos, na qual o nível 1 é igual a “absolutamente não está de acordo” e o nível máximo é o 4 e significa que o participante está “totalmente de acordo”.

Para verificar as emoções que a CNV despertava nos participantes, foi adaptada a escala de Fredrickson (2009) e Etxeberria e Páez (1989). Esta escala incluía uma lista de oito emoções, algumas positivas e outras negativas (esperança, ira, culpa, vergonha, alegria, orgulho, medo e tristeza) e o participante deveria apontar o quanto pensar no relatório da CNV lhe causava cada uma dessas emoções. A escala possuía 5 pontos, onde 1 era igual a “nada” e 5 significava “muito”.

Para explorar compartilhamento social sobre o trabalho da comissão e a respeito do período de violência (o quanto os participantes falavam sobre esses assuntos), foi adaptada a escala de Rimé (2005), com nove itens que indagavam sobre a frequência e necessidade de falar sobre o assunto antes e após o trabalho da CNV, bem como a existência de aspectos

desse período que não queria falar. A escala possuía 4 pontos, onde 1 era igual a “nada” e 4 significava “muito”. Para avaliar o clima social do país, foi adaptada a escala de Páez et al. (1997), com quatro itens que buscavam avaliar sentimentos de solidariedade e ajuda mútua, confiança nas instituições, hostilidade e agressividade entre as pessoas, e tristeza e passividade. A escala possuía cinco pontos, onde 1 era igual a “nada” e 5 significava “muito”.

As demais questões buscavam identificar outros aspectos relacionados à CNV, o regime e suas ações de violência, mas também outros aspectos da atualidade, como especificado a seguir.

Uma escala indagava o conhecimento sobre a comissão da verdade e a eventual participação em eventos relacionados a direitos humanos com seis itens de quatro pontos, indo de “nada” a “muito”. Outra questão visava apreender o grau de acordo com relação à CNV, possuía um item em uma escala de quatro pontos que começava em “discordo totalmente” até “concordo totalmente”. Uma outra escala possuía um item e buscava conhecer a possibilidade de reconciliação entre as vítimas e a sociedade em geral, em cinco pontos, que iam desde “absolutamente não” até “totalmente sim”. Seis questões na sequência eram ancoradas na questão anterior e buscavam compreender o que seria necessário para que a reconciliação acontecesse; a escala possuía cinco pontos, desde “absolutamente não” até “totalmente sim”. Outra escala de um item buscava saber se as vítimas poderiam perdoar os responsáveis, em cinco pontos, desde “absolutamente não” até “totalmente sim”.

Na sequência, uma escala de quatro pontos, que verificava a avaliação dos trabalhos da CNV, indo de “péssimo” até “excelente”. Ainda sobre o trabalho da CNV, uma escala de quatro itens contendo os objetivos desta, para que fossem julgados desde “nada” até “muito”. Outra escala continha oito itens com situações hipotéticas relativas à situação atual do país, com cinco pontos, que iam desde “totalmente falso” até “totalmente verdadeiro”. Foi também apresentada uma escala contendo 12 instituições, em que os participantes deveriam apontar o seu grau de confiança em cada uma delas, em quatro pontos, que iam desde “não confio” até “confio muito”. Outra escala pedia para que o participante dissesse o quanto dois itens se pareciam com sua personalidade, em seis pontos, que iam desde “não se parece comigo em nada” até “se parece muito comigo”. Outra escala de cinco itens, com questões de ordem moral como sendo necessárias para mudar a sociedade, que possuíam quatro pontos, desde “discordo totalmente” até “concordo totalmente”.

Uma outra, semelhante à descrita anteriormente, possuía oito atividades e perguntava o quanto cada uma delas era útil para melhorar a situação atual da nação, com quatro pontos, que iam desde “nada” até “muito”. Foi também apresentada uma escala de sete itens, que

continham afirmações de ordem individual, nas quais o participante possuía cinco opções de respostas, que iam desde “discordo totalmente” até “concordo totalmente”. Uma outra também avaliava o grau de concordância em cinco pontos, em itens que remetiam a mudanças na sociedade atual por meio de governantes.

A última escala baseada no instrumento dos pesquisadores citados possuía três itens relativos a interesse por questões sociais e políticas, com cinco pontos, que iam desde “absolutamente não” até “totalmente sim”. Por fim, como inovação da presente pesquisa, as recomendações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade, no final do relatório final, foram adaptadas em uma escala de concordância com dezoito itens, com cinco opções de respostas, que iam desde “discordo totalmente” até “concordo totalmente”.

O instrumento também continha quatro questões abertas, quais sejam: “O que você acredita que é necessário para melhorar a situação do país?”; “Você acredita que é necessário se lembrar de quem sofreu? Por quê?”; “Na atualidade, quais são os grupos que você acredita que sejam os mais vulneráveis?”; “Na atualidade, quem você acredita que viola os direitos humanos?”.

#### **5.4 Aspectos éticos**

Conforme a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, que versa sobre pesquisa envolvendo seres humanos no país (BRASIL, 2012), antes da aplicação do instrumento foi entregue aos participantes um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D), informando sobre os objetivos da pesquisa e esclarecendo quanto ao não-pagamento pelas informações e a garantia de anonimato em futuras divulgações dos resultados, ausência de ônus ou bônus aos participantes, e respeitando os princípios de autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade. Após estas informações, o participante foi solicitado a assinar o termo, comprovando sua livre disposição em colaborar com a pesquisa.

Os aspectos éticos desta pesquisa foram assegurados pela submissão do projeto à Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (COEP – UERJ), onde foi aprovado em 08 de junho de 2017, com o Parecer de número 2.108.481 (ANEXO A).

### 5.5 Procedimento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados foi aplicado pela pesquisadora e teve duração média de trinta e cinco minutos. Os participantes foram abordados nos corredores da universidade e convidados a participar da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido era assinado antes da entrega do formulário.

O instrumento de evocações livre de palavras era o primeiro a ser aplicado, e consistiu em solicitar aos participantes que falassem cinco das primeiras palavras ou expressões que prontamente lhes viessem à cabeça quando pensassem nos termos indutores “Comissão Nacional da Verdade” e “regime militar brasileiro”. Em seguida, era solicitado aos participantes para que valorassem as palavras ou expressões evocadas, informando se elas eram positivas, negativas ou neutras. Segundo De Rosa (apud Naiff et al., 2008), a valoração das evocações permite observar medidas sintéticas de avaliação de atitude implícita no campo representacional. Entretanto, na apresentação dos resultados, a valoração dos termos foi apresentada de maneira geral.

O fato de o participante não estar totalmente a par da CNV não caracterizou impedimento para sua participação na pesquisa, uma vez que o fator de maior interesse foi seu posicionamento frente à memória resgatada pela CNV. Portanto, após este levantamento e antes de prosseguir com as demais perguntas do questionário, o participante foi informado, por meio de texto explicativo, sobre a CNV, quais são seus objetivos e realizações.

Por fim, foi aplicado o instrumento de questões abertas e fechadas sobre os temas: percepção sobre a comissão nacional da verdade; situação atual do país; violência, direitos humanos e igualdade social; regime militar.

### 5.6 Procedimento de análise dos dados

Cada um dos instrumentos recebeu tratamento próprio para análise do conjunto de dados com auxílio de *softwares* específicos. As evocações livres formaram um quadro de quatro casas, baseado na abordagem estrutural, complementar à teoria das representações sociais.

A caracterização sócio-demográfica foi verificada em função de médias e frequência. Os dados provenientes do “Formulário para análise do envolvimento e posicionamento sobre a Comissão Nacional da Verdade” foram submetidos a diferentes testes estatísticos.

### 5.6.1 Análise estrutural das evocações

Uma vez realizada a coleta do material proveniente da técnica de evocação de palavras, inicialmente foi feita uma categorização, ou padronização das palavras e termos evocados pelos sujeitos, para que palavras diferentes com significados próximos ficassem sob a mesma denominação. Para Oliveira et al. (2005), este procedimento é necessário para que haja uma homogeneização do conteúdo. Em um segundo momento este conteúdo foi reordenado, considerando como critérios de importância a frequência e a ordem de aparição dos termos produzidos.

Esta etapa foi realizada com auxílio do *Software EVOC - Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations*, desenvolvido por Vergès (1992) para organização dos dados. Para Vergès (1992), Abric (1994; 2000), Sá (1996) e Oliveira (1996; 2003; 2005), parte-se da premissa de que os termos que atendam, ao mesmo tempo, aos critérios de frequência e ordem prioritárias de evocação têm maior importância no esquema cognitivo do sujeito e, provavelmente, pertencem ao núcleo central da representação.

Em sua etapa final, foi gerado o “quadro de quatro casas” ou distribuição em quatro quadrantes, através do qual se discriminam o núcleo central, os elementos intermediários (ou 1ª periferia e elementos de contraste) e os elementos periféricos da representação (ou 2ª periferia) e a zona de contraste.

Oliveira et al. (2005) destacam que são dois os critérios de importância adotados para a distribuição dos termos nos quadrantes: frequência média de ocorrência das palavras e médias das ordens médias de evocação das palavras. Essas informações formam os valores dos eixos x e y que, no seu cruzamento, determinam os limites de cada quadrante. Para Oliveira et al. (2005, p. 581), “(...) o *software* calcula e informa a frequência simples de ocorrência de cada palavra evocada, a média ponderada de ocorrência de cada palavra em função da ordem de evocação e a média das ordens médias ponderadas do conjunto dos termos evocados”.

As informações foram analisadas e determinou-se um ponto de corte para a frequência mínima e, a partir desse valor de corte, excluiu-se da análise as palavras cujos valores se situavam abaixo dele. Dessa forma, foram extraídas as informações para a construção do “quadro de quatro casas”. Esta técnica se assenta sob a perspectiva teórica de Abric (2003) e, portanto, a leitura dos quadrantes possui embasamento na teoria do núcleo central e apresenta a estrutura da representação social.

Conforme exposto na seção reservada à teoria das representações sociais e sua abordagem estrutural, a representação é formada por um sistema interno duplo, que contém elementos centrais e elementos periféricos. O “quadro de quatro casas” gerado pela análise das evocações, com auxílio do *software* EVOC, possibilita a visualização e apreensão dessa estrutura em sua totalidade. Cada um dos quadrantes ou casas do quadro, segundo Abric (2003), requer uma interpretação teórica distinta, como sintetizado no Quadro 02, e descrito mais amplamente em seguida.

Quadro 02 - Representação esquemática do quadro de quatro casas

<p><b>NÚCLEO CENTRAL</b> Frequência igual ou acima da média / O.M.E. abaixo da média (maior importância)</p>	<p><b>PRIMEIRA PERIFERIA</b> Frequência igual ou acima da média / O.M.E. igual ou acima da média (menor importância)</p>
<p><b>ZONA DE CONTRASTE</b> Frequência abaixo da média / O.M.E. abaixo da média (maior importância)</p>	<p><b>SEGUNDA PERIFERIA</b> Frequência abaixo da média / O.M.E. igual ou acima da média (menor importância)</p>

Fonte: ABRIC (2003; 2005, p. 64), adaptado por PÉCORÁ (2007).

O quadrante superior esquerdo agrupa os elementos mais frequentes e de menor ordem média de evocação, que são, por esse motivo, os mais importantes e mais prováveis componentes do “núcleo central” da representação. O quadrante superior direito, chamado de “primeira periferia”, agrupa os elementos periféricos mais importantes em função das elevadas frequências, que, inclusive, podem se revelar centrais.

O quadrante inferior esquerdo, chamado de “zona de contraste”, agrupa elementos que apresentam baixas frequências, mas são considerados importantes pelos sujeitos que os evocam, podendo revelar elementos que reforçam as noções presentes na 1ª periferia, ou revelar a existência de um subgrupo que sustenta uma representação distinta da maioria. O quadrante inferior direito, ou “segunda periferia”, agrupa os elementos menos frequentes e menos importantes, que, por isso, são considerados como a periferia propriamente dita da representação.

Nesta seção serão apresentados os dados relativos às representações sociais da CNV para os participantes da pesquisa. Em seguida, serão apresentadas as nuances da representação, quando considerada a estratificação por variáveis sócio-demográficas, sendo



elas: sexo; conhecimento sobre a CNV; orientação política; forma de ingresso na UERJ; e área de conhecimento do curso de graduação do participante.

### 5.6.2 Análise estatística dos questionários

A análise dos dados provenientes das perguntas do formulário foi realizada através de estatística descritiva e inferencial. As respostas às perguntas fechadas, bem como às abertas (estas submetidas a um procedimento de categorização), foram realizadas em termos das distribuições estatísticas de frequências e cruzamento de dados.

Esta análise foi realizada com auxílio do *software* SPSS - *Statistical Package of Social Sciences*, pacote de programas estatísticos, criado na década de 60, com a função de auxiliar pesquisadores na manipulação, análise e apresentação de resultados de análise de dados, de utilização predominante nas Ciências Sociais e Humanas (MARÔCO, 2011). É o programa informatizado mais utilizado no Brasil para se efetuar análise estatística. Para as análises também foi utilizado o *software* R que é um *software* livre para computação estatística e construção de gráficos, que pode ser baixado e distribuído gratuitamente (LANDEIRO, 2011).

Para análise, as questões deste formulário, conforme descrições do instrumento, foram agrupadas em blocos temáticos. Estes temas se agregam em blocos de questões que tratam de assuntos semelhantes e, por isso, são apresentados e analisados de maneira conjunta.

O primeiro tema, “percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade”, contém os blocos: “nível de conhecimento e Atitude frente à CNV”; “compartilhamento social sobre a CNV”; “respostas emocionais frente à CNV”; “crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento e recordação”; e “atitude frente às recomendações institucionais feitas pela CNV”.

O segundo tema de análise se refere à “situação atual do país” e agrega os blocos: “clima emocional do país”; “valoração da situação atual do país”; “confiança institucional”; “ações para melhorar a situação atual do país”; “liderança na condução do país”.

O terceiro tema de análise se refere a “violência, direitos humanos e igualdade social” e contém os blocos: “atitudes frente ao uso da violência”; “igualdade social”; “crença sobre a existência de repressão e respeito aos direitos humanos na atualidade”.

Os blocos de questões receberam dois tratamentos, nos quais foram realizados dois diferentes testes estatísticos para medir diferentes aspectos. Os testes realizados foram: o Teste T para comparação de médias e testes de correlação.

### 5.6.2.1 Teste t para comparação de médias

Em um primeiro momento, cada item dos blocos de questões foi submetido ao Teste T para investigação de possíveis diferenças em função das categorias de duas variáveis, analisadas separadamente: “conhecimento sobre a CNV” e “orientação política”. Estas variáveis foram selecionadas seguindo estudos preexistentes de pesquisadores do Peru (ESPINOSA; SCHMITZ; CUETO, 2015), Chile (ARNOSO; CARDENAS; PÁEZ, 2012) e Argentina (ZUBIETA et al., 2013). Assim, cada bloco foi considerado como uma variável dependente (VD), enquanto as variáveis escolhidas foram consideradas como variáveis independentes (VI).

Foi utilizado o Teste T para medidas dependentes, usado quando existem duas condições experimentais, e os mesmos participantes tomaram parte em ambas as condições (FIELD, 2009). As condições da presente pesquisa eram “direita” e “esquerda” para a variável “orientação política” e “conhece”, e “não conhece” para a variável “conhecimento sobre a Comissão Nacional da Verdade”. Neste teste a média das amostras foi calculada para cada condição ou categoria. Para Field (2009), quando comparadas, essas médias podem diferir pouco ou muito.

Se as amostras vêm da mesma população, como é o caso da presente pesquisa, espera-se que suas médias sejam praticamente iguais, o que é conhecido como hipótese nula. Usa-se o erro padrão, diferença entre as médias das amostras de uma mesma população (FIELD, 2009), como uma medida da variabilidade entre as médias das amostras. Para o autor,

Se o erro padrão é pequeno, esperamos que a maioria das amostras tenham médias similares. Quando o erro padrão é grande, esperamos obter grandes diferenças nas médias das amostras somente pelo acaso. Se a diferença entre as amostras que coletamos for maior do que esperamos no erro padrão, podemos presumir uma de duas coisas: que as médias das amostras na nossa população flutuam muito somente por acaso e temos, por acaso, coletado duas amostras que são atípicas da população de onde foram retiradas. b) As duas amostras vêm de populações diferentes, mas são típicas das suas respectivas populações originais. Nesse cenário, a diferença entre amostras representa uma diferença genuína entre as amostras (e, assim, a hipótese nula é incorreta). (FIELD, 2009, p. 280).

Mesmo que o desvio padrão seja grande, o que indica que as médias estão correlacionadas de forma significativa é o valor de P. Segundo Field (2009), esta comparação é significativa quando  $p > 0,05$ . De acordo com Dancey (2006), o valor de p é a probabilidade de se encontrar diferenças entre dois grupos se a hipótese nula for verdadeira (não existe diferença na população, no caso da presente pesquisa entre as categorias de cada VI).

Portanto, foram consideradas diferenças significativas aquelas que tiveram valor de  $p$  menor que 0,05. As diferenças significativas foram relatadas na apresentação dos resultados.

Na comparação de cada bloco com cada uma das VI(s) foi gerado um valor para o Alpha de Cronbach, o qual se refere ao grau de confiabilidade da escala; assim, quando a mesma escala for reaplicada, espera-se que os valores de Alpha de Cronbach sejam semelhantes. Geralmente afirma-se que um valor de 0,7 - 0,8 é aceitável para o  $\alpha$  de Cronbach e valores substancialmente mais baixos indicam uma escala não confiável. Entretanto, Cortina (1993) registra que tais procedimentos gerais precisam ser usados com cautela porque o valor de  $\alpha$  depende do número de itens na escala (FIELD, 2009, p. 595).

#### 5.6.2.2 Testes de correlação de Spearman

Foram realizados testes de correlações entre blocos de questões, selecionados em função de pesquisas anteriores (ARNOSO et al., 2012; ZUBIETA et al., 2013; e ESPINOSA et al., 2015).

Foram realizados sete testes de correlações entre os blocos: atitudes frente à CNV e o compartilhamento Social; atitudes frente à CNV e atitudes de perdão; emoções despertadas pela CNV e a atitude frente à CNV; atitudes frente à CNV e atitudes acerca do uso da violência; sentimentos despertados pela CNV e compartilhamento social; atitudes de perdão e o compartilhamento social; emoções e atitudes de perdão.

Uma correlação é uma medida do relacionamento linear entre variáveis, para saber qual é o relacionamento que existe, se existe algum, entre duas ou mais variáveis (FIELD, 2009, p. 125). Para o autor, isso se dá da seguinte forma:

Se estivermos interessados em verificar se duas variáveis estão relacionadas, precisamos ver se as mudanças em uma variável correspondem a mudanças similares na outra variável. Portanto, quando uma variável se desvia da sua média, esperamos que a outra variável se desvie da sua média de maneira similar. Se existe um relacionamento entre essas duas variáveis, então enquanto uma variável se desvia da sua média, a outra variável deveria se desviar da sua média da mesma maneira ou de maneira diretamente oposta. (FIELD, 2009, p. 125).

Em cada uma das correlações foi gerada uma tabela com os valores da relação (coeficiente de correlação) entre cada um dos itens dos blocos em questão. Os valores podem se apresentar de maneira positiva ou negativa. Para o autor, uma covariância positiva indica que quando uma variável se desvia da média, a outra variável se desvia na mesma direção. Por outro lado, uma covariância negativa indica que, enquanto uma variável se desvia da

média (por exemplo, aumenta), a outra se desvia da média na direção oposta (por exemplo, diminui).

Este coeficiente deve também ser observado em relação ao tamanho do efeito, pois é uma medida padronizada de um efeito observado, assim valores de  $\pm 0,1$  representam um efeito pequeno,  $\pm 0,3$ , um efeito médio e  $\pm 0,5$ , um efeito grande (FIELD, 2009).

Os asteriscos, em alguns coeficientes de correlação apresentados nas tabelas, significam que, além desses coeficientes possuírem efeitos pequenos, médios ou grandes, a chance de que tenham ocorrido por acaso é pequena. Este sinal indica o valor da significância que nos diz se a probabilidade dessa correlação ser “um golpe de sorte” é muito baixa (próximo à zero, na verdade). Quando um coeficiente aparece acompanhado de um asterisco, significa que é significativo (portanto,  $p < 0.05$ ), quando um coeficiente aparece acompanhado de dois asteriscos, significa que é ainda mais significativo ( $p < 0.01$ ).

Ou seja, as correlações entre variáveis foram apresentadas em tabelas com os coeficientes de correlação entre os itens. Quando esses valores são acompanhados de asteriscos significa que seu nível de significância é alto e, portanto, dificilmente a relação entre os itens se deve ao acaso. Uma vez observada a significância, observou-se o tamanho do efeito do coeficiente, que pode ser pequeno, médio ou grande. Sendo assim, apenas esses casos foram reportados na descrição dos resultados.

## 6 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E QUESTÕES RELATIVAS AO MOMENTO ATUAL DO BRASIL

### 6.1 Caracterização do grupo estudado

A caracterização sócio demográfica do grupo de estudantes universitários estudado pode ser observada na Tabela 01.

Tabela 01 – Distribuição de variáveis sócio demográficas de jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Variável sócio demográfica		f	%	Total
Sexo	Feminino	82	51,6	159
	Masculino	77	48,4	
Idade	19 até 24 anos	124	78,0	159
	25 até 30 anos	35	22,0	
Área do conhecimento	Ciências humanas e sociais	57	35,8	159
	Ciências exatas e da terra	53	33,3	
	Ciências biológicas e da saúde	49	30,8	
Forma de ingresso	Não cotista	103	64,8	159
	Cotista	56	35,2	
Orientação política	Esquerda	109	68,6	159
	Direita	50	31,4	
Conhecimento sobre a CNV	Conhece	95	59,7	159
	Não conhece	64	40,3	

Conforme Tabela 01, dos 159 estudantes analisados, 48,4% eram do sexo masculino e 51,6% do sexo feminino. No momento da pesquisa, a maior parte dos participantes tinha idade entre 19 e 26 anos totalizando 94,4% da amostra. Quando divididos por área do conhecimento do curso de graduação, 35,8% se encontravam em cursos pertencentes as áreas das ciências humanas e sociais, 33,3% cursos das áreas exatas e da terra e 30,8% cursos das áreas das ciências biológicas e da saúde. Entre os 159 participantes, 35,2% entraram na UERJ por meio de política de cotas. Com relação a orientação política, 68,6% se auto declararam de esquerda ou centro esquerda e 31,4% se auto declararam de direita. Por fim, 59,7% dos participantes alegaram já conhecer a Comissão Nacional da Verdade, enquanto 40,3% alegaram não conhecer sobre esta comissão.

A maior parte da amostra de 159 estudantes tinha idade entre 19 e 26 anos, divididos entre os cursos das áreas das ciências humanas e sociais, exatas e da terra e das ciências biológicas e da saúde, aproximadamente metade era do sexo masculino. Pouco mais de um terço dos participantes ingressou na UERJ por meio de política de cotas. A maior parte dos participantes se auto declarou como tendo orientação política de esquerda e pouco mais da metade dos participantes alegou ter conhecimento sobre a Comissão Nacional da Verdade.

## **6.2 Conteúdos articulados de memória e representações sociais da comissão nacional da verdade**

Os resultados das análises quantitativas serão inicialmente apresentados a partir de Médias e Desvios-padrão para cada questão, agregadas em blocos temáticos de interesse, e sua associação às variáveis “conhecimento da CNV” (sim ou não) e “orientação política” (direita ou esquerda). Para essa análise foi utilizado o Teste t Robusto – Teste de Welch.

As questões indicam dimensões que foram agrupadas em blocos. Estes foram divididos em três temáticas específicas, sendo elas: percepção sobre a CNV; situação atual do país; violência, direitos humanos e igualdade social. A descrição dos resultados seguirá esta divisão.

Em um segundo momento serão apresentadas as análises de Correlação de Pearson entre os itens dos blocos de questões, realizada em um ambiente de rede, com parâmetro de ajuste em 0.25, tal como recomendado (Epskamp, et al., 2012). Para esta análise foram selecionados os blocos referentes ao tema da “percepção sobre a CNV”, devido a sua importância para a compreensão do objeto do presente estudo.

### 6.2.1 Percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade, situação atual do país, violência, direitos humanos e igualdade social: suas relações com orientação política e conhecimento sobre a Comissão Nacional da Verdade

A apresentação dos resultados será através de temáticas específicas que abrangem blocos de questões. Estas se dividem em três, sendo elas: “percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade”; “situação atual do país”; “violência, direitos humanos e igualdade social”.

Cada um dos blocos de questões foi investigado buscando identificar possíveis associações estatísticas em função do conhecimento sobre a CNV e da orientação política dos

participantes, realizada por meio do Teste t para comparação de médias. Portanto, a apresentação dos resultados seguirá as temáticas específicas, explorando cada bloco de questões e sua relação com as variáveis selecionadas.

#### 6.2.1.1 Percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade

Este tema abrange os seguintes blocos de questões: nível de conhecimento e atitudes frente à CNV; o compartilhamento social acerca da CNV; os sentimentos ocasionados pela CNV; as crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento e recordação; e, atitudes frente às recomendações institucionais contidas no relatório da CNV.

Os resultados estão dispostos na Tabela 02, apresentada a seguir.

Tabela 2 - Atitudes frente a Comissão Nacional da Verdade em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 1	Com conhecimento		Sem conhecimento		p	Direita		Esquerda		p
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
4.1 Informação sobre a CNV em jornais, revistas ou livros.	<b>1,79</b>	<b>0,62</b>	<b>1,11</b>	<b>0,48</b>	<b>0,01</b>	<b>1,36</b>	<b>0,66</b>	<b>1,59</b>	<b>0,64</b>	<b>0,05</b>
5. Qual é seu grau de acordo com a atuação da CNV.	3,62	0,53	3,45	0,62	0,08	<b>3,32</b>	<b>0,65</b>	<b>3,66</b>	<b>0,49</b>	<b>0,01</b>
12. Você diria que a atuação desta Comissão foi boa?	2,91	0,41	2,81	0,53	0,24	<b>2,66</b>	<b>0,48</b>	<b>2,96</b>	<b>0,43</b>	<b>0,01</b>

Alpha de Cronbach = 0.71  
p<0,05

Pode-se verificar que os estudantes universitários que possuem conhecimento sobre a CNV tiveram mais contato com informações sobre a CNV em jornais e revistas e livros ( $p < 0,01$ ).

Observa-se que os estudantes que possuem orientação política de esquerda tiveram mais contato com informações sobre a CNV em jornais e revistas e livros ( $p < 0,05$ ). Da mesma forma, os estudantes que possuem orientação política de esquerda apresentam maior concordância com relação à atuação da CNV ( $p < 0,01$ ). Este grupo de estudantes é também o que possui maiores médias com relação a avaliação da CNV e a julgam boa para o país ( $p < 0,01$ ).

Assim, os resultados demonstrados na Tabela 02, de maneira geral, indicam que os universitários que afirmam possuir conhecimento sobre a CNV e orientação política de esquerda tem mais informação sobre a CNV, a avaliaram positivamente e apresentaram maior

grau de aprovação quanto aos seus objetivos. O estudo de Espinoza, Schmitz e Cueto (2015) que aplicaram esse mesmo questionário a uma amostra de estudantes peruanos e utilizou apenas a variável conhecimento sobre a CV para a comparação das médias nas questões relacionadas as atitudes frente a CV, obteve maiores médias para aqueles com conhecimento sobre a CV, corroborando assim os resultados da presente pesquisa.

O estudo de Arnoso, Cárdenas e Páes (2015) realizado com moradores de cidades do Chile utilizou-se da orientação política como uma das variáveis para comparação de médias. Os resultados mostraram que as políticas de esquecimento ganham mais adeptos quanto mais de direita se considera a população. Quanto mais à direita se situava a população entrevistada, menos conhecimento tinham sobre as comissões daquele país. Este mesmo estudo mostrou que, quanto mais à direita se situam os participantes, maior é a desaprovação com relação aos trabalhos das comissões daquele país.

Os resultados do teste com relação ao Compartilhamento social sobre a CV estão dispostos na Tabela 03, apresentada a seguir.

Tabela 3 - Compartilhamento social sobre a Comissão Nacional da Verdade em função do conhecimento da CNV e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 2	Com conheci- mento		Sem conheci- mento		p	Direita		Esquerda		p
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
8.7 Falou sobre a CNV depois da publicação do relatório.	<b>1.59</b>	<b>0.68</b>	<b>1.02</b>	<b>0.12</b>	<b>0</b>	<b>1.18</b>	<b>0.39</b>	<b>1.44</b>	<b>0.66</b>	<b>0</b>
8.8 Falou sobre a época do regime militar depois da entrega do relatório.	<b>1.69</b>	<b>0.8</b>	<b>1.02</b>	<b>0.12</b>	<b>0</b>	<b>1.22</b>	<b>0.46</b>	<b>1.51</b>	<b>0.78</b>	<b>0</b>
8.9 Falou sobre a CNV com outras pessoas neste mês?.	<b>1.16</b>	<b>0.42</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.02</b>	<b>0.14</b>	<b>1.13</b>	<b>0.39</b>	<b>0.01</b>

Alpha de Cronbach = 0.80

p<0,05

Todos os itens que compõe o bloco foram estatisticamente significativos tanto na comparação entre as categorias da variável conhecimento sobre a CNV, quanto para comparação entre as categorias da variável orientação política. Essa análise considera como independentes o conhecimento sobre a CNV e a orientação política. Nesse sentido, as maiores médias foram dos estudantes universitários que conhecem a CNV. Na segunda variável as maiores médias foram dos estudantes que se consideram de esquerda.

De maneira geral, a Tabela 03 mostra que os estudantes com conhecimento sobre a CNV e aqueles que se classificam com orientação política de esquerda tiveram médias mais



altas com relação ao compartilhamento social, o que significa que estas pessoas falaram mais sobre a CNV com outras pessoas após sua instalação no país.

Estes resultados são corroborados pelo estudo de Espinoza et al (2015) em que, nas questões relacionadas ao compartilhamento social, obteve maiores médias para aqueles com conhecimento sobre a CV, bem como corroboram o estudo de Arnoso et al (2015) que demonstrou que quanto mais à esquerda se posicionam os participantes, mais têm falado sobre o trabalho das comissões.

Os resultados do teste com relação às respostas emocionais frequentes à CNV estão dispostos na Tabela 04, apresentada a seguir.

Tabela 4 - Respostas emocionais frente à Comissão Nacional da Verdade em função do conhecimento da CNV e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 3	Com conhecimento		Sem conhecimento		p	Direita		Esquerda		p
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
10.1 Quando pensa no relatório da CNV, sente tristeza.	<b>1.61</b>	<b>1.08</b>	<b>1.19</b>	<b>0.59</b>	<b>0</b>	1.28	0.93	1.51	0.94	0.14
10. 2 (...) esperança	<b>3.38</b>	<b>1.35</b>	<b>2.66</b>	<b>1.42</b>	<b>0</b>	<b>2.52</b>	<b>1.53</b>	<b>3.35</b>	<b>1.29</b>	<b>0</b>
10. 3 (...) raiva	<b>1.53</b>	<b>0.9</b>	<b>1.27</b>	<b>0.65</b>	<b>0.04</b>	<b>1.14</b>	<b>0.4</b>	<b>1.55</b>	<b>0.92</b>	<b>0</b>
10. 4 (...) alegria	2.73	1.27	2.59	1.19	0.5	<b>2.38</b>	<b>1.16</b>	<b>2.81</b>	<b>1.25</b>	<b>0.04</b>
10. 6 (...) orgulho	<b>3.52</b>	<b>1.21</b>	<b>3.05</b>	<b>1.23</b>	<b>0.02</b>	<b>2.84</b>	<b>1.23</b>	<b>3.55</b>	<b>1.17</b>	<b>0</b>
10. 8 (...) medo	1.43	0.91	1.22	0.65	0.09	<b>1.12</b>	<b>0.44</b>	<b>1.45</b>	<b>0.93</b>	<b>0</b>

Alpha de Cronbach = 0.70  
p<0,05

Na comparação entre os estudantes universitários que afirmam ter conhecimento sobre a CNV e os estudantes que afirmam não ter conhecimento, as emoções de tristeza, esperança, raiva e orgulho tiveram médias significativamente maiores para o grupo de participantes com conhecimento sobre a CNV.

Na comparação entre as categorias de orientação política, para o subgrupo de estudantes de esquerda as médias das emoções de esperança, raiva, alegria, orgulho e medo, foram significativamente mais elevadas.

De maneira geral, para todas as emoções descritas, a Tabela 04 demonstra que as médias maiores foram para estudantes que afirmam ter conhecimento sobre a CNV e também para aqueles que se auto classificam com orientação política de esquerda. Sendo assim,

observa-se que estes dois subgrupos são os que demonstram serem mais tocados pela CNV e seus feitos, que lhes despertou tanto sentimento positivos quanto sentimentos negativos.

Esses resultados diferem do estudo de Espinoza et al (2015), o qual apresentou maiores médias de sentimento positivos para o grupo com conhecimento sobre a CV daquele país. Já o estudo de Arnosso et al (2015) demonstrou que quanto mais à esquerda se situava a população, mais emergiam emoções negativas.

Os resultados do teste com relação às crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento e recordação estão dispostos na Tabela 05, apresentada a seguir.

Tabela 5 - Crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento e recordação em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 04	Com conhecimento		Sem conhecimento		p	Direita		Esquerda		p
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
6. Quanto a reconciliação é desejável.	<b>3.76</b>	<b>0.98</b>	<b>3.97</b>	<b>0.8</b>	<b>0.01</b>	<b>3.9</b>	<b>0.84</b>	<b>3.82</b>	<b>0.94</b>	<b>0</b>
7.2 (...) responsáveis peçam perdão.	<b>4.21</b>	<b>0.74</b>	<b>4.2</b>	<b>0.76</b>	<b>0.01</b>	<b>4.32</b>	<b>0.65</b>	<b>4.16</b>	<b>0.78</b>	<b>0</b>
7.5 (...) novas gerações não vivenciem período semelhante.	<b>4.77</b>	<b>0.42</b>	<b>4.7</b>	<b>0.49</b>	<b>0</b>	<b>4.66</b>	<b>0.48</b>	<b>4.78</b>	<b>0.44</b>	<b>0</b>
14.2 É melhor não abrir velhas feridas falando do que aconteceu no passado.	1.26	0.59	1.55	0.69	0.52	<b>1.74</b>	<b>0.75</b>	<b>1.21</b>	<b>0.51</b>	<b>0.04</b>

Alpha de Cronbach = 0.46

p<0,05

O item relacionado a quanto à reconciliação é desejável possui médias significativamente maiores para o subgrupo de estudantes que afirmam não ter conhecimento sobre a CNV ( $p<0,01$ ). Pode-se inferir que estes estudantes tem pouco conhecimento sobre as vivências das pessoas naquele período e, por isso, julguem que deveria haver a reconciliação, diferentemente daqueles que tem maior conhecimento sobre aquela realidade e acreditam que a reconciliação seja difícil.

Quanto à necessidade de que os responsáveis por violações de direitos humanos peçam perdão às vítimas, o subgrupo de estudantes que afirma possuir conhecimento sobre a CNV obteve média significativamente maior que o subgrupo que afirma não ter conhecimento sobre a CNV ( $p<0,01$ ).

A necessidade de que as novas gerações não voltem a viver período semelhante ao regime militar possui médias significativamente maiores para o subgrupo de estudantes que afirma ter conhecimento sobre a CNV ( $p<0,01$ ).

Com relação a variável orientação política, o item relacionado a quanto à reconciliação é desejável possui médias significativamente maiores para aqueles que se consideram com orientação política de direita ( $p < 0,01$ ).

Para a asserção de que é melhor que não se abram velhas feridas, são os estudantes de direita que possuem médias significativamente maiores. Isto aponta que este subgrupo de estudantes universitários acredita ser melhor manter as violações de direitos humanos que ocorreram no período militar sob o manto do esquecimento ( $p < 0,01$ ).

Quanto à necessidade de que os responsáveis por violações de direitos humanos peçam perdão às vítimas, quando relacionado à variável orientação política, o subgrupo de estudantes de direita obteve média significativamente maior que o subgrupo de esquerda. Isto significa que o subgrupo de estudantes de direita e o subgrupo que conhece a CNV acreditam que os responsáveis por violações de direitos humanos devam pedir perdão às vítimas. ( $p < 0,01$ ).

A necessidade de que as novas gerações não voltem a viver período semelhante ao regime militar possui médias significativamente maiores para o subgrupo que se considera com orientação política de esquerda ( $p < 0,04$ ).

Sendo assim, de maneira geral, observa-se que os estudantes universitários com orientação político ideológica de direita tendem a ter atitudes mais afirmativas com relação ao perdão de vítimas a violadores de direitos humanos. Este subgrupo tende a ter atitudes mais afirmativas também com relação à necessidade de esquecimento, com o endosso de que é melhor que não se abra velhas feridas falando do que aconteceu no passado.

Estes resultados se aproximam do estudo de Arnoso et al (2015) para o qual são as pessoas de direita que mostram mais percepção de sinceridade nas declarações institucionais. São, também, esses participantes que mais concordam com a possibilidade de que as vítimas perdoem os violadores de direitos humanos. Já o estudo de Espinoza (2015) mostrou maiores médias para atitudes de esquecimento para o grupo sem conhecimento sobre a CV daquele país.

Os resultados do teste com relação à atitude frente às recomendações institucionais feitas pela CNV estão dispostos na Tabela 06, apresentada a seguir.

Tabela 6 - Atitudes frente às recomendações institucionais feitas pela Comissão Nacional da Verdade em função do conhecimento da CNV e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 5	Com conhecimento		Sem conhecimento		p	Direita		Esquerda		p
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
	29.1 Reconhecimento, pelas Forças Armadas, da sua responsabilidade.	<b>4,59</b>	<b>0,57</b>	<b>4,2</b>		<b>0,89</b>	<b>0,01</b>	<b>3,98</b>	<b>0,94</b>	
29.2 Determinação da responsabilidade dos agentes públicos que causaram graves violações de direitos humanos.	<b>4,48</b>	<b>0,67</b>	<b>4,03</b>	<b>0,99</b>	<b>0,01</b>	<b>3,84</b>	<b>1</b>	<b>4,51</b>	<b>0,66</b>	<b>0</b>
29.3 Proibição de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964.	4,67	0,64	4,42	0,85	0,05	<b>4,06</b>	<b>0,87</b>	<b>4,81</b>	<b>0,54</b>	<b>0</b>
29.4 Promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação em geral.	<b>4,82</b>	<b>0,41</b>	<b>4,59</b>	<b>0,61</b>	<b>0,01</b>	<b>4,46</b>	<b>0,61</b>	<b>4,85</b>	<b>0,4</b>	<b>0</b>
29.5 Retificação da causa de morte no atestado de óbito de pessoas mortas em decorrência das violações de direitos humanos.	4,6	0,63	4,47	0,73	0,24	<b>4,36</b>	<b>0,6</b>	<b>4,63</b>	<b>0,69</b>	<b>0</b>
29.6 Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura.	<b>4,81</b>	<b>0,39</b>	<b>4,45</b>	<b>0,66</b>	<b>0,01</b>	<b>4,34</b>	<b>0,66</b>	<b>4,82</b>	<b>0,41</b>	<b>0</b>
29.7 Fortalecimento de Conselhos da Comunidade para acompanhamento dos estabelecimentos penais.	4,36	0,73	4,11	0,88	0,06	<b>3,84</b>	<b>0,89</b>	<b>4,45</b>	<b>0,67</b>	<b>0</b>
29.8 Garantia de atendimento médico e psicossocial permanente às vítimas de violações de direitos humanos.	<b>4,64</b>	<b>0,65</b>	<b>4,28</b>	<b>0,9</b>	<b>0,01</b>	<b>4,12</b>	<b>0,94</b>	<b>4,67</b>	<b>0,62</b>	<b>0</b>
29.9 Revogação da Lei de Segurança Nacional.	<b>4,19</b>	<b>0,82</b>	<b>3,84</b>	<b>0,91</b>	<b>0,02</b>	<b>3,66</b>	<b>0,92</b>	<b>4,23</b>	<b>0,79</b>	<b>0</b>
29.10 Incorporação de penas para crimes contra a humanidade e desaparecimento forçado.	<b>4,74</b>	<b>0,47</b>	<b>4,31</b>	<b>0,71</b>	<b>0,01</b>	<b>4,2</b>	<b>0,73</b>	<b>4,73</b>	<b>0,46</b>	<b>0</b>
29.11 Desmilitarização das polícias.	<b>4,31</b>	<b>0,89</b>	<b>3,75</b>	<b>1,23</b>	<b>0,01</b>	<b>3,26</b>	<b>1,1</b>	<b>4,46</b>	<b>0,82</b>	<b>0</b>
29.12 Eliminação de referências discriminatórias das homossexualidades na legislação.	<b>4,75</b>	<b>0,67</b>	<b>4,5</b>	<b>0,8</b>	<b>0,04</b>	<b>4,2</b>	<b>0,95</b>	<b>4,85</b>	<b>0,49</b>	<b>0</b>
29.13 Lesões decorrentes de operações policiais devem ser registradas como lesão corporal decorrente de intervenção policial.	<b>4,55</b>	<b>0,71</b>	<b>4,19</b>	<b>0,87</b>	<b>0,01</b>	<b>4,02</b>	<b>0,84</b>	<b>4,58</b>	<b>0,71</b>	<b>0,01</b>
29.14 Audiência de custódia para que que todo preso em flagrante seja levado à presença judicial em 24 horas para avaliação da legalidade da prisão.	<b>4,68</b>	<b>0,59</b>	<b>4,38</b>	<b>0,72</b>	<b>0,01</b>	<b>4,16</b>	<b>0,77</b>	<b>4,74</b>	<b>0,52</b>	<b>0</b>
29.15 Órgão permanente para continuar as ações e recomendações da CNV.	<b>4,63</b>	<b>0,58</b>	<b>4,39</b>	<b>0,75</b>	<b>0,03</b>	<b>4,12</b>	<b>0,82</b>	<b>4,72</b>	<b>0,47</b>	<b>0</b>
29.16 Continuar a localização e entrega de restos mortais dos desaparecidos políticos aos familiares.	<b>4,77</b>	<b>0,47</b>	<b>4,55</b>	<b>0,64</b>	<b>0,02</b>	<b>4,4</b>	<b>0,64</b>	<b>4,81</b>	<b>0,46</b>	<b>0</b>
29.17 Preservação da memória das graves violações de direitos humanos.	<b>4,8</b>	<b>0,5</b>	<b>4,61</b>	<b>0,58</b>	<b>0,03</b>	<b>4,44</b>	<b>0,61</b>	<b>4,85</b>	<b>0,45</b>	<b>0</b>
29.18 Continuar a política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar.	<b>4,84</b>	<b>0,42</b>	<b>4,61</b>	<b>0,58</b>	<b>0,01</b>	<b>4,4</b>	<b>0,64</b>	<b>4,91</b>	<b>0,32</b>	<b>0</b>

Alpha de Cronbach = 0.94

p<0,05

Com relação às recomendações feitas pela CNV, as diferenças significativas na variável conhecimento sobre a CNV obtiveram maiores médias para o subgrupo que afirma conhecer a CNV. Já para a variável orientação política, as diferenças significativas foram encontradas no subgrupo de estudantes universitários com orientação político ideológica de esquerda.

De maneira geral, o subgrupo que afirma conhecer a CNV e aquele que se considera de esquerda são os que mais concordam com as recomendações feitas pela comissão em seu relatório final e, por esse motivo, se mostram mais favoráveis a sua continuação. O fato dos estudantes possuírem orientação político ideológica de esquerda aponta para uma visão humanista e social do contexto nacional. Observa-se que este posicionamento influencia também no grau de acordo com relação às recomendações feitas pela Comissão, uma vez que este grupo é o que demonstra maior concordância para com elas.

A escala de concordância com relação as recomendações da CNV foi elaborada especialmente para esta tese e, por isso, não possui parâmetros de comparação com outros estudos.

#### 6.2.1.2 Situação atual do país

Este tema fornece suporte à verificação da percepção inicial da CNV e é formado pelos seguintes blocos de questões: valoração da situação atual do país; confiança institucional; ações para melhorar a situação atual do país; e, liderança na condução do país.

Os resultados do teste com relação à valoração da situação atual do país estão dispostos na Tabela 07, apresentada a seguir.

Tabela 7 - Valoração da situação atual do país em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159)

Bloco 7	Com conhecimento		Sem conhecimento		p	Direita		Esquerda		p
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
15.1 As pessoas sentem confiança de que tem e terá comida suficiente, água, medicamentos e habitação para eles e suas famílias.	2,08	1,03	2,39	0,99	0,06	<b>2.66</b>	<b>1.06</b>	<b>2</b>	<b>0.93</b>	<b>0</b>
15.2 (...) se sentem inseguras porque o grau de violência existente não permite que a gente viva em paz.	<b>4,55</b>	<b>0,7</b>	<b>4,33</b>	<b>0,59</b>	<b>0,03</b>	4.38	0.6	4.5	0.69	0.29
15.3 (...) os diferentes grupos políticos têm confiança suficiente para trabalhar em conjunto a favor do bem-estar do país.	<b>1,65</b>	<b>0,71</b>	<b>2,16</b>	<b>0,89</b>	<b>0,01</b>	<b>2.08</b>	<b>0.8</b>	<b>1.75</b>	<b>0.82</b>	<b>0.02</b>

Alpha de Cronbach = 0.71  
p<0,05

A crença de que as pessoas sentem confiança de que têm e terão comida suficiente, água, medicamentos e habitação para elas e suas famílias apresenta resultados significativos para a variável orientação política. As maiores médias são obtidas pelo subgrupo de estudantes universitários com orientação político ideológica de direita ( $p < 0,01$ ).

A crença de que as pessoas se sentem inseguras porque o grau de violência existente não permite que se viva em paz apresenta resultados significativos para a variável conhecimento sobre a CNV. As maiores médias são demonstradas pelo subgrupo de estudantes que afirma conhecer a CNV ( $p < 0,03$ ).

Já a crença de que os diferentes grupos políticos têm confiança suficiente para trabalhar em conjunto e a favor do bem-estar do país apontou diferenças significativas para a variável conhecimento sobre a CNV, entre aqueles que afirmam não conhecer a CNV ( $p < 0,01$ ).

A crença de que os diferentes grupos políticos têm confiança suficiente para trabalhar em conjunto e a favor do bem-estar do país apontou diferenças significativas também para a variável e também para a variável orientação política. Aqueles com orientação político ideológica de direita obtiveram as maiores médias ( $p < 0,02$ ).

De maneira geral, os estudantes sem conhecimento sobre a CNV e aqueles que se consideram de direita demonstram mais confiança nas seguintes afirmações: de que têm e terão comida suficiente, água, medicamentos e habitação para eles e suas famílias; de que os diferentes grupos políticos têm confiança suficiente para trabalhar em conjunto a favor do bem-estar do país, demonstrando assim uma tendência a uma visão otimista da realidade atual e futura do país.

Por outro lado, os estudantes que afirmam conhecer a CNV são mais afirmativos quanto a sentirem-se inseguros porque o grau de violência existente não permite que as pessoas vivam em paz, o que demonstra uma tendência deste subgrupo de estudantes a uma visão negativa da realidade atual do país, especialmente no que se refere à violência existente na sociedade atual.

Os resultados do teste com relação à confiança institucional estão dispostos na Tabela 08, apresentada a seguir.

Tabela 8 - Confiança institucional em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 8	Com conheci- mento		Sem conheci- mento		<i>p</i>	Direita		Esquerda		<i>p</i>
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
	17.1 Grau de confiança na polícia.	<b>1,51</b>	<b>0,54</b>	<b>1,72</b>		<b>0,68</b>	<b>0,04</b>	<b>1,94</b>	<b>0,59</b>	
17.2 (...) nos partidos políticos.	1,97	0,68	1,81	0,75	0,96	<b>1,84</b>	<b>0,65</b>	<b>1,94</b>	<b>0,74</b>	<b>0,04</b>
17.3 (...) nos governos estaduais.	1,62	0,64	1,5	0,56	0,43	<b>1,46</b>	<b>0,54</b>	<b>1,62</b>	<b>0,64</b>	<b>0</b>
17.4 (...) nos governos municipais.	1,83	0,74	1,73	0,72	0,78	<b>1,76</b>	<b>0,66</b>	<b>1,81</b>	<b>0,76</b>	<b>0</b>
17.5 Seu grau de confiança no poder executivo.	1,38	0,49	1,38	0,49	0,25	<b>1,5</b>	<b>0,51</b>	<b>1,32</b>	<b>0,47</b>	<b>0,02</b>
17.6 (...) no poder legislativo.	1,28	0,45	1,34	0,48	0,65	<b>1,5</b>	<b>0,51</b>	<b>1,22</b>	<b>0,42</b>	<b>0</b>
17.7 (...) no poder judicial.	1,34	0,5	1,36	0,48	0,65	<b>1,52</b>	<b>0,5</b>	<b>1,27</b>	<b>0,46</b>	<b>0</b>
17.8 (...) nas forças armadas.	<b>1,21</b>	<b>0,41</b>	<b>1,3</b>	<b>0,49</b>	<b>0,02</b>	<b>1,38</b>	<b>0,53</b>	<b>1,18</b>	<b>0,39</b>	<b>0</b>
17.9 (...) na Igreja.	1,34	0,48	1,38	0,55	0,46	<b>1,56</b>	<b>0,58</b>	<b>1,26</b>	<b>0,44</b>	<b>0</b>

Alpha de Cronbach = 0.89

$p < 0,05$

A variável conhecimento sobre a CNV demonstrou diferença significativa para duas afirmativas. O item sobre o grau de confiança na polícia obteve maiores médias para o subgrupo de estudantes universitários que afirma não conhecer a CNV ( $p < 0,04$ ). E também o item sobre o grau de confiança nas forças armadas com maiores médias para o subgrupos que afirma não conhecer a CNV ( $p < 0,02$ ).

A variável orientação política obteve diferenças significativas no julgamento de várias instituições. O grau de confiança com maiores médias para o subgrupo de direita foram: polícia ( $p < 0,01$ ), poder executivo ( $p < 0,02$ ), legislativo ( $p < 0,01$ ), forças armadas ( $p < 0,01$ ) e Igreja ( $p < 0,01$ ).

De maneira geral, os resultados da Tabela 08 indicam que o subgrupo de estudantes universitários com orientação político ideológica de direita tem mais confiança nas seguintes instituições: polícia; três poderes (executivo, legislativo e judiciário); Igreja; e, forças armadas. A confiança na polícia e nas forças armadas é também mais afirmativa para o subgrupo de estudantes que afirma não conhecer a CNV.

Em oposição, os resultados da Tabela 08 indicam que o subgrupo de estudantes universitários de esquerda apresenta maior confiança nas instituições seguintes: governos municipais; governos estaduais; e, nos partidos políticos quando comparado ao subgrupo de estudantes de direita. O estudo de Arnoso et al (2015) demonstrou que quanto mais a direita os participantes se definiram, maior era a confiança institucional.

Os resultados do teste com relação às ações para melhorar a situação atual do país estão dispostos na Tabela 09, apresentada a seguir.

Tabela 9 - Ações para melhorar a situação atual do país em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 9	Com conhecimento		Sem conhecimento		p	Direita		Esquerda		p
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
20.3 A seguinte atividade é útil para melhorar a situação da nação reparação das vítimas.	<b>3,62</b>	<b>0,55</b>	<b>3,36</b>	<b>0,68</b>	<b>0,01</b>	<b>3.34</b>	<b>0.63</b>	<b>3.6</b>	<b>0.6</b>	<b>0.02</b>
20.6 (...) educação voltada para direitos humanos.	<b>3,82</b>	<b>0,39</b>	<b>3,66</b>	<b>0,51</b>	<b>0,03</b>	<b>3.52</b>	<b>0.54</b>	<b>3.86</b>	<b>0.35</b>	<b>0</b>
20.7 (...) cerimônias em lembrança a todas as vítimas.	3,34	0,74	3,14	0,81	0,12	<b>3</b>	<b>0.81</b>	<b>3.38</b>	<b>0.73</b>	<b>0.01</b>
20.8 (...) difusão de informação sobre o que aconteceu no período do regime militar.	<b>3,67</b>	<b>0,55</b>	<b>3,41</b>	<b>0,68</b>	<b>0,01</b>	<b>3.22</b>	<b>0.71</b>	<b>3.72</b>	<b>0.51</b>	<b>0</b>

Alpha de Cronbach = 0.82

p<0,05

Na variável conhecimento sobre a CNV, o item que relaciona a reparação às vítimas como sendo útil para melhorar a situação da nação, o subgrupo de estudantes universitários que afirma conhecer a CNV obteve maiores médias (p<0,01).

O item que relaciona educação voltada para direitos humanos como sendo útil para melhorar a situação da nação, o subgrupo de estudantes universitários que afirma conhecer a CNV obteve maiores médias (p<0,03).

O item que relaciona difusão de informação sobre o que aconteceu no período do regime militar como sendo útil para melhorar a situação da nação demonstrou maiores médias para o subgrupo de estudantes universitários que afirmam conhecer a CNV (p<0,01).

Na variável orientação política, o item que relaciona a reparação às vítimas como sendo útil para melhorar a situação da nação, as maiores médias foram obtidas pelo subgrupo de estudantes com orientação político ideológica de esquerda (p<0,01).

O item que relaciona educação voltada para direitos humanos como sendo útil para melhorar a situação da nação as maiores médias foram do subgrupo de estudantes com orientação político ideológica de esquerda (p<0,01).

Observa-se que aqueles estudantes que conhecem a CNV e que se consideram de esquerda são os que mais acreditam na necessidade de uma educação voltada para direitos humanos no país.



O item que relaciona cerimônias em lembrança a todas as vítimas como sendo útil para melhorar a situação da nação demonstrou maiores médias foram do subgrupo de estudantes universitários com orientação político ideológica de esquerda ( $p < 0,01$ ). Ou seja, é este grupo que acredita na importância de cerimônias em lembrança de todas as vítimas.

O item que relaciona difusão de informação sobre o que aconteceu no período do regime militar como sendo útil para melhorar a situação da nação demonstrou maiores médias para o subgrupo de estudantes universitários com orientação político ideológica de esquerda ( $p < 0,01$ ).

Assim, os estudantes que conhecem a CNV e aqueles que se consideram de esquerda são os que mais acreditam na importância da difusão de informação sobre o que aconteceu no período do regime militar.

Em geral, os resultados da Tabela 09 indicam que os estudantes universitários que afirmam conhecer a CNV e aqueles que se consideram com orientação política de esquerda foram mais afirmativos em todas as ações colocadas como sendo necessárias para melhorar a situação atual do país. Observa-se que esses dois grupos, por conhecerem mais a fundo o trabalho da Comissão da Verdade e os motivos que levaram à sua instalação, são mais afirmativos quanto à necessidade de ter uma educação pautada em direitos humanos, bem como manter viva a lembrança e difusão de informação sobre o que ocorreu naquele período. Mais uma vez, a orientação político ideológica de esquerda deste grupo de estudantes universitários aponta para uma visão humanista e social do contexto nacional. Observa-se que este posicionamento influencia também no conhecimento apresentado acerca da CNV.

Os resultados do teste com relação à liderança na condução do país estão dispostos na Tabela 10, apresentada a seguir.

Tabela 10 - Liderança na condução do país em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

	Com conhecimento		Sem conhecimento		p	Direita		Esquerda		p
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
Bloco 10										
27.2 As pessoas desafiam o Estado, criticam a igreja e ignoram as formas normais de vida, mas não deixam de ser bons cidadãos.	<b>4,52</b>	<b>0,62</b>	<b>4,02</b>	<b>1,03</b>	<b>0,01</b>	4.2	0.93	4.37	0.8	0.27
27.3 Precisamos de líderes fortes que possam erradicar a corrupção e a imoralidade que prevalecem na sociedade atual.	<b>3,73</b>	<b>1,04</b>	<b>4,17</b>	<b>1,02</b>	<b>0,01</b>	<b>4.4</b>	<b>0.95</b>	<b>3.68</b>	<b>1.02</b>	<b>0</b>

Alpha de Cronbach = 0,38

$p < 0,05$

O item que afirma que as pessoas que desafiam o Estado, criticam a igreja e ignoram as formas normais de vida, mas não deixam de ser bons cidadãos, demonstrou resultados significativos para a variável conhecimento sobre a CNV. Nesta variável, as maiores médias foram demonstradas pelo subgrupo de estudantes universitários que afirma conhecer a CNV ( $p < 0,01$ ).

A crença de que precisamos de líderes fortes que possam erradicar a corrupção e a imoralidade que prevalecem na sociedade atual obteve maiores médias foram demonstradas pelo subgrupo de estudantes universitários que afirma não conhecer a CNV.

Para a variável orientação política, a crença de que precisamos de líderes fortes que possam erradicar a corrupção e a imoralidade que prevalecem na sociedade atual as maiores médias foram demonstradas pelo subgrupo de estudantes universitários com orientação político ideológica de direita ( $p < 0,01$ ).

Assim, observa-se que o subgrupo de estudantes que afirma conhecer a CNV tende a ser mais crítico com relação às questões socialmente impostas. Já o subgrupo que afirma não conhecer a CNV e o subgrupo com orientação política de direita demonstram tendência a acreditar que existe alguém que possa acabar com a corrupção que, por séculos, está enraizada na sociedade brasileira. Bem como, com “imoralidades” que, dentre seus significados, podem ser reveladores de preconceitos latentes nestes subgrupos de estudantes.

### 6.2.1.3 Violência, direitos humanos e igualdade social

Este tema também fornece suporte à verificação da percepção inicial da CNV e é formado pelos seguintes blocos de questões: atitudes frente ao uso da violência e, Igualdade social.

Os resultados do teste com relação a atitudes frente ao uso da violência estão dispostos na Tabela 11, apresentada a seguir.

Tabela 11 - Atitudes frente ao uso da violência em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 11	Com conhecimento		Sem conhecimento		p	Direita		Esquerda		p
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
19.4 Deve-se aumentar a igualdade social.	<b>3,77</b>	<b>0,42</b>	<b>3,59</b>	<b>0,53</b>	<b>0,03</b>	3.48	0.5	3.8	0.43	0
19.5 Alguns grupos devem dominar outros na sociedade.	<b>1,88</b>	<b>0,81</b>	<b>2,33</b>	<b>0,91</b>	<b>0,01</b>	2.54	0.86	1.84	0.8	0
Alpha de Cronbach = 0,77										
p < 0,05										

A crença de que é necessário aumentar a igualdade social para mudar a sociedade, demonstrou resultado significativo para a variável conhecimento sobre a CNV. Nesta variável, a maior média foi demonstrada pelo subgrupo de estudantes universitários que afirma conhecer a CNV ( $p < 0,03$ ).

A crença de que alguns grupos devem dominar outros na sociedade, demonstrou resultado significativo para a variável conhecimento sobre a CNV. Nesta variável, a maior média foi demonstrada pelo subgrupo de estudantes universitários que afirma não conhecer a CNV ( $p < 0,03$ ).

De maneira geral, a Tabela 11 permite inferir que ter conhecimento sobre a CNV relaciona-se com maior desejo de igualdade social e se afasta do desejo de dominação social por determinados grupos. Isto aponta para uma característica essencialmente humanitária e social deste subgrupo de estudantes. O estudo de Espinoza et al (2015) demonstrou que aquelas pessoas sem conhecimento apresentaram níveis mais altos de justificação do castigo físico às autoridades corruptas em comparação àquelas com conhecimento sobre a CV, o que de certa forma corrobora os resultados da presente pesquisa.

Os resultados do teste com relação a questões relacionadas à igualdade social estão dispostos na Tabela 12, apresentada a seguir.

Tabela 12 - Igualdade social em função do conhecimento da Comissão Nacional da Verdade e orientação política entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

	Com conheci- mento		Sem conheci- mento		p	Direita		Esquerda		p
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
Bloco 12										
18.1 É importante que todos se tratem com igualdade e todos deveriam ter as mesmas oportunidades.	5,31	0,84	5,11	0,99	0,20	<b>4,98</b>	<b>1,04</b>	<b>5,34</b>	<b>0,82</b>	<b>0,03</b>
18.2 É importante escutar as pessoas, pois desejo entendê-las.	<b>5,25</b>	<b>0,85</b>	<b>4,88</b>	<b>1,16</b>	<b>0,03</b>	4,92	1,08	5,18	0,95	0,14

Alpha de Cronbach = 0,83

$p < 0,05$

A crença de que é importante que todos se tratem com igualdade e de que todos deveriam ter as mesmas oportunidades na vida, demonstrou resultado significativo para a variável orientação política. Nesta variável, a maior média foi demonstrada pelo subgrupo de estudantes com orientação político ideológica de esquerda ( $p < 0,03$ ).

A crença de que é importante escutar as pessoas, pois se deseja entendê-las, demonstrou resultado significativo para a variável conhecimento sobre a CNV. Para esta variável, a maior média foi demonstrada pelo subgrupo de estudantes universitários que afirma conhecer a CNV ( $p < 0,03$ ).

A Tabela 12 demonstra, de maneira geral, o desejo de igualdade social e a necessidade de entendimento de diferentes realidades são características próprias dos subgrupos de estudantes de esquerda e, também, daqueles que afirmam conhecer a CNV, respectivamente. Estas características demonstram, uma vez mais, aspectos voltados para questões humanitárias como intrínsecas a estes dois subgrupos de estudantes universitários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

### 6.2.2 Percepções sobre a Comissão Nacional da Verdade e suas correlações

Além da comparação de médias para variáveis específicas (teste t), foram também realizados testes de correlações (correlação linear múltipla), com o intuito de identificar relações entre itens de determinados blocos de questões. Os blocos que receberam esse tratamento foram os pertencentes ao primeiro tema (percepção sobre a CNV), devido a sua importância para a compreensão do objeto do presente estudo.

Os blocos submetidos a esse tipo de análise foram: Bloco 1 - atitudes frente à CNV e o Bloco 2 - Compartilhamento Social; Bloco 4 - Crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento e recordação e o Bloco 11 - atitudes frente a CNV e atitudes acerca do uso da violência; Bloco 3 – respostas emocionais frente à CNV e o Bloco 2 - Compartilhamento social sobre a CNV; Bloco 4 - Crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento e recordação e o Bloco 2 - Compartilhamento social; Bloco 3 – respostas emocionais frente à CNV e o Bloco 4 - Crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento e recordação; Bloco 2 - Compartilhamento social sobre a CNV e Bloco 5 – atitude frente às recomendações institucionais feitas pela CV.

Os resultados do teste de correlação para atitudes frente à CNV (média por item) e para Compartilhamento Social (média das duas questões específicas) estão dispostos na Tabela 13, apresentada a seguir.

Tabela 13 - Correlação entre as atitudes frente à Comissão Nacional da Verdade e o Compartilhamento Social entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

	Compartilhamento Social
4.1 Informação sobre a CNV em jornais, revistas ou livros.	0.37*
4.2 Leu o relatório final da CNV.	0.39*

Legenda: \* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0.05$ ).

Ter lido sobre a CNV nos jornais, revistas ou livros ( $r = .37$ ,  $p < 0,05$ ) e ter lido o relatório final da CNV ou parte dele ( $r=.39$ ,  $p < 0,05$ ) correlacionam-se com o compartilhamento social acerca da CNV. Estas relações são ambas diretamente proporcionais, com magnitudes moderadas e estatisticamente significativas.

Sabe-se que o Coeficiente de Correção de Pearson usado nesse trabalho apresenta a associação linear entre duas variáveis, indicando a força com que esse relacionamento ocorre, bem como sua direção. Dessa forma, os resultados apresentados na Tabela 13 podem ser entendidos da seguinte forma: ter tido contato com notícias sobre a comissão e seu relatório está relacionado com o fato destes participantes terem falado com outras pessoas sobre a CNV.

O estudo de Espinoza et al (2015) demonstrou correlações positivas com tamanho de efeito pequenos e moderados entre as atitudes frente a CV e as variáveis de compartilhamento social, o que corrobora os resultados do presente estudo. O estudo de Arnosso et al (2015) também apontou que o conhecimento sobre as comissões se relacionou positivamente com o fato destes participantes terem falado sobre elas.

Os resultados do teste de correlação para atitudes frente à CNV e as atitudes de perdão estão dispostos na Tabela 14, apresentada a seguir.

Tabela 14 - Correlação entre as atitudes frente à Comissão Nacional da Verdade (Bloco 1) e as atitudes de perdão (Bloco 4) entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 1	4.1 Informa- ção sobre a CNV...	4.2 Leu o rela- torio....	5. Qual é seu grau de acordo...	12. A atuação foi...	13.1 Ajudou as famílias	13.2 Aju-dou a criar...	13.3 Con- tribuiu para que...	13.4 Ajudo u a fazer..
6. Quanto a reconciliação é desejável.	-.065	-.024	<b>.218**</b>	.100	<b>.184*</b>	-.048	.022	.150
7.1 Que as vítimas perdoem os responsáveis.	<b>-.245**</b>	-.078	-.112	-.147	.017	.075	.119	.132
7.2 (...) responsáveis peçam perdão.	.052	-.016	.160*	.098	.036	.177*	.145	<b>.175*</b>
7.4 (...) exista justiça e castigo ...	-.021	.072	.113	<b>.192*</b>	-.003	.004	<b>-.160*</b>	-.038
7.5 (...) novas gerações não vivenciem ...	.046	.102	.115	.108	.022	.012	<b>-.159*</b>	.015
11. Pessoas que sofreram violações de direitos humanos podem perdoar.	-.138	-.082	.007	.016	.069	.108	<b>.250**</b>	.022
14.1 Devemos aprender com os erros que se fizeram.	.101	-.011	<b>.384**</b>	<b>.356**</b>	<b>.253**</b>	<b>.302**</b>	<b>.237**</b>	<b>.193*</b>
14.2 É melhor não abrir velhas feridas ..	.016	.081	<b>-.297**</b>	<b>-.255**</b>	-.095	-.105	-.079	-.035

Legenda: \* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0.05$ ); \*\* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0,01$ ).

O desejo de reconciliação correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa ( $r = .218$ ,  $p < 0,01$ ) com o maior grau de acordo com relação à atuação da CNV, esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este mesmo item correlaciona-se significativamente com a crença de que a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos ( $r = .184$ ,  $p < 0,05$ ), relação também diretamente proporcional e de magnitude fraca. Observa-se assim que um elevado desejo de que exista uma reconciliação correlaciona-se a um elevado grau de acordo com a CNV e à crença de que esta ajudou as famílias para que soubessem o que aconteceu.

A necessidade de que as vítimas perdoem os responsáveis para que haja reconciliação correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa ( $r = -.245$ ,  $p < 0,01$ ) com o fato de os estudantes terem lido sobre a CNV nos jornais, revistas ou livros. Esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Isto indica que, para os estudantes universitários, a necessidade de perdão distancia-se do fato de terem lido sobre a CNV. Isto pode indicar que o perdão é endossado também pelos estudantes que não leram sobre esta comissão.

A necessidade de que os responsáveis peçam perdão para que haja reconciliação correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa ( $r = .175$ ,  $p > 0,05$ ) com a crença de que a CNV ajudou a fazer com que as violações de direitos humanos não voltem a acontecer, na atualidade ou no futuro, relação diretamente proporcional de magnitude fraca. Assim, a maior avaliação pelos estudantes da necessidade de pedido de perdão correlaciona-se com maiores crenças de que a CNV colaborou para que não haja mais violações de direitos humanos.

Que exista justiça e castigo para os violadores de direitos humanos correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o julgamento dos trabalhos da CNV ( $r = .192$ ,  $p < 0,05$ ), relação diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este mesmo item correlaciona-se significativamente a concordância com fato de que a CNV contribuiu para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados ( $r = -.160$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Desta maneira, pode-se inferir que a maior avaliação pelos universitários da necessidade de que haja justiça e castigo para os violadores de direitos humanos, correlaciona-se com melhor avaliação dos trabalhos da CNV. Pode-se inferir também que a necessidade de que haja justiça e castigo para os violadores de direitos humanos correlaciona-se de maneira a afastar-se do julgamento de que a CNV contribuiu para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados, o que pode indicar que aqueles estudantes que desejam justiça correlacionam-se com aqueles que acreditam que a CNV não contribuiu para que houvessem julgamentos.

A crença na necessidade de que existam novas gerações que não voltem a viver período semelhante correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que a CNV contribuiu para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados ( $r = -.159, p < 0,05$ ). Esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Assim, para os estudantes universitários, a necessidade de não haver período semelhante afasta-se da crença de que houve julgamentos com o auxílio da CNV o que pode indicar que os universitários que não querem a volta deste período são também aqueles que acreditam que não aconteceram julgamentos suficientes.

A crença de que pessoas que sofreram violações de direitos humanos no período do regime militar podem perdoar aqueles que cometeram tais atos correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que a CNV contribuiu para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados ( $r = .250, p < 0,01$ ). Esta relação é positiva e de magnitude fraca.

A crença de que, quando se trata do passado dessa nação, devemos aprender com os erros que se fizeram, a fim de evitar cometê-los novamente, correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa a uma maior concordância com relação à atuação da CNV ( $r = .384, p < 0,01$ ). Esta relação é diretamente proporcional e de magnitude moderada. O mesmo item correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa ao julgamento da atuação da Comissão ( $r = .356, p < 0,01$ ), relação diretamente proporcional e de magnitude moderada. Este mesmo item correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos ( $r = .253, p < 0,01$ ); relação diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este mesmo item correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que a CNV ajudou a criar uma história integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum ( $r = .302, p < 0,01$ ); relação diretamente proporcional e de magnitude moderada. Este mesmo item correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que a CNV contribuiu para que para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados ( $r = .237, p < 0,01$ ); relação diretamente proporcional e de magnitude fraca. Por fim, este mesmo item correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que a CNV ajudou a fazer com que as violações de direitos humanos não voltem a acontecer na atualidade ou no futuro ( $r = .193, p < 0,05$ ); relação também diretamente proporcional e de magnitude fraca.

Assim, os estudantes que mais acreditam que quando se trata do passado dessa nação, devemos aprender com os erros que se fizeram, a fim de evitar cometê-los novamente;

correlacionam-se com aqueles que mais concordam com a atuação da CNV; com aqueles que julgam a atuação da CNV positivamente; com o julgamento de que a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos; com o julgamento de que a CNV ajudou a criar uma história integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum; com o julgamento de que a CNV contribuiu para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados; e, com o julgamento de que a CNV ajudou a fazer com que as violações de direitos humanos não voltem a acontecer na atualidade ou no futuro.

A crença de que é melhor não abrir velhas feridas falando do que aconteceu no passado relaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o grau de acordo com relação à atuação da CNV ( $r = -.297$ ,  $p < 0,01$ ) e, também, com a avaliação da atuação da CNV ( $r = -.255$ ,  $p < 0,01$ ). Ambas as relações são inversamente proporcionais e de magnitude fraca. Assim, maiores crenças pelos estudantes de que é melhor não resgatar o passado afastam-se do maior acordo com relação aos feitos da CNV e a maiores avaliações de sua atuação. O que indica que aqueles universitários que preferem não falar sobre as violações de direitos humanos do passado afirmam isto por meio da não concordância com a instalação e atuação da CNV, a qual justamente resgata aquele passado.

De maneira geral, o desejo de reconciliação associa-se de maneira positiva com atitudes frente à CNV. Com relação as ações para que a reconciliação aconteça, a necessidade de que os responsáveis peçam perdão associaram-se de maneira positiva com as atitudes frente a CNV. Inversamente, as necessidades de que as vítimas perdoem os responsáveis e de que novas gerações não vivenciem período semelhante tiveram correlações negativas com relação a atitudes frente a CNV. Sendo todas elas relações fracas.

Ainda de maneira global, as atitudes de perdão na afirmação de que as pessoas que sofreram violações de direitos humanos podem perdoar quem cometeu esses atos se vinculam de maneira positiva, ainda que com relações fracas, com as atitudes frente a CNV. Esta tendência também é verificada de maneira moderada entre as atitudes de lembrança na afirmação de que devemos aprender com os erros que se fizeram a fim de não cometê-los novamente e as atitudes frente a CNV. Finalmente, observa-se uma correlação negativa, mesmo que de maneira fraca, entre atitudes de esquecimento na afirmação de que é melhor não se abrir velhas feridas falando do que aconteceu no passado e atitudes frente a CNV.

Isto significa que aqueles estudantes que melhor avaliaram a CNV são também aqueles que mais concordam com atitudes de reconciliação, perdão e lembrança com relação as violações de direitos humanos ocorridos no período militar. Enquanto que atitudes de



esquecimento tem relação inversa com as atitudes frente a CNV, universitários que melhor avaliaram a CNV são também aqueles que menos concordam que seja melhor não abrir velhas feridas falando do que aconteceu no passado.

O estudo de Espinoza et al (2015) demonstrou que as atitudes de perdão se vinculam de maneira positiva com as atitudes frente a CV. Esta tendência também é verificada, ainda que em menor medida, em relação as atitudes de lembrança e atitudes frente a CV e correlação negativa entre atitudes de esquecimento e atitudes frente a CV. O que se aproxima dos resultados da presente pesquisa expostos acima.

Os resultados do teste de correlação para emoções despertadas pela CNV e a atitude frente à CNV estão dispostos na Tabela 15, apresentada a seguir.

Tabela 15 - Correlações entre as emoções despertadas pela Comissão Nacional da Verdade e a atitude frente à CNV entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 1	4.1 Informa- ção sobre a CNV...	4.2 Leu o rela- torio....	5. Qual é seu grau de acordo..	12. A atuação foi...	13.1 Ajudou as famílias...	13.2 Ajudou a criar...	13.3 Contrib uiu para que...	13.4 Ajudo u a fazer..
Bloco 3								
10.1 Sente tristeza.	<b>.277**</b>	.132	.003	.062	.011	<b>.224**</b>	-.066	.080
10.2 Esperança	.101	.022	<b>.291**</b>	<b>.295**</b>	.140	.084	.079	.135
10.3 Raiva	<b>.278**</b>	.102	-.056	.064	<b>-.175*</b>	.146	-.039	.029
10.4 Alegria	.046	-.108	<b>.178*</b>	<b>.299**</b>	.150	<b>.248**</b>	<b>.234**</b>	<b>.176*</b>
10.5 Vergonha	<b>.194*</b>	<b>.185*</b>	-.098	-.092	<b>-.188*</b>	.010	-.129	-.029
10.6 Orgulho	<b>.213**</b>	<b>.184*</b>	<b>.416**</b>	<b>.340**</b>	<b>.200*</b>	.125	.085	.122
10.8 Medo	<b>.161*</b>	-.037	-.074	.004	<b>-.211**</b>	.082	-.044	-.038
Emoções_negat.	<b>.250**</b>	.097	-.050	.016	<b>-.168*</b>	.144	-.068	.017
Emoções_posit.	.154	.042	<b>.382**</b>	<b>.402**</b>	<b>.210**</b>	<b>.193*</b>	<b>.168*</b>	<b>.186*</b>

Legenda: \* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0.05$ ); \*\* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0,01$ ).

O sentimento de tristeza relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o fato de o participante ter lido sobre a CNV em jornais, revistas ou livros ( $r = .277$ ,  $p > 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que a CNV ajudou a criar uma história integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum ( $r = .224$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Dessa forma, os estudantes que demonstram maior tristeza com relação a CNV correlacionam-se com uma maior informação sobre a CNV e o fato de acreditarem que esta comissão auxiliou na criação de uma história integradora.

O sentimento de esperança relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com a concordância com relação à atuação da CNV ( $r = .291$ ,  $p$

< 0,01), esta relação é positiva e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento com relação à atuação da CNV ( $r = .295$ ,  $p < .295$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Desta maneira, os estudantes que demonstram um maior sentimento de esperança com relação a CNV correlacionam-se com uma maior concordância com a atuação desta comissão e um melhor julgamento quanto ao seu trabalho.

O sentimento de raiva relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o fato de os estudantes terem lido sobre a CNV nos jornais, revistas ou livros ( $r = .278$ ,  $p < 0,01$ ), relação diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos ( $r = -.175$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Desta forma, os universitários que demonstram um maior sentimento de raiva com relação a CNV correlacionam-se com uma maior informação sobre a CNV. Por outro lado, um maior sentimento de raiva se fastia do julgamento de que esta comissão contribuiu para que as famílias soubessem o que aconteceu com as vítimas.

O sentimento de alegria relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o grau de acordo com relação à atuação da CNV ( $r = .178$ ,  $p < 0,05$ ), relação diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a opinião sobre a atuação da CNV ( $r = .299$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV ajudou a criar uma história integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum ( $r = .248$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV contribuiu para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados ( $r = .234$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV ajudou a fazer com que as violações de direitos humanos não voltem a acontecer na atualidade ou no futuro ( $r = .176$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é positiva e de magnitude fraca.

Desta maneira, um maior sentimento de alegria com relação a CNV demonstrado pelos universitários correlaciona-se à uma maior grau de acordo com relação à atuação da CNV; ao melhor julgamento sobre a atuação da CNV; ao julgamento sobre a contribuição da

CNV para criar uma história integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum; ao julgamento sobre a contribuição da CNV para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados; ao julgamento sobre a contribuição da CNV para fazer com que as violações de direitos humanos não aconteçam novamente na atualidade ou no futuro.

O sentimento de vergonha relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o fato de o participante ter lido sobre a CNV nos jornais, revistas ou livros ( $r = .194$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o fato de os estudantes terem lido o relatório final da CNV ou parte dele ( $r = .185$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos ( $r = -.188$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Assim, um maior sentimento de vergonha com relação à CNV demonstrado pelos universitários correlaciona-se ao maior grau de informação com relação à CNV; o fato de o participante ter lido o relatório final da CNV ou parte dele. Por outro lado, um maior sentimento de vergonha com relação à CNV afasta-se do julgamento de que a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos.

O sentimento de orgulho relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o fato de os estudantes terem lido sobre a CNV nos jornais, revistas ou livros ( $r = .213$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o fato de o participante ter lido o relatório final da CNV ou parte dele ( $r = .184$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o acordo com relação à atuação da CNV ( $r = .416$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude moderada. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a opinião sobre a atuação da CNV ( $r = .340$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude moderada. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos ( $r = .200$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Desta forma, um maior sentimento de orgulho com relação à CNV demonstrado pelos universitários correlaciona-se ao fato de o participante ter lido sobre a CNV nos jornais,

revistas ou livros; ao fato de o participante ter lido o relatório final da CNV ou parte dele; ao maior acordo com relação à atuação da CNV; à melhor opinião sobre a atuação da CNV; ao julgamento de que a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos.

O sentimento de medo relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o fato de os estudantes terem lido sobre a CNV nos jornais, revistas ou livros ( $r = .161$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos ( $r = -.211$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Desta maneira, um maior sentimento de medo com relação à CNV demonstrado pelos universitários correlaciona-se ao o fato de o participante ter lido sobre a CNV nos jornais, revistas ou livros. Por outro lado, um maior sentimento de medo com relação à CNV demonstrado pelos estudantes afastase do julgamento de que a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos.

Emoções negativas correlacionam-se de maneira estatisticamente significativa com o fato de os estudantes terem lido sobre a CNV nos jornais, revistas ou livros ( $r = .250$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos ( $r = -.168$ ,  $p < 0,05$ ) esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Assim, observa-se que emoções negativas demonstradas pelos universitários correlacionam-se a uma maior informação sobre a CNV. Por outro lado, emoções negativas demonstradas pelos estudantes afastam-se do julgamento de que a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos.

Emoções positivas correlacionam-se de maneira estatisticamente significativa com o acordo com relação à atuação da CNV ( $r = .382$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento sobre a atuação da CNV Comissão ( $r = .402$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude moderada. Correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que a ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos ( $r = .210$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é positiva e de magnitude fraca. Correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que a CNV ajudou a criar uma história integradora que

incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum ( $r = .193$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV contribuiu para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados ( $r = .168$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Correlacionam-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV ajudou a fazer com que as violações de direitos humanos não voltem a acontecer na atualidade ou no futuro ( $r = .186$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca.

Dessa forma, sentimentos positivos demonstrados pelos estudantes correlacionam-se com um maior grau de acordo com relação à atuação da CNV; com o julgamento sobre a atuação da CNV Comissão; com o julgamento de que a ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos; com o julgamento de que a CNV ajudou a criar uma história integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum; com o julgamento se a CNV contribuiu para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados; com o julgamento se a CNV ajudou a fazer com que as violações de direitos humanos não voltem a acontecer na atualidade ou no futuro.

De maneira global, os resultados obtidos na Tabela 15 refletem relações positivas, ainda que fracas ou moderadas, entre as emoções e as atitudes frente a CNV. Com exceção das emoções de raiva, vergonha e medo as quais apresentam correlação inversa com a afirmação de que a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos. O sentimento de orgulho relacionado com a aprovação da CNV foi a que obteve maior valor de correlação, as demais foram fracas e moderadas. Ou seja, quanto mais bem avaliada as atitudes frente a CNV maior o sentimento de esperança, alegria e orgulho com relação a CNV e menor os sentimentos de raiva, vergonha e medo.

Os resultados do estudo de Espinoza et al (2015) apontaram, em sua maioria, relações positivas, pequenas ou moderadas entre as emoções e as atitudes frente a CV, o que corrobora os resultados do presente estudo.

Os resultados do teste de correlação para atitudes frente a CNV e atitudes acerca do uso da violência estão dispostos na Tabela 16, apresentada a seguir.

Tabela 16 - Correlação entre as atitudes frente a Comissão Nacional da Verdade e atitudes acerca do uso da violência entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 1	4.1 Informa- ção sobre a CNV...	4.2 Leu o rela- torio....	5. Qual é seu grau de acordo...	12. A atuação foi...	13.1 Ajudou as famílias	13.2 Ajudou a criar...	13.3 Contrib uiu para que...	13.4 Ajudou a fazer..
19.1 É necessário usar a violência..	-.154	.147	<b>-.285**</b>	<b>-.177*</b>	-.084	<b>-.168*</b>	<b>-.224**</b>	-.115
19.2 É justificável que apliquem castigos físicos às autoridades corruptas.	-.123	.079	<b>-.297**</b>	<b>-.309**</b>	-.132	-.088	-.062	-.022
19.3 (...) às pessoas que são pegas roubando.	-.078	.101	<b>-.295**</b>	<b>-.360**</b>	-.182*	-.089	-.130	-.098
19.4 Deve-se aumentar a igualdade social.	<b>.158*</b>	.097	<b>.341**</b>	<b>.363**</b>	<b>.171*</b>	<b>.173*</b>	.155	.125
19.5 Alguns grupos devem dominar outros na sociedade.	-.134	.135	<b>-.260**</b>	<b>-.243**</b>	.036	-.059	-.076	-.052

\* Refere-se a resultados significativos

A afirmação de que às vezes é necessário usar a violência para mudar a sociedade correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o grau de acordo com relação à atuação da CNV ( $r = -.285$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a opinião sobre a atuação da CNV ( $r = -.177$ ,  $p < 0,5$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV ajudou a criar uma história integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum ( $r = -.168$ ,  $p < 0,5$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV contribuiu para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados ( $r = -.224$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Desta forma, observa-se que a afirmação do uso de violência para mudar a sociedade, demonstradas pelos estudantes, afastam-se do acordo com relação à atuação da CNV; com a opinião sobre a atuação da CNV; com o julgamento de que a CNV ajudou a criar uma história integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum; com o julgamento de que a CNV contribuiu para que os culpados de violações de direitos humanos pudessem ser julgados.

A afirmação de que é justificável que apliquem castigos físicos às autoridades corruptas correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o acordo com relação à atuação da CNV ( $r = -.297$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a opinião sobre a atuação da CNV ( $r = -.309$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Desta forma, observa-se que a afirmação da necessidade de aplicar castigos físicos às autoridades corruptas, demonstradas pelos estudantes, afasta-se do acordo com relação à atuação da CNV; e, da opinião sobre a atuação da CNV.

A afirmação de que é justificável que se apliquem castigos físicos às pessoas que são pegas roubando correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o acordo com relação à atuação da CNV ( $r = -.295$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a opinião sobre a atuação da CNV ( $r = -.360$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude moderada. Desta forma, observa-se que a afirmação da necessidade de aplicar castigos físicos às pessoas que são pegas roubando, demonstradas pelos estudantes, afasta-se do acordo com relação à atuação da CNV; e, da opinião sobre a atuação da CNV.

A afirmação de que deve-se aumentar a igualdade social correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o fato de o participante ter os estudantes terem lido sobre a CNV nos jornais, revistas ou livros ( $r = .158$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o acordo com relação à atuação da CNV ( $r = .341$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude moderada. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a opinião sobre atuação da CNV ( $r = .363$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude moderada. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV ajudou as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos ( $r = .171$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento se a CNV ajudou a criar uma história integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum ( $r = .173$ ,  $p < 0,05$ ), esta relação é positiva e de magnitude fraca. Assim, a afirmação de que deve-se aumentar a igualdade social, demonstrados pelos estudantes, correlacionam-se com a busca de informação sobre a CNV; com o acordo com relação à atuação da CNV; com a opinião sobre atuação da CNV; com o julgamento se a CNV ajudou

as famílias das vítimas a saberem o que ocorreu a seus entes queridos; com o julgamento se a CNV ajudou a criar uma história integradora que incorpora os diferentes grupos nacionais em um relato comum.

A afirmação de que alguns grupos devem dominar outros na sociedade correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o acordo com relação à atuação da CNV ( $r = -.260$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a opinião sobre a atuação da CNV ( $r = -.243$ ,  $p < 0,01$ ), esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Dessa forma, o respaldo ao domínio de certos grupos na sociedade, demonstrado pelos universitários, afasta-se do acordo com relação à atuação da CNV; e, da opinião sobre a atuação da CNV.

De maneira global, os resultados apresentados na Tabela 16 mostram correlações inversas com magnitudes fracas entre as atitudes frente ao uso da violência e atitudes frente a CNV. Com exceção da relação entre a necessidade de se aumentar a igualdade social com as atitudes frente a CNV, a qual apresenta relação diretamente proporcional e de magnitudes fracas ou moderadas. O que demonstra que quanto mais os estudantes universitários tem atitudes favoráveis à CNV, mais se afastam da necessidade do uso de violência e dominação de grupos, por outro lado, aproximam-se do dever de se aumentar as igualdades sociais de maneira geral.

O estudo de Espinoza (2015) corroborou os resultados do presente estudo uma vez que apontou, de maneira geral, correlações inversas entre as atitudes favoráveis frente ao uso da violência e as atitudes favoráveis frente a CV daquele país.

Os resultados do teste de correlação para sentimentos despertados pela CNV e o Compartilhamento social estão dispostos na Tabela 17, apresentada a seguir.

Tabela 17 - Correlação entre sentimentos despertados pela Comissão Nacional da Verdade e o Compartilhamento social entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

	Compartilhamento social
10.1 Quando pensa no relatório da CNV, sente tristeza.	.166*
10. 6 Quando pensa no relatório da CNV, sente orgulho	.214**
Emoções positivas	.201*

Legenda: \* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0,05$ ); \*\* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0,01$ ).

O compartilhamento social sobre a CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o sentimento de tristeza relacionado à CNV ( $r = .166$ ,  $p < 0,05$ ), relação diretamente proporcional e de magnitude fraca. Correlaciona-se também de maneira



estatisticamente significativa com o sentimento de orgulho relacionado à CNV ( $r = .214$ ,  $p < 0,01$ ), relação diretamente proporcional e de magnitude fraca. Assim, observa-se que o compartilhamento social acerca da CNV pelos universitários correlaciona-se com um sentimento de tristeza, mas também de orgulho com relação à esta comissão.

De maneira geral, o compartilhamento social sobre a CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com emoções positivas ( $r = .201$ ,  $p < 0,05$ ), relação diretamente proporcional e de magnitude fraca.

Os resultados obtidos na Tabela 17, de maneira global, mostram correlações positivas com tamanhos de efeito pequenos entre as emoções e o compartilhamento social sobre a CNV. Sendo que as principais emoções despertadas pela CNV nos estudantes que compartilharam socialmente sobre a CNV foram a tristeza e o orgulho. O que indica que a lembrança dolorosa causa entretencimento, mas o fato de que a comissão faça o resgate dessa memória é também motivo de orgulho para os universitários.

O estudo de Espinoza et al (2015) em geral neste conjunto de questões, demonstrou correlações positivas, com tamanhos de efeitos pequenos e moderados, entre as emoções e as variáveis de compartilhamento social. O que se aproxima dos resultados da presente pesquisa.

Os resultados do teste de correlação para as atitudes de perdão e o Compartilhamento social estão dispostos na Tabela 18, apresentada a seguir.

Tabela 18 - Correlação entre as atitudes de perdão e o Compartilhamento social entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. ( $n = 159$ ).

	Compartilhamento social
7.1 Para isto é necessário que as vítimas perdoem os responsáveis.	-.230**
11. Pessoas que sofreram violações de direitos humanos podem perdoar aqueles que cometeram tais atos.	-.197*

Legenda: \* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0,05$ ); \*\* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0,01$ ).

O compartilhamento social sobre a CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com a afirmação de que é necessário que as vítimas perdoem os responsáveis de violações de direitos humanos ( $r = -.230$ ,  $p < 0,01$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a crença de que as pessoas que sofreram violações de direitos humanos no período do regime militar podem perdoar aqueles que cometeram tais atos ( $r = -.197$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Dessa maneira, observa-se que o compartilhamento social acerca da CNV pelos estudantes afasta-se da necessidade das vítimas perdoarem os responsáveis de violações de direitos humanos; e, também, da crença de que

as pessoas que sofreram violações de direitos humanos no período do regime militar possam perdoar aqueles que cometeram tais atos.

De maneira global, os dados da Tabela 18 mostram que o compartilhamento social está inversamente relacionado, em especial, com atitudes de perdão das vítimas para com os violadores de direitos humanos. Ou seja, quanto mais os estudantes universitários falam a respeito da CNV, mais se afastam de atitudes de perdão, o que pode estar relacionado ao fato de que se a empatia para com as vítimas e seu sofrimento faz com que seja difícil imaginar que possam perdoar aqueles que causaram tamanho sofrimento.

Este resultado difere do estudo de Espinoza et al (2015) o qual apontou correlações positivas entre as crenças sobre perdão e a atitude favorável a lembrança com as variáveis de compartilhamento social.

Os resultados do teste de correlação para emoções frente a CNV e Atitudes de perdão, lembrança e esquecimento estão dispostos na Tabela 19, apresentada a seguir.

Tabela 19 - A correlação entre Emoções e Atitudes de perdão entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

Bloco 3	6.A recon- con- ciliação	7.1 Que as víti- mas ...	7.2 Que os respon- sáveis	7.4 Que exista justiça...	7.5 Que novas geraçõe s...	7.6 Que se resolva. ..	11. Pessoas que sofreram	14.1 Devemos aprender ....	14.2 É melhor não abrir...
Bloco 4									
10.1, Sente tristeza	-.148	-.147	.022	<b>-.230**</b>	<b>-.193*</b>	<b>-.163*</b>	-.010	-.030	.017
10.2 Esperança	-.072	<b>-.322**</b>	<b>-.166*</b>	-.105	-.014	<b>-.185*</b>	.020	<b>.193*</b>	<b>-.258**</b>
10.3 Raiva	<b>-.234**</b>	-.118	.105	-.114	-.133	-.097	-.082	-.021	.033
10.4 Alegria	-.040	<b>-.212**</b>	-.056	-.029	-.095	<b>-.184*</b>	.046	.153	<b>-.194*</b>
10.5 Vergonha	-.124	<b>-.178*</b>	-.051	<b>-.237**</b>	.060	-.300**	-.014	.005	-.015
10.6 Orgulho	.074	<b>-.167*</b>	.097	.085	.095	.160*	-.052	.343**	<b>-.228**</b>
10.7 Culpa	-.035	.020	.107	.039	<b>-.162*</b>	-.056	.058	.055	-.001
10.8 Medo	<b>-.173*</b>	-.141	.016	-.097	-.099	-.153	-.086	.055	-.009
Emoções negativas	<b>-.189*</b>	<b>-.157*</b>	.041	<b>-.184*</b>	-.125	<b>-.210**</b>	-.039	.011	.006
Emoções positivas	-.020	<b>-.308**</b>	-.062	-.027	-.006	-.097	.007	<b>.295**</b>	<b>-.296**</b>

Legenda: \* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0.05$ ); \*\* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0,01$ ).

O sentimento de tristeza relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com a afirmação de que é necessário que exista justiça e castigo para os violadores de direitos humanos ( $r = -.230$ ,  $p < 0,01$ ) esta relação é inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento da necessidade de que existam novas gerações que não voltem a viver período semelhante ( $r = -.193$ ,  $p < 0,05$ ), relação

inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento da necessidade de que se resolva aquilo que deu lugar ao conflito ( $r = -.163, p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Dessa forma, a tristeza com relação à CNV demonstrada pelos universitários afasta-se da afirmação de que é necessário que exista justiça e castigo para os violadores de direitos humanos; e, do julgamento da necessidade de que existam novas gerações que não voltem a viver período semelhante; do julgamento da necessidade de que se resolva aquilo que deu lugar ao conflito.

O sentimento de esperança relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com o julgamento da necessidade de que as vítimas perdoem os responsáveis por violações de direitos humanos ( $r = -.322, p < 0,01$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude moderada. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento da necessidade de que os responsáveis peçam perdão ( $r = -.166, p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude moderada. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento da necessidade de que se resolva aquilo que deu lugar ao conflito ( $r = -.185, p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento da afirmação de que quando se trata do passado dessa nação, devemos aprender com os erros que se fizeram a fim de evitar comete-los novamente ( $r = .193, p < 0,05$ ), relação diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com o julgamento de que é melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado ( $r = -.258, p < 0,01$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca.

Dessa forma, o sentimento de esperança com relação à CNV, demonstrado pelos universitários, afasta-se do com o julgamento da necessidade de que as vítimas perdoem os responsáveis por violações de direitos humanos; do o julgamento da necessidade de que os responsáveis peçam perdão; do o julgamento da necessidade de que se resolva aquilo que deu lugar ao conflito; e, do julgamento de que é melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado. Por outro lado, o sentimento de esperança com relação à CNV, demonstrado pelos universitários, aproxima-se do o julgamento da afirmação de que quando se trata do passado dessa nação, devemos aprender com os erros que se fizeram a fim de evitar comete-los novamente.

O sentimento de raiva relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com a crença de que seria desejável a reconciliação ( $r = -.234, p < 0,01$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Assim, sentimento de raiva com relação à

CNV, demonstrado pelos estudantes, afasta-se do desejo de reconciliação entre vítimas e violadores de direitos humanos.

O sentimento de alegria relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com a crença na necessidade de que as vítimas perdoem os responsáveis ( $r = -.212$ ,  $p < 0,01$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a crença na necessidade de que se resolva aquilo que deu lugar ao conflito ( $r = -.184$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a crença de que é melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado ( $r = -.194$ ,  $p < 0,5$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Dessa maneira, o sentimento de alegria com relação à CNV, demonstrado pelos estudantes, afasta-se da necessidade de que as vítimas perdoem os responsáveis; da crença na necessidade de que se resolva aquilo que deu lugar ao conflito; da crença de que é melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado.

O sentimento de vergonha relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com a crença de que as vítimas perdoem os responsáveis ( $r = -.178$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a crença de que é necessário que exista justiça e castigo para os violadores de direitos humanos ( $r = -.237$ ,  $p < 0,01$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Dessa maneira, o sentimento de vergonha com relação à CNV, demonstrado pelos universitários, afasta-se da crença de que as vítimas perdoem os responsáveis; e, também, da crença de que é necessário que exista justiça e castigo para os violadores de direitos humanos.

O sentimento de orgulho relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com a crença de que é necessário que as vítimas perdoem os responsáveis ( $r = -.167$ ,  $p < 0,05$ ), relação negativa e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a crença de que é melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado ( $r = -.228$ ,  $p < 0,01$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Assim, observa-se que o sentimento de orgulho com relação à CNV, demonstrado pelos estudantes universitários, afasta-se da a crença de que é necessário que as vítimas perdoem os responsáveis; e, também, da crença de que é melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado.

O sentimento de culpa relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com a crença na necessidade de que existam novas gerações que não voltem a viver período semelhante ao período de opressão ( $r = -.162$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente

proporcional e de magnitude fraca. Assim, observa-se que o sentimento de culpa com relação à CNV, demonstrado pelos estudantes, afasta-se da crença na necessidade de que existam novas gerações que não voltem a viver período semelhante ao período de opressão.

O sentimento de medo relacionado à CNV correlaciona-se de maneira estatisticamente significativa com a crença de que é desejável a reconciliação entre as vítimas e os violadores de direitos humanos ( $r = -.173$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Observa-se assim, que o sentimento de medo com relação à CNV afasta-se da crença de que é desejável a reconciliação entre as vítimas e os violadores de direitos humanos.

Emoções negativas relacionadas à CNV correlacionam-se de maneira estatisticamente significativa com a crença de que é desejável a reconciliação entre as vítimas e os violadores de direitos humanos ( $r = -.189$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a crença de que é necessário que as vítimas perdoem os responsáveis de violações de direitos humanos ( $r = -.157$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a crença de que é necessário que exista justiça e castigo para os violadores de direitos humanos ( $r = -.184$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a crença na necessidade de que se resolva aquilo que deu lugar ao conflito ( $r = -.210$ ,  $p < 0,05$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca.

Emoções positivas relacionadas à CNV correlacionam-se de maneira estatisticamente significativa com a crença na necessidade de que as vítimas perdoem os responsáveis ( $r = -.308$ ,  $p < 0,01$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude moderada. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a crença de que quando se trata do passado dessa nação, devemos aprender com os erros que se fizeram a fim de evitar comete-los novamente ( $r = .295$ ,  $p < 0,01$ ), relação diretamente proporcional e de magnitude fraca. Este item correlaciona-se também de maneira estatisticamente significativa com a crença de que é melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado ( $r = -.296$ ,  $p < 0,01$ ), relação inversamente proporcional e de magnitude fraca.

Como pode-se observar na Tabela 19, de maneira global, as emoções despertadas pela CNV correlacionam-se inversamente com as atitudes de perdão e esquecimento, todas as relações indicam efeito pequenos. Com exceção da atitude de lembrança (devemos aprender com os erros a fim de não comete-los novamente) que se relaciona de maneira diretamente proporcional com o sentimento de esperança, mesmo com tamanho do efeito pequeno. O que significa que a necessidade de reconciliação e ações para que isto aconteça, atitudes de perdão, lembrança e esquecimento relacionam-se negativamente com emoções positivas e

negativas, que demonstra que os sentimentos se afastam das atitudes descritas acima, exceto a esperança quando relacionada a atitudes de recordação.

Estes resultados se diferem do estudo de Espinoza et al (2005) o qual apontou que de maneira geral as atitudes de perdão se relacionam de maneira direta, ainda que com tamanhos de efeito pequenos com as emoções, com exceção das emoções de raiva. Por outro lado se observam relações diretas entre as atitudes de lembrança e as emoções positivas (total). Finalmente se observou relações marginalmente significativas e diretas entre as atitudes de esquecimento e as emoções de culpa e medo.

Os resultados do teste de correlação para Compartilhamento social e atitude frente às recomendações institucionais feitas pela CNV estão dispostos na Tabela 20, apresentada a seguir.

Tabela 20 - Correlação entre compartilhamento social e atitudes frente às recomendações institucionais feitas pela Comissão Nacional da Verdade entre jovens universitários. Rio de Janeiro, 2017. (n = 159).

	Compar. Social
29.1 Reconhecimento, pelas Forças Armadas, da sua responsabilidade.	0.21*
29.2 Determinação da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que causaram graves violações de direitos humanos.	0.2*
29.4 Promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação em geral e também nas Forças Armadas.	0.17*
29.6 Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura.	0.21*
29.7 Fortalecimento de Conselhos da Comunidade para acompanhamento dos estabelecimentos penais.	0.17*
29.10 Incorporação de penas para crimes contra a humanidade e desaparecimento forçado.	0.2*
29.11 Desmilitarização das polícias.	0.18*
29.12 Eliminação de referências discriminatórias das homossexualidades na legislação.	0.19*
29.13 Lesões decorrentes de operações policiais devem ser registradas como lesão corporal decorrente de intervenção policial.	0.2*
29.14 Audiência de custódia, que prevê que todo preso em flagrante deve ser levado à presença da autoridade judicial, no prazo de 24 horas para avaliação da legalidade da prisão.	0.24*
29.16 Continuar a localização, identificação e entrega de restos mortais dos desaparecidos políticos aos familiares.	0.18*
29.17 Preservação da memória das graves violações de direitos humanos.	0.17*
29.18 Continuar a política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar.	0.22*

Legenda: \* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0.05$ ); \*\* Refere-se a resultados significativos ( $p < 0.01$ ).

Observa-se na Tabela 20, de maneira global, que o fato de os estudantes universitários terem compartilhado socialmente acerca da comissão, correlaciona-se com treze, dentre as dezoito, recomendações feitas pela CNV ( $p > 0,05$ ). Estas relações são todas diretamente proporcionais e de magnitude fraca. Sendo assim, pode-se dizer que compartilhar socialmente acerca da CNV associa-se a uma maior concordância com as recomendações elaboradas pelos membros da comissão e encontradas nas páginas finais do seu relatório.

Devido à relativa novidade da escala de concordância destas recomendações, elaborada especificamente para a realização deste estudo, não foi possível comparar os resultados com os de outras pesquisas.

#### 6.2.2.1 Síntese dos resultados dos modelos de correlação

Mesmo não sendo possível arguir sobre causalidade em modelos correlacionais, os resultados apresentados sugerem a existência de aproximações entre os itens correlacionados. Foram realizados e explicitados resultados de diversos modelos de Correlação de Pearson e estes serão apresentados sinteticamente.

Inicialmente foram correlacionadas as atitudes frente à CNV e o compartilhamento social sobre ela. Pôde-se verificar que o estudante ter tido contato com notícias sobre a comissão e seu relatório está relacionado com o fato destes universitários terem falado com outras pessoas sobre a CNV.

A correlação entre as atitudes frente à CNV e as atitudes de perdão demonstrou que aqueles estudantes que melhor avaliaram a CNV são também aqueles que mais concordam com atitudes de reconciliação, perdão e lembrança com relação às violações de direitos humanos ocorridos no período militar. Enquanto que a melhor avaliaram a CNV se afasta da concordância de que seja melhor não abrir velhas feridas falando do que aconteceu no passado.

Já a correlações entre as emoções despertadas pela CNV e a atitude frente à CNV apontou que quanto mais bem avaliadas as atitudes frente à CNV, maior o sentimento de esperança, alegria e orgulho com relação a ela e menor os sentimentos de raiva, vergonha e também de medo.

A correlação entre as atitudes frente à CNV e atitudes acerca do uso da violência demonstrou que quanto mais os estudantes universitários são favoráveis à CNV, mais se afastam da necessidade do uso de violência e dominação de grupos; por outro lado, aproximam-se do dever de se ampliar as igualdades sociais de maneira geral.

Na correlação entre sentimentos despertados pela CNV e o compartilhamento social entre jovens universitários observou-se que as principais emoções despertadas pela CNV nos estudantes que compartilharam socialmente sobre a ela foram a tristeza e o orgulho. O que indica que a lembrança dolorosa causa entristecimento, mas o fato de que a comissão faça o resgate dessa memória é também motivo de orgulho para os universitários.

Quando correlacionadas as atitudes de perdão e o Compartilhamento social entre jovens universitários observou-se que, quanto mais os estudantes universitários falam a respeito da CNV, mais se afastam de atitudes de perdão, o que pode estar relacionado ao fato

de que a empatia para com as vítimas e seu sofrimento faz com que seja difícil imaginar que possam perdoar aqueles que lhes causaram tamanho sofrimento.

A correlação entre emoções e atitudes de perdão entre os universitários demonstrou que os sentimentos, tanto positivos quanto negativos, se afastam das atitudes que remetem a necessidade de reconciliação, bem como a atitudes de perdão, lembrança e esquecimento. Com exceção do sentimento de esperança, quando relacionada a atitudes de recordação e lembrança (devemos aprender com os erros afim de não cometê-los novamente) indicando que esperança e lembrança se aproximam para o grupo de estudantes universitários.

Por fim, foi realizada a correlação entre compartilhamento social e atitudes frente às recomendações institucionais feitas pela CNV. Esta demonstrou que o maior compartilhamento social pelos universitários acerca da CNV associa-se a uma maior concordância com relação às recomendações elaboradas pela CNV nas páginas finais do seu relatório.

Assim, observou-se que estudantes com atitudes frente à CNV haviam conversado mais sobre ela com outras pessoas; possuíam mais acordo com atitudes de reconciliação, perdão e lembrança com relação às violações de direitos humanos ocorridos no período militar; menor concordância de que seja melhor não abrir velhas feridas falando do que aconteceu no passado; são também aqueles que mais concordam com atitudes de reconciliação, perdão e lembrança com relação às violações de direitos humanos ocorridos no período militar. Enquanto que a melhor avaliaram a CNV se afasta da concordância de que seja melhor não abrir velhas feridas falando do que aconteceu no passado; mais os estudantes universitários são favoráveis à CNV, mais se afastam da necessidade do uso de violência e dominação de grupos, por outro lado, aproximam-se do dever de se aumentar as igualdades sociais de maneira geral.

De maneira geral, observou-se que o compartilhamento social (ter falado sobre a CNV) relaciona-se com os sentimentos de tristeza e o orgulho. Por outro lado, o compartilhamento social pelos jovens universitários se afasta de atitudes de perdão, o que pode estar relacionado ao fato de que a empatia para com as vítimas e seu sofrimento faz com que seja difícil imaginar que se possa perdoar aqueles que lhes causaram tamanho sofrimento. Ter falado sobre a CNV, compartilhado socialmente, associa-se a uma maior concordância com relação às recomendações elaboradas pela CNV nas páginas finais do seu relatório.



### 6.3 Representação social da Comissão Nacional da Verdade e suas variações entre grupos

De acordo com Wachelke e Wolter (2011), o quadro de quatro casas, ou análise prototípica, é uma convenção de apresentação de dados, um padrão de organização de informações relativo à evocação de formas verbais de modo sintético.

#### 6.3.1 Estrutura da Representação social da Comissão Nacional da Verdade para o grupo geral de estudantes

A estrutura representacional que corresponde ao grupo total da amostra da presente pesquisa, 159 sujeitos, foi estudada de forma a compreender os conteúdos estruturados da representação da CNV, em seus elementos consensuais.

Essas evocações constituíram um dicionário com o total de 768 palavras, sendo que, destas, 50 eram diferentes. A média das ordens médias (rang) foi de 2,9 e a frequência média das palavras no quadrante foi de 41 e a frequência mínima considerada para inclusão no quadrante foi de 10. Palavras com essa frequência ou valores superiores correspondem a 78,5% do total de evocações. Observou-se um ponto no gráfico de evocações onde existiu um salto perceptível na continuidade das proporções de evocações, o que permitiu escolher a partir da frequência mínima 10.

O Quadro 03 apresenta os resultados da análise prototípica mencionada:

Quadro 03 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (n=159; OME 2,9; Frequência mínima 10).

Freq. Méd.	O.M.E. < 2,9		O.M.E. ≥ 2,9		
		Freq.	O.M.E	Freq.	O.M.E
≥ 41	Necessário-verdade	108	2,731	Justiça	72 2,944
	História-brasil	72	2,806		
	Dever-lembrar	68	2,735		
	Buscar-passado	64	2,875		
< 41	Governo	37	2,486	Esquecimento	39 3,103
	Grupo-pessoas	31	2,387	Ditadura	38 3,000
	Crimes	19	2,526	Bom	30 3,400
				Direitos	21 3,143
				Pouca-divulgação	20 3,350
				Militar	15 3,200
				Vítimas	13 3,231
				Comprometimento	10 3,100

No núcleo central da representação social sobre CNV para estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro encontram-se as expressões “necessário-verdade”, “história-brasil”, “dever-lembrar” e “buscar-passado”. As elevadas frequências dessas palavras, muito acima da frequência média de separação dos quadrantes (41), e as baixas ordens médias de evocação ( $< 2,9$ ) permitem inferir que se tratam de elementos bastante estáveis e consistentes e que, por isso, são considerados como constitutivos do núcleo central da representação.

Como mencionado na seção reservada à apresentação da teoria das representações sociais e sua abordagem estrutural, para Abric (1994) é importante identificar os elementos centrais da representação, pois isso permite identificar as dimensões que o núcleo central possui, relativamente ao objeto e à relação que o sujeito – ou grupo – mantém com esse objeto. Para o autor, uma vez que esses elementos são identificados, é possível observar diferenças significativas entre eles, que podem ser classificados de duas maneiras: elementos *funcionais*, ou pragmáticos, que são ligados à realização da tarefa e determinam as condutas relativas ao objeto; elementos *normativos*, ou avaliativos, que são voltados aos estereótipos e atitudes, originados do sistema de valores dos indivíduos (ABRIC, 1993).

Dessa maneira, no núcleo central dessa representação, encontram-se tanto elementos funcionais quanto normativos. Os funcionais se traduzem nas palavras: “buscar-passado” e “dever lembrar”, pois remetem a questões de ordem prática da CNV. Os elementos normativos, por sua vez, são representados pelas palavras: “história-brasil” e “necessário-verdade”, ligado à dimensão atitudinal e avaliativa da representação. Portanto, os dois tipos de elementos estão presentes neste núcleo central, sendo mencionados sempre de maneira positiva e apontando as dimensões da história e da memória, do dever de lembrança e da busca da verdade, fortemente presentes no núcleo central da representação.

Para Abric (2003), o núcleo central possui funções e, entre elas, a função geradora, pois é o elemento pelo qual se cria e se transforma a significação dos outros elementos constitutivos da representação; pode-se dizer que os outros elementos são criados em decorrência do núcleo central. Na primeira periferia da representação encontra-se a palavra “justiça” com alta frequência e ordem média de evocações próxima ao ponto de corte, o que indica que esta palavra pode ser considerada central (FLAMENT, 2001). Esta palavra se apoia nos elementos funcionais do núcleo central e reforça o sentido do dever de lembrar, a busca pelo passado e a busca pela justiça, ou seja, as dimensões da busca da verdade e da justiça.

Os termos “necessário-verdade” e “justiça” indicam a dimensão humanista da representação. De acordo com Melo (2016) o conceito de justiça evoluiu do conceito de

acesso à justiça, antes meramente formal e voltado para direitos individuais, para uma noção de efetividade e de importância social do direito ao acesso à justiça, passando a ser considerado como o mais básico dos direitos humanos, pautado no conceito de humanismo, que pressupõe uma concepção do humano como centro da vida, das relações de produção e de comunicação, das relações entre os indivíduos e as sociedades. Assim, o humano passa a ser não apenas um adjetivo, mas o modo fundamental de existir no mundo.

Já os termos “dever lembrar” e “buscar passado” apontam para a dimensão histórica da CNV, reforçados pelo termo “história-brasil”, apontando para o fato de que o resgate feito pela comissão é relacionado a um período da história do país e, por isso devem ser trazidos para o conhecimento da população na tentativa de que sejam desnaturalizados e que a população conheça, tanto as violações de direitos humanos que ocorreram naquela época quanto os motivos que levaram os agentes do governo a agir daquela maneira, o que até os dias atuais ainda é alvo de especulação. Para Accorssi et al (2012), a naturalização tem sido uma estratégia recorrente e eficaz para perpetuação de situações opressivas e uma das principais armas na manutenção de situações de dominação e de acobertamento da realidade.

Assim, observa-se que o núcleo central da representação da CNV possui características tanto normativas quanto funcionais que apontam para dimensões de desnaturalização da história, com forte caráter humanista demonstrando características predominantemente positivas.

O quadrante inferior esquerdo, ou “zona de contraste”, de acordo com Abric (2003), pode revelar elementos que reforçam as noções presentes no núcleo central e na primeira periferia, ou revelar a existência de um subgrupo que sustenta uma representação distinta do grupo geral. Sendo assim, na representação em questão encontram-se “governo”, “grupo de pessoas” e “crimes” que de certa forma reforçam as dimensões existentes no núcleo central e na primeira periferia de modo que a palavra “crimes” representa a dimensão da transgressão/violência que deve ser lembrada na busca da verdade e da justiça. Já as palavras “governo” e “grupo de pessoas” representam a dimensão governamental e estatal da Comissão Nacional da Verdade e sua implicação na revisão da história do país.

No quadrante inferior direito situam-se os elementos da periferia propriamente dita – ou segunda periferia – da representação, uma vez que são eles os menos frequentes e menos prontamente evocados. Para Abric (1994), é a periferia que promove a interface entre a realidade concreta e o sistema central e possui a característica de suportar a heterogeneidade e as contradições do grupo. Na representação de CNV para estudantes da UERJ, oito elementos

se situam na segunda periferia, caracterizados por grande variedade. De modo geral, todos parecem reforçar as dimensões descritas nos quadrantes anteriores.

Os elementos “direito” e “vítimas” reforçam a dimensão da busca pela justiça. Os elementos “ditadura” e “militar” apoiam-se na dimensão do Estado como uma forma de governo específica, associada a ações de violência. As transgressões dessa forma de governo são o foco da busca da verdade e da justiça na revisão do passado. Apontam também para uma dimensão ideológica da representação. Para Mezarobba (2009), o regime militar é apontado como um período de exceção onde houve a suspensão da democracia e o país era governado por militares que se utilizavam de meios ditatoriais. Para Weber (2000) o processo de funcionamento dessa forma de regime político possui formas de controle político que se dão tanto através da força e da coerção física, quanto através do controle e dominação ideológicos. Nesse sentido, o uso exclusivo de ações repressivas não é suficiente para manter um Estado: “em algum momento ele tem de conquistar a legitimidade e obter o consenso do conjunto da sociedade, em particular das classes subalternas” (WEBER, 2000, p.151). A ideologia parte então de um determinismo e de uma visão que dá ênfase aos processos de construção de consensos, com foco central na hegemonia.

Os elementos “bom”, “comprometimento” e “pouca divulgação” referem-se a uma dimensão atitudinal e normativa da representação na consideração do objeto de forma positiva, porém ressaltando o fato de haver falhas em sua divulgação pelos meios de comunicação do país. O elemento “esquecimento” é o único que aparenta contrapor-se as dimensões do núcleo central. Enquanto parte dos participantes reforçou a ideia da busca pela verdade e do dever de lembrança, um pequeno subgrupo destaca a ideia do esquecimento demonstrado com os objetivos da CNV até os dias atuais e levanta a hipótese de que, diante disso, talvez seja melhor que o objeto da CNV continue no esquecimento.

Para Moscovici (2012), as RS têm três dimensões: *informação*, *campo de representação ou imagem e atitude*. A *informação* (definidores da CNV) “tem relação com a organização dos acontecimentos que o grupo possui com respeito ao objeto social”. Ela condiciona o tipo de representação que o grupo terá do objeto, como é o caso dos termos: “necessário-verdade”, “história-brasil”, “dever-lembrar”, “buscar-passado”, “justiça”, “esquecimento”, “direitos”. O campo de representação ou imagem (objetificação) “nos remete à ideia de imagem, de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das proposições que expressam um aspecto determinado do objeto da representação”, como é o caso dos termos: “governo”, “grupo-pessoas”, “crimes”, “ditadura”, “militar” e “vítimas”. A *atitude* “termina

de explicitar a orientação global em relação ao objeto da representação social”, como é o caso dos termos: “bom”, “pouca-divulgação” e “comprometimento”.

Ao analisar as características da representação da CNV, observa-se que o estudo de Delfino (2014) assemelha-se e reforça esta representação no sentido de que os resultados das análises lexicais referentes ao discurso acerca da CNV apontam para categorias de caráter histórico político e social do golpe militar e também para dimensões relacionadas à necessidade de justiça para os envolvidos com violações de direitos humanos no período do regime militar. Já o estudo de Arnos et al (2011) realizado sobre a comissão chilena mostrou que a população considera que esta serviu para o avanço na busca da verdade, apesar de ser insuficiente para alcançar a reconciliação, pois para que isto acontecesse seria necessário avanços no sentido de fazer justiça e assim recuperar a confiança perdida nas instituições. Tais conclusões corroboram com o presente estudo nas dimensões de naturalização histórica e dimensão humanista da representação na ênfase da necessidade de busca da justiça.

### 6.3.2 Comparação de estruturas representacionais da Comissão Nacional da Verdade entre subgrupos em função de características sócio demográficas, políticas e de conhecimento

Uma vez analisado o quadro de quatro casas referente ao grupo geral considerado como grupo homogêneo, foram realizadas comparações entre subgrupos estratificados por variáveis sócio demográficas, objetivando identificar diferenças particulares que apontassem para características próprias da representação para cada subgrupo de participantes.

As variáveis eleitas para comparação e que apresentaram diferenças foram: sexo; conhecimento sobre a CNV; orientação política; e, forma de ingresso na UERJ. Assim, para cada variável escolhida serão apresentados os quadros de quatro casas e sua discussão comparativa.

#### 6.3.2.1 Comparação entre sexos

O produto das evocações da representação do subgrupo feminino constituiu um dicionário com o total de 393 palavras, sendo que, destas, 44 eram diferentes. A média das ordens médias foi de 2,9 e a frequência média das palavras no quadrante foi de 26 e a frequência mínima considerada para inclusão no quadrante foi 11. Palavras com essa frequência ou valores inferiores corresponderam a 74,6% do total de evocações.

O Quadro 04 apresenta o resultado da análise prototípica para os estudantes do sexo feminino.

Quadro 04 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes do sexo feminino. (n=82; OME 2,9; Frequência mínima 11).

Freq. Méd.	O.M.E. < 2,9		O.M.E. ≥ 2,9			
		Freq.	O.M.E	Freq.	O.M.E	
≥ 26	<i>Necessário-verdade</i>	59	2,529	<i>Buscar-passado</i>	30	3,000
	<i>Justiça</i>	40	2,900			
	<i>Dever-lembrar</i>	34	2,529			
	<i>História-brasil</i>	32	2,656			
< 26	Grupo-pessoas	20	2,550	Ditadura	20	2,950
	Governo	16	2,500	Esquecimento	19	3,000
	Crimes	12	2,833	Bom	11	3,182

O produto das evocações da representação do subgrupo masculino constituiu um dicionário com o total de 375 palavras, sendo que, destas, 39 eram diferentes. A média das ordens médias foi de 3,0 e a frequência média calculada considerada para inclusão das palavras no quadrante foi de 16, frequência mínima foi 4. Palavras com essa frequência ou valores superiores correspondem a 90,7% do total de evocações.

O Quadro 05 apresenta o resultado da análise prototípica para os estudantes do sexo masculino.

Quadro 05 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes do sexo masculino. (n=77; OME 3,0; Frequência mínima 4).

Freq. Méd.	O.M.E. < 3,0		O.M.E. ≥ 3,0			
		Freq.	O.M.E	Freq.	O.M.E	
≥ 16	<i>Necessário-verdade</i>	49	2,633	Esquecimento	20	3,200
	<i>História-brasil</i>	40	2,925	Bom	19	3,526
	<i>Dever-lembrar</i>	34	2,941	Ditadura	18	3,056
	<i>Buscar-passado</i>	34	2,765			
	<i>Justiça</i>	32	3,000			
	Governo	21	2,476			
< 16	Direitos	11	3,000	Pouca-divulgação	13	3,538
	Grupo-pessoas	11	2,091	Famílias	7	3,429
	Crimes	7	2,000	Sufrimento	5	3,200
	Vítimas	6	2,833	Comprometimento	4	3,500
	Militar	5	2,800			
	Mentira	4	3,000			

Os núcleos centrais das representações para o sexo feminino e o sexo masculino apresentam em comum os elementos “necessário-verdade”, “justiça”, “dever-lembrar” e

“história-brasil”. Todos apontam para a dimensão conceitual de informação. Com exceção de “dever-lembrar”, de caráter funcional, todos possuem características normativas ou de avaliação.

O elemento “buscar-passado”, relativo à dimensão de informação, se encontra no núcleo central da representação do sexo masculino e na primeira periferia do sexo feminino, com alta frequência e ordem média de evocações próxima ao ponto de corte, o que indica que esta palavra pode ser considerada central. Além disso, esse elemento se assemelha ao elemento “dever-lembrar” e por isso são analisados como pertencentes a uma mesma dimensão da representação.

Já o elemento “governo” encontra-se no núcleo central do grupo masculino e na zona de contraste para o grupo feminino, indicando que este seja um elemento próprio da representação para o grupo masculino. Este elemento possui características normativas ou avaliativas e se apresenta na dimensão da imagem ou objetivação proposta por Moscovici (2012).

Os elementos “esquecimento”, “bom”, ambos com características atitudinais e avaliativos, e “ditadura”, com característica normativa e apontando para dimensão de imagem, encontram-se na primeira periferia da representação para o sexo masculino e somente na segunda periferia da representação para o sexo feminino, sendo os únicos elementos desse quadrante para esse subgrupo, o que indica que são elementos mais característicos da representação do subgrupo masculino. Observa-se, também, que o elemento “ditadura” possui ordem média das evocações muito próxima ao ponto de corte, o que indica a centralidade deste elemento para o subgrupo masculino.

Assim, a representação social da CNV para estudantes da UERJ, quando verificada em função da variável sexo, é igual visto que possui os mesmos núcleos centrais, com exceção dos elementos “governo” e “ditadura” - ambos normativos e relacionados à dimensão da imagem ou objetivação da representação.

Estes elementos sugerem a dimensão estatal própria ao sexo masculino. Apontam também para uma dimensão ideológica. O que significa que o subgrupo masculino da representação reforça a avaliação do objeto por meio da imagem ideológica presente naquele determinado período que justifica a criação da Comissão Nacional da Verdade.

Na zona de contraste, os subgrupos possuem em comum os elementos “grupo-pessoas” e “crimes” – ambos relativos à imagem do objeto. Os elementos “direitos” na dimensão da informação, “vítimas” e “militar” na dimensão da imagem e “mentira” na dimensão da atitude com relação ao objeto são próprios deste quadrante na representação do

subgrupo masculino. Assim, este subgrupo possui as três dimensões da representação na zona de contraste reforçando os elementos centrais, com exceção de “mentira” que parece demonstrar um subgrupo da representação masculina que considera que a comissão não seja honesta em seus objetivos e resultados.

Ainda, o subgrupo masculino possui na segunda periferia os elementos de imagem e objetivação “famílias” e “sofrimento” que apontam para a preocupação com a dor causada pelas violações de direitos humanos a todos os envolvidos. Entretanto possui também os elementos atitudinais “pouca-divulgação” e “comprometimento”, o que aponta que este mesmo grupo enfatiza a característica positiva da CNV de ter se empenhado na realização de seus trabalhos, mas frisa também certa escassez de exposição destes trabalhos na mídia à época de sua instalação e finalização.

### 6.3.2.2 Comparação em função do “conhecimento sobre a CNV”

O produto das evocações da representação do subgrupo que sabe sobre a CNV constituiu um dicionário com o total de 467 palavras, sendo que, destas, 41 eram diferentes. A média das ordens médias foi de 3,0 e a frequência média calculada considerada para inclusão das palavras no quadrante foi de 24, a frequência mínima foi 6. Palavras com essa frequência ou valores superiores correspondem a 87,8% do total de evocações.

O Quadro 06 apresenta o resultados da análise prototípica mencionada para os estudantes que afirmam conhecer a CNV.

Quadro 06 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que afirmam conhecer a Comissão Nacional da Verdade. (n=95; OME 3,0; Frequência mínima 6).

Freq. Méd.	O.M.E. < 3,0		O.M.E. ≥ 3,0		
		Freq.	O.M.E	Freq.	O.M.E
≥ 24	<i>Necessário-verdade</i>	70	2,800	Buscar-passado	31 3,129
	Justiça	59	2,881		
	<i>História-brasil</i>	34	2,941		
	Governo	26	2,731		
< 24	Ditadura	23	2,652	Bom	21 3,524
	Crimes	15	2,400	Esquecimento	19 3,158
	Direitos	15	3,000	Pouca-divulgação	18 3,500
	Vítimas	11	2,909	Abuso	7 3,857
	Militar	10	2,900	Famílias	7 3,571
				Sem-punição	6 3,833



O produto das evocações das representações do subgrupo que não sabe sobre a CNV constituiu um dicionário com o total de 301 palavras, sendo que, destas, 38 eram diferentes. A média das ordens médias foi de 2,9 e a frequência média calculada considerada para inclusão das palavras no quadrante foi de 23, a frequência mínima foi 9. Palavras com essa frequência ou valores superiores correspondem a 77,7% do total de evocações.

O Quadro 07 apresenta os resultados da análise prototípica mencionada para os estudantes que afirmam não conhecer a CNV.

Quadro 07 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que afirmam não conhecer a Comissão Nacional da Verdade. (n=64; OME 2,9; Frequência mínima 9).

Freq. Méd.	O.M.E. < 2,9		O.M.E. ≥ 2,9		
		Freq.	O.M.E	Freq.	O.M.E
≥ 23	<i>História-brasil</i>	38	2,684		
	<i>Necessário-verdade</i>	38	2,605		
	Buscar-passado	33	2,636		
	Dever-lembrar	30	2,867		
	Grupo-pessoas	27	2,444		
< 23	Governo	11	1,909	Esquecimento	20 3,050
				Ditadura	15 3,533
				Justiça	13 3,231
				Bom	9 3,111

Os núcleos centrais apresentam em comum os elementos “história do Brasil” e “necessário-verdade” – ambos com características normativas e com dimensões de informação com relação ao objeto da representação. O elemento “buscar passado” - de caráter funcional e relativo também à informação ou conceito das representações - situa-se no núcleo central do grupo que não sabe sobre a CNV e na primeira periferia do grupo que sabe sobre a CNV com alta frequência e ordem média de evocações próxima ao ponto de corte, o que indica que esta palavra é considerada central também para este subgrupo.

Já os elementos “dever lembrar” – funcional, definidor da representação e de caráter informativo - e “grupo-pessoas” - normativo relativo a imagem ou objetivação da representação - encontram-se no núcleo central do grupo que não sabe sobre a CNV e não se encontram em nenhum dos quadrantes para o grupo que sabe sobre a CNV. Entretanto, “dever-lembrar” relaciona-se com a dimensão da busca do passado, e “grupo de pessoas” relaciona-se com o elemento “governo” – normativo e com características de imagem ou

objetivação - de dimensão governamental e estatal, ambas presentes no núcleo central do grupo que sabe sobre a CNV.

Já o elemento normativo e conceitual “justiça” está presente no núcleo central do grupo que sabe sobre a CNV e apenas na segunda periferia da representação do subgrupo que não sabe sobre a CNV, o que indica que este é um elemento próprio do subgrupo que sabe sobre a CNV. Assim, pode-se inferir que o elemento “justiça” tem valor moral e funcional e é o que imprime diferenças significativas ao núcleo central quando comparadas às opções saber e não saber sobre a Comissão Nacional da Verdade na variável conhecimento sobre a comissão.

Apesar de esta diferença não ser suficiente para se afirmar que se tratam de representações diferentes, este termo indica uma dimensão humanista da representação para o subgrupo que conhece a CNV. Como mencionado anteriormente, para Melo (2016) o conceito de justiça evoluiu do acesso à justiça meramente formal e voltado para direitos individuais, para uma noção de efetividade e de importância social do direito ao acesso à Justiça, passando a ser considerado como o mais básico dos direitos humanos e pautado no conceito de humanismo. Pode-se dizer, pois, que o subgrupo que conhece a Comissão Nacional da Verdade possui uma peculiaridade humanista em termos centrais. Pode-se inferir que isto acontece uma vez que estas pessoas tem uma tendência maior a se preocuparem com acontecimentos de ordem social e política no contexto no qual estão inseridos, criando assim maior empatia com questões humanitária na qual a comissão se enquadra.

Na zona de contraste da representação do subgrupo que sabe sobre a comissão está o elemento de informação “direitos”, bem como os elementos imagéticos: “ditadura”, “crimes”, “vítimas” e “militar”. Todos reforçando o núcleo central e apontando para uma visão ideológica do objeto. Na zona de contraste do subgrupo que não sabe sobre a CNV encontra-se apenas o elemento “governo”, que aponta um caráter imagético e estatal da representação, o que indica que o grupo que sabe sobre a comissão possui objetivação fortemente pautada na imagem dos crimes e das vítimas da ditadura militar, enquanto aqueles que não sabem sobre a comissão a objetivam mais sutilmente como uma iniciativa do governo para a instalação da comissão.

Na segunda periferia da representação os subgrupos têm em comum os elementos atitudinais “bom” e “esquecimento”, que indicam um subgrupo que acredita que a atuação da comissão foi boa, mas um pequeno grupo considera que talvez o ideal fosse não trazer essas questões à tona e mantê-las no esquecimento. Próprios do subgrupo que sabe sobre a comissão encontram-se os elementos atitudinais “pouca-divulgação”, “abuso” e “sem-

punição”, bem como o elemento imagético “famílias”. Isto demonstra mais uma vez a visão mais crítica desse grupo com relação a CNV, pois consideram que apesar de ter sido uma boa iniciativa, não teve divulgação suficiente e tampouco as punições esperadas para os violadores de direitos humanos conforme mencionado no relatório. Já o elemento imagético “ditadura” é o elemento próprio da segunda periferia da representação do subgrupo que não sabe sobre a comissão. O que indica que este conjunto apoia sua objetivação também no fato do objeto ter sido criado em função de um regime ditatorial.

### 6.3.2.3 Comparação em função da “orientação política”

A estrutura representacional dos participantes que possuem orientação política de direita constituiu um dicionário com o total de 240 palavras, sendo que, destas, 34 eram diferentes. A média das ordens médias foi de 2,9 e a frequência média calculada considerada para inclusão das palavras no quadrante foi de 15, a frequência mínima foi 5. Palavras com essa frequência ou valores superiores correspondem a 85,4% do total de evocações.

O Quadro 08 apresenta os resultados da análise prototípica mencionada para os estudantes que se consideram com orientação política de direita.

Quadro 08 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que tem orientação política de direita. (n=50; OME 2,9; Frequência mínima 5).

Freq. Méd.	O.M.E. < 2,9		O.M.E. ≥ 2,9			
		Freq. O.M.E		Freq. O.M.E		
≥ 15	<i>História-brasil</i>	27	2,667	Necessário-verdade	33	3,061
	Buscar-passado	24	2,125	Dever-lembrar	21	3,095
	Grupo-pessoas	18	2,278	Justiça	17	3,059
				Esquecimento	16	3,500
< 15	Crimes	6	2,500	Ditadura	10	3,500
	Governo	10	1,600	Militar	7	3,714
				Comprometimento	6	3,000
				Bom	5	3,000
				Famílias	5	3,400

A estrutura representacional dos participantes que possuem orientação política de esquerda constituiu um dicionário com o total de 528 palavras, sendo que, destas, 47 eram diferentes. A média das ordens médias foi de 3,0 e a frequência média calculada considerada

para inclusão das palavras no quadrante foi de 36, a frequência mínima foi 18. Palavras com essa frequência ou valores superiores correspondem a 76,1% do total de evocações.

O Quadro 09 apresenta os resultados da análise prototípica mencionada para os estudantes que se consideram com orientação política de esquerda.

Quadro 09 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que possuem orientação política de esquerda. (n=109; OME 3,0; Frequência mínima 18).

Freq. Méd.	O.M.E. < 3,0		O.M.E. ≥ 3,0			
		Freq.	O.M.E		Freq.	O.M.E
≥ 36	Necessário-verdade	75	2,587	Buscar-passado	40	3,325
	Justiça	55	2,909			
	Dever-lembrar	47	2,574			
	<i>História-brasil</i>	45	2,889			
< 36	Ditadura	28	2,821	Bom	25	3,480
	Governo	27	2,815	Pouca-divulgação	19	3,263
	Esquecimento	23	2,826	Direitos	18	3,111

Os núcleos centrais apresentam em comum o elemento normativo conceitual “história Brasil”. O elemento funcional e também conceitual “buscar passado” encontra-se apenas no núcleo central do subgrupo que se considera de direita e na primeira periferia do subgrupo de esquerda com ordem média de evocação longe do ponto de corte. Entretanto este elemento aponta para a dimensão também funcional e conceitual do “dever-lembrar”, presente no núcleo central do subgrupo de esquerda e na primeira periferia do subgrupo de direita. O que indica que esta dimensão permeia o núcleo central dos dois subgrupos.

Já o elemento “grupo-pessoas” de caráter normativo e de objetivação encontra-se apenas no núcleo central do subgrupo de direita e não está presente em nenhum dos quadrantes do subgrupo de esquerda. Pode-se dizer que, sendo esse elemento próprio do subgrupo de direita, aponta para uma visão um tanto simplista e distante do objeto, remetendo mais à visão estatal e governamental. Para esse subgrupo, sem uma visão crítica a respeito, a CVN foi implementada e sancionada por pessoas que designaram outras para conduzir e desenvolver o trabalho.

Os elementos “necessário-verdade” e “justiça” – ambos de caráter normativo e conceitual - encontram-se no núcleo central do subgrupo que se considera de esquerda. Para o subgrupo de direita, estes elementos se encontram na primeira periferia, com ordem média de evocação muito acima do ponto de corte, o que significa que pertencem mesmo a este

quadrante e, portanto, esses termos são mesmo próprios do subgrupo que se considera de esquerda.

Tanto “necessário-verdade” quanto “justiça” indicam a dimensão humanista da representação, com a noção, que já foi mencionada anteriormente, de efetividade e importância social do direito ao acesso à Justiça (MELO, 2016). Ou seja, o subgrupo de esquerda possui como característica própria à dimensão humanista da necessidade da verdade e da justiça quando relacionada ao objeto da CNV. Este grupo está mais atento às necessidades de seu contexto social, considerando fundamentais a iniciativa do resgate da memória de violações de direitos humanos cometidos durante o regime militar brasileiro, o que se distancia muito da visão puramente estatal característica do subgrupo que se considera de direita.

Assim, os elementos “história Brasil”, “buscar-passado” e “dever lembrar” apontam para a mesma dimensão da memória e dever de lembrança. O elemento “justiça” e “necessário-verdade” de origem funcional com conteúdos atitudinais, são próprios da representação do subgrupo que se considera de esquerda, enquanto o elemento “grupo de pessoas” de ordem normativa com conteúdos imagéticos é próprio da representação do subgrupo que se considera de direita. Entretanto, novamente, estas diferenças não são suficientes para se afirmar a existência de representações diferentes para subgrupos de direita e de esquerda.

A primeira periferia da representação do subgrupo de direita comporta o elemento atitudinal “esquecimento”, que para o subgrupo de esquerda se situa na zona de contraste. A zona de contraste das representações possui em comum o elemento imagético “governo”. Já o elemento imagético “crimes” é próprio apenas da representação do subgrupo de direita e não se encontra em nenhum dos quadrantes do subgrupo de esquerda. O elemento também imagético “ditadura” encontra-se nesse quadrante da representação de esquerda e na segunda periferia da representação do subgrupo de esquerda. Ou seja, “crimes” é próprio desse quadrante para direita, enquanto para a esquerda são “ditadura” e “esquecimento”. Ambos os subgrupos possuem objetivações próprias neste quadrante que confirmam os núcleos centrais.

Na segunda periferia os subgrupos tem em comum o elemento atitudinal “bom” que remete à avaliação positiva da CNV. Neste quadrante, como próprios do subgrupo de direita encontra-se o elemento atitudinal “comprometimento”, bem como os elementos imagéticos “militar” e “famílias”. Enquanto representação do subgrupo de esquerda, este quadrante é formado pelo elemento conceitual “direitos” e o elemento atitudinal “pouca-divulgação”. O

que chama a atenção é a presença a atitude positiva da direita e atitude crítica da divulgação insuficiente da esquerda.

#### 6.3.2.4 Comparação em função da “forma de ingresso na UERJ”

A estrutura representacional dos participantes que ingressaram na UERJ por meio de políticas de cotas constituiu um dicionário com o total de 276 palavras, sendo que, destas, 38 eram diferentes. A média das ordens médias foi de 3,0 e a frequência média calculada considerada para inclusão das palavras no quadrante foi de 14, a frequência mínima 4. Palavras com essa frequência ou valores superiores correspondem a 88,8% do total de evocações.

O Quadro 10 apresenta os resultados da análise prototípica mencionada para os estudantes que ingressaram na UERJ por meio de políticas de cotas.

Quadro 10 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que ingressaram na UERJ por meio de políticas de cotas. (n=56; OME 3,0; Frequência mínima 4).

Freq. Méd.	O.M.E. < 3,0		O.M.E. ≥ 3,0			
		Freq.	O.M.E	Freq.	O.M.E	
≥ 14	<i>Necessário-verdade</i>	37	2,622	Justiça	36	3,250
	<i>Dever-lembrar</i>	26	2,885	Buscar-passado	24	3,375
	Ditadura	17	2,765	História-brasil	19	3,316
< 14	Bom	10	2,800	Abuso	4	4,250
	Governo	10	2,300	Vítimas	6	3,500
	Grupo-pessoas	10	1,900			
	Crimes	9	2,444			
	Direitos	9	2,889			
	Esquecimento	9	2,333			
	Pouca-divulgação	9	2,667			
	Militar	6	2,833			
	Mentira	4	2,750			

A estrutura representacional dos participantes que não ingressaram na UERJ por meio de políticas de cotas constituiu um dicionário com o total de 492 palavras, sendo que, destas, 43 eram diferentes. A média das ordens médias foi de 3,0 e a frequência média calculada considerada para inclusão das palavras no quadrante foi de 30, a frequência mínima foi 10.

Palavras com essa frequência ou valores superiores correspondem a 80,1% do total de evocações.

O Quadro 11 apresenta os resultados da análise prototípica mencionada para os estudantes que ingressaram na UERJ fora da política de cotas

Quadro 11 - Quadro de Quatro Casas referente à representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes que não ingressaram na UERJ por meio de política de cotas. (n=103; OME 3,0; Frequência mínima 10).

Freq. Méd.	O.M.E. < 3,0		O.M.E. ≥ 3,0		
		Freq.	O.M.E	Freq.	O.M.E
≥ 30	<i>Necessário-verdade</i>	71	2,789	Esquecimento	30 3,333
	História-Brasil	53	2,623		
	Buscar-passado	40	2,575		
	<i>Dever-lembrar</i>	42	2,643		
	Justiça	36	2,639		
< 30	Governo	27	2,556	Ditadura	21 3,190
	Grupo-pessoas	21	2,619	Bom	20 3,700
	Crimes	10	2,600	Direitos	12 3,333
				Pouca-divulgação	11 3,909

Os núcleos centrais apresentam em comum os elemento normativo conceitual “necessário-verdade” e o elemento funcional e conceitual “dever lembrar”. O elemento funcional e conceitual “buscar-passado” encontra-se no núcleo central do subgrupo de não cotistas e na primeira periferia do grupo de cotista, entretanto trata-se da mesma dimensão do “dever-lembrar” presente em ambas as representações.

O elemento funcional conceitual “justiça” encontra-se no núcleo central da representação do subgrupo de não cotista e na primeira periferia do subgrupo de cotistas com a mesma frequência, porém com ordem média de evocações significativamente mais altas. Isto significa que este elemento é próprio do subgrupo daqueles que não ingressaram na UERJ por meio de cotas. Entretanto o elemento “necessário-verdade” presente em ambas as representações remete a dimensão da justiça e por isso pode-se dizer que esta está contemplada em ambas as representações.

O termo normativo conceitual “história-brasil” encontra-se no núcleo central do subgrupo de não cotistas e na primeira periferia do subgrupo de cotistas, neste com frequência significativamente menor e ordem média de evocações muito acima do ponto de corte. Isto significa que este elemento é próprio da representação do subgrupo de não cotistas. Pode-se dizer que este subgrupo aponta para o fato de que o resgate feito pela comissão é relacionado a um período da história do país e, por isso, deve ser trazido para o conhecimento da

população. Entretanto esta dimensão parece demonstrar também uma intenção de naturalização daquele período como um passado que aconteceu, que pertence à história do país, sem necessidade de focar as mazelas sofridas pela população, tanto as violações de direitos humanos que ocorreram naquela época quanto os motivos que levaram a tais atos.

Já o elemento normativo imagético “ditadura” encontra-se no núcleo central do subgrupo de cotistas e apenas na segunda periferia do subgrupo de não cotistas, fato que confirma ser este termo próprio e característico do subgrupo de cotistas. Como mencionado anteriormente, este termo aponta para a dimensão ideológica da representação. Para Mezarobba (2009), o regime militar é apontado como um período de exceção onde houve a suspensão da democracia e o país era governado por militares que se utilizavam de meios ditatoriais, no qual o controle era tanto pela força e pela coerção física quanto através da dominação ideológica na tentativa de se criar consensos focando na hegemonia de seu pensamento.

Ou seja, a característica própria da representação do subgrupo que não ingressou na UERJ por meio de políticas de cota é a tendência à naturalização da história indicando também certo distanciamento do objeto. Enquanto a característica própria da representação do subgrupo que ingressou nos cursos de graduação da UERJ por meio de políticas de cota aponta para um caráter ideológico, com tendência crítica incisiva demonstrada pelo apoio ao resgate realizado pela CNV para que venham à tona as violações de direitos humanos que ocorreram sob o regime ditatorial. Entretanto, estas diferenças tampouco são suficientes para que se afirme a existência de representações distintas para esses dois subgrupos.

O elemento atitudinal “esquecimento” encontra-se na zona de contraste da representação do subgrupo de cotistas e na primeira periferia para o subgrupo de não cotistas. Nas zonas de contrastes as representações têm em comum os termos imagéticos e de objetivação “governo”, “grupo-de-pessoas” e “crimes”. Os elementos atitudinais “bom” e “pouca-divulgação”, bem como o elemento conceitual “direitos”, encontram-se neste quadrante para o subgrupo de cotistas e na segunda periferia para o grupo de não cotistas. Os elemento imagético “militar” e o elemento atitudinal “mentira” encontram-se neste quadrante para o subgrupo de cotistas e não se encontram em nenhum dos quadrantes na representação do subgrupo de não cotistas.

Ou seja, muitos elementos se situam neste quadrante e são próprios do subgrupo de cotistas. Enquanto a maioria corrobora os elementos centrais, merecem destaque aqueles que remetem a falta de divulgação suficiente e à possível falta de verdade com relação aos



achados da comissão ou o acesso escasso às fontes de informação devido ao longo período de tempo que se passou desde o fim do regime até a instalação da CNV.

O elemento atitudinal “abuso” e o elemento imagético “vítimas” encontram-se na segunda periferia do subgrupo de cotistas e em nenhum dos quadrantes para o subgrupo de não cotistas corroborando, também, os elementos centrais dessa representação.

Portanto, conclui-se que a representação social da Comissão Nacional da Verdade para estudantes universitários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro possui predominantemente elementos positivos. Estes elementos demonstram respaldo à CNV e seus objetivos, como demonstram os elementos “necessário verdade” e “dever lembrar”.

A análise das representações formadas por subgrupos de estudantes estratificadas por categorias de variáveis sócio demográficas indicou a não existência de uma representação social própria de determinado subgrupo de estudantes, uma vez que estas não possuem diferenças significativas a nível de núcleo central.

Entretanto, esta análise indicou que certos elementos da representação social da CNV podem ser próprios de um ou outro subgrupo de universitários, como por exemplo, o elemento “justiça”, próprio do subgrupo que conhece a CNV e o elemento “grupo de pessoas”, próprio do subgrupo que possui orientação política de direita.

Para Sá (1996), os elementos formadores das representações sociais são construídos por meio da comunicação e interação entre os membros do grupo com relação ao objeto da representação. Assim, elementos próprios a cada subgrupo foram analisados em sua relação com o grupo no qual se destacam, o que forneceu subsídios para inferências acerca da presença de certos elementos como próprios de determinados subgrupos de estudantes universitários.

## **7 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E SUAS REPRESENTAÇÕES: LEMBRAR OU ESQUECER?**

Para Ricoeur (2007) estratégias de memória e esquecimento em diferentes contextos sociais fazem parte, em grande medida, de jogos de poder e se colocam como meios de direcionar a memória coletiva, com o fim de manipular o que da história deve ser exaltado e o que dela deve ser reprimido. Nesse sentido, Comissões da Verdade em todo o mundo visaram resgatar eventos que não faziam parte da história oficial, acontecimentos que, em nome de uma suposta paz nacional, foram tendenciosamente esquecidos. As comissões com esse fim são, pois, formas de resgate de memórias subterrâneas, as quais confrontam a história oficial. (HYUSSEM, 2011).

Para Bevernage (2011) a perspectiva de construção de uma memória sobre esses períodos autoritários é uma tarefa que requer investimento por parte da sociedade civil e, principalmente, do Estado, pois somente dessa forma pode-se trazer à tona a verdade histórica. Na tentativa de recuperar as relações com a sociedade civil, o Estado brasileiro instalou a Comissão Nacional da Verdade em 27 anos após o fim do regime militar. Esta teve o objetivo de trazer a público os atos praticados em defesa de políticas autoritárias, postos em prática pela força da repressão e da “liberdade vigiada”, mesmo em uma época de vigência da Declaração dos Direitos Humanos.

Este estudo buscou explorar os mecanismos que atuam na elaboração do que virá a se constituir como memória e/ou como esquecimento. Neste processo, a ênfase foi para a observação dos dados que apontam para a afirmação do dever de memória ou da necessidade de esquecimento com relação às violações de direitos humanos ocorridas no período do regime militar no país (1964 - 1985) por estudantes universitários. Pesquisas empíricas que buscam ter seus dados analisados à luz das teorias de memória, em geral se limitam a analisar de que maneira estas memórias são construídas por determinados grupos. O esquecimento e os processos envolvidos em sua formação frequentemente não são alvo de pesquisas de campo, sua análise é realizada no campo meta-teórico, de revisão da literatura existente, observando o que esta retrata a respeito de acontecimentos do passado. Visando contribuir para essa lacuna, a presente pesquisa foi delineada a partir de observações empíricas, apoiadas no esforço de construção de uma proposição teórica sobre a constituição da memória e do esquecimento.

Assim, a CNV foi analisada de forma a identificar o respaldo de jovens estudantes ao resgate realizado por esta comissão sobre violações dos direitos humanos ocorridos durante o

regime militar, no Brasil. Buscou-se identificar tendências de suporte ao dever de memória com relação aos fatos ocorridos no passado, como também tendências à sua negação, o que demonstraria uma necessidade de esquecimento acerca daqueles acontecimentos.

Para tanto, a presente pesquisa foi embasada na teoria da memória social e, também na teoria das representações sociais, permitindo assim observar a complementariedade entre os resultados obtidos, conforme apontam Viaud (2003) e Alba (2011).

A discussão dos resultados será apresentada de maneira integrada, por meio das temáticas específicas exploradas neste estudo. Essas temáticas dividem-se em três esferas, sendo elas: percepções e representações sobre a comissão nacional da verdade; situação atual do país; e, violência, direitos humanos e igualdade social.

### **7.1 Percepções sobre a Comissão Nacional da Verdade**

A temática da percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade agrega as seguintes dimensões: o nível de conhecimento e atitudes frente à CNV; compartilhamento social sobre a CNV; respostas emocionais frente à CNV; crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento e recordação; atitudes frente as recomendações feitas pela CNV.

A primeira dimensão relativa ao “nível de conhecimento e atitudes frente à CNV” foi analisada em função da comparação entre os posicionamentos de subgrupos de estudantes formados pela estratificação das variáveis sócio demográficas. Observou-se que o subgrupo de estudantes que conhece a CNV e também o subgrupo com orientação política de esquerda são aqueles que mais conhecem a CNV e mais afirmam atitudes favoráveis a mesma. A dimensão do “compartilhamento social sobre a CNV” apontou que os mesmos subgrupos de estudantes que conhecem a CNV e, também, o de estudantes com orientação política de esquerda são os que mais discutiram sobre esta comissão com familiares e conhecidos em geral. Observa-se, portanto, que estes subgrupos são aqueles que mais conhecem a comissão e mais falaram sobre ela após sua instituição no país. Isto aponta que o conhecimento acerca da CNV entre estudantes relaciona-se a afirmação de uma ideologia política voltada para a igualdade social.

Na dimensão das “atitudes frente as recomendações institucionais”, que se encontram no relatório final e são diretamente relacionadas à CNV, observou-se que os resultados das comparações entre subgrupos de estudantes confluem com os resultados anteriores. Os estudantes que conhecem a CNV e possuem orientação política de esquerda são os que demonstram maior concordância com as recomendações da CNV. Isto aponta que estes dois

subgrupos são, também, aqueles que concordam com as medidas institucionais que visam garantir que violações de direitos humanos não sejam cometidas por agentes do Estado.

Na análise das “respostas emocionais frente à CNV” observou-se que os estudantes que têm conhecimento sobre a CNV e que se identificam com uma orientação política de esquerda são também os mais tocados afetivamente pelo tema da comissão, tanto por emoções positivas, quanto negativas. Isto aponta que estes dois subgrupos de estudantes universitários são mais sensíveis a questões de violações de direitos humanos em geral. Por esse motivo, são despertados sentimentos negativos por remeter tanto ao sofrimento vivenciado pelas vítimas e familiares, quanto pelos anos em que essas memórias ficaram submersas pela história oficial sob o mito de que no Brasil as transições são pacíficas. Mas também remetem a sentimentos positivos por, mesmo que tardiamente, as memórias das vítimas serem trazidas ao conhecimento da população e esta ter acesso a tais informações de maneira oficial e institucionalizada pelo Estado.

A dimensão das “crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento” foram também analisadas com o intuito de verificar o apoio dos universitários aos objetivos da comissão. Observou-se que os participantes de direita tendem a ter atitudes mais afirmativas com relação ao perdão aos violadores de direitos humanos e, também, com relação à necessidade de esquecimento, com o argumento de que “é melhor que não se abram velhas feridas falando do que aconteceu no passado”. Este resultado aponta que os estudantes com orientação política de direita mostram-se mais distantes do respaldo ao resgate da memória realizado pela CNV, pois acreditam que o esquecimento é benéfico ao país. Este distanciamento é, também, evidenciado pela crença de que os violadores de direitos humanos podem ser perdoados pelas vítimas, uma vez que não consideram que o sofrimento vivenciado possa ser maior do que qualquer tentativa de perdão.

Assim, os participantes que conhecem a Comissão Nacional da Verdade brasileira e que se consideram de esquerda, são os que expressam maior grau de aprovação quanto aos seus objetivos e, também, são aqueles que mais discutiram o tema com amigos e com familiares. São, também, os que possuem maior concordância com relação às recomendações institucionais e são os mais tocados afetivamente pelo tema da comissão. Quando verificadas as nuances do apoio ao perdão, lembrança e esquecimento, os estudantes com orientação política de direita são os que mais endossam temas referentes ao perdão e, também, temas favoráveis ao esquecimento.

Devido à sua importância, foram realizadas análises de correlação entre os subtemas que compõem a temática da percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade. Os subtemas

referem-se às seguintes dimensões da CNV: nível de conhecimento e atitudes frente a CNV; compartilhamento social acerca da CNV; respostas emocionais frente à CNV; crenças sobre perdão, atitudes de esquecimento e recordação; atitudes frente às recomendações institucionais realizadas pela CNV; e, as atitudes frente ao uso da violência também foram correlacionados aos demais subtemas.

A dimensão do conhecimento e atitudes frente à CNV foi verificada em função da correlação com todas as demais dimensões da percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade. Em relação aos itens relativos à dimensão do conhecimento e atitudes frente à CNV, quando correlacionados aos itens sobre o compartilhamento social acerca da CNV, verificou-se que possuir mais informação sobre a CNV correlaciona-se a um maior compartilhamento social sobre a CNV. Assim, observou-se que, quanto mais os estudantes conhecem a CNV, também mais falam sobre ela com familiares e conhecidos em geral.

Os itens relativos à dimensão do conhecimento e atitudes frente à CNV foram correlacionados com os itens de questões referentes à dimensão das crenças sobre perdão, atitudes de esquecimento e recordação. Nesta correlação, observou-se que uma melhor avaliação da CNV correlaciona-se com maiores atitudes de reconciliação, perdão e lembrança; mas correlaciona-se também com menores atitudes de esquecimento. Isto indica que quanto mais os estudantes universitários concordam com os feitos da CNV, mais acreditam que vítimas e violadores de direitos humanos devam reconciliar-se e perdoar uns aos outros. Indica também que este subgrupo de estudantes é favorável à manutenção da lembrança de violações de direitos humanos e contrário ao esquecimento, demonstrando assim respaldo e concordância para com os trabalhos desenvolvidos pela CNV.

A dimensão do conhecimento e atitudes frente à CNV foi correlacionada com os itens de questões referentes à dimensão das respostas emocionais frente à CNV. Esta correlação demonstrou que, para os universitários da UERJ, quanto mais positivas são as atitudes frente à CNV, maior é a esperança, a alegria e o orgulho com relação a esta comissão, bem como são menores os sentimentos de raiva, vergonha e medo. Estes estudantes que conhecem a Comissão Nacional da Verdade sentem esperança no país por este estar resgatando tais memórias, o que desperta também sentimentos positivos de alegria e orgulho. Dessa maneira, o orgulho despertado pelo conhecimento da CNV contribui para o distanciamento de sentimentos negativos como os de raiva, vergonha e medo, uma vez que o resgate da memória realizado pela comissão pode ter despertado a esperança de um país mais justo e pautado no respeito aos direitos humanos.

Os itens de questões da dimensão do conhecimento e atitudes frente à CNV foram correlacionados também com os itens de questões referentes à dimensão das atitudes acerca do uso da violência. Esta correlação demonstrou que, quanto mais os estudantes têm atitudes favoráveis à CNV, mais se afastam da necessidade do uso da violência e dominação por grupos, bem como estes estudantes se aproximam da necessidade de ampliar as igualdades sociais de maneira geral. Isto indica que os universitários que mais concordam com os feitos da CNV são também aqueles que acreditam que a sociedade deva ser mais igualitária, com menor dominação de certos grupos e com menor uso de violência por parte do Estado. Isto conflui com os objetivos da CNV, a qual realiza um resgate de memória para que a população tenha acesso aos crimes que ocorreram à época do regime militar, para que o país não volte a viver período semelhante.

Assim, verificou-se que a melhor avaliação dos feitos e objetivos da CNV pelos estudantes universitários correlaciona-se com a presença deste tema nas conversas e interações cotidianas dos alunos. Da mesma forma, a melhor avaliação da CNV e maior concordância quanto aos objetivos da comissão correlacionam-se com atitudes favoráveis à lembrança e afastam-se de atitudes de esquecimento. A melhor avaliação da CNV e maior concordância quanto aos objetivos da comissão correlacionam-se também com emoções positivas. Por isto se correlaciona a uma necessidade de que se aumentem as oportunidades sociais para a população em geral. As correlações apresentadas com o conhecimento e concordância quanto aos objetivos da CNV confluem para a caracterização deste subgrupo de estudantes com tendência a um posicionamento humanista frente às questões político e sociais do país.

A dimensão do conhecimento e atitudes frente à CNV foi verificada em função da correlação com todas as demais dimensões da percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade, ou seja, com os itens de questões da dimensão do compartilhamento social acerca da CNV, verificou-se que possuir mais informação sobre a CNV correlaciona-se à um maior compartilhamento social sobre a CNV. Assim, observou-se que quanto mais os estudantes conhecem a CNV também mais falam sobre a mesma com familiares e conhecidos em geral.

A dimensão do compartilhamento social sobre a CNV também foi verificada em função da correlação com três das dimensões da percepção sobre a Comissão Nacional da Verdade. Estas dimensões são: sentimentos despertados pela CNV; atitudes de perdão, lembrança e esquecimento; atitudes frente às recomendações institucionais.

A dimensão do compartilhamento social sobre a CNV foi correlacionada aos itens de questões da dimensão dos sentimentos despertados pela CNV. Nesta correlação observou-se

que os estudantes que mais falam sobre a CNV com seus familiares e conhecidos em geral, são também os estudantes nos quais são despertados os sentimentos de tristeza e o orgulho com relação a CNV. Pode-se inferir que os estudantes sentem tristeza ao falar da CNV uma vez que esta resgata memórias dolorosas de um período em que várias pessoas sofreram diversas formas de violações de direitos humanos. Porém observa-se a também que os estudantes demonstram sentimento de orgulho relacionado à CNV, por esta trazer as memórias para conhecimento público, mesmo que sua instituição tenha ocorrido décadas após as primeiras eleições diretas no país.

As questões do compartilhamento social sobre a CNV foram correlacionados aos itens de questões da dimensão das atitudes de perdão, lembrança e esquecimento. Observou-se que os estudantes que mais falam sobre a CNV com amigos e familiares são também aqueles que afastam-se de atitudes de perdão. Pode-se inferir que falar sobre a CNV remete a uma empatia com relação às vítimas e familiares e, por isso, a dificuldade em acreditar que as pessoas que sofreram possam um dia vir a perdoar aqueles que cometeram tais atos.

As questões da dimensão do compartilhamento social sobre a CNV foram correlacionados aos itens de questões da dimensão das atitudes frente às recomendações institucionais feitas pela CNV. Esta correlação apontou que falar sobre a CNV com amigos e familiares associa-se a uma maior concordância com relação às recomendações institucionais realizadas pela CNV. Observa-se que, ao compartilhar socialmente sobre a CNV e seus objetivos, os estudantes universitários também refletem sobre medidas estatais necessárias para que repressões ditatoriais com uso da força não voltem a acontecer no país e, assim, mostram-se favoráveis às recomendações da comissão.

Portanto, observou-se que, para os estudantes universitários, as lembranças acerca de desrespeito à direitos básicos da população são dolorosas, mas a institucionalização de um lugar próprio para essas memórias se apresenta como motivo de orgulho. Da mesma maneira, este subgrupo de estudantes se afasta de atitudes positivas relativas ao perdão, o que ocorre, possivelmente, porque a empatia até aqui demonstrada como característica deste subgrupo, faz com que seja difícil imaginar que quem tanto sofreu possa perdoar as diversas formas de violações de direitos humanos que ocorreram naquele período da história do país.

A dimensão das emoções despertadas pela CNV foi verificada em função da correlação com a dimensão das atitudes de perdão, lembrança e esquecimento. Observou-se que, em geral, as emoções para os estudantes afastam-se de atitudes de perdão e esquecimento. Porém, observa-se que o sentimento de esperança aproxima-se de atitudes de lembrança, a qual indica a possibilidade de se aprender com erros cometidos no passado.

Assim, as correlações apontam que as atitudes de perdão e esquecimento se afastam de sentimentos relacionados à CNV, tanto sentimentos positivos quanto sentimentos negativos. Pode-se inferir que quanto mais afastados os estudantes se encontram do objeto do estudo, menos estão implicados emocionalmente. Em relação à aproximação do sentimento de esperança e atitudes relacionadas à lembrança, pode-se inferir que, trazer à tona lembranças dolorosas daquele período, objetivo da CNV, contribui para que haja esperança de que violações de direitos humanos não voltem a acontecer no país.

Para Oropeza (2009), para se compreender os danos na psique em que situações traumáticas de ordem social são as causadoras, como, por exemplo, situações de repressão política, é necessário considerar o dano em sua relação com o contexto político e estrutural, na qual as atrocidades mais inimagináveis foram utilizadas como forma de repressão social.

O autor frisa que, em nível individual, o trauma ou a situação traumática tende a gerar situações desestruturantes aos indivíduos diante dos feitos esmagadores da repressão e violência. Em nível social, estendido no tempo, o trauma psicossocial envolve a destruição de arquétipos e metáforas culturais, aniquilando ou limitando profundamente as possibilidades da próxima geração afirmar aspectos de sua vida cultural, o que afeta seriamente a possibilidade de articular as memórias sociais. “O medo, o silêncio, a apatia e falta de interesse na esfera da participação política são algumas das sequelas mais importantes que resultaram desses momentos e tornam-se obstáculos para a intervenção ativa de toda a cidadania e a construção da democracia” (OROPEZA, 2009, p. 203). Assim, pode-se inferir que o trauma social da repressão seja um possível motivo do distanciamento e falta de interesse político demonstrado pelo subgrupo de estudantes que não conhece a CNV.

Pode-se observar aproximações dos resultados das análises estatísticas aos da análise da representação social da CNV no grupo geral, bem como na análise estratificada. A representação social da CNV, quando analisada por subgrupo, apresenta como próprio daqueles estudantes que tem conhecimento sobre a CNV o elemento “justiça”. Já como próprio dos estudantes com orientação política de esquerda, os termos “necessário verdade” e “justiça”, indicando a mesma dimensão humanista da verdade e da justiça. A especificidade desta dimensão permite inferir que são estes mesmo estudantes que mais reforçam o resgate da memória realizado pela CNV. São também os que compartilharam mais informações sobre a Comissão Nacional da Verdade, bem como os que possuem atitudes de maior concordância frente às recomendações institucionais feitas pela CNV.

Assim, pode-se dizer que a criação de uma comissão para verificar violações de direitos humanos ocorridos à época do regime militar brasileiro, seus objetivos e realizações



recebe maior respaldo por estudantes da UERJ que se consideram de orientação política de esquerda e, também, por aqueles estudantes que tem conhecimento sobre esta comissão. A presença dos elementos “verdade” e “justiça” na estratificação da representação social para esses subgrupos conflui com os resultados estatísticos. Estes elementos representacionais apontam para uma visão da CNV como resgate da verdade sobre violações de direitos humanos, como forma de justiça, mesmo que tardia, tanto para as vítimas e familiares, quanto para a sociedade em geral, pois todos merecem e precisam saber o que ocorreu de fato. Foi verificado também o respaldo desses dois subgrupos de estudantes sobre a instituição de mecanismos para que violações de direitos humanos não voltem a acontecer e, assim, para que a hegemonia política democrática possa ser garantida por meio de uma série de recomendações institucionais.

As dimensões da temática do “nível de conhecimento e atitudes frente a CNV” encontram-se também em outros elementos da representação social caracterizada. Como por exemplo: o nível de conhecimento acerca da CNV remete ao termo “pouca divulgação”; já a atitude com relação a CNV remete aos termos “necessário verdade”, “dever lembrar”, “buscar passado”, “justiça”, “bom” e “comprometimento”. O compartilhamento social sobre a CNV remete ao termo “dever lembrar” da representação social da CNV para os estudantes universitários. Com relação às atitudes frente às recomendações institucionais feitas pela CNV, esta remete ao termo “dever lembrar” pertencente ao núcleo central da representação e reforça a convicção de que a justiça deve ser feita, também, após a finalização dos trabalhos da CNV, por meio do seguimento das recomendações desta comissão.

A estratificação da representação social da CNV por variáveis sócio demográficas permitiu verificar a existência de um termo próprio do subgrupo com orientação política de direita. Trata-se do elemento de característica normativa e imagética “grupo de pessoas”. Pode-se inferir que este elemento conflui com a temática das “crenças sobre perdão e as atitudes de esquecimento e recordação”, pois esta análise demonstrou que os participantes de direita tendem a ter atitudes afirmativas ao perdão pelas vítimas de violadores de direitos humanos e, também, à necessidade de esquecimento para que não sejam abertas velhas feridas falando do que aconteceu no passado.

O elemento representacional “grupo de pessoas” demonstra uma visão simplista e distante do objeto da representação, o que aponta respaldo ao posicionamento de perdão dos violadores de direitos humanos pelas vítimas. Da mesma forma, o afastamento do objeto representacional respalda a avaliação do esquecimento como uma solução, pois afirmam que a memória dos crimes é incômoda e não traz benefícios à sociedade. Dessa maneira, observa-se

que é este subgrupo de estudantes que mais possui aproximação ao polo da necessidade de esquecimento, o qual encontra-se nos objetivos da presente pesquisa.

Considerando a representação social geral da CNV para os estudantes, pode-se observar que alguns elementos representacionais remetem à atitudes de perdão, esquecimento e recordação. Os termos “crimes” e “vítimas” corroboram atitudes de perdão. Os elementos “esquecimento” e “pouca divulgação” corroboram atitudes de esquecimento. Por fim, observam-se os termos “necessário verdade”, “buscar passado” e “dever lembrar”, os quais corroboram atitudes de recordação.

Para Alba (2011) a teoria da memória coletiva aponta que as lembranças ajudam a construir as representações do presente, como se existisse um jogo constante entre o presente e o passado. O tempo e o espaço são noções essenciais de consciência coletiva, por meio das quais os indivíduos regulam suas percepções e suas memórias. Para a autora, a materialidade das representações não ocorre de maneira espontânea, assim como a reconstrução das memórias realizadas por indivíduos e grupos também não acontece automaticamente. Ambas passam por um processo de seleção pautado nos valores morais presentes em determinada sociedade; desta forma, o que não é considerado apropriado é deixado de lado e, inevitavelmente, esquecido. Assim, considerando as aproximações entre as duas teorias, observa-se uma confluência de resultados referentes a duas técnicas que buscaram identificar elementos de memória e representações sociais acerca da CNV para estudantes universitários.

Temáticas periféricas compõem o espectro do tema da CNV. Estas temáticas tiveram suas dimensões comparadas entre os subgrupos previamente selecionados baseando-se em estudos realizados anteriormente por pesquisadores da América Latina. Estas forneceram um amplo panorama acerca da CNV ao abordar assuntos periféricos ao tema e configuram-se como fundamentais na compreensão do posicionamento do grupo de estudantes universitários para com esta comissão. Assim, a seguir, serão discutidas as temáticas: dimensão da situação atual do país; e, violência, direitos humanos e igualdade social.

## **7.2 Situação atual do país**

A temática da situação atual do país buscou analisar a percepção de questões sociais atuais para que possa ser confrontada com os temas diretamente relacionados ao objeto da presente pesquisa. Esta temática possui quatro dimensões, são elas: valoração da situação atual do país; confiança institucional; ações para melhorar a situação atual do país; e, liderança na condução do país.

Os resultados da dimensão da valoração da situação atual do país, apontaram que o subgrupo de estudantes que não conhece a CNV e, também, o subgrupo de estudantes que se considera com orientação política e ideológica de direita são mais otimistas com relação à situação atual do país. Entretanto, observa-se um maior pessimismo com relação à situação do país para o subgrupo de estudantes que conhecem a CNV. Pode-se inferir que os estudantes que conhecem a CNV tendem a um maior conhecimento de questões políticas e sociais do país. Assim, o conhecimento acerca dos graves problemas do Brasil, contribui para o pessimismo deste subgrupo com relação à atual situação nacional.

Na dimensão que aborda a confiança institucional, observou-se que o subgrupo de estudantes com orientação política de direita demonstra maior confiança nas seguintes instituições: polícia, forças armadas, poder legislativo, executivo e judiciário, Igreja, enquanto o subgrupo de universitários com orientação política de esquerda demonstra maior confiança nos governos municipais e estaduais e, também, nos partidos políticos. Estes resultados apontam que os estudantes de direita depositam maior confiança nas forças militares e nos três poderes do país, os quais caracterizam-se como instituições com pouca participação popular. Já os estudantes de esquerda, depositam maior confiança em instituições políticas com maior envolvimento popular, como é o caso dos governos municipais e estaduais que são mais diretamente responsáveis pela administração dos estados e municípios. Este subgrupo também deposita maior confiança nos partidos políticos, os quais dependem para sua criação e manutenção, em especial, de participação popular.

Em relação à dimensão das ações para melhorar a situação do país, observou-se que o subgrupo de estudantes que conhece a CNV e o subgrupo de estudantes que se considera com orientação política de esquerda são mais afirmativos em todas as ações apontadas como necessárias para melhorar a situação do país, o que conflui com a hipótese que estes estudantes tendem a um maior conhecimento de questões políticas e sociais do país, em geral. O conhecimento acerca dos graves problemas do Brasil, também, para a compreensão de que muitas medidas sociais são necessárias para que a situação do país possa vir a melhorar futuramente, como por exemplo, a adoção de mecanismos para que diminuam as perversas desigualdades sociais que sempre existiram neste país.

A dimensão referente a crenças acerca da liderança na condução do país apontou que o subgrupo de estudantes universitários que conhece a CNV tende a ser mais crítico com relação a questões socialmente impostas, uma vez que acreditam que as pessoas não deixam de ser bons cidadãos por não agir de acordo com as formas consideradas normais pelo Estado ou Igreja. Por outro lado, observou-se que o subgrupo de estudantes que não conhece a CNV e,

também, aqueles estudantes que se consideram com orientação política de direita tendem a crer na existência de um líder capaz de acabar com as imoralidades e a corrupção enraizada na sociedade.

Portanto, a análise do posicionamento de universitários da UERJ acerca das dimensões existentes na temática sobre a situação do país na atualidade apontou tendências próprias de determinados subgrupos de estudantes. Pôde-se observar que o subgrupo de universitários com orientação política de direita e, também, o subgrupo que não possui conhecimento sobre a CNV demonstram maior nível de otimismo com relação à atualidade e ao futuro do país. Estes dois subgrupos demonstraram uma crença de que existe um indivíduo que irá mudar radical e definitivamente o cenário de corrupção do país. Por fim, verificou-se que estes mesmo subgrupos demonstram maior nível de confiança nas instituições do país.

A análise da representação social da CNV, quando estratificada em função da “orientação política”, apontou que o elemento representacional próprio do grupo de direita é “grupo de pessoas”. Observa-se que este elemento indica certo distanciamento com relação ao objeto da representação. Levanta-se a hipótese de que este subgrupo apresente um distanciamento para com questões sociais de maneira geral, o que se traduz em uma atitude otimista, mesmo quando o contexto sócio político do país não esteja, necessariamente, em um bom momento, em especial quando relacionado a questões sociais e políticas.

Por outro lado, o subgrupo de estudantes universitários que conhece a CNV e, também, aqueles com orientação política de esquerda demonstram maior tendência a uma atitude pessimista com relação à situação atual e futura do país. Estes subgrupos são mais afirmativos com relação às ações apresentadas como necessárias para melhorar a situação do país. Mas também são críticos com relação a questões socialmente impostas, acreditando que existem diferentes maneiras de viver em sociedade e que estas devem ser respeitadas.

A representação social da CNV, quando analisada em função do “conhecimento sobre a CNV” e “orientação política”, apontou que os elementos representacionais “necessário verdade” e “justiça”, específicos dos estudantes com orientação política de esquerda, assemelham-se àqueles dos que conhecem a CNV. Assim, observa-se que estes termos apontam para uma dimensão humanística da representação social em ambos os subgrupos, apontando que a justiça é importante nas variadas áreas sociais e os cidadãos e instituições devem buscá-la, de maneira ampla e geral. A tendência humanística dessa representação evidenciou-se, também, por meio da concordância dos estudantes para com fatores importantes e necessárias para que a situação atual do país seja transformada.

Observa-se que os resultados referentes à temática sobre a situação do país na atualidade conflui com outros elementos representacionais da CNV pelo total de estudantes universitários que participaram da presente pesquisa. Estes elementos são “dever lembrar” e “história Brasil”. Considera-se que a situação atual do Brasil é resultado de uma construção histórica iniciada nos primórdios da chegada dos portugueses à terra que, até então, pertencia única e exclusivamente aos povos indígenas. O dever de memória dessa história, em suas particularidades, é evidenciada pelo termo “dever lembrar” mencionado pelos estudantes.

Para Ricoeur (2003), no processo de seleção realizado pela história, os discursos e representações de alguns grupos são privilegiados, em função das necessidades estabelecidas pelas sociedades atuais. Aquelas memórias “esquecidas” muitas vezes se encontram em contraponto ou concorrência com a história, demonstrando que os discursos de memória possuem utilidade no presente. As reivindicações de memórias partidárias visam romper com o lugar que foi designado a certos grupos na história, de abandono ou ignorância, numa tentativa de transformação da representação que o grupo construiu dele mesmo por meio de uma apropriação e legitimação de seu passado. Essa representação legitimada do passado permite não somente o reconhecimento do grupo, mas também permite a cada indivíduo se constituir enquanto tal através da história de seu grupo. Observa-se, assim, a importância de esclarecimentos históricos para uma maior compreensão dos problemas sociais existentes na atualidade.

### **7.3 Violência, direitos humanos e igualdade social**

Por fim, a temática referente à violência, direitos humanos e igualdade social foi analisada comparando-se os subgrupos de estudantes estratificados pelas variáveis “conhecimento sobre a CNV” e “orientação política”. Observou-se que as diferenças significativas encontravam-se especialmente no subgrupo de universitários da UERJ que conhece a Comissão Nacional da Verdade. As dimensões deste subtema são: atitude frente ao uso de violência e direitos humanos; e, atitudes relacionadas à igualdade social.

A dimensão referente a “atitude frente ao uso de violência e direitos humanos” apontou que o subgrupo de estudantes que conhece a CNV se afasta do desejo de dominação social por determinado grupo social. Já a dimensão das “atitudes relacionadas à igualdade social” apontou que este subgrupo demonstra maior desejo de escutar e entender as pessoas em geral. Este também demonstrou desejo de que as desigualdades sociais existentes no país

diminuam e que exista mais equidade de oportunidades entre as pessoas. Estas atitudes colabora para a característica humanista e social demonstrada pelos resultados desta pesquisa.

A representação social da CNV apresenta o elemento “justiça”, próprio ao subgrupo de estudantes que conhecem a CNV. Por outro lado, observa-se que “justiça” é elemento intrínseco à temática da violência, direitos humanos e igualdade social, pois a busca por justiça perpassa por questões de direitos humanos e igualdade social, especialmente quando relacionada à Comissão Nacional da Verdade.

Observa-se, também, que a característica humanista e social demonstrada pelo subgrupo de estudantes que conhece a CNV conflui com outros elementos da representação social da CNV para os estudantes universitários. Estes elementos representacionais são “necessário verdade” e “buscar passado”, uma vez que apontam para a necessidade de levantamento da verdade sobre o passado, buscando clarificar para a sociedade os acontecimentos de épocas anteriores, até então condenados à memórias subterrâneas e não oficiais.

Para Pinheiro (2009), a CNV demonstrou sua importância para a ressignificação da história do país. Esta nação que, durante sua trajetória, demonstrou ser fortemente pautada por políticas de negação e esquecimento, uma vez que o esquecimento não foi característico apenas do período de transição do regime militar para o regime democrático. Para o autor, não faz parte da tradição política brasileira acertar contas com o passado, todas as transições do período republicano foram marcadas por anistias generalizadas e pelo esquecimento.

Dessa forma, Bevernage (2011) afirma que o papel social que a CNV desempenhou no Brasil é essencialmente o de reconciliação do Estado com a sociedade, uma vez que esta comissão buscou construir uma memória social que trouxesse a verdade e a justiça para as pessoas que sofreram violações dos direitos humanos nos períodos autoritários. Memória esta que também será compartilhada por futuras gerações, as quais terão acesso a uma história menos parcial do que aquela oficialmente construída.

#### **7.4 Síntese**

Em síntese, os resultados da presente pesquisa apontaram para o respaldo dos estudantes universitários da UERJ para com a iniciativa de resgate das memórias de violações de direitos humanos ocorridos no período militar no Brasil, realizado pela Comissão Nacional da Verdade. Este respaldo foi observado tanto nas análises estatísticas com diferentes modelos, quanto na análise das representações sociais da CNV.

Observa-se que este respaldo não ocorreu de forma homogênea, como demonstra o elemento representacional “esquecimento”. Os resultados estatísticos também apontam que o subgrupo de estudantes de direita é favorável ao esquecimento, ou seja, que não se mexam em velhas feridas falando sobre o passado. O respaldo ao resgate realizado pela CNV também não foi isento de críticas pelos estudantes, como demonstra, por exemplo, o elemento representacional “pouca divulgação” revelando o pequeno destaque dado pela mídia à CNV durante o seu desenvolvimento.

Entretanto, observou-se que na representação de maneira geral e, também em grande parte das temáticas tratadas na análise estatística, os estudantes demonstraram avaliações que apontaram para o respaldo do trabalho realizado pela comissão, em especial pelos subgrupos que conhecem esta comissão e aqueles que possuem orientação política de esquerda. Isto foi observado tanto nas temáticas referentes a atitudes diretamente relacionadas à Comissão Nacional da Verdade, quanto nas temáticas que forneceram suporte periférico para a compreensão do tema.

De acordo com Soares (2012), conforme citado antes, Primo Levi foi um dos primeiros autores a revelar o sentimento de um dever de memória e a necessidade de esquecimento. O autor questionava a necessidade de resgatar e registrar o que viveu no campo de concentração durante a segunda guerra mundial. O autor afirma que há certos benefícios na recordação, uma vez que, com frequência, ao falarem sobre o que vivenciaram, os sobreviventes não são movidos pela preocupação com a função social da memória ou pela necessidade de relatar os acontecimentos para as novas gerações a fim de que não se repitam. Ressalta que existe certa dificuldade em esquecer e o testemunho contribui para esse processo, pois permite a realização de uma catarse através da fala.

Para Oropeza (2009) foram inúmeras as tentativas de direcionar as vítimas para o perdão dos seus algozes nas sociedades que permitiram que atrocidades ocorressem. Para o autor, perdoar nesses casos não deve ser assunto de estado, mas um assunto individual. As vítimas de violações de direitos humanos têm o direito de perdoar, mas não podem ter uma obrigação que lhe seja imposta pelo Estado. O autor completa afirmando que formas institucionais de esquecimento, como a anistia, se pautam sob o signo da utilidade, de caráter emergencial, e não sob o signo da verdade. Porém, isto apenas sufoca as memórias que não deixarão de existir para aqueles que vivenciaram tais atrocidades e as mais diversas formas de violações de direitos humanos.

Cornejo et al (2012) afirmam a respeito do impacto da escuta do testemunho de vítimas de tortura sobre os profissionais que trabalharam na Comissão Nacional sobre Prisão

Política e Tortura do Chile que a experiência de ouvir o testemunho de vítimas tem grande impacto na vida dessas pessoas e articula-se a processos de elaboração em diferentes dimensões, como a emocional/bibliográfica e a institucional. Uma posição complexa que requer simultaneamente um compromisso emocional e institucional, este último materializado no mandato da comissão. A primeira refere-se ao fato de que, ao escutar a experiência de tortura dos depoentes, foram despertadas emoções nos profissionais, como a tendência a colocarem-se em espelho com as emoções do sujeito violentado, no sentido de que a declaração que este faz de sua experiência e tortura é transmitida e, de certo modo, transferida ao profissional da comissão.

A dimensão institucional se refere à escuta do Estado no sentido de que a figura dos profissionais representa a “escuta do Estado” na comissão. Este mandato implicava recuperar antecedentes e gerar a convicção de veracidade, coerência e consistência da declaração das pessoas que acudiram à comissão, mas, ao estar determinado pelo traumático – dados dos conteúdos das declarações – era difícil sustentar a escuta unicamente do lugar institucional.

Estas dimensões são entendidas como coordenadas por onde circulam estes processos. Têm impacto direto naqueles profissionais que se revelam profundamente influenciados pelas significações e sentidos que constroem acerca de suas histórias pessoais e familiares e de sua história social após terem passado por esta experiência. Muitos relataram inclusive sentirem-se culpados por exercer o papel de escuta, mas não possuem meios de fazer mais por aquelas pessoas que vivenciaram tamanho sofrimento.

Na presente pesquisa, observou-se fortemente a presença de questões institucionais relativas à CNV no grupo pesquisado. Estes confirmam o suporte ao dever de memória, mesmo que isso tenha impacto direto tanto sobre as pessoas envolvidas com tais violações de direitos humanos, quanto na sociedade em geral que passa a ter ciência destes fatos por meio de sanções ao Estado, pela primeira vez desde as primeiras eleições diretas no país, após o período de exceção.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regime militar brasileiro foi estruturado de forma a disseminar o medo e desmobilizar a sociedade. Aqueles que opunham-se às suas ideias eram classificados como opositores subversivos e terrotistas e, sob esse pretexto foram perseguidos e punidos, por meio das mais variadas formas de violação de direitos humanos. Apesar do Brasil não ter seguido exemplos internacionais de tentativas efetivas de justiça e reparação, durante a transição para a democracia observaram-se algumas formas de reparação para as vítimas do regime militar e seus familiares.

De qualquer forma, em 2011 foi criada a lei que determinou a criação de uma comissão da verdade, com o objetivo de resgatar as violações de direitos humanos que ocorreram no período do regime militar para que a sociedade conhecesse os meios utilizados pelos governantes da época. Mesmo com as críticas que foram direcionadas aos trabalhos da CNV e as dificuldades enfrentadas para a sua realização, o relatório final teve um papel importante de posicionamento da sociedade frente aos fatos relatados, consituindo-se em resgate da memória da sociedade brasileiras.

A Comissão Nacional da Verdade foi analisada neste estudo de forma a identificar o respaldo de jovens estudantes ao resgate da memória realizado pela comissão de questões relativas as violações dos direitos humanos ocorridos durante o regime militar no Brasil. Para tanto, buscou-se identificar as tendências de suporte ao dever de memória com relação aos fatos ocorridos no passado, afirmado e defendido pela Comissão, como também tendências à negação dos seus objetivos, demonstrando uma necessidade de esquecimento de questões relativas ao passado.

O objetivo deste estudo foi identificar o conhecimento, atitudes e representações sociais da CNV por estudantes universitários de uma instituição pública do país, foi alcançado. A análise foi realizada de maneira a identificar características sócio demográficas que poderiam influenciar no respaldo dado a CNV, além dos posicionamentos referentes a questões sócio políticas nacionais que permeiam a formação e os objetivos da Comissão Nacional da Verdade.

Procurou-se, neste estudo, trazer para a discussão do resgate da memória, também o processo de esquecimento, inseridos no campo da Psicologia Social da memória. Buscou-se, ainda, preencher uma lacuna de estudos que visam analisar empiricamente a posição de jovens quanto ao dever de memória, reforçado pelo trabalho da Comissão Nacional da Verdade no país.

Os resultados apontaram que o desconhecimento da CNV vinculou-se a um maior acordo com as atitudes frente ao esquecimento e uma atitude mais favorável frente à violência como mecanismo de controle social, aspectos que aparecem como fatores de risco para a prevenção de ciclos de vingança ou para o surgimento de novas formas de violência.

Da mesma forma, observou-se que um maior conhecimento da CNV associou-se a atitudes mais positivas sobre a mesma. De maneira específica, os participantes que reportam maiores níveis de informação sobre a CNV refletem uma maior valorização e aprovação do trabalho. Consistentemente, os resultados mostraram que um maior conhecimento da CNV associou-se a maiores níveis de compartilhamento social, tanto sobre a comissão quanto sobre o período de violência.

Os resultados da análise da representação social da Comissão Nacional da Verdade indicou a existência de uma representação positiva acerca da mesma. No núcleo central da representação social da CNV para estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro encontram-se os elementos normativos relacionados à informação sobre o objeto e definidores da representação que remetem ao resgate da verdade e à constituição de uma história do Brasil, e ainda aos elementos funcionais afeitos ao dever de memória e ao resgate do passado. Os elementos presentes no núcleo central expressam uma atitude positiva e apontam as dimensões da história e da memória, do dever de lembrança e da busca da verdade.

A análise da representação indicou, portanto, a existência de um pensamento social do grupo acerca da CNV, fortemente favorável a sua criação, respaldado pelo dever de memória do país para com as violações de direitos humanos ocorridas naquele período. Observa-se que essa representação apresenta, também, conteúdos que formam uma imagem do objeto como processo afeito ao estado brasileiro e, de alguma forma, relacionado à identificação e ao levantamento dos crimes praticados. Demonstram, assim, que este grupo possui uma representação voltada ao resgate da memória, mas que, ao mesmo tempo, traz críticas à sua condução.

Em geral, os resultados da análise da representação social da CNV confluiu com os resultados das análises estatísticas, pois estas apontaram que, na grande maioria dos temas, os participantes são favoráveis ao resgate da memória de violações de direitos humanos ocorridos no período do regime militar.

Os resultados foram comparados de maneira integrada. Cada bloco dimensional de questões foi analisado com relação às variáveis “conhecimento sobre a CNV” e “orientação política”. Nestas análises foram observadas confluências entre estes resultados e elementos representacionais próprios de cada subgrupo de estudantes, quando estratificados por

variáveis sócio demográficas. Esses resultados apontaram que grande parte dos subtemas demonstraram maiores médias para os estudantes que conheciam a CNV e, também, para os estudantes que possuíam orientação política de esquerda. O relacionamento entre estas variáveis pôde ser observado já na análise do perfil sócio demográfico dos participantes, o qual demonstrou que participantes autointitulados como de esquerda tinham maior conhecimento sobre a CNV do que o esperado, apontando que ser de esquerda eleva as chances de que o participante tenha conhecimento sobre a CNV.

A representação social da CNV para os estudantes universitários, quando estratificada em função de variáveis sócio demográficas, apresentou como elemento próprio do subgrupo de estudantes que conhece a CNV o termo “justiça”. Já como elemento próprio do subgrupo que tem orientação política de esquerda, o termo “necessário verdade” e, também, o termo “justiça”, o que indicou que estes dois subgrupos apontam para a mesma dimensão humanista, da verdade e da justiça. A especificidade desta dimensão destes subgrupos de estudantes permite inferir são mesmo estes subgrupos que mais reforçam o resgate da memória realizado pela CNV; os que compartilharam mais informações com outras pessoas sobre a Comissão Nacional da Verdade; bem como os que possuem atitudes de maior concordância frente às recomendações institucionais feitas pela CNV. Estas especificidades foram demonstradas pelas análises estatísticas e verificadas também na análise da representação social da CNV para estes estudantes.

Assim, a presente pesquisa demonstrou que a criação de uma comissão da verdade formada para verificar violações de direitos humanos ocorridos à época do regime militar brasileiro, seus objetivos e realizações, apresentou concordância de estudantes universitários. Entretanto, verificou-se que o maior respaldo à CNV foi dos universitários que possuem orientação política de esquerda e, também, àqueles que afirmaram conhecer esta comissão.

A presença da dimensão da verdade e justiça, própria da representação deste grupo de estudantes, reforça esses resultados pois aponta para uma visão da CNV como resgate de verdade sobre os fatos do passado uma forma de justiça, mesmo que tardia, para as vítimas, familiares e para a sociedade em geral. Além do mencionado, a criação de mecanismos que contribuam para que tais violações de direitos humanos não aconteçam novamente apresenta-se como resultado desta pesquisa.

Com relação às demais temáticas que permeiam o respaldo aos feitos da CNV, observou-se que os mesmos grupos são também aqueles que são mais críticos com relação a questões socialmente impostas e demonstram mais pessimismo com relação à situação atual do país. Também demonstram maior respaldo à ações para melhorar a situação atual e são

mais afirmativos com relação à necessidade de ações para o aumento da igualdade social. Essas questões reforçam uma dimensão humanística da verdade e da justiça.

Portanto, pode-se dizer que a representação social da CNV indicou a existência de respaldo ao resgate da memória das violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado, realizada pela Comissão Nacional da Verdade, especialmente pelos participantes que se consideram com orientação política de esquerda e que têm conhecimento sobre a CNV.

Assim, observa-se que, para o grupo de jovens universitários pesquisado, o dever de lembrar é reafirmado, permitindo a transmissão das memórias às gerações futuras, de forma a impedir que ocorram novamente.

Este estudo apresenta como limitações tratar-se de amostra intencional, portanto com resultados não generalizáveis a outros grupos; além disto, um grupo com características específicas devido ao seu maior acesso à informação. Dessa forma, buscou-se suprir esta carência por meio da inserção de participantes das diversas áreas do conhecimento, portanto com aproximações diferentes ao objeto de estudo.

Devido à relevância de compreender amplamente as representações da Comissão Nacional da Verdade, tema de suma importância para a sociedade atual, recomenda-se que o estudo seja realizado com a população em geral, a partir de uma amostragem probabilística.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J.-C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000.

\_\_\_\_\_. A theoretical and experimental approach to the study of social representations in a situation of interaction. In: FARR, R. M.; MOSCOVICI, S. (Orgs.). **Social Representations**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Orgs.). **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: UCG, 2003.

\_\_\_\_\_. **Jeux, conflits et représentations sociales**. Thèse de doctoratès lettres - Université de Provence, Marseille, France, 1976.

\_\_\_\_\_. **Pratiques sociales et représentations**. Paris, France: PUF, 1994.

\_\_\_\_\_. A zona muda das representações sociais. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. F. **Representações sociais: uma teoria sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

\_\_\_\_\_; TAFANI, E. Nature et fonctionnement du système central d'une représentation sociale: la représentation de l'entreprise. **Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, Presses universitaires de Liège, v. 28, n. 4, 1995.

ALBA, M. Representações sociais e memória coletiva; uma releitura. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 393-432.

ARNOSO, M.; CÁRDENAS, M.; PÁEZ, D. Diferencias intergeneracionales en la mirada hacia el pasado represivo chileno. **Psicología Política**, Chile, n. 45, p 7-26, Noviembre 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGSON, H. **Memória e vida: textos escolhidos por Gilles Deleuze**. Trad. Carla Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BEVERNAGE, B. History by Parliamentary Vote: Science, Ethics and Politics in the Lumumba Commission. **History Compass**, Wiley, USA, v. 9, n. 4, p. 300-311, 2011.

BORAINÉ, A. **A Country Unmasked – inside South Africa's Truth and Reconciliation Commission**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. (Volumes I, II e III).

\_\_\_\_\_. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório final**. Brasília: CNV, 2015. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/relatorio\\_final/Relatorio\\_Final\\_CNV](http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Brasília: MS, CNS, 2012.

BRAVO, O. **Patologias de la guerra: trauma, testimonio y olvido**. Madrid, Espanha: Grupo G 5, 2016.

CANABARRO, Ivo Santos. Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção. **Sequência**, UFSC, Florianópolis, v. 35, n. 69, p. 215-234, 2014.

CANCELLI, E. Direitos humanos e Políticas Públicas. **Revista de Estudos Criminais**, PUC, Porto Alegre, v. 10, p. 59-68, 2010.

CARRETERO, M. et al. **Ensino da história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CORNEJO, M; MORALES, G; KOVALSKYS, J; SHARIN, D. La escucha de la tortura desde el Estado: la experiencia de los profesionales de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura em Chile. **Universitas Pchologica**, Bogota, Colombia, v. 12, n. 1, p. 271-284, 2013.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Trad. Maria Manuela Rocha. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1993.

CORTINA, J. M. What is coefficient Alpha? An examination of Theory and Applications. **Journal of Applied Psychology**, American Psychological Association, Washington, DC, USA, v. 78, n. 1, p. 98-104, 1993.

COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C. Novas fontes, novas versões: contribuições do acervo da Comissão Nacional da Verdade. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 163-183, 2017.

DALTOÉ, A. S. A comissão nacional da verdade e suas ressonâncias nos documentários Verdade. **Linguagem em (Dis)curso**, Editora Unisul, Tubarão - SC, v. 16, n. 1, p. 153-167, 2016..

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DELFINO, E. L. C. **Representações Sociais de Três Gerações Acerca da Ditadura Militar e da Comissão da Verdade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2014.

DOBLES, I. **Memorias del dolor: consideraciones acerca de las comisiones de la verdad en América Latina**. San José, Costa Rica: Arleki, 2009.

DOISE, W.; PALMONARI, A. (Eds.). **L'Etude des Representations Sociales**. Neuchatel, SW: Delachaux et Niestle, 1986.

DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

EPSKAMP, S.; CRAMER, A. O. J.; WALDORP, L. J.; SCHMITTMANN, V. D.; BORSBOOM, D. Qgraph: Network visualizations of relationships in psychometric data. **Journal of Statistical Software**, Universität Innsbruck, Innsbruck, Austria, v. 48, n. 4, p. 1-18, 2012.

ESPINOSA, A; SCHMITZ, M.; CUETO, R. M. Impacto Psicossocial da Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) em uma Amostra de Estudantes Universitários de Lima-Peru. **Rev. psicol. polít**, Periódicos Eletrônicos em Psicologia, São Paulo, [online], v. 15, n. 32, p. 157-184, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v15n32/v15n32a11.pdf>>.

ETEXBERRIA, A.; PÁES, D. **Emociones: Perspectivas Psicosociales**. Madrid: Fundamentos, 1989.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

FAGUNDES, M. M.; ZANELA, M.; TORRES, T. L. Cidadão em foco: representações sociais, atitudes e comportamentos de cidadania. **Psicologia: teoria e prática**. v. 14, n. 1, 2012.

FIELD, A. **Discovering Statistics Using SPSS: Introducing Statistical Method**. 3rd ed. Thousand Oaks, CA, USA: Sage Publications, 2009.

FLAMENT, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (Ed.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

FREDRICKSON, B. **Positivity**. New York, USA: Crown Publishers. Etxeberria e Páes, 2009.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

GIBSON, J. L. **Overcoming Apartheid: Can Truth Reconcile a divided Nation?** New York, USA: Russell Sage Foundation, 2004.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre a memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GONZALES, M. F. **Patologias de la guerra: trauma, testimonio y olvido**. Madrid, Espanha: Editorial Grupo 5, 2016.

GUIMELLI, C. **Chasse et nature en languedoc**. Étude de la dynamique des représentations sociales chez les chasseurs languedociens. Paris, France: L'Harmattan, 1998.

HAAS, V.; JODELET, D. Pensée et mémoire sociales. In: PÉTARD, J. P. (Ed.). **Manuel de Psychologie Sociale**. Malakoff, France: Dunod, 2007. p. 111-116.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris, France: Albin Michel, 1994.

HAMBER, B.; NAGENG, D.; O'MALLEY, G. Telling It Like It Is...: Understanding the Truth and Reconciliation Commission from the Perspective of Survivors. **Psychology in Society (PINS)**, Congella, África do Sul, v. 26, p. 18-42, 2000.

HAYNER, P. B. **Unspeakable Truths: Confronting State Terror and Atrocity**. New York, USA: Routledge, 2001.

HILB, C. A virtude da justiça e seu preço em verdade: Uma reflexão sobre os julgamentos das Juntas Militares na Argentina à luz da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul. Trad. Patricia Moura e Souza e Giannina Greco. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 99, p. 107-118, Julho 2014.

HUYSSSEN, A. **Culturas do passado-presente**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

IBAÑEZ, T. Representaciones Sociales, Teoria y Método. In: IBAÑEZ, T. **Ideologia de la vida cotidiana**. Barcelona, Espanha: Sendai, 1988.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras falas**. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. **O ritual da mística no processo de identificação e resistência**. São Paulo: Editora Unicamp, 2015.

JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. The representation of the body and its transformations. In: FARR, R. M.; MOSCOVICI, S. (Eds.). **Social Representations**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

LANDEIRO, V.L. **Introdução ao uso do programa R**. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; 2011.

LAURENS, S.; ROUSSIAU, N. **La mémoire sociale: identités et représentations sociales.**, France: PUR – Presses Universitaires de Rennes, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LEVI, P. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIMA, A. E. C.; NASCIMENTO, P. H. L.; PAÉ, D. C. A.; FRANCO, P. A. C. Comissões da verdade: enfrentando o passado e preparando-se para o futuro. In: ARAUJO, R. S.; WULK,



N. F. P.; AFONSO, S. C.; OLIVEIRA, T. S.; SANTOS, V. M. S. (Orgs). **Indivíduo, Sociedade e Autonomia: caminhos para a Dignidade Humana**. Brasília: ArtLetras, 2013

LOCKE, John. **Pensamientos sobre La Educación**. Madri, Espanha: Akal, 1986.

LONGONI, A. M. **A memória**: Nós Somos o que Lembramos e o que Esquecemos. São Paulo: Paulinas, 2003.

LORENA, F. G. La violencia en América Latina **Anales de la Facultad de Medicina**, UNMSM, Lima, Peru, v. 72, n. 4, p. 269-276, 2011.

LORENZANO, S.; BUCHENHORST, R. **Políticas de la memoria: tensiones em la palabra y la imagen**. Mexico, ME: Editora Gorla, 2007.

LUDWIG, F. J. **Processo de reconciliação na Argentina**: Comissões da Verdade. Coimbra, Portugal: Programa de Doutoramento Política Internacional e Resolução de Conflitos. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) em colaboração com o Centro de Estudos Sociais (CES), 2009. (Vol. nº 3).

MARCONI, M. A.; LAKATOS E. M. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MAITANE, A. M.; BOMBELLI, J. I.; MURATORI, M.; MELE, S. V.; ZUBIETA, E. M. La CONADEP y el Informe Nunca Más: conocimiento, eficacia y emociones asociadas. **Anuario de Investigaciones**, Universidad Autónoma del Estado de México, v. XX, p. 197-205, 2013.

MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistics**. 5. ed. Pero Pinheiro, Portugal: Ed. ReportNumber, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. **Accion e ideología**. Psicología social desde Centroamérica. San Salvador, El Salvador: UCA, 1983.

\_\_\_\_\_. **Poder, Ideologia y violència**. Madrid, Espanha: Editorial Trotta, 2003.

MARTINS, Allysson; MOURA, Clarissa. **Caso Herzog nos jornais folha de S. Paulo e O Globo**: história e posicionamento discursivo durante a Comissão Nacional da Verdade. **Contracampo**, UFF, Niterói - RJ, v. 35, n. 1, p. 69-86, abr./jul. 2016.

MELO, S.. A Possibilidade da Educação Jurídica numa Perspectiva Humanista. **Resenha Eleitoral**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 201-220, jul. 2016.

MEZAROBBA, G. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: SOARES, I.; KISHI, S. (Coords.). **Memória e verdade**: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2009.

MORALES, G.; CORNEJO, M. Ambivalencias en la escucha de la tortura en Chile: implicancias clínicas y sociales. **Terapia Psicológica**, Santiago, Chile, v. 31, n. 2, p. 197-208, jul. 2013.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Trad. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

\_\_\_\_\_. **La psychanalyse son image et son public**. Paris, France: PUF, 1961.

\_\_\_\_\_. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, p. 211-250, July 1988.

\_\_\_\_\_. **Psicologia Social I**. Barcelona, Espanha: Paidós Ibérica, 1984.

\_\_\_\_\_. **Social influence and social change**. New York, USA: Academic Press, 1976.

\_\_\_\_\_. The phenomenon of social representations. In: FARR, R. M.; MOSCOVICI, S. (Orgs). **Social representations**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1988. p. 3-69.

NAIFF, D. G. M.; SÁ, C. P. de; NAIFF, L. A. M. A Memória Social do Estado Novo em Duas Gerações. **Psicologia - Ciência e Profissão**, Conselho Federal de Psicologia, Brasília, v. 28, n. 1, p. 110-121, 2008.

NEVES, R. Uma Comissão da Verdade no Brasil? Desafios e perspectivas para integrar direitos humanos e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, CEDEC, São Paulo, n. 86, 2012.

OLIVEIRA, DC. A promoção da saúde da criança: análise das práticas cotidianas através dos estudos de representações sociais. Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, D. C.; MARQUES, S. C.; TOSOLI, A. M. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: PAREDES, A. S. (Org.). **Perspectivas Teórico-Methodológicas em representações sociais**. João Pessoa, PB: Universitária UFPB. 2005.

OROPEZA, I. D. **Memorias del dolor**: consideraciones acerca de las Comisiones de la Verdad em América Latina. San José, Costa Rica: Editora Arlekin, 2009.

PÁEZ, D.; RUIZ, J. I.; GAILLY, O.; KORNBLIT, A. L.; WIESENFELD, E.; VIDAL, M. C. Clima emocional: su concepto y medición mediante una investigación transcultural. **Revista de Psicología Social**, Taylor & Francis, London - UK, v. 12, p. 79-89, 1997.

PINHEIRO, J. Quatro Teses Sobre Movimentos Populares Urbanos. São José do Rio Preto: IV EBEM – Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, São José do Rio Preto – SP, **Anais...** 2009.

PINTO, S. M. R. Justiça Transicional na África do Sul: restaurando o Passado, construindo o Futuro. **Contexto Internacional**, PUC-Rio, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 393-421, 2007.

PINTO, S. R. Direito à memória e à verdade: comissões de verdade na América Latina. **Revista Debates**, UFRGS, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 128-135, 2010.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RIMÉ, B. **Le partage social des émotion**. Paris, France: Presses universitaires de France, 2005. (Coll. Psychologie sociale).

ROUQUETTE, M.-L. Quel modele de science pour l'étude des Représentations Sociales. **Conferencia apresentada na IV Conferência Internacional sobre representações sociais**. Cidade do México, 25-28 de agosto de 1998.

\_\_\_\_\_; RATEAU, P. **Introduction à l'étude des représentations sociales**. Grenoble, France: PUG, 1998.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

\_\_\_\_\_. As memórias da memória social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005.

\_\_\_\_\_. **Estudos de psicologia social: história, comportamento, representações e memória**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

\_\_\_\_\_. **Historical memory from a psychosocial perspective**. Brasília: Technopolitik, 2012.

\_\_\_\_\_. Historical memory from a psychosocial perspective. **Morpheus**, UNIRIO, Rio de Janeiro, v. 9, p. 104-112, 2012.

\_\_\_\_\_. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes. 1996.

\_\_\_\_\_. On the routes of social psychology in Brazil. **Estudos de Psicologia**, PUC, Campinas, v. 18, n. 1, p. 93-98, 2013.

\_\_\_\_\_. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, UFRGS, Porto Alegre, v. 20, p. 290-295, 2007.

\_\_\_\_\_. Sobre o pensamento social e sua gênese: algumas impressões. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das Representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. P. 283-304.

\_\_\_\_\_; CASTRO, R. V.; MOLLER, R. C.; PEREZ, J. A.; BEZERRA, F. C. A memória histórica do Regime militar Brasileiro em três gerações: conteúdos factuais e juízos críticos. São Paulo: Psicologia: Teoria e Prática, Pepsic, v. 10, p. 36-51, 2008.

\_\_\_\_\_; MENANDRO, P. R. M.; NAIFF, L. A. M. (Orgs.). **Psicologia social e o estudo da memória histórica**. Curitiba: Appris, 2013.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, D. C.; CASTRO, R. V.; VETERE, R.; CARVALHO, V. C. A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. **Estudos de Psicologia**, PUC, Campinas, v. 26, n. 2, p. 159-171, 2009.

SANGLARD, F. N.; NEVES, T. C. da C. Memória, esquecimento e a (res)significação da ditadura pela CNV e pela imprensa. **EJM – Estudos em Jornalismo e Mídia**, UFSC, Florianópolis, v. 14, n. 1, 2017.

SCHMIDT, B. B. Conhecimento histórico e diálogo social. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 34, nº 67, p. 325-345, 2014.

SILVA FILHO, J. C. M. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: PADRÓS, E. S. (Org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2009.

SOARES, G. A. Os tormentos da memória: trauma e narrativa nos escritos de Primo Levi. **Varia hist**. Belo Horizonte, [online]. V. 28, n.48, 2012. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000200020>>.

SOARES I. V. P. & KISH, S. A. S. **Memória e verdade a justiça de transição no estado democrático brasileiro**. Belo Horizonte: Forum, 2009.

SULMONT, D. Las distancias del recuerdo. *Memoria*. Revista sobre Cultura, Democracia y Derechos Humanos, v. 2, p. 29-38, 2007.

TAVAKOL, M.; DENNICK, R. Making sense of Cronbach's alpha. **IJME - International journal of medical education**, UK; USA, v. 2, p. 53-55, 2011.

TAVARES, A. R.; AGRA, W. M. Justiça reparadora no Brasil. In: SOARES, I. V. P.; KISHI, S. A. S. (Coords.). **Memória e verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Forum, 2009.

TELES, J. A. (Org.) **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas, 2001.

VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: MONTEIRO, M. B. (Orgs.). **Psicologia social**. Lisboa, PT: Calouste Gulbenkian, 2000.

VASCONCELOS, D. Autoritarismo, direitos humanos e redemocratização: uma análise comparativa da justiça de transição no Brasil e na Argentina. **Revista Andina de Estudios Políticos**, IEPA, Lima, Peru, v. III, n. 1, p. 134-165, 2013.

VÁZQUEZ, F. **La memoria como acción social**. Barcelona, Espanha: Editora Paidós, 2001.

VELÁZQUEZ, T.; CUETO, R. M.; RIVERA-HOLGUÍN, M.; MOROTE-RÍOS, R. Construyendo una psicología comunitaria en el Perú. In: MONTERO, M.; SERRANO-GARCÍA, I. **Historia de la Psicología Comunitaria en América Latina**. Participación y Transformación. Buenos Aires, Argentina: Paidós. 2011. p. 339-358.

VERAS, V. Verdade em tradução: um testemunho da dor das palavras. **Trabalhos Em Linguística Aplicada**, UNICAMP, Campinas, v. 50, n. 2, p. 459-476, 2011.

VERGÈS, P. L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central de la représentation. **Bulletin de Psychologie**, Paris, France, v. 45, n. 405, p. 203-209, 1992.

VIAUD, J. Mémoire collective, représentations sociales et pratiques sociales. Dans **Connexions**, Paris, France, v. 2, n. 80, p. 13-30, 2003.

WAGNER, W. História, memória e senso comum em representações sociais e interdisciplinaridade. In: MOREIRA, A. S. P.; JESUÍNO, J. C. (Orgs.). **Representações sociais: teoria e prática**. João Pessoa: UFPB, 2003.

WEBER, M. H. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000.

WOLTER, R. P.; WACHELKE, J. F. R.; SÁ, C. P. de; DIAS, A. P.; NAIFF, D. G. M. Temporalidade e representações sociais: Estabilidade e dinâmica dos elementos ativados pelo regime militar brasileiro. **Psychologica**, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, v. 58, n. 1, p. 107-125, 2015.

ZUBIETA, E.; MAITANE, A. M.; BOMBELLI, J. I.; MURATORI, M.; MELE, S. V. M. La CONADEP y el Informe Nunca Más: conocimiento, eficacia y emociones asociadas **Anuario de Investigaciones**, Buenos Aires, Argentina: Universidad de Buenos Aires, 2013. p. 197-205. (Vol. XX).

## APÊNDICE A – Instrumento de coleta de Evocações Livres de Palavras



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

### PESQUISA MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NAS COMISSÕES DA VERDADE NO BRASIL

#### EVOCAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS

Nº do Formulário: \_\_\_\_\_

Nome fictício ou primeiro nome: \_\_\_\_\_

Pedimos que você diga as cinco palavras que vêm logo à sua cabeça quando se fala em **Comissão Nacional da Verdade**. Agora indique se esta palavra é negativa ( – ), positiva ( + ) neutra ( = ).

Ordem espontânea	Termos ou expressões	+ - N
1		
2		
3		
4		
5		

Pedimos que você diga as cinco palavras que vêm logo à sua cabeça quando se fala em **Regime Militar** brasileiro. Agora indique se esta palavra é negativa ( – ), positiva ( + ) neutra ( = ).

Ordem espontânea	Termos ou expressões	+ - N
1		
2		
3		
4		
5		

## APÊNDICE B – Instrumento de Caracterização Sócio demográfica



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

### PESQUISA MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NAS COMISSÕES DA VERDADE NO BRASIL INSTRUMENTO DE DADOS SÓCIO DEMOGRÁFICOS

Nº do Formulário: \_\_\_\_\_

#### INSTRUÇÕES:

Nós gostaríamos de conhecer você melhor, para isso pedimos que você responda algumas perguntas sobre você e a sua vida. Leia a pergunta e responda com honestidade a alternativa que melhor se aplica a você. Marque com um X a resposta correta ou preencha os espaços em branco oferecidos.

1. Qual o seu sexo:
  1. ( ) Masculino
  2. ( ) Feminino
  
2. Qual a sua idade e ano de nascimento?
 

Idade \_\_\_\_\_ anos

Ano \_\_\_\_\_
  
3. Qual a sua Cidade de residência?
  1. ( ) Rio de Janeiro
  2. ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_
  
4. Qual o seu Bairro de residência?
 

\_\_\_\_\_
  
5. Qual o seu curso de graduação e semestre atual?
  1. Curso \_\_\_\_\_
  2. Semestre atual \_\_\_\_\_
  
6. Seu ingresso no vestibular da UERJ foi por meio de cotas?
  1. ( ) Sim
  2. ( ) Não
  
7. Qual a sua principal orientação religiosa?
  1. ( ) Católica
  2. ( ) Evangélica
  3. ( ) Kardecista ou Espírita
  4. ( ) Umbanda ou Candomblé
  5. ( ) Crê em Deus, mas não possui religião
  6. ( ) Não crê em Deus
  7. ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_
  
8. Como você classificaria sua orientação política?
  1. ( ) Direita
  2. ( ) Centro-direita
  3. ( ) Centro-esquerda
  4. ( ) Esquerda
  5. ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_
  
9. Já participou alguma vez de alguma organização social ou política (partido, associação de vizinhos, etc.)?
  1. ( ) Nunca
  2. ( ) Raras vezes
  3. ( ) Alguma vez
  4. ( ) Durante muito tempo
  5. ( ) Sempre
  6. ( ) De que tipo? \_\_\_\_\_
  
10. Participa atualmente de alguma organização social ou política (partido, associação de vizinhos, etc.)?
  1. ( ) Sim. De que tipo? \_\_\_\_\_
  2. ( ) Não
  
11. Você sabe algo sobre a Comissão Nacional da Verdade?
  1. ( ) Sim
  2. ( ) Não
  
12. Você se lembra de ter lido/ouvido alguma notícia sobre a Comissão Nacional da Verdade em algum desses veículos de informação?
  1. ( ) Televisão
  2. ( ) Rádio
  3. ( ) Revistas e livros em geral
  4. ( ) Sites em geral
  5. ( ) Jornal
  6. ( ) Revistas e livros científicos
  7. ( ) Não tive acesso a nenhuma informação
  
13. Qual das fontes citadas acima você acessou o maior número de notícias sobre a Comissão Nacional da Verdade? (Não se aplica se escolheu a opção 7 da questão 12).
 

Fonte \_\_\_\_\_
  
14. Qual o seu grau de informação sobre a Comissão Nacional da Verdade? (Não se aplica se escolheu a opção 7 da questão 12).
  1. ( ) Nenhuma informação
  2. ( ) Pouca informação
  3. ( ) Moderada
  4. ( ) Bastante informação
  5. ( ) Muita informação

## APÊNDICE C - Formulário para análise do envolvimento e posicionamento sobre a CNV



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

PESQUISA MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NAS COMISSÕES DA VERDADE NO BRASIL

### FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DO ENVOLVIMENTO E POSICIONAMENTO SOBRE A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E O REGIME MILITAR BRASILEIRO

Nº do Formulário: \_\_\_\_\_

Por favor, leia com atenção cada pergunta com atenção e marque a opção que melhor defina a sua opinião. Não existem respostas boas ou ruins, pois o que nos interessa é a sua opinião.

**1. Já ouviu falar de alguém que tenha sido vítima de violação dos direitos humanos durante o período do regime militar (entre os anos 1964 e 1985)?**

1. ( ) Sim      2. ( ) Não

**2. Caso tenha respondido que sim, em qual dos aspectos a seguir? (pode marcar mais de uma opção).**

1. ( ) Destituído de cargo ou emprego por motivos políticos
2. ( ) Prisão
3. ( ) Tortura ou maus tratos
4. ( ) Clandestinidade (escondido)
5. ( ) Exílio
6. ( ) Desaparecido ou executado
7. ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**3. Caso tenha respondido que sim, que vínculo você tem com essa pessoa? (Pode marcar mais de uma opção).**

1. ( ) Meu pai/mãe
2. ( ) Meus avos
3. ( ) Meu amigo/irmão(a)
4. ( ) Amigo(a) dos meus pais/avos
6. ( ) Meu companheiro ou namorado(a)
7. ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) se configura como um instrumento para a promoção do esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores no período de 1964 até 1985. Foi estipulada pela Lei número 12.528 de novembro de 2011 e instalada em maio de 2012. A CNV no Brasil teve a duração de dois anos e, ao seu término, foi divulgado um extenso relatório contendo as informações levantadas ao longo deste período. Os instrumentos utilizados na busca pela verdade foram, entre outros: documentos da época do regime militar, os quais foram disponibilizados por meio da Lei de Acesso a Informação; pesquisas que já haviam sido realizadas sobre os mortos e desaparecidos; cooperação e o diálogo com comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias, sindicais e de seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O preceito principal da CNV é de que a população deveria conhecer as violações de direitos humanos que ocorreram no período de repressão militar para que tais atos não voltassem a acontecer.

Violações de direitos humanos: detenção e prisão ilegal ou arbitrária; tortura; execução sumária, arbitrária ou extrajudicial, e outras mortes imputadas ao Estado; desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.

4. Marque com um círculo o número da opção que melhor representa sua opinião.	Nada	Pouco	Bastante	Muito
1. Leu sobre a Comissão Nacional da Verdade nos jornais, revistas ou em livros?	1	2	3	4
2. Leu o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (ou parte dele)?	1	2	3	4
3. Participou de RITUAIS RELIGIOSOS OU COMEMORAÇÕES DAS VÍTIMAS do regime militar (missa, funerais, ou outras atividades)?	1	2	3	4
4. PARTICIPOU DAS ATIVIDADES SIMBÓLICAS DE RECORDAÇÃO DAS VÍTIMAS do regime militar (concentrações, marchas, mobilizações não religiosas)?	1	2	3	4
5. Participou de ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS?	1	2	3	4
6. Participou de ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES DE FAMILIARES DAS VÍTIMAS do regime militar?	1	2	3	4

5. Qual é seu grau de acordo com relação à atuação da Comissão Nacional da Verdade?	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
	1	2	3	4



<b>6. Sobre a reconciliação entre vítimas de violações de direitos humanos e os responsáveis por estas violações, responda as seguintes questões.</b>	<b>Absolutamente não</b>	<b>Não</b>	<b>Nem sim e nem não</b>	<b>Sim</b>	<b>Totalmente sim</b>
1. Em que medida você acredita que seria desejável a reconciliação entre as vítimas de violações de direitos humanos, os responsáveis e a sociedade em seu conjunto?	1	2	3	4	5

<b>7. Em caso afirmativo, o que seria necessário para isso acontecer?</b>	<b>Absolutamente não</b>	<b>Não</b>	<b>Nem sim e nem não</b>	<b>Sim</b>	<b>Totalmente sim</b>
1. Que as vítimas perdoem os responsáveis	1	2	3	4	5
2. Que os responsáveis peçam perdão	1	2	3	4	5
3. Que as pessoas não se esqueçam do que aconteceu, que exista memória	1	2	3	4	5
4. Que exista justiça e castigo para os violadores de direitos humanos	1	2	3	4	5
5. Que existam novas gerações que não voltem a viver período semelhante	1	2	3	4	5
6. Que se resolva aquilo que deu lugar ao conflito	1	2	3	4	5
7. Outras questões. Quais?	1	2	3	4	5

<b>8. Sobre as violações de direitos humanos durante o regime militar, responda as seguintes questões.</b>	<b>Nada</b>	<b>Pouco</b>	<b>Bastante</b>	<b>Muito</b>
1. Quanto conhecimento crê que tem sobre o que aconteceu no período de regime militar no Brasil?	1	2	3	4
2. Já falou sobre o período do regime militar e suas ações de violência com sua família?	1	2	3	4
3. Já sentiu necessidade de falar sobre regime militar e suas ações de violência que ocorreram no período de 1964 até 1985?	1	2	3	4
4. Já falou sobre o período do regime militar e suas ações de violência com seus amigos, colegas ou conhecidos?	1	2	3	4
5. Existem alguns aspectos da do regime militar dos quais nunca falou com ninguém?	1	2	3	4
6. Existem alguns aspectos da do regime militar dos quais não queira falar em absoluto?	1	2	3	4
7. Falou sobre a CNV com outras pessoas depois de sua publicação do relatório final?	1	2	3	4
8. Falou com outras pessoas sobre a época do regime militar depois da entrega do relatório da CNV?	1	2	3	4
9. Tem falado sobre o relatório da CNV com outras pessoas neste mês?	1	2	3	4

<b>9. Quando pensa no período do regime militar e suas ações de violência, você sente:</b>	<b>Nada</b>	<b>Pouco</b>	<b>Nem pouco e nem muito</b>	<b>Bastante</b>	<b>Muito</b>
1. Tristeza	1	2	3	4	5
2. Esperança	1	2	3	4	5
3. Raiva	1	2	3	4	5
4. Alegria	1	2	3	4	5
5. Vergonha	1	2	3	4	5
6. Orgulho	1	2	3	4	5
7. Culpa	1	2	3	4	5
8. Medo	1	2	3	4	5

<b>10. Quando pensa no relatório da CNV, você sente:</b>	<b>Nada</b>	<b>Pouco</b>	<b>Nem pouco e nem muito</b>	<b>Bastante</b>	<b>Muito</b>
1. Tristeza	1	2	3	4	5
2. Esperança	1	2	3	4	5
3. Raiva	1	2	3	4	5
4. Alegria	1	2	3	4	5
5. Vergonha	1	2	3	4	5
6. Orgulho	1	2	3	4	5
7. Culpa	1	2	3	4	5
8. Medo	1	2	3	4	5

<b>11. Sobre o ato de perdoar as violações de direitos humanos, responda a seguinte questão.</b>	<b>Absolutamente não</b>	<b>Não</b>	<b>Nem sim e nem não</b>	<b>Sim</b>	<b>Totalmente sim</b>
1 Você acredita que as pessoas que sofreram violações de direitos humanos no período do regime militar PODEM PERDOAR aqueles que cometeram tais atos?	1	2	3	4	5

12. Acerca do trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade, responda as seguintes questões.	Péssima	Ruim	Boa	Excelente
1. Diz-se frequentemente que a Comissão Nacional da Verdade cumpriu objetivos importantes. Em sua opinião, você diria que a ATUAÇÃO desta Comissão foi:	1	2	3	4

13. Ainda sobre o trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade, responda as seguintes questões.	Nada	Pouco	Bastante	Muito
1. Em que medida você acredita que a Comissão Nacional da Verdade AJUDOU AS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS A SABEREM O QUE OCORREU A SEUS ENTES QUERIDOS?	1	2	3	4
2. Você acredita que a CNV AJUDOU A CRIAR UMA HISTÓRIA INTEGRADORA QUE INCORPORA OS DIFERENTES GRUPOS NACIONAIS EM UM RELATO COMUM?	1	2	3	4
3 Com relação a atuação da CNV, você diria que CONTRIBUIU PARA QUE OS CULPADOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS PUDESSEM SER JULGADOS?	1	2	3	4
4. Com relação a atuação da Comissão Nacional da Verdade, você diria que AJUDOU A FAZER COM QUE AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NÃO VOLTEM A ACONTECER NA ATUALIDADE OU NO FUTURO?	1	2	3	4

14. Pode-se contar a história deste país de muitas maneiras diferentes. Interessa-nos sua opinião acerca das seguintes declarações sobre o passado deste país. Por favor, indique EM QUE MEDIDA VOCÊ CONSIDERA AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES COMO VERDADEIRAS:	Totalmente falsa	Parcialmente falsa	Parcialmente verdadeira	Totalmente verdadeira
1. Quando se trata do passado dessa nação, DEVEMOS APRENDER COM OS ERROS QUE SE FIZERAM A FIM DE EVITAR COMETE-LOS NOVAMENTE.	1	2	3	4
2. É MELHOR QUE NÃO SE ABRAM VELHAS FERIDAS falando do que aconteceu no passado.	1	2	3	4

15. EM QUE MEDIDA VOCÊ ACREDITA QUE AS SEGUINTE SITUAÇÕES SÃO VERDADEIRAS HOJE EM DIA NO BRASIL? POR FAVOR, MARQUE COM UM CÍRCULO A RESPOSTA QUE MELHOR CORRESPONDA A SUA OPINIÃO.	Totalmente falsa	Bastante falsa	Não é verdadeira e nem é falsa	Bastante verdadeiro	Totalmente verdadeiro
1. A maioria das pessoas sente confiança que tem e terá comida suficiente, água, medicamentos e habitação para eles e suas famílias, tanto no presente quanto no futuro.	1	2	3	4	5
2. Você acredita que as pessoas se sentem inseguras porque o grau de violência existente não permite que a gente viva em paz.	1	2	3	4	5
3. As pessoas sentem que os diferentes grupos políticos tem confiança suficiente para trabalhar em conjunto a favor do bem estar do país.	1	2	3	4	5
4. As pessoas sentem medo de se reunir publicamente para falar, organizar-se e protestar pacificamente.	1	2	3	4	5
5. As pessoas sentem esperança porque as coisas no país estão melhorando.	1	2	3	4	5
6. As pessoas sentem confiança nos diferentes grupos políticos, étnicos e religiosos desse país.	1	2	3	4	5
7. As pessoas sentem medo de dizer o que realmente pensam em público porque pensam que pode ser perigoso.	1	2	3	4	5
8. A desesperança nesse país é tanta que muitas pessoas querem sair dele.	1	2	3	4	5

16. Atualmente, o ambiente e o clima social deste país é de:	Nada	Pouco	Nem pouco e nem muito	Bastante	Muito
1. Solidariedade e ajuda mútua	1	2	3	4	5
2. Confiança nas instituições	1	2	3	4	5
3. Hostilidade e agressividade entre as pessoas	1	2	3	4	5
4. Tristeza e passividade	1	2	3	4	5

17. A seguir será apresentada uma série de instituições. Diga-nos, por favor, seu grau de confiança em cada uma delas em uma escala de 1 a 4, sendo 1 = nenhuma e 4 = muita confiança.	Não confia	Confia pouco	Confia bastante	Cofia Muito
1. Polícia	1	2	3	4
2. Partidos políticos	1	2	3	4
3. Governos estaduais	1	2	3	4
4. Governos municipais	1	2	3	4
5. Poder executivo (presidente, ministros)	1	2	3	4
6. Poder legislativo (congresso da república)	1	2	3	4
7. Poder judicial (juízes)	1	2	3	4
8. Forças armadas	1	2	3	4
9. Igreja	1	2	3	4

10. Organizações não governamentais	1	2	3	4
11. Sindicatos	1	2	3	4
12. Organizações de base e de bairros	1	2	3	4

18. A seguir, descrevemos brevemente algumas pessoas. Por favor, leia cada descrição e pense até que ponto se parece ou não se parece com você. Faça um X na opção que mostre o quanto a pessoa descrita se parece com você.	Não se parece comigo em nada	Não se parece comigo	Se parece comigo um pouco	Algo se parece comigo	Se parece comigo	Se parece muito comigo
1. Penso que é importante que todos os indivíduos do mundo se tratem com igualdade. Crê que todos deveriam ter as mesmas oportunidades na vida.	1	2	3	4	5	6
2. Penso que é importante escutar as pessoas que são diferente de mim, inclusive quando estão em desacordo comigo, pois desejo entende-las.	1	2	3	4	5	6

19. Marque a alternativa que melhor se aproxima do seu grau de acordo com relação às seguintes afirmações.	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
1. Às vezes é necessário usar a violência para mudar a sociedade.	1	2	3	4
2. É justificável que apliquem castigos físicos às autoridades corruptas.	1	2	3	4
3. É justificável que se apliquem castigos físicos às pessoas que são pegas roubando.	1	2	3	4
4. Deve-se aumentar a igualdade social.	1	2	3	4
5. Alguns grupos devem dominar outros na sociedade.	1	2	3	4

20. Você esta de acordo que as atividades seguintes são úteis para melhorar a situação da nação?	Nada	Pouco	Bastante	Muito
1. Prevenção da violência coletiva	1	2	3	4
2. A defesa dos direitos humanos	1	2	3	4
3. Reparação das vítimas	1	2	3	4
4. Diminuição das desigualdades	1	2	3	4
5. Aumentar as oportunidades sociais	1	2	3	4
6. Educação voltada para os direitos humanos	1	2	3	4
7. Cerimonias em lembrança a todas as vítimas	1	2	3	4
8. Difusão de informação sobre o que aconteceu no período do regime militar	1	2	3	4

21. O que você acredita que é necessário para melhorar a situação do país?

22. Você acredita que é necessário se lembrar de quem sofreu? Por quê?

23. Indique em que medida você crê nas seguintes situações.	Absolutamente não	Não	Nem sim e nem não	Sim	Totalmente sim
1. Em que medida você crê que, na atualidade, o Estado segue utilizando a repressão como forma de gestão de conflitos sociais?	1	2	3	4	5
2. Em que medida você acredita que, na atualidade, os direitos humanos são respeitados?	1	2	3	4	5
3. Em que medida você acredita que o relatório final da CNV permitiu incrementar o respeito pelos direitos humanos?	1	2	3	4	5

24. Na atualidade, quais são os grupos que você acredita que sejam os mais vulneráveis?

25. Na atualidade, quem você acredita que viola os direitos humanos?

26. Indique seu grau de acordo com as seguintes frases.	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo e nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1. Compreendo o sentido da minha vida.	1	2	3	4	5
2. Minha vida tem um propósito claro.	1	2	3	4	5
3. Creio em um ideal religioso ou político e atuo para o fazer realidade.	1	2	3	4	5
4. Tenho uma ideia clara daquilo que da sentido a minha vida.	1	2	3	4	5
5. Prefiro uma vida agradável, pacífica, sem grandes dificuldades.	1	2	3	4	5

6. As relações pessoais e sociais que mantenho atualmente me produzem satisfação.	1	2	3	4	5
7. Faço com que minha vida pareça mais cheia de conteúdo do que realmente tem.	1	2	3	4	5

27. Indique seu grau de acordo com as seguintes frases:	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo e nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1. Nosso país precisa de livres pensadores, que tenham a valentia para confrontar os convencionalismos, inclusive se isto incomodar muitas pessoas.	1	2	3	4	5
2. Muitas pessoas desafiam o Estado, criticam a igreja e ignoram as formas normais de vida, sem que por isso deixem de ser bons cidadãos.	1	2	3	4	5
3. Nosso país precisa de líderes fortes que possam erradicar a corrupção e a imoralidade que prevalecem na sociedade atual.	1	2	3	4	5

28. Responda as seguintes questões.	Absolutamente não	Não	Nem sim e nem não	Sim	Totalmente sim
1. Em que medida sente interesse por questões sociais ou políticas?	1	2	3	4	5
2. Em que medida você sente que o que aconteceu durante o regime militar fez DIMINUIR seu interesse por assuntos sociais e /ou políticos?	1	2	3	4	5
3. Em que medida você sente que o que aconteceu durante o regime militar fez AUMENTAR seu interesse por assuntos sociais e /ou políticos?	1	2	3	4	5

**29. Com o intuito de prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático, a Comissão Nacional da Verdade recomendou a adoção de um conjunto de medidas institucionais, mudanças das leis e medidas de continuidade das ações. A seguir, indique seu grau de acordo com cada uma destas recomendações.**

A) Medidas institucionais	Discordo totalmente	Discordo pouco	Não concordo e nem discordo	Concordo pouco	Concordo totalmente
1. Reconhecimento, pelas Forças Armadas, da sua responsabilidade na ocorrência das graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964 a 1985).	1	2	3	4	5
2. Determinação da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que causaram graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964 a 1985), bem com o ressarcimento ao estado das indenizações pagas em decorrência da prática de violações de direitos humanos.	1	2	3	4	5
3. Proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964.	1	2	3	4	5
4. Promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação em geral e também a valorização do conhecimento sobre a democracia e os direitos humanos nos concursos de ingresso e processos de avaliação contínua das Forças Armadas e no conteúdo curricular das academias militares e policiais.	1	2	3	4	5
5. Retificação da causa de morte no atestado de óbito de pessoas mortas em decorrência das violações de direitos humanos, bem como retificação de informações em registros públicos sobre atos de perseguição política e de condenação na Justiça Militar, ocorridos no período de 1946 a 1988. Essas informações penalizam as vítimas de violações aos direitos humanos enquanto sua condição de vítima já foi reconhecida pelo Estado brasileiro por meio de diferentes procedimentos.	1	2	3	4	5
6. Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura por meio de: desvinculação dos institutos médicos legais e órgãos de perícia criminal das Secretarias de Segurança Pública e das polícias civis; fortalecimento das Defensorias Públicas; humanização do sistema prisional; criação de ouvidorias externas como instrumento de fiscalização e controle social do sistema penitenciário e dos órgãos a ele relacionados (polícias, Defensorias Públicas, Ministério Público e órgãos judiciais); apoio à instituição e ao funcionamento de órgão de proteção e promoção dos direitos humanos.	1	2	3	4	5
7. Fortalecimento de Conselhos da Comunidade previstos na Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) para acompanhamento dos estabelecimentos penais.	1	2	3	4	5
8. Garantia de atendimento médico e psicossocial permanente às vítimas de violações de direitos humanos.	1	2	3	4	5

<b>B) Reformas constitucionais e legais</b>	<b>Discor- do total- mente</b>	<b>Discor- do pouco</b>	<b>Não concordo e nem discordo</b>	<b>Concor- do pouco</b>	<b>Concordo total- mente</b>
9. Revogação da Lei de Segurança Nacional. (Essa lei define os crimes contra a segurança nacional e estabelece regras para o seu processo e julgamento).	1	2	3	4	5
10. Aperfeiçoamento da legislação brasileira com a incorporação ao direito brasileiro dos tipos penais caracterizados internacionalmente como crimes contra a humanidade e a figura criminal do desaparecimento forçado, com a estipulação legal das respectivas penas.	1	2	3	4	5
11. Desmilitarização das polícias militares estaduais; extinção da Justiça Militar Estadual; exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar Federal.	1	2	3	4	5
12. Eliminação de referências discriminatórias das homossexualidades na legislação.	1	2	3	4	5
13. Alteração da legislação penal para que as lesões e mortes decorrentes de operações policiais ou de confronto com a polícia sejam registradas como “lesão corporal decorrente de intervenção policial” e “morte decorrente de intervenção policial”, substituindo os termos “autos de resistência” e “resistência seguida de morte”.	1	2	3	4	5
14. Criação da audiência de custódia na jurisdição brasileira, a qual determina que todo preso em flagrante deve ser levado à presença da autoridade judicial, no prazo de 24 horas, para que se avalie a legalidade e necessidade de manutenção da prisão, prevenindo assim a prática da tortura e de prisão ilegal.	1	2	3	4	5
<b>C) Medidas de continuidade das ações e recomendações da CNV.</b>	<b>Discor- do total- mente</b>	<b>Discor- do pouco</b>	<b>Não concordo e nem discordo</b>	<b>Concor- do pouco</b>	<b>Concordo total- mente</b>
15. Estabelecimento de órgão permanente com atribuição de dar continuidade às ações e recomendações da CNV.	1	2	3	4	5
16. Prosseguimento das atividades voltadas à localização, identificação e entrega dos restos mortais dos desaparecidos políticos aos familiares para sepultamento digno.	1	2	3	4	5
17. Preservação da memória das graves violações de direitos humanos.	1	2	3	4	5
18. Prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar.	1	2	3	4	5

**OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!**

Entrevistador Responsável: \_\_\_\_\_ Data Aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

Observações: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nº do Formulário: \_\_\_\_\_

Estamos coletando informações para a pesquisa de Doutorado *“Memória e esquecimento nas Comissões da Verdade no Brasil”*. A pesquisa tem por objetivo geral analisar o dever de memória sobre a ditadura militar resgatada pela Comissão da Verdade no Brasil, entre estudantes universitários.

Esta pesquisa trará benefícios para a população, no sentido de indicar a tendência de jovens ao dever de memória ou a necessidade de esquecimento com relação às violações de direitos humanos cometidos por agentes do Estado durante o período da ditadura militar no Brasil, período de 1964 até 1985, e assim realizar uma projeção sobre as memórias que serão investidas e transmitidas as novas gerações.

Pedimos sua colaboração no sentido de participar desta pesquisa respondendo algumas questões sobre esse tema. Nós lhe asseguramos que só faremos uso das informações para o trabalho de pesquisa, em artigos e eventos científicos, sem identificar os participantes.

Ficaremos muito gratos pela sua participação, que não lhe provocará qualquer dano ou desconforto pessoal, mas não podemos lhe pagar por ela. Você poderá desistir da participação a qualquer momento, sem prejuízos. Se quiser, podemos, ao final da pesquisa, lhe informar os resultados alcançados.

Declaro que li e compreendi a natureza da pesquisa *“Memória e esquecimento nas Comissões da Verdade no Brasil”*, bem como o objetivo da minha participação nela. Declaro, pois, concordar livremente em participar da pesquisa proposta.

\_\_\_\_\_  
**Nome e assinatura do participante**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de julho de 2017.

**Pesquisadores responsáveis:**

\_\_\_\_\_  
**Denize Cristina de Oliveira**  
Professora Orientadora  
E-mail: dcouerj@gmail.com

\_\_\_\_\_  
**Karen Sibila S. Moreira Weimer**  
Doutoranda, pesquisadora  
E-mail: karen.weimer@hotmail.com

PPGPS/UERJ – Rua São Francisco Xavier, 524, sala 10.019-F. E-mail: pospsi@uerj.br

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.

**APÊNDICE E - Dicionário de padronização das evocações referentes a comissão nacional da verdade**

<b>DICIONÁRIO DE PALAVRAS REFERENTE AO TERMO INDUTOR “COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE”</b>	
<b>Termo padronizado:</b>	<b>Palavras que foram agrupadas:</b>
1964	50-anos-do-golpe, 64
abuso	
restos-mortais	identificar-corpos
acontecimentos	acontecimento
análise	analisar, análise-do-passado, análise-dos-fatos
anistia	
aprendizado	
arbitrariedades	
arquivo	acervos, registros, registro
pesquisa	avaliar-oque-de-fato-aconteceu, averiguar-passado, Pesquisar, procura, averiguar
barbaridades	
bom	a-iniciativa-foi-boa, bem, boa, bom-para-famílias, bom-para-famílias-das-vitimas, bom-para-o-país, bom-para-sociedade, bom-saber, é-bom-lembrar, espera-se-benefício-histórico, foi-bom, sempre-é-bom, positivo, prestação-de-serviço-a-comunidade
brasil	nacional, nível-nacional, referente-à-pátria
busca	busca-da-verdade, buscam-coisas-do-passado, busca-pela-verdade, busca-por-imputabilidade, buscar-verdade
camuflado	coisas-encobertas
casa-da-morte	
Casos-aberto	
comissão	comissão-que-investiga, comissão-de-julgadores, comissões
compensação	
comprometimento	
confiança	
congresso	
conhecimento	
conscientização	
corrupção	
covardia	
cpi	
crimes	crime, crimes-contra-humanidade, crimes-que-ocorreram
curiosidade	
década-de-70	
defesa	
delação	
democracia	
demorou	antes-tarde-do-que-nunca, de morou-muito, era-preciso-fazer-antes, já-devia-ter-sido-feito, já-faz-muito-tempo, já-passou-muito-tempo, muito-tarde, muito-tempo, muito-tempo-depois, muito-tempo-se-passou, passou-muito-tempo, tarde-para-julgamento
depoimentos	depoimento
desaparecidos	muitos-desaparecidos, pessoas-desaparecidas-até-hoje
descobrir	
desconfiança	
desmascarar-malfeitores	
desmilitarização	
desmistificação	
dever-lembrar	dever, dever-de-memória, é-preciso-lembrar, temos-esse-dever, esquecer-é-ruim, não-ao-esquecimento, não-pode-esquecer, não-podemos-esquecer, não-pode-esquecer, não-esquecer
difícil	
difícil-punir	
dilma	dilma -implantou
dinheiro-público	
direitos	direito-da-nação, direito-da-população, direito-da-sociedade, direito-de-saber-a-verdade, direito-do-povo, garantia-de-direitos
direito (judiciário)	direito (legal)
direitos-humanos	
ditadura	
documento	Documentos, documentos-perdidos, documentos-sem-acesso

dor	
dúvida	Dúvidas, quais-os-critérios, quem-constituiu, bom-para-quem
elaborar-luto	
enfraqueceu	
esclarecimento-passado	esclarecimento, esclarecimento-dos-fatos, esclarecimentos, revelar, Revelações, revelar-a-verdade, revelar-o-oculto, revelar-para-população, rever-o-passado
esquecimento	esquecer, estava-esquecido, passado-esquecido
estado	
ética	
exército	
falas	
falta-de-ética	
famílias	Família, famílias-querem-saber, famílias-sem-resposta
fatos	
futuro	
golpe	
governo	de- acordo-com-o-governo, governança-coorporativa, governo-de-esquerda, governo-militar
grupo-de-pessoas	Grupo, pessoas
heróis	
história	história-do-Brasil, história-do-país, História-escondida, história-oculta, históricos
homenagem	
honestidade	
honra	
humanidade	
importante	importância-para-o-país, importante-para-não-repetir, importante-saber
impunidade	
indenizações	
informação	informação-para-sociedade
injustiça	
insegurança	
investigação	Investigações, investigar, investigar-o-passado
jesus	
jovens	
juízos	Juiz, julgamento, julgar, julgar-culpados, julgar-o-que?, júri, tentativa-de-julgamento
justiça	tentar-mostrar-que- justiça-não-tarda
kant	
leis	
lembrança	Lembranças, lembrar, lembrar-do-passado, lembrar-o-que-já-passou, serve-para-lembrar
liberdade-expressão	
lula	
luta	
luz-no-passado	
manifestação	
medo	
memória	memória-das-vítimas, memória-dolorida, memória-do-país, memória-dos-país, memórias, direito-a-memória
mentira	fachada, falsidade, mentiras
militar	militarismo, militares, regime-militar, período-militar
moral	
mudança	mudança-na-historia, para-mudar-a-história
coisas-perdidas	muita-coisa-se-perdeu
mortes	muitos-morreram
não-sei	não-conheço, não-faço-ideia, nunca-ouvi-falar, sei-pouco
não-continuou	gov-não-deu-continuidade
pouco-divulgado	não-foi-divulgado, não-interessou-para-mídia
necessário-verdade	necessário-para-país, necessário-saber, necessidade, necessidade-de-saber-a-verdade, precisamos-disso, sociedade-precisa-saber, sociedade-precisa-lembrar, sociedade-tem-que-saber, verdade, apagar-mentiras, mostrar-a-vdd-sobre-a-ditadura, mostrar-a-verdade, mostrar-que-a-ditadura-não-foi-boa-para-o-país, sinceridade, trazer-a-ona-a-história, trazer-para-a-população, verdade-vem-a-ona
oposição	
opressão	
ordem	
organização	Organização-de-pessoas, organização-social
orgulho	



outra-versão	
palhaçada	
passado	passado-recente, passado-sombrio
passar-a-limpo	passar-a-história-a-limpo, passar-o-passado-a-limpo
passível-de-erro	
patriotismo	
paz	
pivilégios	
política	
população	
pouca-divulgação	falta-de-informação, ouvi-falar-muito-pouco, pouca-informação, Pouco- divulgado, sem-divulgação
progresso	
proteção	
partido-pt	
punição	prisão-para-torturadores, punição-dos-culpados, punição-para-violadores-de-d.h., punir, punir-culpados, queriam-punição
realidade	
reavaliação	
reconhecimento	
relações	
relatos	depoimentos
repressão	
resgate-verdade	Resgate, resgate-da-verdade-dos-fatos, resgate-histórico, revisão, saber-o-que-aconteceu, vasculhar-o-passado, reanalisar-o-passado
respeito	
responsabilidade	
ressarcimento	tentar-ressarcir
restos-mortais	
retorno	
retratação	
retribuição	retribuição-tardia
segurança	
sem-punição	acho-que-não-teve-punições, não-teve-punições
notícias-falsas	separar-notícias-falsas
serviço-sociedade	
sociedade-desinformada	sociedade-não-quer-ouvir, sociedade-nem-sabe
sofrimento	sofrimento-das-famílias
voltar-tempo	tentar-voltar-no-tempo
toque-recolher	
tortura	torturadores, torturas
transparência	
triste	tristeza
união	
verdade	verdade-as-vezes-é-diferente, verdadeiro, verdade-para-parentes, verdades-não-ditas, verdades, verdades-passadas, verdade-suja, trazer-a-tona
versões-da-história	
direitos-humanos	violação-de-direito; violação-de-direitos-humanos
violência	foi-muito-violento, muita-violência, período-de-violência, violências
vítimas	vítimas-da-ditadura, vítimas-falam

**APÊNDICE F - Dicionário de variáveis do EVOC**

<b>N</b>	<b>Questionário</b>	<b>EVOC</b>	<b>Valores</b>
1	Código de identificação	<b>ID</b>	Numérico
2	Sexo	<b>Sex</b>	1, Masculino; 2, Feminino.
3	Idade_categ	<b>Idade_categ</b>	1, 19 a 22 anos; 2, 23 a 26 anos; 3, 27 a 30 anos.
4	Curso_graduação_categ	<b>Curso_grad_categ</b>	1, Ciências humanas e sociais; 2, Ciências exatas; 3, Biológicas e saúde
5	Semestre_atual_categ	<b>Semestre_atual_categ</b>	1, primeiro até terceiro; 2, quarto até sexto; 3, sétimo até nono
6	Forma_ingresso_Uerj	<b>Forma_ingresso</b>	1, Cotista; 2, Não cotista
7	Orientação política_categ	<b>Polit_categ</b>	1, Direita + centro direita; 2, Centro esquerda + esquerda; 3, Outro
8	Participação em org. social ou part. Político_categ	<b>Part_org.soc_part_polit_categ</b>	1, Nunca; 2, raras vezes + alguma vez; 3, Durante muito tempo + sempre.
9	Participa atualmente org. social ou part. Político	<b>Part_org.soc_part_polit_atualm</b>	1, Sim; 2, Não
10	Sabe algo sobre a CV	<b>Sabe_algo_sobre_CV</b>	1- Sim; 2, Não
11	Qual veic. teve maior acesso	<b>Veic_acesso</b>	1, Mídia falada; 2, Mídia escrita; 3, Midiática; 4, Sem acesso.
12	Grau de inf. Sobre a CV_categ	<b>Grau_inf_CV_categ</b>	1, Nenhuma informação; 2, pouca informação + moderada; 3, Bastante informação + muita informação.

## ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética

UERJ - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NAS COMISSÕES DA VERDADE NO BRASIL**Pesquisador:** Karen Sibila Strobel Moreira Weimer**Área Temática:****Versão:** 2**CAAE:** 63991516.4.0000.5282**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.108.481**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de projeto de pesquisa de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação da Professora Denize de Oliveira. Segundo a pesquisadora, pretende-se investigar as tendências ao dever de memória ou a necessidade de esquecimento nas representações de jovens universitários com relação aos dados resgatados pela Comissão Nacional da Verdade-CNV e as representações sociais acerca da CNV e do Regime Militar. A pesquisa de caráter empírico, com abordagem exploratório-descritiva será realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, campus Maracanã. Os participantes serão 200 alunos de graduação dos semestres intermediários. A coleta dos dados será realizada através da aplicação de instrumento, com perguntas abertas e fechadas, através de entrevista.

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar o dever de memória sobre a ditadura militar resgatada pela Comissão da Verdade no Brasil, entre estudantes de uma instituição universitária do Rio de Janeiro – RJ, bem como, descrever as representações sociais desses estudantes sobre a CNV e o Regime Militar.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O risco que podemos considerar pela participação na pesquisa é o de algum desconforto ou constrangimento para responder à alguma pergunta.

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. Sl 3018**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

UERJ - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 2.108.481

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A projeto está bem fundamentado e apresenta revisão de literatura, objetivos, justificativa, metodologia e bibliografia coerentes com o proposto.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

A folha de rosto está devidamente preenchida e assinada pela coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social/UERJ.

O TCLE está redigido de maneira sucinta e em linguagem clara e acessível.

A metodologia foi reformulada, quanto à qualificação dos participantes da pesquisa, não especificando os cursos de graduação dos mesmos. Foi apresentado um termo de autorização para a realização da pesquisa, assinado pela coordenadora do Programa de pós-graduação em Psicologia Social.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Ante o exposto, a COEP deliberou pela aprovação do projeto, visto que não foram observadas implicações éticas que impeçam a realização do mesmo.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para junho de 2018. A COEP deverá ser informada de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_836015.pdf	04/05/2017 13:41:08		Aceito
Outros	Autorizacao_ppgps.pdf	04/05/2017 13:39:49	Karen Sibila Strobel Moreira Weimer	Aceito
Outros	Metodologia_modificada.docx	04/05/2017 13:38:31	Karen Sibila Strobel Moreira Weimer	Aceito
Outros	Informacao_ao_comite.pdf	04/05/2017 13:37:50	Karen Sibila Strobel Moreira Weimer	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.docx	04/05/2017 13:34:51	Karen Sibila Strobel Moreira Weimer	Aceito

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ªand. SI 3018  
**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

UERJ - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 2.108.481

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_completo.docx	15/12/2016 19:08:18	Karen Sibila Strobel Moreira Weimer	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	15/12/2016 19:06:42	Karen Sibila Strobel Moreira Weimer	Aceito
Folha de Rosto	Karen_FolhaDeRosto.pdf	14/12/2016 17:43:08	Karen Sibila Strobel Moreira Weimer	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 08 de Junho de 2017

Assinado por:

Patricia Fernandes Campos de Moraes  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018  
**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br